



Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho

**O MST no fio da navalha –
dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho

**O MST no fio da navalha –
dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes**

Orientadora: Isabel Maria Loureiro

**Tese de Doutorado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, para
obtenção do Título de Doutor em Ciência
Política.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALEXANDER MAXIMILIAN HILSENBECK FILHO, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA ISABEL MARIA
LOUREIRO**

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

H562m Hilsenbeck Filho, Alexander Maximilian, 1980-
O MST no fio da navalha : dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes / Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Isabel Maria Loureiro.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra . 2. Movimentos sociais . 3. Capitalismo. 4. Políticas públicas. 5. Conflito social. I. Loureiro, Isabel Maria, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The Landless Workers' Movement (MST) on a knife edge : dilemmas, challenges and potentials for the class struggle

Palavras-chave em inglês:

Social movement

Capitalism

Public policies

Social conflict

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora:

Isabel Maria Loureiro [Orientador]

Bernardo Mançano Fernandes

Eliel Machado

Luciana Henrique da Silva

Paulo Eduardo Arantes

Data de defesa: 27-09-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



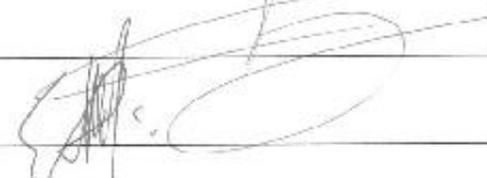
A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 27 de setembro de 2013, considerou o candidato ALEXANDER MAXIMILIAN HILSENBECK FILHO aprovado.

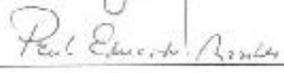
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Isabel Maria Frederico Rodrigues Loureiro 

Profa. Dra. Luciana Henrique da Silva 

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes 

Prof. Dr. Elicl Ribeiro Machado 

Prof. Dr. Paulo Eduardo Arantes 

RESUMO :

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – formado no processo de redemocratização nacional, junto com outras organizações como o PT e a CUT – constituiu-se ao longo de três décadas no principal movimento social do país, e num dos mais relevantes do mundo, sendo referência anticapitalista e de resistência às políticas neoliberais na década de 1990. Nesse processo, o MST conseguiu se reinventar e equilibrar a dimensão pragmática visando à solução dos problemas cotidianos de sua base com o objetivo de uma sociedade livre e igualitária, alicerçado numa prática de ação direta e de negociação. Contudo, com a chegada do PT ao governo federal e numa conjuntura de crescimento econômico, diminuição da desigualdade social e queda no desemprego, em que as políticas participativas (públicas e privadas) ganham capilaridades nos mais distintos setores da esquerda, como tem se caracterizado a luta do MST, e que tendências se podem observar? Diante de parcerias com empresas capitalistas transnacionais, gestão de recursos governamentais e dificuldade crescente em fazer ocupações e conquistar novos assentamentos, constata-se que essa situação não pode ser compreendida apenas como resultado de alianças e composições de classes numa frente governista. Não sendo a realidade uma figura monocromática, a análise das contradições do MST nos permite desvelar mecanismos próprios do capitalismo visando a assimilação das lutas sociais. A partir da análise da literatura existente (nos meios acadêmicos, militantes e empresariais), de pesquisas de campo e entrevistas, procuramos identificar alguns desafios enfrentados pelo MST na última década, desafios que colocam impasses não apenas ao Movimento Sem Terra, mas que são, em grande medida, generalizáveis para o conjunto das forças antissistêmicas.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Movimentos sociais; Capitalismo; Políticas públicas; Conflito Social.

ABSTRACT

The Landless Workers' Movement (MST) – formed in the process of national re-democratization in Brazil together with other organizations like PT and CUT – became in the course of three decades the country's main social movement and one of the most important in the world, as an example of an anti-capitalist movement opposed to neoliberal policies in the 1990s. In this process, MST has managed to reinvent itself and to balance its pragmatic dimension aimed at solving the everyday problems of its base with the goal of a free and equalitarian society, founded on the practice of direct action and negotiation. However, with PT's arrival at the federal government and in a context of economic growth, reduction of social inequality and declining unemployment, when participatory policies (public and private) gain currency in the most diverse sectors of the left, what characterizes MST's struggle, and what tendencies can be observed? Considering MST's partnerships with transnational corporations, the management of government resources, and increasing difficulty in making occupations and conquering new settlements, one concludes that this situation can not be understood simply as a result of alliances and class compositions in a government coalition. Insofar as reality is not monochromatic, the analysis of MST's contradictions allows us to unveil capitalism's own mechanisms aimed at the assimilation of social struggles. From the analysis of the current (academic, activist and corporate) literature, of field researches and interviews, we sought to identify some of the challenges faced by MST in the last decade, that present dilemmas not only for that movement, but in general for all anti-systemic forces.

Keywords: Social movement; Capitalism; Public policies; Social Conflict.

SUMÁRIO

1	PREÂMBULO.....	1
1.1	Introdução.....	11
2.	REFORMA(S) AGRÁRIA(S) PARA QUE(M)?.....	15
2.1	A questão da reforma agrária no Brasil.....	15
2.2	Projetos de reforma agrária do MST.....	23
2.3	Reforma agrária atual.....	32
2.4	Dualidade na agricultura brasileira e as políticas públicas para a agricultura familiar.....	36
2.5	Emancipação compulsória dos assentamentos.....	46
2.6	Agricultura Familiar.....	48
2.7	Atualidades da questão (da reforma) agrária.....	53
3.	NEO (NACIONAL) DESENVOLVIMENTISMO, NEOLIBERALISMO E BRASIL POTÊNCIA - PARADOXOS DAS LUTAS SOCIAIS... 	61
3.1	Governos, alianças, correlações de forças e composição de classes.....	66
3.2	O velho MST e o novo Brasil.....	73
	(parêntese geográfico, ideológico e político).....	74
4.	A CRISE E O MST (ou o MST dentro da Crise)....	79
4.1	MST e Empresas.....	86
4.2	Participação social.....	112
4.3	Permanências e continuidades: governos e conflitos agrários.....	127
4.4	Relação PT-MST-PT'.....	135
4.5	Políticas públicas, enfrentamento e recuperação.....	145

4.6	Desenvolvimento das políticas de recuperação no Brasil.....	155
4.7	Tecnicização da militância.....	162
4.8	Burocratização e Movimentos Sociais: uma tendência intrínseca?.....	168
4.9	Socialismo da Miséria.....	172
5.	A ESQUERDA QUE OCUPA A ESQUERDA: O DRAMA DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS.....	189
5.1	Duas concepções de ação.....	200
5.2	Ocupar a "casa do homem".....	205
6.	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA UM DEBATE EM ABERTO.....	221
6.1	Ocupação como estratégia e como tática.....	225
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	241
	APÊNDICE.....	259

... A todos e todas que mantêm a dignidade seguindo o caminho do coração, isto é, abaixo e à esquerda, que não se vendem e não se rendem...

Agradecimentos

É verdadeiramente um prazer agradecer a todas as pessoas que contribuíram – acadêmica, política e pessoalmente – para a confecção dessas páginas. Mesclam-se e se embaralham muitas vezes essas três dimensões. Os agradecimentos servem, também, para indicar alguns alicerces que sustentaram a tese, para além das convicções e valores de quem monograficamente a escreveu. E como todo trabalho monográfico este é coletivo.

Puxando a memória pelos cabelos, tenho que iniciar agradecendo ao e-mail que recebi (em cima da hora é verdade) indicando que ainda estavam abertas as inscrições para o doutorado na Unicamp; agradecer ao motoboy que viajou com o envelope com a documentação e aos funcionários que o receberam quase nos acréscimos do tempo; também agradeço a miríade de trabalhadores, funcionários e professores, que contribuíram fundamentalmente com minha formação, bem como agradeço aos discentes que tive o desafio e o prazer de lecionar nessa jornada.

Deixo registrada a importância dos debates junto aos companheiros do coletivo político de comunicação Passa Palavra, aos grupos acadêmicos e políticos NEILS, ACySE, GENeo e CEMARX.

Sou grato às lutas travadas e a todos os companheiros de peleja, que me ensinaram que todos os dias são de luta, quer saibamos disso ou não, e que é mais saboroso não se prender apenas ao estudo de livros de receitas, mas conjuntamente cozinhar. Esses são dias que fazem brotar a paixão e a esperança. Agradeço, notadamente, à companheirada do MST e do Assentamento Milton Santos, bem como aos lutadores que foram se somando nesse caminhar.

Aos amores-amigos-família que suportaram ausências e presenças, por vezes efusivas, por outras angustiadas, e que se mostraram uma sólida ponte na qual pude transitar temas e vivências.

À Isabel Loureiro, que além da paciência excepcional, ofertou reconfortante carinho.

Igualmente agradeço à banca, de qualificação e defesa, pela leitura sincera e atenta, pelo debate franco e fraterno e pela gentileza em outorgar a titulação.

Titulação que, se por um lado não me permitirá o exercício da advocacia ou da medicina, por outro lado possibilitará a abertura de novos horizontes, de janelas a vislumbrar e novas portas a atravessar.

Também agradeço à força e ao afago de todos os que estiveram presentes – mesmo que não fisicamente – antes, durante e após a defesa, o que inclui as confraternizações que seguiram e seguem...

... foi e continua sendo um prazer compartilhar no espaço e no tempo essa existência com todos vocês.

Muito obrigado, mesmo.

*“A resposta certa
não importa nada: o essencial
é que as perguntas estejam
certas”.*
Mário Quintana

1. PREÂMBULO

“A ordem reina em Varsóvia’, ‘a ordem reina em Paris’, ‘a ordem reina em Berlim’. A cada meio século os guardiões da ‘ordem’ obtêm os comunicados vitoriosos dos holocaustos das guerras e conflitos mundiais. Esses ‘vencedores’ exultantes são incapazes de perceber que uma ‘ordem’ que necessita ser mantida periodicamente à custa de sangrentas hecatombes inelutavelmente caminha para seu destino histórico, sua perdição. [...] ‘A ordem reina em Berlim!’ Esbirros estúpidos! Vossa ‘ordem’ é um castelo de areia. Amanhã a revolução se ‘levantará de novo clamorosamente’, e para espanto vosso proclamará: era, sou e serei!”

Rosa Luxemburgo

A paisagem política mundial passou por modificações importantes entre o final da década de 1960 e os princípios dos anos 1990, o que se refletiu nas formas de interpretação desta realidade, bem como nos modos de intervenção nela. As resistências contra determinados efeitos dos regimes capitalistas receberam novos impulsos, sobretudo na esteira das agitações de 1968, reconfigurando espaços políticos e temáticas das lutas sociais. O contexto histórico mundial das décadas de 1960-1980 revelou a emergência de novas formas de ação coletiva e diversificação de lutas sociais. Estas corresponderiam ao ciclo batizado por Wallerstein (1996) como revolução de 68, no qual a burguesia reestruturou o modo de acumulação e reprodução capitalista, desmantelando as fábricas tradicionais baseadas no modelo de gestão fordista e taylorista como forma de organização do trabalho. Considerando que a crise ou avanço do sistema capitalista está estreitamente vinculado às lutas da classe trabalhadora, o neoliberalismo, assim, aparece como uma contraofensiva do sistema às lutas desenvolvidas desde a década de 1960 (ZIBECHI, 2012). O bloco socialista da Europa oriental e a União Soviética desintegraram-se, e na América Latina as guerrilhas foram gradualmente depondo suas armas. Os partidos radicais de esquerda, notadamente os comunistas, que agregavam os setores mais consistentemente militantes do movimento operário foram perdendo relevância quantitativa e qualitativa. As culturas políticas das lutas sociais relegavam ao ostracismo certos temas e objetivos, como a superação do capitalismo, ao mesmo tempo em que ostentavam novos, tais como a transparência e prestação de contas dos governos democráticos. Na América Latina, e especialmente no Brasil, a luta contra as ditaduras civil-militares e a redemocratização introduziam novos temas nas agendas políticas. Os espaços das alternativas radicais, ainda que imaginados, estreitaram-se profundamente.

No campo teórico, isto significou uma perda de força importante das análises centradas numa perspectiva de totalidade e nos conflitos entre classes, para a predominância de interpretações situadas nas identidades e nos indivíduos, em estudos linguísticos, étnicos e culturais. Na Ciência Política, ganhou força a conceitualização da novidade nos movimentos sociais, suas contribuições para a normatividade da democracia parlamentar, sendo simbólica, desta viragem, a literatura que procurava fundamentar a falência de todo projeto de transformação – e não apenas de reformas – do atual sistema mundial.

Os estudos sobre essa nova situação se intensificaram com o final da ditadura. As análises buscavam compreender (não apenas no Brasil) o surgimento desses novos movimentos (GOHN, 2000; KOWARICK, 1987). A hegemonia de um tipo de conflito centralizado no movimento operário, com reivindicações econômicas e trabalhistas, teria, supostamente, dado lugar a variadas e fragmentárias formas de luta, orbitando em torno de temas como identidade, diferença, cidadania, meio-ambiente (MELUCCI, 2001), reconhecimento (HONNETH, 2003). Esses temas, acompanhados de modos de luta próprios, como as “comunidades reivindicantes”, organizações não-governamentais sociais, políticas e culturais específicas (GOHN, 2000), entre outras, podem, inclusive, configurar movimentos que agrupem mais de uma categoria reivindicativa, como de gênero e de raça, caracterizando “coletividades ambivalentes” (FRAZER, 2001) que sofrem injustiças socioeconômicas e falta de reconhecimento. A partir da década de 1980, ganhou força a perspectiva teórica de classificar os movimentos sociais por sua reivindicação de identidade e pluralidade de formas de ação/reivindicação coletivas (EVERS, 1984). Com a ampliação das dimensões da luta política, os conflitos não se restringiriam mais a atingir o processo produtivo em sentido estrito (tampouco o Estado), mas estariam se apropriando do tempo, do espaço, das relações, do si-mesmo dos indivíduos (MELUCCI, 2001).

As consequências aparentemente mais marcantes dessa mudança de orientação dos conflitos talvez tenham sido a transição de uma perspectiva de totalidade, alicerçada nas relações capital x trabalho, com um projeto sociopolítico de transformação estrutural da sociedade capitalista, para movimentos que se inscrevem nos marcos de políticas focalizadas e reivindicativas, não inscritas diretamente nas (quando não situadas fora das) relações de produção do sistema capitalista (GOHN, 2000). Essas transformações se

refletiriam na fragmentação dos atores sociais, na perda da coesão e identidade de classe e da capacidade organizativa de suas instituições tradicionais de representação, como o partido político e o sindicato. No entanto, outras interpretações (BERNARDO, 2009a; ZIBECHI, 2008), irão assinalar que o surgimento dos movimentos sociais se dá como resposta dos dominados ao processo de transformação do capitalismo, deslocando o eixo da contestação do local de trabalho para o território, dado o processo de debilidade das organizações tradicionais da classe trabalhadora e das suas formas correspondentes de conflitos terem sido, de certo modo, neutralizadas. Nesse sentido, nos anos 1970, os movimentos sociais e suas práticas mais autônomas teriam conseguido se generalizar para além de setores minoritários e heréticos para, então, modificar a forma e o repertório dos conflitos e da luta política.

É nesse contexto político, e nesse caldo teórico, que se situa o objeto do presente estudo: o principal movimento social de camponeses brasileiros sem terra (para não dizer o principal movimento social brasileiro de todos os tempos), o MST, formado em 1984, junto a outras organizações sociais (notadamente no campo sindical a Central Única dos Trabalhadores, e no político eleitoral o Partido dos Trabalhadores). Essas organizações foram herdeiras de uma concepção de esquerda dominante nas décadas de 1950 e 1960, baseada na análise de que o capitalismo brasileiro era dependente dos países do capitalismo central, e que, para superar tal situação, tornava-se fundamental completar o processo de desenvolvimento nacional, realizando as tarefas em atraso, típicas do que se convencionou denominar revolução burguesa clássica¹. Para tal estratégia construiu-se o Projeto Democrático Popular, tendo por perspectiva no longo prazo a construção do socialismo, e assim, valendo-se do acúmulo de forças, a via eleitoral seria uma das arenas de disputa. O

¹ Em tempos nos quais certas ideias do passado são requentadas para serem novamente consumidas no presente, numa falsa repetição da história, convém lembrar alguns ensinamentos. O capitalismo brasileiro não levou em conta a teorização de esquerda e desenvolveu-se com os setores (incluindo o latifúndio) que, nas formulações dominantes na esquerda, deveriam constituir-se como entraves. Florestan Fernandes, na década de 1970, nadando a contracorrente, não supunha ações progressistas por parte da burguesia nacional. Ele identificava que os tempos da revolução democrático-nacional haviam passado (mas deixado em atraso as tarefas democráticas do ciclo burguês) e sido substituídos pelo tempo da aceleração do desenvolvimento econômico e aprofundamento dos mecanismos de poder mundial do capitalismo. Assim, estaríamos na época das revoluções proletárias (ainda que nos “elos débeis” do capitalismo) (FERNANDES, 1978; 1981). Tais concepções irão influenciar a formação do PT, da CUT e do MST, que, ao invés do antigo ciclo da revolução democrático-nacional, adotariam a tarefa de uma revolução democrático-popular, forjada na aliança entre setores em contradição com a lógica do capital e fundamentada nos trabalhadores urbanos e rurais.

regime civil-militar aparecia, então, como inimigo comum a ser enfrentado pelas organizações progressistas e de massa, fazendo com que toda luta de características populares e/ou democráticas fosse, por isso, contraposta à ordem estabelecida.

Em dada medida, os objetivos desse projeto foram bem-sucedidos: neste processo importantes conquistas foram alcançadas, espaços democráticos e de participação forjados, o campo institucional ampliado. O PT, enquanto polo aglutinador, transformou-se em governo (inicialmente em âmbito municipal e estadual e posteriormente em nível federal). O MST e a CUT, que organizaram e desenvolveram diversas lutas, consolidaram-se enquanto interlocutores políticos relevantes e legítimos, tendo também presença e influência nos órgãos governamentais e na constituição de políticas públicas.

Nosso intuito neste trabalho – a partir do resgate da memória da história de luta e da análise das inevitáveis contradições de praticamente três décadas de existência do MST – é compreender seu atual momento que, para personagens à esquerda e à direita do movimento, e inclusive de dentro do próprio MST, vive um período de crise, de perda de influência e relevância como força social autônoma. Num quadro mais amplo, esperamos que a apreensão dos elementos específicos do MST possa trazer contribuições para a análise das lutas sociais, em sua forma de movimento, numa contemporaneidade marcada não pelo contexto mais direto e imediato de pura repressão, mas pelo corolário da participação (ou ainda, pela junção destes dois atributos).

Nossa hipótese é que o processo de redemocratização nacional e de participação institucional dos movimentos sociais (elementos ampliados quando levados adiante por governos oriundos do campo da esquerda) trazem novos elementos e contradições às lutas sociais. Estas, ao mesmo tempo em que são fruto das modificações do campo político institucional, o remodelam, influenciando-o e sendo por ele influenciadas. No caso específico de nosso objeto, e no atual momento de acumulação do capital em país de capitalismo dependente e de fragmentação das classes dominadas, isso significa um processo de crise política e ideológica do MST. Nesse sentido, duas perguntas interconectadas nortearam nossa análise, “que crise?” e – refutando a hipótese de que a vitória do capital sobre o trabalho seja definitiva – “como sair dela?”.

Partimos do pressuposto de que as lutas dos trabalhadores podem (o que não significa que o façam) gerar espaços e formas de sociabilidade antagônicas às dominantes,

isto é, não baseadas no individualismo, na opressão, na exploração e dominação do ser humano, como imperam nas relações sociais no capitalismo. Tais *tendências*, ainda que não efetivem nenhuma mudança revolucionária, no sentido de mudança estrutural radical num curto espaço de tempo, são importantes como espaços de *porvir*, de criação de algo novo, de novas formas políticas e relações sociais². Essa novidade também se reflete no campo das ideias – pois estas, não existindo sem uma base social própria, decorrem de um quadro social já existente – ou em possibilidades materiais concretas de existir. As sociabilidades emergentes se dão nas formas de luta, e são elas mesmas formas de luta, criadas e amadurecidas no cotidiano dos movimentos e dos conflitos, o que não significa que sejam generalizáveis para toda a sociedade. Curiosamente, o exemplo maior utilizado por distintas correntes de esquerda tem sido uma experiência com duração de setenta e dois dias, a Comuna de Paris. Por que então ignorar outras experiências, mais ou menos efêmeras, mais ou menos contundentes?

Assim sendo, um dos objetivos secundários desta tese será a busca de relações de novo tipo, sociabilidades anticapitalistas ou antissistêmicas nas práticas e experiências de luta do MST, no cotidiano de ocupações, acampamentos e assentamentos. O movimento estaria contribuindo para gerar outra cultura política? Em caso afirmativo, qual e de que forma? Em que sentido político apontam as tendências atuais do Movimento? Partimos, assim, de uma primeira caracterização que não é consensual entre os analistas do MST, a de que ele defende – ou melhor, que setores dentro do movimento sustentam – um projeto com vistas à construção de uma sociedade não capitalista. Essa perspectiva pode ser encontrada já nos primórdios do MST, quando, em janeiro de 1984, no seu I Encontro Nacional, aprovou dentre os princípios gerais os de “Lutar pela reforma agrária já” e “**Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo**” (MST, 1984)³, mas também está

² Alain Badiou (2012) observou que alguns *eventos*, como a Comuna de Paris e a Revolução Cultural chinesa, fizeram aparecer no mundo o que não existia nele um dia antes. Neste sentido, buscamos observar o que as lutas travadas no cotidiano da territorialidade dos movimentos sociais podem trazer de novo em termos emancipatórios, e que formas se utilizam para isso.

³ Grifo nosso. Este tema também aparece, entre outros documentos e declarações, nos objetivos do seu 3º Congresso Nacional: “Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais” (MST, 1995). No Caderno de Educação nº 8, elaborado pelo coletivo nacional do setor de educação do MST em 1996, entre os princípios filosóficos encontramos uma definição mais acabada desses valores humanistas e socialistas nas relações sociais: “Estamos chamando de valores humanistas e socialistas aqueles valores, então, que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e sim como ser de relações sociais que visem a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e

presente numa série de simbologias do Movimento, bem como no anseio de muitos militantes e no discurso de vários dirigentes.

Para tal análise, teremos que articular o aspecto de participação institucional do movimento com sua luta pelo socialismo. Como se conjuga a reivindicação “anticapitalista” e “autônoma” do movimento com a integração a um governo capitalista? É possível tal realização de modo que não se caia numa contradição que estagna e sufoca um dos polos? De modo mais claro, quais são as tendências, no MST, de ruptura com o capitalismo? Ou será que estes elementos de ruptura não existiam? Ou não existem mais?

Ao tratarmos de *movimentos sociais*, cabe ainda aclarar de que forma utilizamos este conceito. Mesmo que a temática dos movimentos sociais seja uma área clássica de estudo das Ciências Sociais, constituindo-se, numa de suas primeiras preocupações enquanto mobilizações na sociedade⁴, faz-se pertinente a observação de Maria da Glória Gohn (2000)⁵, para quem não existe na literatura especializada uma teoria sobre movimentos sociais, mas várias.

Neste trabalho adotamos uma conceitualização para movimento social mais restrita e antissistêmica, isto é, como uma forma especialmente crítica e ousada de ativismo social⁶. Entendemos os movimentos sociais como os que promovem ações de rebeldia social, subversão da ordem, ruptura com o cotidiano, e tentativa organizada de grupos de superar o contexto de repressão e alienação coletivas, quase sempre numa tentativa de articular questões particulares com objetivos mais gerais⁷. Desse modo, os movimentos são

espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos” (MST, 1996).

⁴ Scherer-Warren (1987, p. 12), afirma que “na sociologia acadêmica o termo ‘movimento social’ surgiu com Lorenz von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês e o do comunismo e socialismo emergentes”.

⁵ “(...) poucos autores se dedicaram a definir ou a conceituar o que entendem por movimentos sociais [...] [eles] têm sido tratados da mesma forma, além da não-diferenciação entre movimentos propriamente ditos, lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras, insurreições e outras formas de ações coletivas (...) uma teoria consistente para explicar os movimentos sociais latino-americanos está ainda por se construir. O que temos são esboços explicativos” (GOHN, 2000, p. 13-18).

⁶ Sabemos que esta circunscrição contém limites para a análise, mas acreditamos que para os objetivos que nortearam esta pesquisa foi preferível correr o risco em vez de adotarmos conceitualizações extremamente genéricas e abstratas. Para uma discussão sobre formas de ativismo social e o papel de movimento social, ver (SOUZA, 2006).

⁷ Ainda que o tipo de transformação social, se de caráter mais reformista ou revolucionário, possa ser colocado em questão – não consideramos os movimentos antecipadamente como revolucionários ou não –,

campo de luta, mobilizações coletivas que trabalham com uma cultura instituída (e que também podem criar uma nova cultura política), e em que a direção tomada depende, também, da correlação de forças atuantes no interior dos próprios movimentos sociais.

Neste cenário, defendemos a ideia de que a “novidade” expressa na configuração dos “novos” movimentos sociais deve ser pensada em termos de continuidade-ruptura, que se apresenta em diversas faces, desde seus ideais e objetivos até as formas organizativas, reivindicativas e programáticas.

Definir o MST a partir de um dos paradigmas dos movimentos sociais pode levar a um certo reducionismo da realidade⁸. De acordo com Michel Löwy, o MST pode ser caracterizado por “(...) um misto espantoso de religiosidade popular, revolta camponesa ‘arcaica’ e organização moderna, na luta radical pela reforma agrária e, em longo prazo, por uma ‘sociedade sem classes’” (LÖWY, 2001, p. 12).

Os movimentos sociais atuam em mais de uma direção e clivagem, atualizando a dialética entre reforma e revolução. O MST, por exemplo, utiliza um repertório amplo de ações e demandas, não se limitando apenas a uma delas (ainda que a questão da terra seja obviamente central). É sintomático da multiplicidade de temas abrangidos pela luta dos Sem Terra a igual variedade de análises produzidas sobre ele⁹, que dão um exemplo da

estas características são construídas a partir das práticas sociais e das relações que vão sendo elaboradas, tampouco sendo algo fixo e linear. Discordamos, portanto, de análises que classificam toda forma de ação coletiva como movimento social, quer sejam conservadores, revolucionários, ambos ou nenhum (CASTELLS, 2000). Consideramos essas definições de pouco valor analítico, na medida em que tal abrangência conceitual seria capaz de abarcar uma infinidade de mobilizações na sociedade, inclusive de caráter antagônico. Tampouco podemos defini-los por escolas ou paradigmas, como neoinstitucionalistas, marxistas, anarquistas etc., pois isso são formas de compreensão do fenômeno, não o fenômeno em si. Os movimentos não se mobilizam por serem marxistas ou neoinstitucionalistas, mas podem ser neoinstitucionalistas ou marxistas por se organizarem dessa ou daquela forma, ter determinados objetivos e dada leitura da realidade. Também entendemos que é insuficiente classificá-los a partir somente da posição que os seus membros ocupam no processo produtivo, ainda que esse seja um elemento muito importante, pois num mesmo movimento social podem existir diversas frações da classe trabalhadora: camponeses, desempregados urbanos, trabalhadores rurais, indígenas, pessoas oriundas das “classes médias”, universitários etc., conformando-o efetivamente. E o simples pertencimento estrutural não parece ser capaz de definir suas potencialidades e limites a priori, sendo fundamental a tomada de consciência a partir da experiência vivida de classe, sobretudo no terreno fértil para seu florescimento, nas lutas (THOMPSON, 2001).

⁸ “(...) fica difícil definir em qual categoria o MST se encaixa, pois ao mesmo tempo em que ele tem tradição marxista, com líderes carismáticos, elementos que envolvem fatores psicossociais da tradição clássica, como a mística, os símbolos, a memória, tem materializado na sua prática um jeito sui generis de mobilizar os trabalhadores em torno de mudanças pontuais na sociedade com base em categorias como identidade e valorização da cultura, próprias dos NMS” [Novos Movimentos Sociais] (SANTOS, 2013, p. 297).

⁹ Passando pela dimensão pedagógica (NETO, 1999; CALDART, 1986; BAUER, 2009); as relações de gênero (RUA; ABRAMOVAY, 2000; GONÇALVES, 2005; 2009; FURLIN, 2009); o espaço socioterritorial

pluralidade de temas e formas de conceitualizar e abordar os impactos produzidos pelo MST.

Versamos sobre os movimentos sociais, nesta tese, não apenas pela ótica da questão social, de suas misérias e carências, como “movimentos sem”, mas também numa perspectiva política fundante, de transformação de aspectos estruturantes da sociedade, não restrita ao campo eleitoral. Por isso, abordamos o MST como uma forma organizativa desenvolvida por um conjunto da classe trabalhadora, que no próprio processo de fazer-se, deu vazão aos limites das formas sindicais, que tinham por norte uma classe trabalhadora masculina, estável e com direitos. O MST desenvolve outros mecanismos que permitem a integração mais ampla dessa classe, incorporando a família e setores instáveis de trabalho informal, mais próximos da nova morfologia do trabalho. Contudo, o MST também não escapa das formas clássicas de organização da classe, como a própria forma “sindical” e a forma “partido”¹⁰. Isso faz com que o Movimento tenha grande capacidade de reinventar-se e disponha de múltiplo repertório de ações. Mas, igualmente, faz com que herde particularidades e limites das formas organizativas tradicionais, como não conseguir diálogo mais unitário entre diversos setores e divisões da classe, e uma verticalidade que asfixia a crítica interna. Entretanto, cabe uma obviedade que, contudo, merece ser repetida: todo processo social é ambíguo, e a mesma realidade que cria a tese cria a sua antítese.

Esta hibridização do MST faz com que o Movimento vá além da atualização do repertório reivindicativo que busca saídas para o desemprego no meio rural, lutando por uma política de democratização do campo brasileiro e pela transformação radical da estrutura social do país. Desta forma, ele transcende a classificação como um movimento social temático e diversifica o leque de formas de protesto social, atuando em variadas frentes em parceria com distintos setores e produzindo impactos múltiplos na configuração da sociedade brasileira.

(FERNANDES, 1996); os impasses na luta pela terra (LERRER, 2003); as relações raciais (FERNANDES et al., 2007; SOUZA, 2009; VILLAS BOAS, 2011); os meios de comunicação (GOHN, 2000b); a produção da memória (BORGES, 2010; MORISSAWA, 2001); seus impactos na democratização nacional (CARTER 2006; 2010); análises comparativas dos processos de resistência ao neoliberalismo (MACHADO, 2004); relatos de sua luta (BRANFORD; ROCHA, 2004); a utilização da mística (VARGAS, 2008); a produção cultural (VILLAS BOAS, 2006; HILSENBECK FILHO, 2012); entre outras obras.

¹⁰ No caso do MST ter características da “forma partido”, entendido como partido de organização da classe, Cf.: ALIAGA, 2008. Em sua dissertação Luciana Aliaga enfoca o momento essencialmente político do MST e ressalta as suas novas experiências no campo da organização política das classes subalternas do campo.

Esta pesquisa passou também ela por diversos dilemas e encruzilhadas. Inicialmente pensava-se em articular uma análise que conjugasse a luta popular no âmbito urbano (tendo por objeto alguns movimentos *piqueteros* argentinos), indígena (através do *zapatismo* mexicano – já anteriormente analisado na graduação e no mestrado), e rural (via *MST*). Apesar das várias advertências, desde a época da banca de seleção na Unicamp, de que poderia ser uma tarefa demasiado extensa e hercúlea, insistimos nesse projeto até a qualificação. Momento no qual, dada a complexidade não apenas do próprio *MST*, como também do momento histórico específico e dos dilemas enfrentados pelo Movimento na atual conjuntura nacional, optamos (com a devida contribuição dos professores Paulo Arantes e Andréia Galvão) por nos centrar “apenas” na investigação do *MST*.

Outro elemento que contribuiu categoricamente para tal decisão foi o envolvimento político e pessoal em assentamentos e acampamentos do *MST*, vivenciando seus dilemas e potencialidades numa prática que, inevitavelmente, reverberou na constituição teórica e analítica deste trabalho. Isto não significa um enviesamento da pesquisa, que tampouco pretende uma asséptica e impossível neutralidade. Contudo, esta postura tem implicações metodológicas, na medida em que a conquistada relação de amizade e cumplicidade construída ao longo dos anos, em situações de convívio as mais variadas – indo de festividades às resistências contra despejos, de ocupações de terras às longas conversas com refeições preparadas no lento fogo a lenha – permitiu ambientes de grande informalidade e também de confiança mútua em relação a temas pouco explicitados publicamente. Assim, nos valem das intervenções, tanto como pesquisador que trazia reflexões que podiam ser discutidas coletivamente junto a assentados, bem como de ações políticas nas quais dissonâncias e aproximações podiam ser percebidas e apreendidas, problematizando uma relação sujeito-objeto a partir de uma preocupação com a potencialidade dos conhecimentos alternativos e da ação coletiva. Esperamos que tal envolvimento profundo com os atores sociais, e as permutas recíprocas (com integrantes e com críticos do *MST*), tenham nos possibilitado uma visão menos chapada e ideologizada, que reflita parte da amplitude de cores que envolvem as lutas sociais na atualidade.

Cabe ainda registrar um fato pouco lembrado na construção de uma tese de doutoramento. Apesar de sua inquestionável importância, ela é somente um elemento a

mais do que forma um doutorado, competindo com outros fatores, como a prática da docência, a participação em grupos de pesquisa, o conhecimento de novas teorias, o aprofundamento de autores e temas, as paixões, as ilusões e desilusões construídas, gerando um amadurecimento teórico e pessoal.

Uma das dificuldades em se realizar uma pesquisa sobre a esquerda, quando nos situamos nesse campo político, é evitar que a pura subjetividade interfira no processo de análise, ou seja, que a nossa vontade se sobreponha à própria realidade. Os resultados desta pesquisa não foram decididos antes do seu início, pelo contrário, seus passos foram nos levando por caminhos imprevisíveis. Soluções binárias, ideias simples e análises monodimensionais são mais sedutoras. Porém, apesar da (falsa) sensação de segurança, pouco auxiliam na compreensão de uma realidade complexa, com problemas atravessados por contradições e forças em conflito.

Deixando de lado o conforto de dogmas que levam à esterilidade da interpretação política, buscamos seguir o caminho da abertura de um debate que seja capaz de auxiliar a compreender a situação vivenciada hoje pelo maior movimento social brasileiro, e, através dele, a compreender os dilemas que na atualidade parecem atingir (de modo mais ou menos contundente) a quase totalidade da esquerda. Neste caminho, procuramos não ser irresponsáveis, o que significa não desvelar questões de cunho tático, zelar pela segurança dos que nos forneceram informações, manter constantemente a preocupação com o possível uso do que apresentamos, mas também, e de modo igualmente importante, significa não sermos ingênuos em relação à censura que argumenta que as informações desagradáveis sobre fatos concretos devem ser silenciadas internamente. Já sabemos aonde essa história nos levou e a intenção aqui não é repeti-la, mas superá-la¹¹.

A união entre centralismo democrático (ainda muito presente na esquerda), moral e culpa religiosa acaba por produzir a paralisia da crítica. Junte-se a isso um processo

¹¹ Realizar críticas a questões da esquerda não deveria se confundir com uma crítica à esquerda em geral (nem mesmo a todo um movimento em particular). Diante da existência de campos de concentração na URSS, muitos intelectuais e militantes de esquerda preferiram o silêncio, porque queriam acreditar que a denúncia pública seria fazer o jogo do imperialismo estadunidense e do capitalismo. Portanto, esses fatos deveriam ser discutidos em privado, afirmavam os defensores desta perspectiva. A indignação era, então, remetida aos que denunciavam publicamente a existência dos campos de concentração e não aos campos de concentração em si. As lutas não são a propriedade de um dirigente, de um partido ou um movimento. Se este tipo de chantagem é revivido é porque as condições materiais de sua reprodução permanecem vivas.

de massiva produção literária e pouco crítica dos rumos do MST. Como nos disse uma ex-dirigente: “Quem era liderança na década de 1990 caiu num deslumbramento, nunca fomos tão elogiados e aplaudidos e passamos a acreditar no que escreviam sobre nós, sem fazer um processo de autocritica dos nossos passos”.

Esta tese foi escrita no calor de um tempo histórico repleto de enorme quantidade de mudanças, num momento em que as ruas sussurravam ou gritavam, e exigiu a disposição de abandonar e repensar premissas profundamente arraigadas e aceitar desencantamentos. Não foram poucas as vezes em que sentimos o ato da escrita como algo doloroso. Dialeticamente, a perda de ilusões em conjunto com o chamado das ruas permitiu o aflorar de uma convicção que não poderia mais ser arrancada. Esta tese não teve por intuito retratar o quão gloriosas são as lutas e seus sujeitos. Antes de tudo é uma tese sobre o presente, isto é, uma tese sobre a nossa derrota – até aqui. Mas também sobre uma história incompleta e aberta, e, por isso, é uma tese que visa ao futuro. Em vez de nos paralisarmos nos mitos, optamos por nos embrenhar em labirintos e becos sem saída, na busca de desvendar ambiguidades e contradições, para, assim, auxiliar no processo coletivo de formulação de perguntas que permitam o não tardar do nascimento do novo.

1.1 Introdução

Após um preâmbulo mais explicativo sobre algumas características e porquês desta tese, optamos por fugir um pouco do convencional resumo preliminar dos capítulos e apresentá-los a partir dos questionamos levantados. A linha condutora comum a todos eles procurou ser pôr em causa certos lugares comuns no pensamento corrente de esquerda, com a intenção de contribuir em questões que se apresentam normalmente como dualidades.

A começar pela questão da reforma agrária como algo intrinsecamente progressista ou revolucionário. Quais têm sido os argumentos para a realização (ou não) de uma reforma agrária no Brasil? Seguiria o modelo “clássico” adotado por outros países? Manteria a sua pertinência na atualidade? Caso sim, a sua configuração seria a mesma? Seria uma bandeira unívoca da esquerda? Como avançou essa discussão no interior do próprio MST? E quais as implicações da realização da reforma agrária? De que modo o

governo tem tratado a agricultura (tanto a “patronal” quanto a “camponesa” e a “familiar”)? E que tendências podem-se observar a partir das políticas governamentais?

Dada a pertinência do Estado e dos governos na definição dos rumos das lutas, no terceiro capítulo tentamos caracterizar um pouco os entendimentos do país (com ou sem sufixos) nesta última década de governos oriundos de partidos trabalhistas. Pós-neoliberal? Neoliberal? Desenvolvimentista? Neo-desenvolvimentista? A compreensão dessas definições irá implicar determinadas conduções políticas, assim como determinadas conduções políticas irão definir o tipo de compreensão desses governos. Quais as correlações de força? Que alianças e composições de classes? Como a velha (ou nova) esquerda entende esse novo (ou velho) país?

No quarto capítulo dispomos acerca de uma possível crise do MST nessa nova conjuntura e interpelamos parcerias e conveniências. A relação do Movimento Sem Terra com empresas do capitalismo transnacional seguiria uma linha única de confronto e crítica? Ou também seria permeada por trilhas paralelas de negociação, acordos e transações? Haveria um entendimento geral sobre monocultura, trabalho precarizado, inserção no (super)mercado? Como se tem dado a inserção do MST nas políticas públicas de participação social? De que modo os distintos governos no país redemocratizado têm desenvolvido as políticas para reforma agrária e como essas se ligam com a participação do Movimento e a continuidade do conflito agrário? Mais especificamente, qual a relação prática do MST com o PT-governo? Como surgiram e que formas assumiram as políticas públicas de participação no país, e o impacto delas nas formas de conflito (inclusive no interior dos movimentos)? Qual o efeito, para os movimentos sociais, das políticas de redistribuição de renda para as camadas mais pauperizadas da sociedade?

No quinto capítulo fugimos do protocolo e abrimos uma exceção para discutir um caso concreto que envolveu a luta de um assentamento para permanecer assentamento. Procuramos compreender que tipos de relações se desenvolveram no triângulo que envolvia a luta desse assentamento, o MST e o governo.

Ah, cabe apenas mais uma advertência: não se priorizaram as respostas a estas questões. Assim, encerramos com algumas considerações para deixar em aberto diversos questionamentos.

Ainda incluímos um apêndice para uma caracterização mais detalhada da formação e desenvolvimento do MST. Optamos por não inserir esta parte no corpo do texto propriamente dito, por ponderar ser mais proveitosa a leitura direta dos temas candentes, considerando o amplo conhecimento da banca, e mesmo do leitor médio, sobre o tema. Ainda assim, nos pareceu importante deixar registradas as informações sistematizadas sobre o MST, para que os que se aventuram nas características e definições do Movimento possam ter além de uma interpretação sobre ele (o que pode dizer muito sobre o tipo de questões que suscitamos), também uma fonte de referências para o aprofundamento de leituras e pesquisas. Também procuramos diluir a metodologia e as referências teóricas utilizadas no corpo das discussões, no intuito de evitar um traço comum em teses que é separar a explicação teórica e metodológica da análise e desenvolvimento do objeto.

2. REFORMA(S) AGRÁRIA(S) PARA QUE(M) ?

“Pensava que nós seguíamos caminhos já feitos, mas parece que não os há. O nosso ir faz o caminho.”

C. S. Lewis

2.1 A questão da reforma agrária no Brasil

O Brasil atual, contradizendo décadas de cartilhas militantes, tem demonstrado que a modernização do campo pode ocorrer sem a implantação da reforma agrária, pois efetua um tipo de inserção na economia em que unifica modelos arcaicos e modernos¹². Esta questão deve ser colocada em seu contexto histórico concreto, longe de corresponder a um trajeto mecânico de “modelos clássicos”, que reproduziria automaticamente os resultados desses modelos¹³. Neste sentido, convém problematizar a função da reforma

¹² De acordo com notícia publicada no *Valor Econômico* em 11 de Julho de 2012, um levantamento realizado pela OCDE estabeleceu que “a produtividade da agricultura brasileira cresceu o dobro da média mundial na última década, ou cerca de 4% ao ano”. “O crescimento da produtividade brasileira passou de 0,9% ao ano, em média, entre 1961 e 1970, para 4,04% entre 2001 e 2009”. Para efeitos de comparação, a “Rússia e Ucrânia, que saíram de níveis baixíssimos, conseguiram altas de 4,29% e 5,35% ao ano, respectivamente, na última década”. Porém, “no caso dos EUA, um dos maiores produtores mundiais, o ganho médio de produtividade aumentou de 1,21% para 2,26% ao ano na última década”. Cf.: Brasil é destaque da OCDE sobre produtividade. **Clipping Planejamento**, 11 jul. 2012. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastrros/noticias/2012/7/11/brasil-e-destaque-em-trabalho-da-ocde-sobre-produtividade>>. Além do mais, numa série de artigos, publicados em outubro de 2012, a revista Exame (2012), confirma uma tendência de aumento da produtividade na agricultura nacional. “Um dos raros setores do Brasil que têm conseguido romper a barreira da inércia na produtividade é a agricultura. Resultado do melhoramento genético de sementes e da adoção de máquinas no campo, uma parte da agricultura nacional deu um salto de eficiência. Nas últimas quatro décadas, a produtividade agrícola tem avançado, em média, 3% ao ano. O melhor exemplo dessa transformação ocorreu nas lavouras de soja (...) Em 2011, o Brasil alcançou o topo da produtividade mundial de soja”. Os dados da importância do setor agrícola para a economia nacional, fruto de décadas de pesquisa de agências como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de institutos universitários como a Esalq-USP, foram, também, fruto de editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, em 03/12/2012. Outro documento interessante para análise é o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, publicação do IBGE que integra os dados do Censo Agropecuário 2006, o processo de modernização da agropecuária vive uma transformação de um momento de grande mecanização para um de maior investimento em capital intelectual: Cf.: Censo Agropecuário 2006, **IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>. E, o governo, através da agência de inovação (Finep) e do BNDES lançou em 2013 um programa (Inova) no valor de R\$ 3 bilhões para financiar empresas do setor agropecuário, abrangendo três linhas temáticas: insumos, processamento e máquinas e equipamentos: Cf.: Programa dá apoio de R\$ 3 bi à agropecuária. **Folha de S. Paulo**, 29 mail 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2013/05/1286488-programa-da-apoio-de-r-3-bi-a-agropecuaria.shtml>>.

¹³ Um exemplo dessa complexidade é apontada por um ex-militante do MST, para quem a modernização produtiva no campo foi, mesmo que indiretamente, resultado das lutas sociais. “A minha impressão é que no auge de nossa radicalidade a gente criou as condições para o desenvolvimento do capitalismo no campo, a burguesia por conta própria não chegava a esse patamar de organização da produção, sem as tensões que existiam no campo. A nossa radicalidade forçou que eles resolvessem um problema que eles não resolveriam

agrária no Brasil contemporâneo, que tipos de reforma agrária são propostos e por quem, quais os projetos defendidos pelos movimentos populares rurais, qual o peso no desenvolvimento econômico e social e o que sua ausência revela. Em outras palavras, é preciso distinguir projetos direcionados exclusivamente para as estruturas econômicas dos que são voltados para mudanças mais amplas, que envolvam a renovação da composição das classes dominantes, ou a superação da própria divisão de classes. Em suma, o que se quer dizer com *reforma agrária*? Uma mobilização de massas com aspectos radicais e igualitários, possibilitando servir como laboratório de novas formas de sociabilidade ou qualquer tipo de mudança relativamente profunda da sociedade rural? Sua natureza é capitalista, socialista, reformista-desenvolvimentista, revolucionária? A divisão entre reforma e revolução seria tão demarcada? E, se for uma reforma, que tipo de reforma¹⁴? Como se configura a questão da reforma agrária no Brasil contemporâneo? Como projeto popular e progressista ela permanece inalterada, tal qual décadas passadas? Quais os entraves atuais para sua realização? Ela ainda faz parte da agenda antissistêmica e anticapitalista de transformação social?

A reforma agrária não é um termo unívoco; ao contrário, é um conceito bastante controverso, podendo ser analisado enquanto uma questão de ordem econômica, política, ideológica, social. Portanto, devemos compreendê-la como um processo (contraditório) de transformação das relações sociais (relações de produção e poder) e seu caráter – revolucionário, radical, progressista, capitalista – é definido pela correlação das forças políticas.

Considerando as posições defendidas nos congressos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as ações governamentais, a percepção da existência de uma questão

por conta própria. O nosso grande questionamento para a reforma agrária era a produtividade, o fato de ter latifúndios improdutivos no Brasil. (...) Se não existisse os enfrentamentos que a gente travou, talvez, a formação das indústrias no campo não estaria no estágio de desenvolvimento que está. Porque usina sempre existiu, isso é fato, mas não a integração dela ao processo científico, com formas de exploração de trabalho e as estruturas que possui” (ALBUQUERQUE, 2012).

¹⁴ Mônica Dias Martins (2004, p. 61) demonstra que “A reforma agrária não é necessariamente radical. A administração Kennedy e a Aliança para o Progresso pressionaram os governos latino-americanos a empreender programas de reforma agrária. No Brasil, durante a presidência de João Goulart (1962-1964), ocorreram grandes mobilizações pela reforma agrária, tida como um elemento-chave para democratizar a estrutura social do país. No período da ditadura (1964-1985), os militares a consideraram uma questão de segurança nacional, estratégica para o desenvolvimento capitalista. E, ainda, a reforma agrária foi utilizada como uma política estatal para restringir as lutas por terra. Mas ela também teve importante papel nas mudanças estruturais em países como México, Cuba, Chile, Nicarágua e Peru, entre outros”.

agrária no Brasil consolidou-se na década de 1950 (ainda que a reflexão sobre a questão agrária seja bem anterior)¹⁵. A centralização da terra como propriedade de alguns latifundiários seria o principal motivo da miséria econômica, social e política da grande maioria da população nacional, na época, em 1940, com cerca de 70% residente no campo. Mas essa situação não era restrita ao meio rural, pois, a miséria imposta no campo, que excluía grande parte da população do mercado, acabava por bloquear também o desenvolvimento da industrialização, fazendo com que o latifúndio fosse alçado a agente do atraso do desenvolvimento brasileiro¹⁶.

As lutas camponesas, diante desse quadro, obtiveram visibilidade e apoio de grupos diversos, como partidos e sindicatos, mas também a oposição de grupos tradicionais, sendo a questão da reforma agrária um dos motivos sustentados para o golpe civil-militar. Em 1964 a reforma agrária já se constituía como pauta política nacional e o governo do general Castelo Branco criou o Estatuto da Terra, a primeira lei de reforma agrária. Independentemente de a reforma agrária não ter sido realizada, ela se tornou o fundamento das mobilizações rurais.

Nos anos 1970 ganha força o argumento de que o peso da pequena produção era estratégico para o desenvolvimento capitalista, na medida em que ofertava alimentos a baixos preços. Na década seguinte esta tese será questionada por argumentos de que o problema alimentar nacional não teria relação direta com a questão agrária, convertendo-se mais num problema de renda, sendo que a pequena produção adquiriria um peso econômico

¹⁵ “Por parte da burguesia local, vem pelo menos desde os debates do Barão de Mauá com seus pares aristocratas do Senado quanto à “vocação” do Brasil, se agrária ou industrial. Este debate segue nos anos 1930 com os corporativistas — Roberto Simonsen e congêneres — e Octávio Brandão como voz isolada no PCB. De todo o modo, embora estivesse colocada desde muito antes, foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em especial com o avanço da industrialização, que a questão agrária passou a ter mais peso.” (PASSA PALAVRA, 2012).

¹⁶ Conferir, entre outras, as obras de Nelson Werneck Sodré (1964) e Alberto Passos Guimarães (s/d). É relevante também considerar a observação de Horácio Carvalho (2013, p. 130-131), de que nas diferentes proposições estratégicas sobre a questão agrária, seja popular ou burguesa (salvo pontuais exceções), “(...) o campesinato, na sua enorme diversidade, foi considerado a expressão do atraso tecnológico, cultural e político, portanto, com potencial antirrevolucionário. E, além dele, foram desconsiderados, como sendo irrelevantes para as mudanças capitalistas pretendidas no campo, os extrativistas, os povos indígenas, os quilombolas e o protagonismo das mulheres”.

cada vez menor, bem como a agricultura iria perdendo importância no desenvolvimento do país (ABRAMOVAY, 2013)¹⁷.

José de Souza Martins (1984) irá defender que o entrave à circulação e reprodução do capital na agricultura foi removido pelos incentivos fiscais, e não pela realização de uma reforma agrária, diferenciando-se, assim, e invertendo o modelo clássico da relação entre terra e capital. O empresário pagava por terras ilícitas, fruto de grilagem, e recebia como compensação, sob a forma de incentivo fiscal, o capital necessário para tornar a terra produtiva, reforçando, com isso, o sistema oligárquico. Nesse modelo o capital transforma-se também em proprietário da terra. A ditadura gestou o casamento em uma só figura entre latifundiários e capitalistas. Essa perspectiva, de desenvolvimento do modo capitalista de produção brasileiro alicerçado num processo contraditório e combinado, questiona o pressuposto de que a burguesia e o capital teriam uma missão revolucionária em face da questão agrária. O desenvolvimento imporia relações especificamente capitalistas (como o trabalho assalariado), mas igual e contraditoriamente, mantendo relações camponesas de produção, sendo ambas necessárias para a sua lógica de desenvolvimento.

Antes de prosseguirmos na exposição das posições deste debate, convém explicitar a leitura de Cândido Grzybowski (2013, p. 346-347), datada de 1991, sobre a relação entre modernização e exclusão social:

Os problemas vividos pela maioria da população rural, em particular os trabalhadores assalariados, os camponeses e as suas famílias, por trás das variadas formas de sua integração, exploração e marginalização, que aprofundam a desigualdade, não são devidos à ‘falta’ de desenvolvimento, mas, ao contrário, ao ‘sucesso’ do modelo modernizador.

Modernização que, por certo, não criou a desigualdade e a exclusão no meio rural, mas serviu como processo de sua reprodução ampliada. E a resistência a esse processo é o que vislumbramos com a ação dos movimentos populares rurais. Aliás, a relação entre desenvolvimento e conflito agrário é inerente à contradição estrutural do

¹⁷ Para uma perspectiva contemporânea de defesa das Ocupações rurais não agrícolas (Orna) e de uma reforma agrária que impulse novas formas de atividades no meio rural, como o ecoturismo, em que há uma relação profunda entre o rural e o urbano que lhe é contíguo, cf.: Graziano da Silva (2013).

capitalismo, ocorrendo, de forma paradoxal, concomitantemente (FERNANDES, 2013a, p. 174).

O debate contemporâneo sobre reforma agrária no Brasil divide-se basicamente em dois polos antagônicos. Por um lado, há os que compreendem que a reforma agrária não seja mais necessária, pois a modernização tecnológica da agricultura e o aumento da produtividade a tornaria cada vez mais desnecessária; o êxodo rural levaria ao desaparecimento da classe camponesa; o problema da improdutividade da terra estaria sendo resolvido pela conversão dos latifúndios em empresas do agronegócio (para as quais não caberia limitação de tamanho); além do mais, a política de assentamentos da reforma agrária não teria sido bem sucedida, pois teriam se tornado “favelas rurais”. Os que defendem a obsolescência da reforma agrária apostam na simbiose entre a agricultura familiar e as fazendas do agronegócio (NAVARRO, 2002; 2003)¹⁸.

Por outro lado, os que defendem a reforma agrária, contra-argumentam que grande parte dos latifúndios não perduraria sem os volumosos subsídios públicos e que a precariedade de muitos assentamentos é decorrência da (falta de) política governamental, e de sua constituição em áreas longe do acesso a serviços públicos e a mercados locais. Dos assentamentos criados entre 1995 e 2001, cerca de metade não possuía energia elétrica e água potável, em quase 1/3 não havia escola de nível fundamental e em mais de 60% não havia assistência médica emergencial. Ainda assim, apenas 12% dos lotes agrícolas haviam sido abandonados (CARTER, 2009). Esta situação não é uma singularidade brasileira. De acordo com dados da CEPAL há uma relação na América Latina entre pobreza e mundo rural, sendo que as cidades concentram 26% da população em situação de pobreza, enquanto no campo a porcentagem chega a 56% (TRASPADINI, 2012).

Outro argumento dos defensores da reforma agrária é que ela integra uma política eficaz contra a secular injustiça social do Brasil, pois conseguiria diminuir a desigualdade social. O agronegócio¹⁹ não seria uma alternativa, porque não é tão eficiente

¹⁸ Em editorial, o jornal *O Globo* decreta a reforma agrária como desnecessária, dado o avanço do capitalismo no campo, que teria acabado com o latifúndio improdutivo e, de quebra, com a ajuda da agricultura familiar, estaria recolhendo uma bandeira ideológica da esquerda. Cf.: A cada vez mais desnecessária reforma agrária. *O Globo*, 03 fev. 2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/opiniao/a-cada-vez-mais-desnecessaria-reforma-agraria-7470663>>.

¹⁹ “O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à

quanto divulgam, sendo prova disso o fato de o governo continuar a utilizar os índices de produtividade do Censo Agropecuário de 1975, e no norte do país a improdutividade da terra não foi superada, a exemplo de outras regiões. Mantém-se a acumulação no campo pela forma de espoliação de terras, conjugando-a com a exploração do trabalho.

Além disso, baseando-se no Censo Agropecuário de 2006, demonstram que a maior parte dos alimentos consumidos no Brasil é produto da agricultura familiar: mandioca (92%), carne de frango e ovos (88%), banana (85%), feijão (78%), batatas (77%), café (70%) e leite (71%) (CARTER, 2009)²⁰. Para muitos de seus defensores, a reforma agrária também teria que ser considerada pelos seus ganhos no manejo ecológico, que seria próprio da agricultura familiar, em contraposição ao agronegócio, marcado pela forte dependência de defensivos químicos, pela monocultura e pela criação de gado²¹. Afirmam também que este tipo de produção agrícola apresenta maior produtividade por hectare (em terras de menor qualidade) do que as fazendas de grande escala, gerando ainda um maior número de empregos no campo (87%) e de forma mais barata (OLIVEIRA, 2004). Por outro lado, João Bernardo (2011) chama a atenção para o fato de que os dados referentes ao

colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (...) qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração” (FERNANDES, 2013a, p. 216)

²⁰ A “agricultura familiar” é abordada a partir de características específicas a depender do recorte do pesquisador, podendo ser analisada a partir de seu peso econômico, da importância dos aspectos sociológicos, ressaltando as relações sociais dessa forma de produção, ou, por exemplo, com enfoque a partir de um ponto de vista antropológico. Para alguns críticos desta perspectiva, o que é fruto de uma derrota seria apresentado como uma conquista, pois as estatísticas do Censo Agropecuário de 2006 demonstrariam a reprodução do mesmo sistema que é combatido na estrutura agropecuária nacional (em que a produção de subsistência se dá a reboque dos sistemas de grandes plantações de monocultura). A agricultura familiar não teria condições de avançar em setores onde o agronegócio e a monocultura domina (e considerando, ainda, arrendamentos e meações), pois exigiria economias de escala impossíveis para a agricultura familiar alcançar (PASSA PALAVRA, 2012).

²¹ Alguns argumentos críticos em relação à produtividade da agricultura familiar procuram sustentar que: “Por um lado, as culturas intensivas são sempre mais produtivas por hectare do que as culturas extensivas. Por área plantada, as hortas e os pomares são sempre mais produtivos do que os campos de cereais, daí o papel que desempenham na produção de alguns alimentos. A comparação da produtividade por hectare deve ser feita, por isso, entre a cultura intensiva em explorações familiares tradicionais e a cultura intensiva em explorações capitalistas modernas e usando novas tecnologias. Por outro lado, quando afirmam que a agricultura familiar gera um maior número de empregos no campo, os defensores desta modalidade de Reforma Agrária estão implicitamente dizendo que esse tipo de exploração é muito menos produtivo em termos de força de trabalho. E quando acrescentam que os empregos são gerados de forma mais barata na agricultura familiar do que no agronegócio, os defensores daquela modalidade de Reforma Agrária estão implicitamente reconhecendo que o sistema de trabalho doméstico constitui uma forma gravosa de auto-exploração” (PASSA PALAVRA, 2012b).

emprego de um maior número de mão-de-obra a um custo inferior indicariam que a agricultura familiar se assenta num sistema de mais-valia absoluta, de sobre-exploração, pois não contabiliza o tempo de trabalho como custo, o que é próprio das economias domésticas.

É necessário considerar que o Brasil passou por mudanças fundamentais na sua distribuição populacional, invertendo a relação entre o rural e o urbano. Se em 1940 havia a predominância da população residindo no meio rural, em quatro décadas essa proporção se inverteu, e em 1980 a população urbana já era de aproximadamente 68%, contra 32% da rural. Essa tendência se aprofundou e, de acordo com o Censo de 2010, a população residente na área rural é inferior a 16%; continuando nessa perspectiva, estimativas preveem que a taxa de urbanização no Brasil deva chegar a 90% até 2020 (ONU-HABITAT, 2012). Mas, ainda de acordo com o Censo de 2010, temos que considerar que a concentração urbana não significa necessariamente a redução da agropecuária²². A maioria dos municípios possui economia diretamente ligada à produção agropecuária ou ao extrativismo, fazendo com que, embora a maior parte da população viva nas cidades, quase metade dela ainda esteja ligada à agropecuária ou a serviços relacionados. Sendo assim, embora hoje mais de 80% da população brasileira resida em cidades, pode dizer-se que quase metade da população brasileira vive da agropecuária ou de serviços a ela relacionados.

Uma das maiores consequências da reforma agrária, segundo a quase generalidade de seus defensores, seria a de modificar a dinâmica de crescimento das periferias e favelas nos centros urbanos, através da contenção do êxodo rural. Um dos argumentos subjacentes a esta perspectiva é que, com o fortalecimento dos pequenos municípios e com a contenção do êxodo rural, ocorreria a diminuição da pobreza, dos índices de criminalidade e da violência. Ora, esta tese encontra paralelo na de que esses fatores são gerados pela classe trabalhadora precarizada: “O problema do aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego, levou a sociedade brasileira, de modo geral, a apoiar a luta dos sem-terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem no campo,

²² Dos 5.565 municípios brasileiros somente 284 (5,1% do total) ultrapassaram os 100 mil habitantes, e sua população somada chegava a 105.626.953 pessoas (54,91% do total). Os 5.279 municípios restantes (94,86% do total) estão abaixo dos 100 mil habitantes, e sua população somada era de 86.649.231 pessoas (45,04% da população brasileira total).

diminuir a pobreza nas cidades, e diminuir aquela violência” (GOHN, 2000, p. 305). Assim se repõe, uma vez mais, outra divisão no seio da própria classe trabalhadora, pretendendo que os mais pobres são os mais perigosos. Nas teorias segundo as quais a reforma agrária é a saída para os pobres e a violência nas cidades, também se instala a pobreza como um problema em si, invisibilizando que é a riqueza a sua contraparte dialética e causadora dos problemas sociais. Esta perspectiva, mesmo que involuntariamente, acaba por vincular o discurso de lideranças do MST (e de amplos setores da esquerda que o endossam) com o seu corolário inverso, fazendo uma analogia fácil entre pobreza e violência. De todo modo, ao proceder a uma análise comparativa no tocante à definição de pobreza, percebe-se que a situação econômica das famílias nos assentamentos difere, qualitativamente, em muitos graus da carência em que viviam anteriormente, e ainda deve-se considerar que uma pobreza autogerida e vivenciada solidariamente pode ser o oposto da miséria²³.

Além da permanência de trabalhadores no campo e da migração para as periferias e favelas das grandes cidades, ocorre também o processo de migrações sazonais em busca de empregos temporários nas indústrias agrícolas e na construção civil. O crescimento econômico nos últimos anos coloca algumas dificuldades para a proposta de reforma agrária, com a oferta de empregos nas cidades, como na construção civil, e a crise da agricultura camponesa, em que cerca de 90% dos agricultores familiares estão com enormes dificuldades econômicas (FERNANDES, 2011). Contudo, deve-se considerar que essa situação de crescimento econômico também possibilita a criação e o desenvolvimento de uma unidade de luta entre os trabalhadores, do campo e da cidade, seja por interesses comuns ou pelo mesmo sujeito social pertencer – em momentos distintos – à dinâmica do trabalho urbano e rural.

²³ O referido relatório da ONU para o habitat conclui que são os centros urbanos os impulsionadores da economia não apenas no país mas em toda a região da América Latina e do Caribe, concentrando-se nas cidades os serviços e a indústria; sendo elas responsáveis por dois terços do Produto Interno Bruto de toda a região; tendo crescido seis vezes o número de cidades na região desde os anos 1960, o que a torna uma das regiões mais urbanizada do mundo, com cerca de 80% do total da população (588 milhões de pessoas) vivendo em cidades – ficando atrás da América do Norte (82,1%) e Europa (84,4%). Este relatório da ONU mostra também que aumentaram a desigualdade e as contradições sociais nas cidades, sendo que 111 milhões de pessoas na região vivem em habitações precárias. Mas uma das características do sistema capitalista é a concentração demográfica urbana, e o processo de inverter a migração dos campos para as cidades tem sido consequência do atraso econômico, tanto diminuindo a produtividade da agropecuária como freando o crescimento da indústria e dos serviços.

Deve-se ainda considerar que o agronegócio – em parte como efeito colateral da luta dos movimentos rurais nas décadas passadas – já não corresponde ao velho modelo latifundiário, tendo se modernizado e elevado os níveis de produtividade. No atual modelo econômico responde a uma parte considerável do superávit comercial²⁴ – mesmo que alguns autores, como Delgado (2012), apontem que não ocorre uma distribuição desses benefícios para o conjunto da economia. Além do mais, esses fatores somados aos programas de assistência focada, como o Bolsa Família²⁵, ao retirarem milhões de pessoas da miséria extrema, romperem com elementos mais imediatos da cultura coronelista (baseada na dependência alimentar) e garantirem o acesso a certos serviços básicos, impactam na base potencial de agricultores, colocando novos dilemas para a reforma agrária. Numa conjuntura em que impera o livre desenvolvimento do capitalismo no campo, através do incentivo governamental ao mercado, qual tem sido a proposta de reforma agrária do MST?

2.2 Projetos de reforma agrária do MST

Simplificadamente, o MST tem proposto um modelo de reforma agrária que modifique não apenas a estrutura da propriedade da terra, redistribuindo-a entre os pequenos agricultores, mas também que transforme o modo de produção e as relações de trabalho no meio rural.

Entretanto, a problemática da questão agrária é muito mais complexa. A contradição está presente não apenas no modelo de reforma agrária hegemônico, mas, inclusive no projeto do MST. Essa contradição seria expressa no fato do MST – através da ocupação – romper com o direito de propriedade privada, mas acabar por aceitar, e mesmo defender, a pequena propriedade rural, não rompendo, assim, com as relações capitalistas de produção (NETO, 1999). Para Neto, apesar da extrema relevância do MST na luta pela organização dos trabalhadores rurais, essa contradição se constitui historicamente como um entrave conservador que amplia e reforça as relações capitalistas.

²⁴ João Bernardo (2011b) é um dos autores que, ao contrário de teses como a de Bresser-Pereira, defende que a transformação das *commodities* num dos principais pilares da economia brasileira não corresponde a uma regressão tecnológica nem a um regresso ao Brasil-colônia.

²⁵ Cf.: DOSSIÊ: Especial Bolsa Família. **Passa Palavra**, 19 abr. 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=21593>>.

Ainda assim, alguns questionamentos que podem ser levantados referem-se ao processo de concentração do capital: seja através de alguns poucos proprietários bem-sucedidos que passem a assalariar grande parcela de ex-proprietários fracassados (como ocorreu, por exemplo, na URSS entre 1917 e 1928); seja por meio das grandes empresas transnacionais assalariarem temporariamente os pequenos proprietários, ou ainda pelo fato de estes arrendarem suas terras para a plantação de determinada monocultura (sob orientação e assessoria das transnacionais e grandes proprietários), fato que poderá ser facilitado e legalizado pela política proposta pelo atual governo Dilma de “emancipação dos assentamentos”²⁶.

Ademar Bogo (2009, p. 69), da direção do MST, reconhece os limites da reforma agrária e do MST neste quesito:

Somos uma força política importante e ao mesmo tempo limitada. Nosso objetivo é lutar pela reforma agrária, embora saibamos que ela somente se realizará na totalidade em um sistema socialista, mas nem por isso, como movimento social, temos a pretensão de impulsionar sozinhos a construção dessa grande obra, a revolução política, pois demanda muito mais força e muito mais representatividade. Mas o importante não é reconhecer a fraqueza, mas descobrir como ampliar as forças.

Essa condição também é problematizada por Eliel Machado, para quem,

(...) a despeito de sabermos que estes movimentos não têm força política para enfrentar a sua situação de classe pauperizada a não ser reivindicando terra ou trabalho para sobreviver, este acaba sendo um fator limitador da sua luta política e ideológica. Aquilo que serve como motor da organização em classe – o questionamento jurídico-político da concentração da propriedade privada dos meios de produção em pouquíssimas mãos durante os acampamentos, marchas, bloqueios de estradas etc. – perde força política quando se torna assentado ou cooperado (formação das cooperativas: olarias, marcenarias, padarias, metalurgias etc.), pois são obrigados a produzir para o mercado e, além disso, demonstrar a viabilidade econômica de seus empreendimentos. O Estado burguês, por sua vez, procura inviabilizá-los de várias formas, sendo a mais comum ao dificultar a liberação de créditos para a produção, plantio e cultivo (MACHADO, 2009b, p. 40).

²⁶ Trataremos deste assunto mais à frente no tópico sobre a emancipação compulsória dos assentamentos.

Mas, o membro do MST destaca a potencialidade da reforma agrária como elo de um processo revolucionário mais amplo:

Podemos dizer que, por duas razões, a reforma agrária está ligada à revolução. A primeira por ela estar no campo das “reformas” em que obrigatoriamente deve impulsionar a revolução para a frente por meio da luta pelas necessidades imediatas dos Trabalhadores Sem Terra e da sociedade. A segunda razão, por ela estar vinculada a essa concepção antecipada da sociedade socialista que pretendemos construir, em que a propriedade privada sofrerá mudanças profundas na forma de sua existência (BOGO, 2009, p. 69-70).

Contudo, quais seriam essas concepções antecipadas da sociedade socialista? O questionamento da propriedade privada não daria lugar a uma defesa da pequena propriedade? A organização da produção em bases coletivas não cederia à normatividade do mercado instituído?

Estas contradições permeiam a luta do MST, e as tendências que o empurram para a normatividade sistêmica travam um embate com os elementos de ruptura com o capitalismo (a “concepção antecipada da sociedade socialista”, como destaca Bogo) existentes dentro dos assentamentos e acampamentos, tanto no âmbito da produção quanto das relações sociais e da própria política. Em que medida ambas as tendências são incentivadas ou constringidas pela própria forma organizativa do MST?

A transformação do projeto de reforma agrária do MST

Como pode ser conferido no *Apêndice* desta tese, no seu I Encontro Nacional em 1984, o MST defende como um de seus princípios gerais o de “Lutar pela reforma agrária já”, além de “Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo”. Além disso, é enfatizado que o MST “**deve sempre manter sua autonomia política**”, sendo que “**o acesso à terra deve ser através da pressão e da luta**” (MST, 1984, apud STÉDILE, 2012a – grifos nossos).

Porém, o modelo econômico desenvolvido na sociedade brasileira (urbano-industrial) iniciado nos anos 1930 teve seu fechamento nos anos 1980, fazendo com que se modificasse a função da agricultura (PIZZETA, 2012). Na avaliação do dirigente do MST ainda havia espaço político para o modelo clássico de reforma agrária enquanto o padrão da

agricultura era o de fornecer mão-de-obra, alimentos e matéria-prima para uma sociedade em processo de industrialização. Mas, com o declínio desse antigo modelo de industrialização (de substituição de importações) e a inserção do país na economia capitalista globalizada, a totalidade das terras (produtivas ou improdutivas) passa a ser alvo de empresas transnacionais e de especulação do agronegócio, com vistas a atender à demanda internacional de *commodities* e matéria-prima. Isso faz com que a reforma agrária (baseada na produção de alimentos) e a questão agrária brasileira estejam ligadas a uma mudança no modelo de agricultura do país.

Assim, uma década depois da primeira menção de reforma agrária apresentada pelo MST (em 1984), no III Encontro Nacional, o Movimento apresentou uma *Proposta para a Reforma Agrária*, ampliando a discussão para vários pontos não tratados no documento de 1984. Insere a reforma agrária no conjunto mais amplo da sociedade, transcendendo os problemas específicos dos sem terra e do conflito fundiário. Reafirma o questionamento da propriedade privada ao vincular a terra à sua função social e por entendê-la como “(...) um bem fundamental da natureza que não pode estar aprisionada pela propriedade privada absoluta, em que o proprietário faz o que quiser” (MST, 1995), passando a abordar temas como a comercialização dos produtos agrícolas e a ação do Estado como instrumento essencial desse projeto de reforma agrária. Nestes dois últimos quesitos, o MST passa a reivindicar a existência de políticas públicas de compras dos produtos dos assentamentos, através das associações dos camponeses em empresas de produção agropecuária sob “gestão dos trabalhadores” (vinculados como donos de cotapartes ou por contrato de trabalho individual), e o estabelecimento de preços subsidiados e diferenciados para esse setor. Desse modo, reivindica que seja dada prioridade nas compras governamentais para merenda escolar, cesta básica, programas de combate à fome, hospitais públicos, forças armadas etc. aos produtos agrícolas oriundos da reforma agrária.

No entanto, também esta proposta de reforma agrária popular de 1995 estava alicerçada numa conjuntura que se transformou rapidamente, como já apontado por Pizzeta. Na avaliação de Stédile (2012b),

No passado, a expressão reforma agrária era entendida por muitos apenas como desapropriação de uma fazenda e distribuição dos lotes de terra. Essa reforma agrária funcionava quando o modelo econômico era dominado pelas indústrias. E, portanto, os camponeses se integravam com a indústria e conseguiam sair da

pobreza. Era a chamada reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram. Agora, o capitalismo dominante é o do capital financeiro e das empresas transnacionais, também na agricultura, com o chamado agronegócio. Assim, eles conseguem aumentar o lucro e a produção sem os camponeses.

Na avaliação de Pizzeta (2012) a reforma agrária atual não pode prescindir do acesso ao conhecimento científico e à pesquisa, no sentido de se fundamentar em outra matriz produtiva, que englobe os avanços adquiridos pela humanidade e promova a preservação do meio ambiente e que não seja danosa à saúde do produtor e do consumidor. Leitura semelhante é desenvolvida por outra liderança do MST, Gilmar Mauro (2013), para quem um novo modelo de reforma agrária e de processo produtivo deve aliviar as dificuldades do trabalho agrícola e, ao mesmo tempo, não ser nociva à população e ao ambiente.

Nestas circunstâncias (e alicerçado numa leitura de descenso social da classe trabalhadora), para superar a proposta de reforma agrária clássica, um dos desafios para o MST e movimentos camponeses estaria em comunicar um novo projeto,

(...) para fazer com que a sociedade perceba quais são as bandeiras que defendemos e quais são as propostas que estão em confronto: a da Reforma Agrária popular e a do Agronegócio [...] é preciso que a sociedade perceba que está em jogo o tipo de sociedade, de agricultura e de alimentos que queremos (PIZZETA, 2012).

Ainda conforme Pizzeta (2012) há a necessidade de um avanço na questão da agroindústria, levando-a para as áreas de reforma agrária.

Isso possibilitaria um acúmulo de produção, de riqueza, daquilo que a agricultura pode gerar [...] não é só a questão da produção, de agregar valor para aquilo que se produz. É também um leque de possibilidades para que a população tenha melhores condições de vida no campo e uma perspectiva de ascenso social no meio rural.

Contudo, como questiona o coletivo Passa Palavra (2012a),

(...) esta “comunicação” com a sociedade refere-se apenas à escolha entre aqueles dois modelos de desenvolvimento propostos? Tal como ocorre nas eleições, caberia a essa “sociedade consumidora” optar por dois produtos na prateleira? Ou cabe às forças políticas e aos militantes de esquerda refletirem sobre as consequências de tais modelos, optando, inclusive, pelo desenvolvimento de formas

alternativas, em vez de se assemelharem a torcedores numa partida de futebol?

Reforma agrária atualmente

Como visto, de acordo com o MST, com o atual modelo hegemônico do capitalismo no campo não cabe mais a implantação do projeto clássico de reforma agrária (de divisão das terras do latifúndio improdutivo entre os camponeses empobrecidos), pois se aprofundou a integração do latifúndio com as empresas transnacionais e com o capital financeiro (no que se denominou agronegócio), com o intuito de exportar matérias-primas e para a produção de energia, celulose e *commodities*²⁷. No entanto, o MST também reconhece que a reforma agrária não se resume a esse modelo clássico e a proposta defendida pelo Movimento, supostamente, pretende contrapor-se ao modelo hegemônico.

Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país (MST, 2007)²⁸.

Modifica-se, portanto, a luta de classes no campo, somando-se ao antigo inimigo não derrotado novos oponentes.

Armando Boito Jr. (2012, p. 98) nos fornece uma definição mais rigorosa do agronegócio, como um setor mais amplo e heterogêneo, de poder e lucratividade bastante desigual, atuando antes, dentro e depois da porteira. “As funções ativas no agronegócio são a propriedade da terra, a produção agrícola ou pecuária, a comercialização do produto, a intermediação financeira e a própria indústria de processamento – um dos departamentos importantes da FIESP cuida do agronegócio”. O peso político deste setor seria o elo mais fraco, apesar de seu poder na estrutura econômica e social brasileira. É importante também

²⁷ Segundo João Pedro Stédile (2007), “o agronegócio é uma grande aliança entre as empresas transnacionais — que controlam os insumos, o mercado internacional e os preços dos produtos agrícolas — e os grandes proprietários capitalistas. Eles querem produzir apenas mercadorias que deem lucro e para o mercado externo”.

²⁸ Algumas análises irão sustentar que tal perspectiva não corresponde à realidade contemporânea, pois o Brasil procederá nos moldes de um país hegemônico (e mesmo com traços neoimperiais) na África e em alguns países da América Latina (que se exerce notadamente na agropecuária), do mesmo modo que o MST acusa o imperialismo estrangeiro de atuar no país, sendo esta uma inadequação do discurso nacionalista a uma realidade transnacional do capital. Cf.: Passa Palavra (2012).

distinguir entre, por um lado, os grandes grupos econômicos que se inserem em todas as etapas do ciclo de valorização do capital e, por outro, as empresas e grupos familiares especializados em cada uma dessas funções.

Como demonstrado até o momento, a cultura política brasileira mantém aspectos históricos da relação entre terra e poder, sendo marcada por forte patrimonialismo, pela estreita relação entre propriedade da terra e poder político (MARTINS, 1993), que tem se aprofundado na década de governos do PT (CASTILHO, 2013), desvelando os pilares mais imediatos que operam e sustentam a dominação e que possui conexões com outros pilares, como a comunicação de massa e outros setores empresariais. A expansão do agronegócio, associado ao capital especulativo, aprofundam o processo de acumulação por espoliação²⁹. Este processo é apoiado por recursos governamentais com vistas à produção de *commodities*, sejam minerais, agrícolas ou florestais. Esta situação tem como consequência o aprofundamento não apenas da expropriação capitalista, mas, igualmente, da resistência e das mobilizações de comunidades rurais e ditas tradicionais.

Diante desse quadro, Stédile (2012b) considera que falta ao conjunto da sociedade um projeto claro de país, e que sem tal projeto não há possibilidades de um programa de governo efetivo de reforma agrária.

Agora, nós precisamos de um novo tipo de reforma agrária. Uma reforma agrária que comece na distribuição de terras, mas que organize cooperativas de produção para instalar agroindústrias nos assentamentos e no interior. Porque é isso que aumenta a renda e tira da pobreza. Uma reforma agrária que adote a matriz tecnológica da agroecologia, produzindo alimentos saudáveis, sem veneno e sem alterar o equilíbrio do meio ambiente. Uma reforma agrária que distribua educação. [...] Nós queremos uma reforma agrária popular, de outro tipo. [...] E seu desfecho vai depender de mudanças na correlação de forças em geral. Vai depender do ressurgimento do debate em torno de um necessário projeto popular para o Brasil (ibidem).

Mas a questão estaria na falta de um projeto nacional, ou o problema residiria no seu contrário? Os governos do PT (dos dois mandatos de Lula e o de Dilma) não teriam um projeto de desenvolvimento econômico nacional – para o qual o MST contribuiu nas eleições e continua a apoiar eleitoralmente e politicamente em diversos estados? Não seria

²⁹ Termo cunhado por David Harvey (2004), com o intuito de apreender a renovada dinâmica de acumulação primitiva, a partir da obra de Rosa Luxemburgo (1985).

a clareza deste projeto que permitiu ao capitalismo brasileiro resistir à crise econômica mundial e se desenvolver “como nunca antes na história deste país”³⁰? Tal inadequação discursiva do MST seria o correspondente da readequação prática do Movimento?³¹

Cabe, no momento, considerar que a hegemonia do agronegócio deu visibilidade à corrente teórica do *paradigma do capitalismo agrário* em contraste com o *paradigma da questão agrária* (FERNANDES, 2010). O *paradigma do capitalismo agrário* defende a solução para a questão agrária através da integração dos “agricultores familiares”³² ao mercado, via políticas públicas. Levou assim a uma compreensão linear e a um consenso em torno do desenvolvimento capitalista da agricultura, influenciando forças tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, que enxergam na integração da “agricultura familiar” ao agronegócio a resolução do problema agrário no mercado capitalista.

Desse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente, já que não tem solução na sociedade capitalista. Conforme essa visão, que predomina hoje inclusive no PT, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista (...) O novo discurso do PT, ameno, conciliador e desenvolvimentista, o apoio do governo Lula às políticas de ‘reforma agrária de mercado’ e a implantação de outros programas que visam incorporar a ‘agricultura familiar’ às estratégias do agronegócio dão mostra dessa guinada no interior do PT (ibidem, p. 189).

O MST não está imune à influência do paradigma do capitalismo agrário e no seu interior a contraposição entre modelos se faz presente, como acompanharemos mais à frente, sobretudo no capítulo 4. Essa perspectiva faz com que se entenda a luta pela terra como uma luta de renovação do capitalismo no campo, de reprodução de suas formas organizativas e relações sociais, mesmo que pela ótica da criação de cooperativas voltadas ao mercado capitalista.

³⁰ Remetemos o leitor a diversos artigos reunidos no especial *Nunca antes na história deste país*, no site Passa Palavra. Disponível em: <[http://passapalavra.info/?tag=nunca antes na historia deste pais](http://passapalavra.info/?tag=nunca+antes+na+historia+deste+pais)>.

³¹ Veremos no capítulo três algumas interpretações do atual projeto político nacional de novo desenvolvimentismo, ao qual o MST e outras forças populares, em conjunto com parte da burguesia nacional, dariam sustento.

³² Esta corrente foi a responsável pela criação de conceitos eufemísticos, como “agricultura familiar” e “agricultura empresarial”, em substituição, respectivamente, a “agricultura camponesa” e “agricultura capitalista” (FERNANDES, 2010).

Num dos assentamentos que visitamos, havia uma senhora à espera do marido, para ajudar na construção de um moinho de farinha de mandioca (que estava quase finalizado). Entre um gole e outro de café preto, D. Irene me contou sua visão para o moinho. Ela procederia de modo igual ao utilizado nas fazendas do nordeste em que trabalhou, ou seja, trocaria o uso do moinho por uma parte das mandiocas trituradas. Ela justificava tal cobrança afirmando que não havia união dentro do assentamento para trabalhos coletivos, então preferia assim mesmo³³. No entanto, a iniciativa empreendedora de D. Irene, que havia conseguido juntar dinheiro para o moinho de farinha a partir de parte da venda de um automóvel e um empréstimo no banco, em nada chega perto da afirmação que ouvi de um militante do MST. Enquanto saíamos do local em que havíamos almoçado, para queimar um pouco de tabaco, eu questionava o que ele, filho de assentados e que tinha cursado direito através de um convênio de uma universidade com o MST, pensava de um assentamento coletivista (como existiam alguns que eu havia conhecido do próprio Movimento). Ao que, depois de pigarrear e tomar um gole de cerveja, foi enfático comigo: “Você está louco? Esse negócio não funciona não, já foi o tempo. Temos é que conseguir fazer com que as cooperativas produzam igual grande empresa”³⁴.

Talvez possamos identificar aí um dos elementos do refluxo de uma perspectiva radical dos movimentos de luta pela terra, até porque a precariedade dos governos democráticos em políticas para a reforma agrária e para o trabalhador rural acaba por expulsar famílias assentadas, gerando um círculo vicioso que reproduz o problema ao colocar novas famílias assentadas no lugar das famílias excluídas (FERNANDES, 2010). A transformação dos produtos agrícolas em *commodities* e ativos financeiros de fundos de investimentos (em 2012 chegaram a movimentar mais de U\$ 400 bilhões de dólares) e o surgimento de “*traders*” que controlam praticamente todo o mercado, seja na compra, no financiamento, na venda, no armazenamento, no transporte e/ou na especulação, teve como resultado a proletarização (rural e urbana) dos pequenos agricultores e a sua perda de autonomia e subordinação às (poucas e) gigantescas organizações capitalistas.

Diante deste quadro, não pode ser desprezada a luta dos movimentos populares pela terra. Em onze anos (de 1992 a 2003), a área das propriedades familiares aumentou 37

³³ Pesquisa de campo, região nordeste, fevereiro de 2011.

³⁴ Pesquisa de campo, região centro-oeste, outubro de 2008.

milhões de hectares, sendo que foram desapropriados 25 milhões de hectares para fins de reforma agrária. Contudo, no mesmo período a área controlada por propriedades capitalistas teve aumento de 52 milhões de hectares (ibidem). A luta pela reforma agrária, desde a década de 1990, ainda que não tenha sido capaz de impor outro projeto agrícola para o país, tem sido responsável por diminuir a intensificação da concentração fundiária e a velocidade de territorialização do agronegócio. “O estudo da formação do MST nos sugere que, embora ele seja o movimento camponês mais bem organizado da história do Brasil, suas ações têm conseguido apenas mudanças conjunturais” (FERNANDES, 2010, p. 193). Sem essa batalha pela reforma agrária a expansão da área das propriedades capitalistas teria sido cinco vezes mais rápida do que a expansão da área das propriedades familiares, e com essa luta ela “apenas dobrou” (ibidem). Desse modo, “No Brasil, a reforma agrária não desconcentra terra. Ela só minimiza a intensidade da sua concentração. Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI” (FERNANDES, 2010, p. 192). Sem conseguir realizar um questionamento prático do modelo capitalista vigente – ainda que sejam protagonistas de árduas lutas que conquistam algumas vitórias ao Estado – os movimentos sociais encontram-se a reboque do novo conteúdo da questão agrária no início do século 21.

2.3 Reforma agrária atual

Como observamos, foi dominante na esquerda a leitura de que sem a reforma agrária o país manter-se-ia na posição de subdesenvolvimento, porém, a própria realidade modificou essa situação. Nas décadas de 1970 em diante, acelerou-se um processo de integração e interdependência entre a indústria e o campo. Tanto os insumos industriais utilizados na agricultura aumentaram bastante, como também ocorreu o aumento dos produtos da agricultura consumidos pela indústria agrícola, o que está no cerne dos complexos industriais do eucalipto, cana-de-açúcar, soja, laranja, maçã etc. Tal situação, de integração indústria-campo-indústria, fez com que o país se desenvolvesse em diversos aspectos e levou ao aumento da produtividade, mesmo sem a realização da reforma agrária. Por isso, e ainda que a reivindicação de uma reforma agrária não se tenha extinguido, principalmente pelo poder de mobilização e pelas ações dos movimentos camponeses, notadamente do MST, a partir dos anos 2000 a reforma agrária vem cedendo espaço a

outros temas e está já sendo reformulada e questionada no interior dos próprios movimentos rurais, como vimos anteriormente.

A essa situação acrescenta-se que os movimentos mais eficazes de luta pela terra no país, na última década, têm sido os movimentos indígenas e o movimento quilombola (PASSA PALAVRA, 2012b). Em 2010, 57% do protagonismo da luta por terras foi levado adiante por populações “tradicionais” (isto é, posseiros, quilombolas, indígenas, pescadores, seringueiros, castanheiros etc.), sendo que 43% dessas lutas foram organizadas por sem-terras, assentados, atingidos por barragens, entre outros setores habituais na luta por reforma agrária (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2011). Estes dados revelam fatos que solicitam pensar a reforma agrária a partir de dois aspectos vinculados, do protagonismo no conflito de setores então pouco contemplados nessa luta, ou vistos de modo bastante marginal, como é o caso dos quilombolas e indígenas e, de igual modo, a relativa passagem para segundo plano dos sujeitos que tradicionalmente estavam à frente desta luta.

Essa mudança na conjuntura da reforma agrária é reconhecida no interior do MST, como nos disse Gilmar Mauro (2013)³⁵.

Veja, na década de 1995 em diante, até mesmo antes, nós [do MST] com muita força e ascenso enfrentando o que havia de mais atrasado no campo brasileiro, que era o latifúndio improdutivo. Hoje, 2013, nós em descenso, com dificuldade e enfrentando o que é dito de mais moderno. Naquela década nós éramos o moderno frente ao atraso, então ganhava força [apoio] até de alguns setores da burguesia; hoje não, nós somos o atraso frente aos meios de comunicação e eles são os modernos. Num momento de crise enfrentamos o capital financeiro articulado com o agronegócio, os grandes meios de comunicação e não mais o latifúndio improdutivo, mas o que tem de mais, não diria moderno, mas com maior tecnologia e força nesse momento. A conjuntura de fato da luta pela reforma agrária objetiva é outra. Com isso não dá para dizer que não tenha erros de condução, erros de método, é um monte de coisas que se soma, mas essa realidade vivida tem, em grande medida, determinado o momento em que nós vivemos.

³⁵ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

Como fruto das lutas sociais, por vezes pontuais e localizadas, os assentamentos não foram o resultado de uma luta generalizada por reforma agrária e tampouco de uma sólida política governamental.

O que veio se produzindo ao longo dos anos, isso sim, ainda que se possa questionar a sua eficácia, foi uma política para a reforma agrária, ou para os beneficiados por suas intervenções, mesmo que não lhes seja exclusiva, e que ganha corpo em programas e iniciativas focados na agricultura familiar. A questão que fica, portanto, é se ainda há espaço hoje para a reforma agrária (GRYNSZPAN, 2011).

Por um lado, apesar dos avanços conquistados pelas lutas dos movimentos sociais do campo, notadamente o MST e, por outro lado, apesar do crescimento econômico e das empresas do agronegócio, bem como dos programas governamentais de assistência, o país continua com uma dívida secular com o meio rural, no que não difere de outros países do semicontinente latino. No campo — em comparação com o meio urbano — continuam os maiores índices de desigualdade, os mais baixos níveis de escolaridade, as carências em atendimentos básicos como saúde, saneamento, cultura, direitos, o que também demonstra a atualidade das lutas. Como reconhece Stédile (2013, p. 11),

Com o advento do neoliberalismo, a derrota político-eleitoral de 1989, e a consolidação do modelo de dominação do capital no campo como agronegócio, a reforma agrária clássica foi derrotada. Mas isso não quer dizer que se resolveram os problemas agrários, do ponto de vista da classe trabalhadora.

Longe de essa situação permanecer por falta desenvolvimento e modernização no campo, para Grzybowski (2013), ela se deve exatamente ao “sucesso” do modelo de desenvolvimento modernizador, que reproduz em escala ampliada a exclusão já existente no meio rural. De acordo com a dirigente do MST Kelly Manfort (2009), “por esta lógica — do capital — atualmente não haveria mais uma questão agrária em aberto, a reforma agrária foi realizada, não como gostaríamos, mas às avessas, pelo capital”³⁶. O que não significa o abandono, por parte do MST, da luta por uma reforma agrária alternativa.

Por esses fatores é que para Gilmar Mauro (2013)³⁷, da direção do MST, a reforma agrária não se limita mais à distribuição de terras:

³⁶ Cf. entrevista ao autor, 10/11/2009, na chegada da marcha Campinas-São Paulo.

³⁷ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

Nós precisamos repensar a questão agrária na atualidade, e repensar significa fazer um debate teórico sobre o que é a questão agrária brasileira. Tem gente dentro da esquerda que diz que bom que tem o agronegócio, o problema é que ele não está na nossa mão, tem muita gente marxista que defende isso, um pouco aquela tese do desenvolvimento das forças produtivas. No geral a reforma agrária no caso brasileiro vai ter que discutir a utilização da terra, solo, água, minerais, recursos naturais em geral, se for continuar a forma que está, não precisa mais. E se for para permanecer com o tipo de comida que temos, também não precisa. E se for para continuar com o mesmo tipo de paradigma tecnológico em termos de produção, não precisa muita mudança. Então eu diria que para nós a reforma agrária está vinculada com um debate político junto ao conjunto da classe trabalhadora e não tem outra alternativa, nós sozinhos não temos força para repor o tema em debate, não temos força. Lógico que quando digo que não precisa mais de reforma agrária é de modo simbólico, o caso é que não se trata mais apenas de distribuição de terras (...) se impõe a terra e os meios de produção.

Portanto, se mantivermos o olhar nos impactos da “modernização conservadora” sob a perspectiva da classe trabalhadora, perceber-se-á que a questão agrária continua sem solução e, portanto, como legítima a sua luta. A concentração e o desenvolvimento capitalista no campo continuam produzindo efeitos negativos nas condições de vida dos trabalhadores, na distribuição de renda e riquezas no país e, ainda, criam fortes impactos no manejo ecológico do meio ambiente e na produção de alimentos.

Mas o projeto de reforma agrária, ligado estreitamente ao mercado e ao Estado, não coloca novamente o MST no fio da navalha? Trabalhamos com essa hipótese na medida em que o Movimento se vê obrigado a conjugar suas tendências anticapitalistas e autônomas, a crítica à propriedade privada e a defesa de formas alternativas e coletivas de organização, com a integração no mercado capitalista por meio de políticas de governo e pelo braço gestorial do Estado.

Claro que esses não são desafios apenas para o MST, como pontua Eliel Machado (2009b, p. 40):

Os movimentos populares que se autodenominam socialistas e anticapitalistas vivem um grande dilema, crucial para a sua própria sobrevivência política: organizar a produção em bases coletivas e, ao mesmo tempo, produzir para o mercado capitalista. Pode-se contra-argumentar que, a despeito disso, a produção está sob controle dos trabalhadores. Mas, não é o mercado capitalista quem define o preço de suas mercadorias? Não os submete à sua lógica?

Não residiria aí, portanto, uma relação capaz de cair em uma contradição que estagna e sufoca um dos polos? Quais as tendências de ruptura com o capitalismo contidas nessa proposta, segundo os objetivos apresentados pelo Movimento no ato de sua criação e reafirmado em outros momentos? Não custa lembrar uma vez mais a palavra de ordem adotada no I Encontro Nacional do MST, **“Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo”**. **“Lutar pela Reforma Agrária Já”**, sendo que **“o acesso à terra deve ser através da pressão e da luta”** (MST, 1984).

2.4 Dualidade na agricultura brasileira e as políticas públicas para a agricultura familiar

O elevado poder da agricultura capitalista tem suas implicações na esfera política, sendo que no Brasil os grandes proprietários rurais também costuma ocupar cargos municipais (prefeitos e vice-prefeitos), estaduais (governadores, vice-governadores e deputados) e federais (vice-presidente, senadores e deputados), constituindo uma representação oligárquica no Congresso e minando a extensão democrática dos direitos de cidadania da população mais pobre, sobretudo no meio rural (CASTILHO, 2012)³⁸.

No plano econômico o dualismo na agricultura brasileira se manteve independente dos governos que passaram pelo executivo. Em uma década, de 1995 a 2005, os grandes fazendeiros tiveram acesso a 1.587 dólares em gastos públicos para cada dólar concedido aos trabalhadores rurais sem-terra (CARTER, 2009). Na safra 2005/2006, os médios e grandes proprietários de terras, com 342.422 estabelecimentos, tiveram acesso a R\$ 44,3 bilhões. Em média, cada um recebeu R\$ 130 mil. Em contraste, no mesmo período o orçamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como público potencial 3,9 milhões de famílias foi de R\$ 9 bilhões. Na média, cada família teve disponível um pouco mais de R\$ 20 mil³⁹. Na comparação entre o Plano

³⁸ A sobre-representação política eleitoral dos latifundiários equivale ao acesso privilegiado aos cofres públicos. Entre 1995 e 2006, estima-se que a representação política dos latifundiários e do agronegócio foi 2.587 vezes maior do que a dos camponeses pobres e sem-terra. A representação política média dos proprietários de terra foi de um deputado federal para cada 236 famílias, enquanto a dos camponeses sem-terra foi de um deputado para cada 612 mil famílias (CARTER, 2009).

³⁹ Mesmo dentro do Pronaf, os assentados enfrentam outras dificuldades para obter crédito. Foram assinados apenas 64.416 contratos com as 580 mil famílias em projetos da reforma agrária, cerca de 11% do total. O

Agrícola e Pecuário 2012/2013 (vinculado ao MAPA e direcionado aos produtores não familiares) e o Plano Safra da Agricultura Familiar, os grandes agricultores tiveram um financiamento seis vezes maior do que a agricultura familiar. E desde 2003 os recursos disponibilizados para agricultura familiar cresceram na ordem de 233%, enquanto o crédito para os produtores não familiares aumentou 325% (JUNIOR; GRISA, 2012).

Num interessante estudo, Valdemar Junior e Catia Grisa (2012) trazem uma reflexão sobre os 10 anos do Plano Safra para a agricultura familiar. Neste, verifica-se que no Plano Safra 2012/2013 foram disponibilizados R\$ 22,3 bilhões para as políticas de crédito rural (como o Pronaf), de comercialização (o PAA e o PNAE), de assistência técnica (PNATER), de combate à pobreza no campo (Brasil Sem Miséria), de garantia de preços (PGPAF e PGPM), de seguro da produção (SEAF e Programa Garantia Safra). Ainda que, no conjunto destas políticas públicas, a maior parte seja destinada ao Pronaf, R\$ 18 bilhões. Ao longo de uma década tem sido uma constante o aumento de recursos para o Pronaf, que quadruplicou-se entre as safras de 2002/2003 e 2006/2007, subindo a dez bilhões de reais, e, em relação ao último plano bienal, houve um aumento de 12,5% e quando comparado ao Plano de 2003/04 (que disponibilizou R\$ 5,4 bilhões) o valor atual é mais que três vezes superior⁴⁰. Abaixo, no gráfico 1, podemos verificar a evolução das verbas destinadas ao Pronaf, desde a Safra 1999/2000 à 2010/2011.

crédito agrícola oferecido girou em torno de R\$ 568 milhões, ficando R\$ 9 mil por família. Cf.: Dinheiro público financia o agronegócio, **MST**, s/d. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/834>>.

⁴⁰ Também constatam que “Ampliou-se o limite de financiamento para algumas linhas do Pronaf, como Agroindústria, Floresta, Jovem, Semiárido e Eco; a renda máxima para enquadramento no PRONAF passou para R\$ 160 mil ao passo que no primeiro Plano Safra era de R\$ 60 mil, e a renda bruta máxima de enquadramento no Grupo B foi elevada para R\$ 10 mil, cinco vezes àquela observada em 2003. Paralelamente ampliou-se o limite do patrimônio líquido das cooperativas para fins de enquadramento, saindo de R\$ 3 milhões em 2003 para R\$ 150 milhões na safra 2012/13. O volume de recursos disponibilizados também apresentou grande acréscimo, alcançando atualmente R\$ 30 milhões por cooperativa, enquanto que em 2003/04 o máximo permitido era de R\$ 720 mil (aumento em 40 vezes)” (JUNIOR; GRISA, 2012).



Gráfico 1: Evolução Histórica Pronaf. Fonte: <<http://passapalavra.info/2013/04/75301>>.

Não obstante, o MST tem insistido que o programa é limitado, sendo apenas um crédito para o pequeno agricultor já estabilizado e integrado ao mercado. De fato, o Pronaf, ao longo de uma década de governo do PT, passou a apoiar com volume crescente de recursos as grandes cooperativas. No tocante às famílias assentadas, estima-se que das 800 mil, apenas cerca de 50 mil famílias têm acesso ao Pronaf, e, mesmo assim, ainda ficam endividadas⁴¹. Por isso, na avaliação do Movimento, é urgente uma nova forma de apoio ao crédito às famílias assentadas. Nesse sentido, a Direção Nacional do MST entregou uma carta à presidente Dilma (em fevereiro de 2013), que, entre outras coisas, reivindicava uma política de crédito específica para as famílias assentada e deixava claro que “O Pronaf não atende as necessidades dos trabalhadores assentados”⁴².

Então, se o principal programa governamental (em volumes de recursos) para a agricultura familiar não atende, conforme o MST, as necessidades dos assentados, que tipo de produção o Pronaf estaria custeando e que tipo de agricultor estaria fomentando? Mais

⁴¹ Esta situação, para Mançano Fernandes (2013b, p. 198), está atrelada à subalternidade ao mercado capitalista e associada à falta de políticas suficientes de desenvolvimento para os agricultores, para além do Pronaf, do PAA e do Pronaf (sendo que este tem contribuído para o endividamento das famílias assentadas). É necessário “Qualificar e ampliar as políticas públicas, além de criar novas, são ações necessárias para uma reforma agrária ampla”.

⁴² Cf.: MST entrega carta a Dilma com cobrança de desapropriações e Reforma Agrária. **MST**, 04 fev. 2013. Disponível em: <<http://mst.org.br/content/MST-entrega-carta-a-Dilma-com-cobranca-de-desapropriacoes-reforma-agraria>>.

da metade do custeio agrícola, de 2003 a 2011, foi destinado a dois produtos: milho e soja. Caso se agregue o café, estes produtos responderiam até a 70% dos valores totais liberados pelo Pronaf (JUNIOR; GRISA, 2012). Além disso, na comparação dos períodos de 2003 com 2012, de acordo com o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central, “o número de operações de custeio de arroz com agricultores familiares declinou de 34.405 para 7.790 (-77.4%). No caso do feijão, o número de contratos de custeio pelo Pronaf reduziu de 57.042 para 10.869 (-81%). Os contratos para o custeio da mandioca caíram de 65.396 para 20.371 (-69%), e para o custeio de milho declinaram de 301.741 para 170.404 (-44%)”. Estes dados, considerando ainda o aumento constante nos recursos do Pronaf, esclarecem algumas das características do tipo de agricultor familiar que o tem acessado: “(...) não raro diz respeito a um agricultor familiar mais capitalizado, localizado no Sul do Brasil e produtor de commodities agrícolas” (JUNIOR; GRISA, 2012). É esta a categoria social que o governo tem fortalecido com sua principal política pública para a agricultura familiar.

Contudo, ainda existem outras políticas públicas para o meio rural, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ainda que disponham de recursos bem mais modestos. Para o PAA foi disponibilizado R\$ 1,1 bilhão, para o PNAE, valor praticamente semelhante, R\$ 1,2 bilhão e para o ATER R\$ 542 milhões (diante de R\$ 40 milhões em 2003), e os recursos destinados ao Pronera e suas parcerias com universidade e escolas técnicas públicas passaram de uma média anual de dez milhões de reais em 2003 a uma média de R\$ 35, 4 milhões nos quatro anos seguintes. Percebe-se um aumento significativo nos recursos destinados a todos os programas de políticas públicas, e alguns, como o PAA⁴³, são apontados como um avanço significativo em políticas para a agricultura familiar, sobretudo pelo caráter de compra antecipada de alimentos e a obrigação de cada

⁴³ Este programa tem sido bastante elogiado por movimentos sociais, sindicatos e intelectuais, sendo, inclusive, “(...) considerado modelo para vários países da África e das Américas do Sul e Central. Nestas mudanças, é importante não perder de vista o papel que o PAA vem desempenhando na construção, estruturação e regulação de mercados para o conjunto da agricultura familiar e na criação e fortalecimento das organizações de produtores, contribuindo, assim, no âmbito da política agrícola e no empoderamento destes atores sociais” (JUNIOR; GRISA, 2012). Mesmo assim, se avalia que ele atende a cerca de 300 mil pequenos agricultores (ainda bem distante da demanda de 4 milhões).

prefeitura a adquirir no mínimo 30% dos alimentos para a merenda escolar de agricultores familiares. Através deles, o pequeno agricultor consegue escoar a sua produção, como de limão, laranja etc., garantindo um nível de renda para o seu produto.

Porém, os problemas de acesso aos programas se repetem, com as restrições impostas pela forma burocrática de editais, concorrências e falta de vontade política por parte de prefeituras e governantes. Portanto, apesar da melhora econômica nas gestões de Lula/Dilma em relação aos programas voltados à garantia de comercialização e preço mínimo, como o Pronaf e PAA, estes atingem cerca de 10% da população de 800 mil famílias assentadas.

Mas, para além da questão econômica, haveria um impacto político de tais programas? Como a concorrência por recursos limitados, o incentivo (velado) à cultura de *commodities*, e a gramática burocrática de editais intervêm nas formas organizativas desse campesinato?

Dilma Roussef, em discurso em fevereiro de 2013, foi bem clara quanto aos interesses governamentais: “Nós queremos criar uma classe média no campo, uma classe média de pequenos produtores, uma classe média de cooperativados”⁴⁴. Além disso, como indica reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, “A presidente também pediu uma parceria com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) para buscar os brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza e que não constam nos cadastros do governo”. A meta é fazer com que os assentados da reforma agrária tenham acessos aos programas sociais do governo, como *Bolsa Família*, *Minha Casa Minha Vida* e *Brasil Carinhoso*⁴⁵.

A estratégia de governo de Dilma de criar uma classe média no campo, por um lado, e, de outro lado, inserir os assentados nos programas sociais focados do governo reforça uma oposição entre camponês e agricultor familiar, em que este último é associado ao moderno, enquanto o camponês ao atraso. Esta distinção é própria do paradigma do

⁴⁴ Cf.: REFORMA agrária não pode ser sinônimo de agricultura de subsistência, diz Dilma. **Folha de S. Paulo**, 04 fev. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1225817-reforma-agraria-nao-pode-ser-sinonimo-de-agricultura-de-subsistencia-diz-dilma.shtml>>, e, APÓS anunciar R\$ 133 bi a agricultores, Dilma diz que o que gastarem nós cobrimos. **Folha de S. Paulo**, 04 fev. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/122592-apos-anunciar-r-133-bi-a-agricultores-dilma-diz-que-o-que-gastarem-nos-cobrimos.shtml>>.

⁴⁵ Grynspan (2011) já apontava esta linha das políticas governamentais, em governos passados, em relação à reforma agrária, sendo que, “(...) em 1993, a reforma agrária deixou de ser objeto de uma campanha autônoma, para tornar-se parte da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

capitalismo agrário (FERNANDES, 2013b), que transfere os motivos da diferenciação para os sujeitos que a sofrem, e não identifica sua causa nas relações de subordinação, em distintos níveis, ao capital.

Para Gilmar Mauro (2013)⁴⁶,

O discurso da Dilma de criar uma nova classe média rural é um novo crédito. É até interessante o debate para criar um novo formato de crédito. Mas o grande problema é que é uma parte muito pequena que vai ser incluída, o restante está fora, aí é o esquema dos programas sociais. Vai ficar literalmente no CU (Cadastro Único), a turma nossa está brincando, porque não é um programa de reforma agrária para resolver os problemas, o que o governo Dilma está fazendo é um programa dentro da lógica do Estado burguês.

Longe de serem políticas públicas neutras, cabe salientar que a lógica a que elas obedecem foi criada pelo Banco Mundial e experimentada no Brasil com os governos FHC, sendo aprimoradas nos governos Lula e Dilma, como veremos mais adiante.

Nas políticas públicas, o paradigma do capitalismo agrário teve forte influência principalmente a partir do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Surgiram diferentes políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Novo Mundo Rural, que tinha como principais ações a implementação da relação compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além de criação de infraestrutura social nos assentamentos rurais (...) as políticas públicas que o paradigma do capitalismo agrário não conseguiu 'aparelhar' foram extintas ou congeladas, como no caso do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera) – substituído pelo Pronaf (...) (FERNANDES, 2013a, p. 197).

Para Gerson Teixeira (2013), a geração de políticas públicas, como o Pronaf, impeliu a modernização conservadora da agricultura familiar, mantendo a mesma matriz tecnológica da agricultura empresarial. Diante do exposto, já é possível antecipar que o MST não passará incólume por essa forma de política gestada no Banco Mundial, iniciada nos governos FHC e desenvolvida nos governos do PT, como veremos no tópico *participação social*, no quarto capítulo.

Ao ignorar os condicionantes políticos e a reforma agrária limitar-se a uma bandeira da redução da pobreza, isto significa a defesa de um tipo de desenvolvimento

⁴⁶ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

civilizatório do capitalismo no campo? Nesse sentido, a distribuição pontual e localizada de terras, em conjunto com políticas de planejamento, concessão de crédito, assistência técnica, integração ao mercado seria o novo caminho a percorrer? Esse parece ser o consenso prático atual enquanto objetivo estratégico estabelecido entre governo, grandes empresas e movimentos sociais, variando, isto sim, os valores, graus e intensidade de tal projeto de reforma agrária, mas não seu aspecto estrutural (PASSA PALAVRA, 2012b). Alguns elementos que indicam esse caminho seriam a *reforma do Incra* e a *emancipação de assentamentos*.

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estaria passando por um processo de “modernização administrativa”. Ainda que não haja documentos públicos que embasem as linhas gerais de reestruturação do órgão, algumas declarações oficiais podem nos permitir vislumbrar as direções que estão sendo trilhadas. Quando assumiu o cargo, o então presidente do Incra, Carlos Lacerda, afirmou que sua gestão estaria pautada pelos “(...) padrões da iniciativa privada, com gastos cada vez menores e produtividade cada vez maior”, objetivos que teriam sido determinados pela presidente Dilma Rousseff⁴⁷. Tal reformulação incidiria na descentralização das atividades relativas à reforma agrária, com a redução do poder e da esfera de ação do órgão e também das funções do Ministério do Desenvolvimento Agrário, resultando numa nova gestão da política de assentamentos.

De uma perspectiva da luta popular, tais notícias se mostram preocupantes. Concretamente, os números do governo Dilma para a reforma agrária estão entre os piores das últimas duas décadas. Foram criados menos assentamentos e assentadas menos famílias em comparação com governos precedentes. Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram criados 4.410 assentamentos, enquanto nos dez anos de Lula/Dilma

⁴⁷ O Incra atualmente é responsável pela compra de terras, por assentar famílias, construir residências para os assentados, abrir e manter estradas em áreas rurais, implantar agroindústrias, financiar programas educacionais, contratar e prestar assistência técnica. Com a reformulação do órgão, muitas destas atividades seriam descentralizadas e distribuídas entre ministérios e prefeituras. Cf.: A reestruturação do Incra. **Estado de S. Paulo**, 08 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-reestruturacao-do-incra-,795936,0.htm>>. E também, “A verba destinada à assistência técnica, por exemplo, passou de R\$ 110 milhões em 2011 para R\$ 245 milhões neste ano, com aumento de 123%. Já a verba para desapropriações diminuiu 11,5%, de R\$ 790,8 milhões para R\$ 700 milhões.” Cf.: FELIPPE. O Incra e a vibração dos zeladores ideológicos. **VIOMUNDO**, 23 set. 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/igor-felippe-o-incra-e-a-vibracao-dos-zeladores-ideologicos.htm>>

criaram-se 3.711⁴⁸ (LIMA, 2013). No decorrer dos anos de governos oriundas da esquerda, se passou de 662 ocupações de terras no país em 2004 (segundo ano do governo Lula), para 184 em 2010 (oitavo ano do governo Lula). Em 2011 a presidente Dilma teve a marca de piores índices nos últimos dezessete anos (não sendo inferior apenas em relação ao governo Collor, como se pode verificar no gráfico 1).

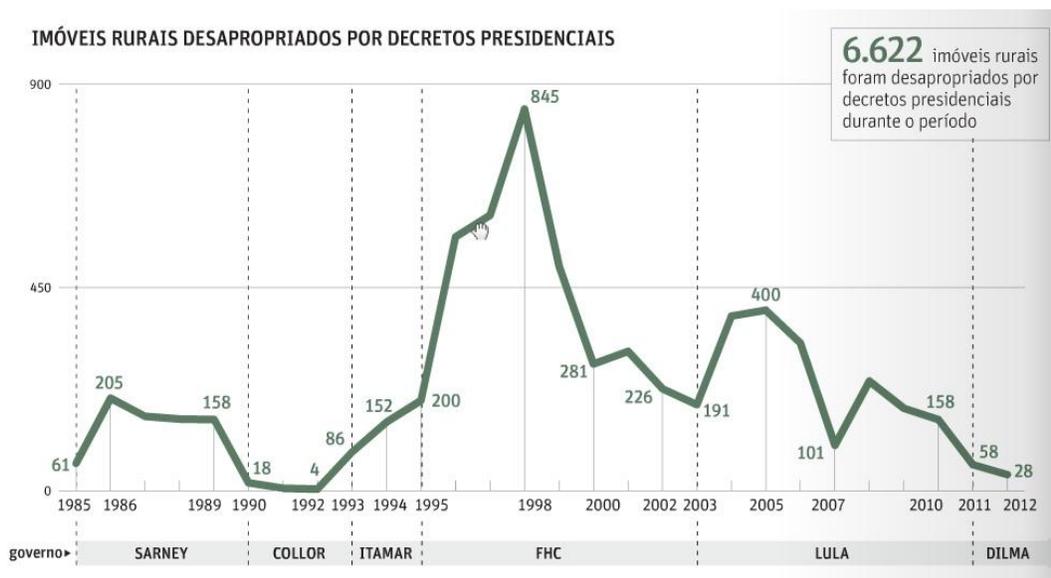
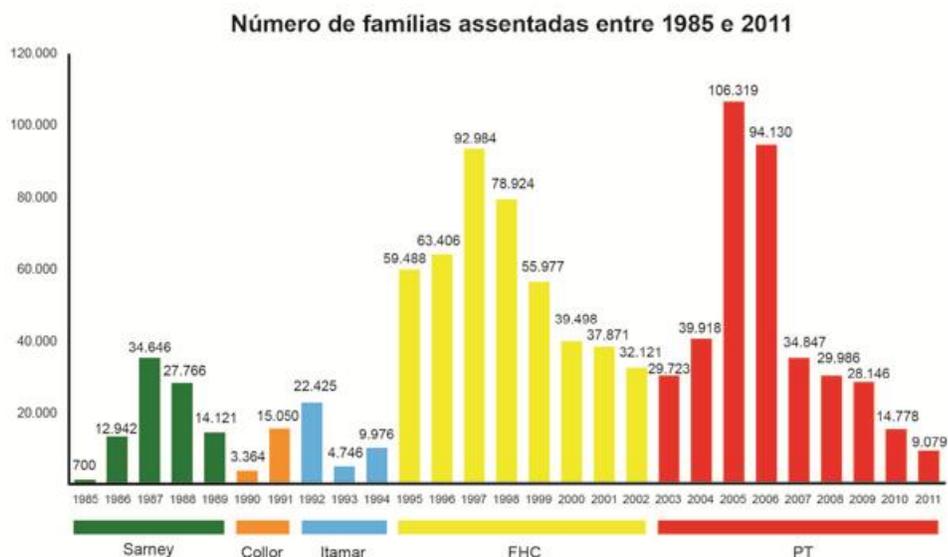


Gráfico 2: Imóveis rurais desapropriados por decretos presidenciais. Fonte: <<http://www.mst.org.br/content/por-que-desapropriacao-de-terras-esta-parada-no-governo-dilma>>

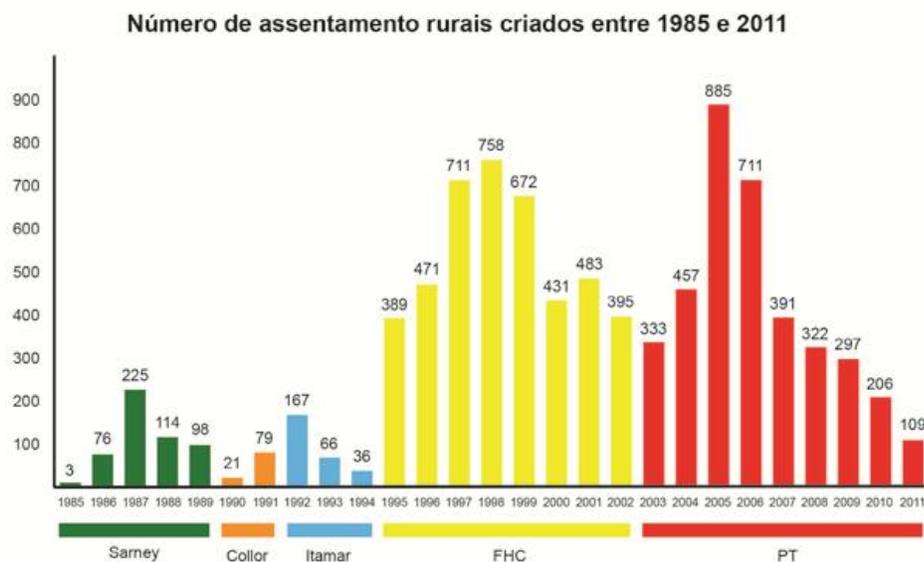
Neste ano, apenas 22.021 famílias conquistaram lotes em assentamentos (representando 51% da marca de FHC no primeiro ano de mandato em 1995, assentando 42.912 famílias) e 61% do primeiro ano de Lula, que assentou em 2003 o montante de 36.301 famílias. Conforme o MST, existem ainda 186 mil famílias em busca de se assentar. Abaixo (no gráfico 3), podemos acompanhar os desempenhos de cada governo no número de famílias assentadas.

⁴⁸ Conforme dados do Dataluta/Unesp. Na primeira metade de seu mandato, o governo Dilma destinou 86 áreas para assentamentos, sendo 58 em 2011 e 28 em 2012. No primeiro ano do mandato de Dilma foram criados 35 assentamentos, enquanto no primeiro ano do mandato de Lula foram 135 e no mesmo período de Fernando Henrique 156. Além disso, no tocante às famílias, os números do atual governo são mais pífios, 1.949 famílias assentadas, contra 9.195 de Lula e 23.391 em igual período de FHC. Não bastassem esses números, Dilma rejeitou cerca de 90 processos de desapropriação de áreas para fins de reforma agrária, não tendo assinado nenhum decreto com este teor no seu primeiro ano de governo (LIMA, 2013).



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra/ww.fct.unesp.br/nera

No gráfico 4, acompanhamos o desempenho no tocante ao número de assentamentos criados.



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra/ww.fct.unesp.br/nera

No discurso oficial esses números são minimizados, pois o foco seria a qualificação dos assentamentos existentes, para a formação da classe média de pequenos agricultores familiares.

No entanto, nem este elemento de qualificação dos assentamentos parece ser consistente, como avalia Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST: “O

governo Dilma não assenta nem fortalece os assentamentos existentes. As ações do governo demonstram a sua prioridade para o agronegócio e descaso com a reforma agrária e a pequena agricultura⁴⁹”. E, conforme Rosa Fernandes, da Coordenação Nacional do MST, esse discurso do governo é uma tentativa de justificar a falta de prioridade da pauta da reforma agrária, tendo por objetivo evitar conflitos para a aliança do governo com o agronegócio em decorrência de desapropriação de terras e criação de novos assentamentos, “É preciso se preocupar em fazer as duas coisas, garantindo terras e novos assentamentos (...) Não dá para paralisar uma frente em detrimento da outra. Não reconhecemos isso como justificativa para que não se faça novos assentamentos”⁵⁰.

E não vêm só do MST críticas a essa alegada priorização do governo. Servidores do Incra e do MDA negam que essa fórmula esteja sendo adotada e apontam o fato de a assistência técnica estar sendo preterida nos dois órgãos, pela falta de servidores, o que tem levado à redução dos serviços de assistência técnica aos assentamentos. Também apontam para cortes das verbas de custeio, o que pode levar ao cancelamento de contratos já feitos. Além disso, indicam que nos governos do PT, sobretudo após 2008, aprofundou-se a diferença salarial entre os servidores do Incra e do MDA em relação ao MAPA (com a remuneração dos trabalhadores dos órgãos de desenvolvimento agrário chegando a ser duas vezes e meia inferior, não obstante funções similares e anteriormente os salários entre os órgãos federais serem equiparados). Assim, de acordo com os servidores, as dificuldades “Aprofundaram-se ao longo do governo Lula e vêm se agravando muito nos últimos meses. Hoje os órgãos do Estado brasileiro, responsáveis pela questão agrária, não têm nenhuma condição de promover o desenvolvimento agrário no Brasil preservando a natureza”⁵¹.

Se por si só estes fatos aliados aos números extremamente baixos de novos assentamentos já são um indicativo do descaso com uma reforma agrária popular, o foco na

⁴⁹ Cf.: Lentidão na criação de assentamentos desmotiva trabalhadores rurais. **MST**, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/lentidao-da-criacao-de-assentamentos-desmotiva-trabalhadores-rurais>>.

⁵⁰ Cf.: MST cobra criação de assentamentos e denuncia ação do poder judiciário. **MST**, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/mst-cobra-cria%C3%A7%C3%A3o-de-assentamentos-e-denuncia-a%C3%A7%C3%A3o-do-poder-judici%C3%A1rio>>.

⁵¹ Cf.: Servidores denunciam desmanche estrutural do Incra e do MDA. **VIOMUNDO**, 14 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/servidores-denunciam-desmanche-estrutural-do-incra-e-do-mda.html>>.

qualificação e na “emancipação” fecha o circuito da política de conciliação com os interesses do agronegócio.

2.5 Emancipação compulsória dos assentamentos

Vivemos um tempo em que não apenas as lutas, mas também as palavras e seus conteúdos são recuperados e colocados de ponta cabeça, servindo para indicar o oposto do pretendido originalmente. A novela orwelliana ganha forma e a inversão do significado dos termos serve para tergiversar.

Uma das consequências da integração almejada entre pequenos produtores e agronegócio será acelerar a “emancipação” de assentamentos e a titulação de lotes para os assentados rurais, permitindo a colocação, por exemplo, de terras públicas no mercado sem impedimentos legais. Tais medidas foram acordadas num encontro histórico entre o presidente do Incra, Carlos Guedes, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e a presidente do Conselho Nacional de Agricultura, a senadora Kátia Abreu, e para surpresa da presidente da entidade representativa do agronegócio, o governo foi além do esperado⁵².



Figura 1. Presidente da CNA, senadora Katia Abreu negocia titulações de áreas na Amazônia com ministro Pepe Vargas (MDA) e presidente do Incra, Carlos Guedes. Foto: Divulgação/CNA

⁵² Cf.: O Incra no fio da navalha. 21 jan. 2013. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/01/o-incra-no-fio-da-navalha/>>. Também o editorial do jornal *Estado de S. Paulo*, 05 jan. 2013, intitulado “Um novo Incra”, comemorou o que considerou uma mudança radical das prioridades do órgão, que teria feito uma “(...) opção pela integração dos pequenos agricultores ao agronegócio, algo que será benéfico para todos – menos, claro, para aqueles que lucram politicamente com a proliferação de sem-terra”, afirmou o Estadão.

Para Guedes, a titulação dos assentados e a emancipação dos assentamentos, além de ser um direito legal que permite ao titular depois de uma década dispor livremente do lote, também facilitará seu “(...) acesso a outras políticas públicas além das específicas da reforma agrária”, e no caso do assentamento, sua emancipação faz com que não seja mais responsabilidade do Incra, fazendo com que os assentados passem “(...) a ser agricultores familiares como os demais, podendo usufruir de todos os direitos do setor”⁵³.

Esta concepção parece bem distante do horizonte almejado pelos movimentos sociais rurais, que, como o MST, percebiam nos assentamentos coletivos a contraposição à lógica da propriedade individual (como ocorreu com as Cooperativas de Produção Agropecuária – das quais falaremos adiante). Para parte do corpo técnico do Incra, estas questões levarão à substituição de famílias assentadas por agricultores capitalizados e, como consequência,

Com a emancipação dos assentamentos ‘antigos’, perde-se a articulação que traz resultados maiores do que as qualidades da terra e das famílias, perde-se a liderança que orienta os investimentos grupais e puxa o apoio externo, e perde-se a visibilidade dos resultados positivos. Assim, sobrarão como assentados apenas aqueles que ajudam a ilustrar o discurso das ‘favelas rurais’, justificando o discurso de inoperância da reforma agrária⁵⁴.

Deste modo, pela via das políticas públicas é vendida a ideia de que os assentados poderão torna-se agricultores familiares com o direito de endividar-se e também de vender suas terras no mercado, fazendo com que as terras da União sejam transferidas para grandes propriedades, estimulando o processo concentrador, o que, não sem razão, deixou bastante satisfeita a representante política do agronegócio.

Este deverá ser o desfecho da proposta de emancipação à força de assentamentos abandonados à própria sorte pelos poderes públicos, com a titulação dos respectivos lotes que envolvem milhões de hectares. Sugerida pela CNA, a medida traduz a homologação do MDA e INCRA à comvente sensibilidade social da Presidente da entidade pela ‘libertação dos assentados’ (TEIXEIRA, 2013).

⁵³ Cf.: O Incra no fio da navalha. 21 jan. 2013. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/01/o-incra-no-fio-da-navalha/>>.

⁵⁴ Cf.: O Incra no fio da navalha. 21 jan. 2013. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/01/o-incra-no-fio-da-navalha/>>.

Como indicam Frederico Daia Firmiano e Silvia Beatriz Adoue (2012, p. 7), com o direito de participar do agronegócio, o assentado pode ter o a posse e usar o lote como garantia para pleitear recursos nas instituições financeiras. Os pesquisadores também nos trazem alguns dados preocupantes, pois até 2011, a emancipação dos assentamentos já havia atingido 12 mil famílias, de 75 assentamentos, em oito estados: Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe, e estima-se que apenas em Rondônia, até 2014 ocorrerão vistorias para a titulação de 20 mil assentamentos no estado, através do “Plano de Titulação e Regularização Ambiental dos Assentamentos de Rondônia”, lançado pelo Incra.

Há que se prestar atenção de que embora seja um programa levado adiante por parcerias entre o governo federal, MDA, Incra e prefeituras, e que conta com todo o interesse da CNA, a emancipação dos assentamentos já está prevista no Estatuto da Terra, lançado pelos militares no início da ditadura em 1964. Contudo, tal medida passa a ser usada no governo FHC em 2000, através do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), como o produto de um acordo entre o governo do PSDB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sob a tutela do Banco Mundial. Assim, após décadas de políticas neoliberais no campo que buscaram converter a reforma agrária em política de mercado e de descaso com as infraestruturas mais básicas nos assentamentos, relegando esta conquista da luta dos trabalhadores a condições extremamente precárias, os governos (de composição) do PT pretendem consolidar a integração do trabalhador rural (convertido em agricultor familiar) ao mercado capitalista.

2.6 Agricultura Familiar⁵⁵

Busca-se, assim, um sistema bimodal de produção e ocupação do campo, em que coexistam, de forma mais harmônica, a agricultura familiar e o agronegócio no

⁵⁵ A agricultura familiar, como consta na Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, abrange as pessoas que administram e empregam como mão de obra a própria família em atividades de seu estabelecimento, não sendo maior do que quatro módulos fiscais e compreendendo unidades territoriais determinadas pelos tipos predominantes de exploração e de renda obtida em escala municipal. Mas, tanto o Mapa quanto o MDA, definem a agricultura familiar como parte do agronegócio. Contudo, no Censo Agropecuário de 2006, o MDA solicitou ao IBGE que fosse destacada – pela primeira vez na história nacional – a produção da agricultura familiar da agricultura não familiar, evitando, com isso, o termo agronegócio (FERNANDES, 2013b, p. 200).

desenvolvimento rural. Convivência bastante desigual, diga-se de passagem, pois nos 10 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, a concentração de terras se intensificou, e as propriedades que vão de 50 mil hectares a menos de 100 mil passaram de 32 (em 2003) para 135 (em 2011); já nos imóveis acima de 100 mil hectares houve aumento da concentração em quase 10 vezes nos governos Lula e Dilma, indo de 22 (2003) para 208 (em 2011)⁵⁶.

A agricultura familiar, compreendida de modo isolado, apresenta alto grau de integração com o modo de produção capitalista no campo⁵⁷. O modelo do agronegócio hegemoniza o desenvolvimento da agricultura, controlando os territórios a partir de duas formas:

(...) pelo monopólio do território camponês e pela territorialidade do capital em território camponês, onde as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio, que, evidentemente, capitaliza a renda produzida pelas famílias camponesas. Essa relação entre capital e campesinato produz um paradoxo em que a produção agropecuária camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio, e a maior parte da riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e comercializam os produtos camponeses (FERNANDES, 2013b, p. 202).

Os pequenos produtores são, assim, "integrados" ao complexo industrial do agronegócio.

Vejamos o exemplo da avicultura nacional, que está entre as mais produtivas do mundo. O setor foi responsável por cerca de 1,5% do PIB em 2008⁵⁸. Neste ramo, entende-

⁵⁶ Cf.: Concentração agravada. **Brasil de Fato**, São Paulo, 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11535>>..

⁵⁷ Abramovay (2013) entende que com o desenvolvimento do capitalismo a agricultura familiar dá passagem para a agricultura individual, não tendo como eixo estratégico a manutenção e reprodução da família rural. Nas unidades produtivas seria o chefe de família o agricultor, enquanto outros membros exerceriam profissões urbanas, não sendo evidente que os jovens de famílias de agricultores queiram seguir a profissão dos pais. O que, de fato, se constitui como um dos dilemas nos assentamentos do MST (STROPASOLAS, 2006). Para Abramovay (2013, p. 122), "(...) existe um verdadeiro abismo social entre esta agricultura familiar moderna e aquilo que, entre nós, habitualmente, se entende por pequena produção". José Graziano da Silva (2013, p. 251) também irá defender que, atualmente, nos estabelecimentos agropecuários a divisão social do trabalho não é mais realizada pela família como um todo, e sim alguns (ou um) de seus membros, para ele, "Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque ela deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não agrícola, embora permaneça residindo no campo".

⁵⁸ Estima-se que em 2008 o setor da avicultura - presente em todas as regiões do país - gerou 4,8 milhões de postos de trabalho (entre emprego direto e indireto) e acima de 6 bilhões de reais em impostos.

se por integração a passagem da operação centralizada no proprietário da granja para uma economia de escala, em que numerosos pequenos proprietários fornecem para uma grande empresa que controla todos os elos da cadeia, a compra da produção, abate e processamento e distribuição (GONÇALVES, 2008; UBA, 2008). De acordo com documento da União Brasileira de Avicultura,

Cerca de 90% das aves abatidas são produzidas no sistema de integração vertical, onde a empresa detém o controle de todos os elos da cadeia, ou seja, produção, abate e processamento e distribuição. Isso gera, empregos, renda, fixação do homem do campo em sua terra e viabiliza a pequena propriedade. (UBA, 2008).

O contrato com a agricultura familiar é feito pela integração de pequenas propriedades rurais que são colocadas a serviço exclusivo da indústria. Esta lógica, na qual a empresa não tem obrigações sociais ou encargos trabalhistas, também é aplicada na engorda de suínos e gado, na plantação de fumos e frutas (como no caso das plantações de laranja com empresas que realizam cartéis, como o caso da Cutrale) etc. Para a BRF Brasil Food⁵⁹, este tipo de “parceria com os produtores é um modelo de produção essencial para o desenvolvimento das áreas rurais, tem grande influência na estabilização das famílias, pelo controle do êxodo rural e pela instituição da regularidade mensal em geração de renda” (Extraclasse, 2010, p. 31). Contudo, em 2010 o Ministério Público do Trabalho de Chapecó (SC) entrou com ação cível pública contra a Sadia (até então a quarta maior empresa do agronegócio no país) para que a empresa reconheça vínculos empregatícios com os produtores “integrados” de aves, isto é, para que seja reconhecido tratar-se não de uma relação entre comprador e vendedor de serviços, mas entre patrão e empregado. Em levantamento do Ministério Público do Trabalho em 3.843 pagamentos realizados pela Sadia aos produtores “integrados” num período de um ano, cerca de 73% dos agricultores sequer receberam os custos da produção (SAKAMOTO, 2010).

A partir destas considerações, podemos entender a proposta governamental como a inserção de um número reduzido de assentamentos e de pequenos produtores tecnicamente considerados “produtivos”, que poderão integrar de maneira submissa e complementar o circuito do agronegócio, fornecendo alimentos orgânicos através da

⁵⁹ Uma gigante no mercado da alimentação (que engloba as marcas das empresas Perdigão e Sadia) e faturou R\$ 24,4 milhões em 2009, mantendo 8,5 mil produtores “integrados” em todo o país.

agricultura familiar para grandes empresas e, mesmo, adotando a plantação de monoculturas. Os assentamentos considerados “improdutivos” ou que não se alinhem com a política hegemônica podem ser desestruturados, preteridos nas políticas de financiamento e os assentados relegados às políticas de compensação social focadas de outros órgãos governamentais, como *Bolsa Família*, e *Brasil Carinhoso*.

Como nos disse indignado uma liderança de um assentamento em São Paulo, ex-integrante do MST:

Irão fazer a divisão dos assentados em três categorias: produtivo, improdutivo e semi-produtivo. A ideia é formar uma classe média no campo, com parceria com o agronegócio. Os produtivos serão emancipados. A empresa ganhará selo de responsabilidade social e ambiental, uma empresa que é de exploração de monocultura, mas que faz formação técnica em agroecologia. Veja a contradição. Isto faz parte de um processo de retirada de direitos, não só no campo.⁶⁰

Afastando a política de reforma agrária do patamar de problema estrutural, também se impede que a reivindicação e atuação dos movimentos sociais se foquem num órgão central. Outra consequência desta perspectiva é associar diretamente a agricultura camponesa com o agronegócio, tornando invisíveis os conflitos, ao considerar a agricultura familiar como unidade do sistema de produção hegemônico. Procura, assim, tornar o conflito algo exógeno e não inerente à produção do capitalismo agrário.

Não obstante todas essas adversidades, por “recomendação” da Casa Civil da Presidência da República, foi instituída ainda uma limitação aos custos para obtenção das terras para a criação de projetos de assentamentos⁶¹. Estabelece que os imóveis a serem desapropriados para a criação de Projetos de Assentamento devem atender ao número mínimo de 15 (quinze) famílias e não exceder o custo máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por família a ser assentada. Não há como se vislumbrar um horizonte muito promissor nessas circunstâncias, pois,

Isso praticamente inviabiliza a reforma agrária nas regiões Sul e Sudeste do país. E pior: os imóveis rurais mais caros ficam, assim, isentos de cumprir a função social da propriedade da terra, conforme manda a Constituição Federal (...) Não é à toa, portanto, que este governo se equipara ao governo Collor em resultados da

⁶⁰ Cf.: entrevista o autor, 21/01/13, São Paulo.

⁶¹ Cf.: INCRA, MEMO/CIRCULAR/INCRA/DT/Nº 22/11, de 27 de dezembro de 2011.

reforma agrária. Os números são pífios, mas mascaram uma realidade ainda pior. Muitas das terras arrecadadas pelo Incra hoje são resultado de processos que tiveram início há pelo menos três anos. Esse é, em média, o tempo que os processos levam para tramitar na Justiça. Os números dos dois primeiros anos do governo Dilma, portanto, são reflexo do governo Lula.” (TONI; ANDRADE, 2013).

As possibilidades de criação de projetos de assentamentos são relegadas às áreas mais adversas à produção agrícola (em termos de condições do solo, topografia, acessibilidade, possibilidades de comercialização da produção, etc.).

Na análise de uma das direções do MST:

Ora, com o preço das terras em São Paulo, no Sul, no Centro-Oeste, não haverá mais desapropriação. Com isso, a presidente altera a Constituição, a qual estabelece que a terra que não cumpre sua função social deve ser desapropriada para fins de reforma agrária, dando lugar a uma medida administrativa, econômica, estabelecendo que o custo por família assentada não pode passar de 100 mil reais. Portanto, não tem mais desapropriação no centro-sul do nosso país (MAURO, 2012).

Tais situações de desigualdade crônicas na história do país reforçam um dos paradigmas do atual Brasil agrário, que possui uma das agriculturas mais avançadas do mundo⁶² convivendo com o uso do trabalho em condições de escravidão. Não obstante o registro de um desenvolvimento agudo do setor agrícola nacional, que aposta simultaneamente (e desigualmente) nas grandes propriedades agrícolas e nas pequenas propriedades camponesas – que segundo a lógica hegemônica deveriam desempenhar papéis complementares – ocorre uma destacada subordinação permanente dos agricultores camponeses aos interesses dos grandes proprietários e do agronegócio, o que faz com que persistam profundos contrastes socioeconômicos. Deve-se levar em conta também que o país apresenta uma paisagem rural com dimensão continental e grande diversidade regional, variando entre moderníssimos complexos agroindustriais e pequenas unidades camponesas pessimamente equipadas.

⁶² “O Brasil é hoje o principal exportador de vários produtos agrícolas, razão pela qual é um dos principais atores na redefinição da ordem mundial do comércio alimentar, tradicionalmente dominado pelos Estados Unidos e Europa. O Brasil é, juntamente com os Estados Unidos, um dos líderes na promoção dos agrocombustíveis” (WILSON, 2012). Também confira: BRAZILIAN agriculture. The miracle of cerrado. **The Economist**, 26 ago. 2010.

Assim, o modelo de desenvolvimento da agricultura baseado na produção de *commodities*, ainda que proporcione maior rendimento da exploração agrícola, também tem impactos negativos sociais e ambientais. Outro efeito decorrente da expansão das *commodities* nos latifúndios vem a ser o obstáculo para reproduzir mecanismos populares de ação coletiva, com vistas a pressionar e reivindicar do governo, como a ocupação de terras.

2.7 Atualidades da questão (da reforma) agrária

Contudo, não devemos limitar o entendimento do desenvolvimento da agricultura num país apenas ao setor rural, pois, como apontamos, a própria questão agrária impacta na globalidade do território, sendo necessário analisar a relação campo-cidade, e, conseqüentemente, o tipo de desenvolvimento nacional⁶³.

Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Alentejano (2011) identificam que,

A questão (da reforma) agrária vem perdendo espaço não só nos meios acadêmicos e midiáticos como até mesmo em setores que historicamente pautaram suas ações e análises em torno dela por acreditarem que a reforma agrária teria um papel estruturante na construção de uma sociedade mais justa e democrática no Brasil.

No entanto, como ressaltam os autores, se analisarmos esta questão pela ótica da luta por direitos, justiça e democracia, podemos perceber a atualidade da questão (da reforma) agrária, mas também a necessidade de elaboração de um novo escopo teórico-político que seja capaz de abarcar a complexidade que ela vem assumindo.

O acento apenas na dimensão econômica da questão agrária leva a compreendê-la como superada, pois desde a revolução verde, dos anos 1970, o aumento da produção e da produtividade teria realizado o desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, superado o "atraso" econômico e histórico do país. Mas, os conflitos se mantêm em patamares extremamente elevados (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2011).

⁶³ “A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento” (FERNANDES, 2013a, p. 178). José de Souza Martins (1997, p. 34) constatou que o MST representava o moderno (em diversas dimensões) contra o arcaico numa sociedade como a brasileira, pois um movimento deste tipo, “[...] que agrupa populações cujo conflito social atinge os alicerces do sistema, que é o direito de propriedade, tem uma função modernizadora indiscutível (...) O Movimento é o único agente social a proclamar todos os dias que a questão agrária não é só nem predominantemente uma questão econômica. Ela é uma questão política”.

É a extrapolação dos marcos de uma reforma agrária limitada ao meio rural e ao campesinato que alguns autores – com táticas e estratégias diferenciadas – apontam como alternativa de ressignificação da questão agrária enquanto elemento da luta de classes no país (entre outros, MARTINS, 2013; SAUER, 2013; SAMPAIO JR., 2013, A 8). Estas perspectivas têm em comum o fato de não restringir a luta pela terra à sua dimensão econômica e produtiva, entendendo-a como espaço com possibilidades de criação de identidades e existências não alinhadas ao modelo capitalista e ao projeto hegemônico de desenvolvimento do Brasil, gerando territorialidades políticas e sociais – em articulação com outros setores populares, como os indígenas, quilombolas, atingidos por barragens etc.

Esta atualidade da reforma agrária também pode ser sublinhada por indicadores de produtividade, baseando-se na Lei 8629/93, que trata dos índices de produtividade (mesmo que tendo por referência os dados do Censo Agropecuário de 1975), índices que ainda não foram atualizados por nenhum governo, a despeito do aumento da produtividade e mecanização do campo brasileiro. Segundo o INCRA, há 120 milhões de hectares de terras passíveis de desapropriação por esta lei, ou cerca de 70% do total das grandes propriedades, que seriam, majoritariamente improdutivas. É este argumento que, para Ariovaldo de Oliveira (2013, p. 307), faz “necessário continuar insistindo que a reforma agrária continua a ser uma necessidade estrutural da sociedade brasileira e um instrumento para corrigir a desigual distribuição da terra e sua retenção improdutiva”.

A questão da reforma agrária no Brasil ainda persiste, para Bernardo Mançano Fernandes (2013b), por duas questões estruturais que não foram enfrentadas por nenhum governo: a situação permanente de subalternidade do campesinato ao capitalismo (em decorrência da renda capitalizada da terra), e o fato de as políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa serem insuficientes.

Como já salientamos, de dentro do MST existe a leitura de que o desfecho da questão da reforma agrária depende da reconstrução do movimento de massas e de mudanças na correlação de forças. Para João Pedro Stédile (2012b),

Vai depender do ressurgimento do debate em torno de um necessário projeto popular para o Brasil. Está dependendo da reconstrução do movimento de massas, pois está provado que as batalhas eleitorais são importantes para derrotar a direita

institucionalmente, mas insuficientes para derrotá-las em seu poder econômico, político, ideológico e mediático.

Há que se considerar que uma das consequências do processo de inter-relação entre campo e cidade é uma profunda transformação das relações de trabalho, distinguindo-se das condições de três a quatro décadas atrás. Como foi dito antes, a classe trabalhadora rural passou por uma profunda transformação na medida em que dela fazem parte, de modo crescente, os assalariados no campo que vivem nas cidades próximas, ou que moraram por um período nas franjas das grandes cidades⁶⁴. Tanto estes quanto os pequenos produtores encontram-se subordinados aos mecanismos do agronegócio. Isso fez com que a simples luta pela terra, sem o questionamento da totalidade da cadeia produtiva, tenha perdido a centralidade estratégica de ruptura e de criação de novas formas de socialização. Mas, ao mesmo tempo, coloca a necessidade – para um projeto político de superação de tal situação – de conjugar as diversas lutas no campo (por exemplo, contra a exploração do trabalho, pela terra) e na cidade. Ou seja, a unificação de resistências que englobem vários segmentos da classe trabalhadora, tornando-se uma luta contra o capital.

Contudo, são vários os fatores que limitam tal construção, desde o corporativismo dos movimentos rurais até à dependência econômica em relação aos governos⁶⁵. A título de exemplo do corporativismo, podemos citar uma experiência que vivenciamos numa ocupação de terras do MST numa usina no nordeste do país.

A usina de cana-de-açúcar estava já há alguns meses sem pagar o salário dos trabalhadores rurais e o próprio título de propriedade e posse da terra estava sendo questionado. Ainda assim, não se verificou um efetivo diálogo entre a organização dos Sem Terra e os trabalhadores. Reproduzia-se, no cerne de uma luta contra um inimigo comum, a distinção corporativa da classe trabalhadora, e não se apontava para uma organização de

⁶⁴ Cf.: COISSI. Filhos e netos de sem-terra deixam cidade e voltam para o campo. **Folha de S. Paulo**, 17 nov. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1186860-filhos-e-netos-de-sem-terra-deixam-cidade-e-voltam-para-o-campo.shtml>>.

⁶⁵ Entre as dificuldades para a realização da Reforma Agrária, para Horácio Carvalho (2013) estaria o fato de a estratégia popular permanecer como uma política de assentamentos pontuais e ocasionais, sendo marcada pelo corporativismo – “(...) que é reforçado pela dependência dos recursos de fontes como as políticas públicas compensatórias e as ONGs de âmbito internacional” (p. 139) – e, ainda, pela dependência dos recursos, pois a “(...) maior parte dos recursos dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares do campo é proveniente dos governos, provocando uma subalternidade relativa com os malefícios de toda e qualquer dependência de terceiros” (ibidem, p. 137).

luta de forma coesa – ainda que mantivesse as múltiplas facetas que compõem as especificidades destes segmentos de trabalhadores rurais e Sem Terras⁶⁶. Ao invés de buscar uma unidade de classe e a superação da sua fragmentação, recolocando a luta social em sua totalidade, o que se observou foi a manutenção da clivagem que tem marcado a classe trabalhadora.

Ao que tudo indica essa não foi uma situação isolada. Como nos contou um dirigente do MST:

Um dia nós fomos fechar uma fábrica [de etanol] e fechamos, não entrava caminhão de cana, nada. Uma cena patética, porque nós lá, com carro de som, discurso e a classe trabalhadora da empresa lá, olhando para nós, de longe, e não se aproximou e não veio, não teve jeito. Aquele dia para mim [foi uma lição], não se fecha uma fábrica de fora para dentro, é de dentro para fora, porque você pode fechar por alguns minutos, mas depois volta tudo ao normal. Não vamos fazer a revolução pela classe, tem que ser a própria. Esta é a grande tarefa desses novos instrumentos, já tem que repensar como vai incorporar esses novos setores da classe trabalhadora, se é MST ou não isso é o que menos importa, pode não ser MST. Mas é preciso ir construindo, experimentando. Mesmo [ocorre] com o tema do poder popular, esse dos assentados é lá no local, lutas locais, participação local, debate local, participação política, vai construindo novas formas também, semeando germens e novas formas organizativas. (...) Você pode perguntar: e o tempo disso? É difícil, principalmente num momento de fragmentação [em que se tem] ou um reformismo exacerbado, ou um esquerdismo exacerbado (MAURO, 2013⁶⁷).

Percebe-se, portanto, a necessidade de organização da classe trabalhadora de modo amplo, o que, obviamente, não é uma tarefa e um desafio só para o MST, mas também para o MST.

Se não organizarmos a classe trabalhadora dos complexos agroindustriais, se não tivermos a capacidade de incidir em termos

⁶⁶ Interessante, neste sentido, para que os argumentos aqui levantados não sejam entendidos somente como uma aspiração e normatividade do autor, nos remetermos à análise de uma direção nacional do MST que aponta exatamente para a necessidade de tal unificação de lutas da classe trabalhadora: “É preciso dizer que estamos todos ferrados, pra não usar outra expressão. E se não tomarmos consciência da necessidade de se fazerem lutas com perspectiva de unificação, vamos perder em todas as frentes, nas quais só estamos correndo atrás do prejuízo. Estamos com dificuldade de ter uma estratégia própria e tomar iniciativas. O caso do Código Florestal é evidente, mas é só um. Há a Transposição do São Francisco, os transgênicos... Estamos sempre correndo atrás, e pior, perdendo (...)” (MAURO, 2012).

⁶⁷ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

de lutas, de organização, de táticas, de formação sobre esses amplos setores da classe trabalhadora dificilmente a gente altera a questão agrária na atualidade. Então, não adianta só o MST. No campo e nas cidades têm que surgir outros setores, os trabalhadores dos complexos agroindustriais moram na cidade (ibidem).

Ora, como demonstramos, a condição concreta de muitos dos agricultores familiares não é a idealizada figura do camponês autônomo, mas de um agricultor que se encontra integrado numa superexploração do trabalho a partir das grandes empresas do agronegócio, recaindo sobre ele o ônus e a responsabilidade. O camponês está inserido materialmente em relações de venda de força de trabalho rural, temporárias, ou de contratação nos lotes, de arrendamento ao capital e contratação de empresas. Nesta relação entre o capital e o trabalho, o desafio que salta aos olhos parece ser como organizar esta situação para uma perspectiva de fortalecimento das lutas, em como articular enfrentamentos conjuntos entre os trabalhadores rurais explorados contra o agronegócio (mesmo que assentados e da agricultura familiar) e os sem terras (assentados ou não), e identificar quais os elos frágeis, os pontos de ruptura que se apresentam neste conflito⁶⁸.

A preocupação de unificação das lutas parece ser uma inquietação comum externalizada pelos movimentos do campo, a despeito da dificuldade na última década em reunir uma pauta compartilhada, como expressam lideranças nacionais do MST:

Inclusive, estamos conseguindo reunir uma pauta comum entre vários movimentos sociais, algo inédito no último período, com a

⁶⁸ Compreendemos, assim, que a conceitualização dessa fração da classe trabalhadora, de trabalhadores rurais, deve se dar a partir de uma perspectiva política que enfoque a unidade entre seus elementos e, ao mesmo tempo, o antagonismo em relação à outra classe. Refere-se, portanto, a uma classe em formação (THOMPSON, 2001), na luta contra o latifúndio e o agronegócio, representantes mais diretos do capitalismo no campo. Este conceito de camponês compreenderá meeiros, pequenos arrendatários, agregados, pequenos agricultores familiares, parceiros, bóias-fria e Sem Terra. Ainda que diversas pesquisas apresentem a distinção de radicalidade e potencialidade da luta entre o momento de acampamento e assentamento (GONÇALVES, 2005), nos parece que isso corresponde também às formas organizativas e de sociabilidade que são desenvolvidas pelos movimentos (concomitantes, é claro, com as medidas do Estado e do capital para recuperar essas rebeldias). Concordamos com a perspectiva do dirigente do MST, quando este afirmou numa entrevista que nos concedeu: “É evidente que em grande medida, embora se desenvolva sempre dentro do MST esse trabalho de formação política e ideológica, a propriedade em si e a ideologia da propriedade é forte e está impregnada no seio do nosso povo. Eu não parto também daquela ideia de que o pequeno agricultor pela propriedade então é um pequeno burguês. (...) As pessoas não são ontologicamente isso ou aquilo, elas são construídas e disputadas (...) A ideologia eu aprendi, não nasci com a ideologia socialista, me foi inculcada através do processo de organização e de luta. O senso comum é defender a perspectiva do capitalismo. (...) Os acampados tendem a ser muito mais radicais pela própria realidade deles, não tem o que perder, essa é a verdade. Um assentado não, ele vai quebra o banco e tal, mas tem a terrinha dele. Não é que o sujeito não pode ter nada para ser radical, nós queremos consciência de classe, e este é um processo que tem que ser construído. Dá para fazer lutas radicais com assentados, com acampados...” (MAURO, 2013).

participação de Contag, Fetraf e outros movimentos, na perspectiva de realizarmos um encontro nacional de movimentos camponeses, uma espécie de congresso camponês no Brasil. E é a primeira vez, pelo menos nos últimos dez anos, que conseguimos juntar todo esse povo numa pauta em comum. (MAURO, 2012).

Essa visão é ratificada por Alexandre Conceição⁶⁹:

A carta assinada pelas organizações tem uma simbologia muito forte. No ano passado, fez 50 anos do 1º Congresso Camponês do Brasil, quando pela primeira e única vez na história todas as forças do campo se reuniram para realizá-lo, em abril de 1961.

A carta vem carregada dessa simbologia, com as forças do campo se encontrando novamente depois de 50 anos para fazer uma revisão do mundo rural, da situação agrária do país e voltar a traçar uma análise em conjunto, no sentido de pautar o governo e a sociedade em defesa da Reforma Agrária.

Cabe reparar que a busca por unidade de luta se deu num contexto em que a destinação de terras para a reforma agrária apresenta seus piores índices em mais de duas décadas e, também, no momento em que o Ministério do Planejamento anunciou o contingenciamento de cerca de 70% das verbas do custeio do INCRA, passando de R\$ 240 milhões para quase R\$ 75 milhões, o que afeta diretamente o orçamento de programas como o Pronera, de assistência técnica etc. Estes fatos ressaltam a importância das mobilizações radicais, como a ocupação, como mecanismo de pressão sobre os governos. Parece, assim, ser sintomático que no mesmo período, como reconhece o secretário de política agrária da Contag, William Clementino, ocorra maior diálogo nos governos do PT (diferentemente de seus antecessores) e o “fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar”. O fato de esse “maior diálogo e fortalecimento das políticas públicas” vir acompanhado do “retrocesso da reforma agrária”, como aponta o dirigente nacional do MST, Alexandre Conceição, reforça a necessidade de pensar “novas formas de luta direta”⁷⁰.

Constitui-se, assim, uma situação paradoxal no tocante às lutas no campo. Com as mudanças no conteúdo da questão agrária, isto é, num momento em que ocorre a

⁶⁹ Cf.: “Esperamos que o novo ministro possa acelerar as desapropriações”. MST, 16 mar. 2012. Disponível em: < <http://mst.org.br/node/13057> >.

⁷⁰ Cf.: SALES de LIMA. Construir a unidade pela reforma agrária. **Brasil de Fato** ed. 477, 19 a 25 abril 2012, p. 4-5.

integração da produção agrícola com a indústria através do agronegócio, a reforma agrária pode adquirir um conteúdo mais (e não menos) radical, pois pode afrontar diretamente estruturas do capital. Paradoxalmente, quando se apresenta esse potencial transformador da luta anticapitalista também é o momento em que a luta pela reforma agrária tem recuado, em que se reduzem, por parte dos movimentos, o número de ações para a conquista de terras, ocasião na qual os governos adotam o discurso e a tática de fortalecer os assentamentos.

3. NEO (NACIONAL) DESENVOLVIMENTISMO, NEOLIBERALISMO E BRASIL POTÊNCIA – PARADOXOS DAS LUTAS SOCIAIS

"Assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação efetiva e de seus reais interesses, o conceito que fazem de si do que são na realidade".

Karl Marx

"Quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável".

Sêneca

O Brasil atravessa uma década com o principal partido oriundo da esquerda no poder executivo, e no plano econômico com significativas melhoras em alguns importantes indicadores, como a queda do nível de desigualdade social. As características deste momento têm impactos para as lutas e para os movimentos sociais. As interpretações desse período são múltiplas e divergentes (se neoliberal, neodesenvolvimentista, pós-neoliberal e, ainda, as diferentes interpretações dentro dessas perspectivas). Interessa-nos abordá-las sob o prisma dos movimentos sociais⁷¹, e para tal, convém ler atentamente a observação de Marcelo Lopes de Souza (2012): “Ser ingênuo, em face do Estado, é sempre fatal; porque, independentemente das boas ou más intenções dos agentes estatais concretos (dirigentes, administradores públicos, “representantes”), a “lógica” estatal sempre apontará na direção da cooptação (ou, no limite, da repressão)”.

⁷¹ Este é um tema em aberto e bastante espinhoso. Cabe notar que para um trabalho científico, alguns problemas de ordem metodológica se apresentam e acentuam-se num momento como este. Desde a divisão das etapas do desenvolvimento capitalista; a capacidade de observar na realidade empírica a aplicação de tal modelo definido; e as situações históricas em que os modelos caracterizados e conhecidos modificam-se. (BOITO JR, 2012). A interpretação do atual modelo de desenvolvimento de governos capitalistas extrapola a especificidade brasileira. Wallerstein (2012) resume a questão entre, por um lado, os desenvolvimentistas que se apoiam na necessidade de crescimento econômico para enfrentar as desigualdades econômicas – nacional e internacionalmente – e acusam o campo antidesenvolvimentista de realizar, objetiva e subjetivamente, os interesses das forças de direita. Por outro lado, a opção antidesenvolvimentista irá criticar o foco no crescimento econômico por significar a manutenção de uma política que leva adiante as piores características do sistema capitalista, e que também acarreta danos irreparáveis, sociais e ambientais. Surpreendentemente as conclusões e perspectivas a que chega Wallerstein são a de acreditar na “boa fé” e no “pedigree de esquerda” de cada grupo: “A única forma de resolver isso é com compromissos, diferentes em cada caso. Para fazer com que isso seja possível, cada grupo precisa acreditar na boa fé e nas credenciais de esquerda do outro. Isso não será fácil”. Deste modo, a questão das táticas e estratégias políticas parece resumir-se ao campo moral e à confiança. Parece não haver projetos que se desenvolvam atraídos por forças progressistas, capitalistas e anticapitalistas, que tenham, através de suas práticas, impactos concretos nas sociedades e na dinâmica da luta de classes, que independem das boas ou más intenções de seus atores.

Paradoxalmente, o programa defendido historicamente pela esquerda está sendo parcialmente realizado com o avanço do capitalismo, e sendo levado adiante por, entre outros setores, movimentos populares e centrais sindicais sob a batuta do Partido dos Trabalhadores.

O Brasil contemporâneo – pode-se dizer – se inicia com o Plano Real, a estabilização monetária e a consolidação de políticas de cunho neoliberal, e, ainda que com nuances, tem continuidade nos governos Lula e Dilma.

Como se sabe, o final dos anos 1960 no Brasil presenciou a crise do nacional-desenvolvimentismo⁷², ainda que o desenvolvimento capitalista industrial tenha se realizado com grande velocidade, e não tenha resolvido a questão das desigualdades sociais internas e a posição subalterna do Brasil no sistema mundial. Uma das características deste projeto político foi aumentar a presença da burocracia de Estado aliada a um tipo específico de nacionalismo que apresentava a industrialização como condição da emancipação nacional (ALMEIDA, 2012). Entre os objetivos mais marcantes do desenvolvimentismo estava o de mobilizar, controladamente, as classes populares (urbanas). Esse projeto político teve um curto apogeu, pois no bojo de uma crise econômica que se politizou, a polarização social desembocou numa longa ditadura civil-militar. É bom lembrar que o processo de transição democrática no país foi conduzido pelo alto, tendo sido derrotada até mesmo a campanha pelas eleições diretas em 1985. E a Constituição elaborada em 1988, pelo Congresso transformado em Assembleia Constituinte, manteve a participação majoritária de representantes das classes dominantes, enquanto os movimentos sociais tiveram um papel secundário.

Vivenciamos, portanto, uma situação curiosa, e, em certa medida, inédita no país. Politicamente haveria uma hegemonia de “esquerda”, ou ao menos o que se classifica como tal tem ganhado sucessivamente as eleições federais. Contudo, ainda que os rumos políticos da acumulação capitalista sejam dados por um partido (outrora) de massas (que aplica políticas progressistas no campo social), observa-se uma relativa hegemonia cultural de direita (que não é sinônimo de truculência). De certa forma, inverte-se a situação

⁷² De forma simplificada, o nacional-desenvolvimentismo foi um projeto de desenvolvimento econômico baseado na industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo que na perspectiva da economia política, pretendia deslocar o poder econômico e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais (GONÇALVES, 2012, p. 651-652).

ocorrida com o golpe militar, em que a esquerda, politicamente derrotada, resistia esteticamente com relativa hegemonia cultural (mesmo que tenha se transformado em shows musicais). Mas, ao contrário da época da ditadura civil-militar (que teve por base o desenvolvimentismo), a atual hegemonia cultural não parece andar sem o chão que a sustenta. A direita se impõe, até de forma redundante, diante de uma esquerda resignada que vê como cada vez mais distante a perspectiva de ruptura sistêmica no horizonte.

Para Boito Jr. (2012), a origem do modelo capitalista neoliberal na América Latina é marcada pela pressão do capital financeiro internacional pela abertura dos mercados destes países (abertura em sentido amplo, tanto comercial quanto para investimentos) a diversos setores econômicos, como industrial, bancário, agrícola, de saúde, de educação etc. No campo da política social, esse neoliberalismo seria caracterizado pela desindexação salarial, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes de direitos. Contudo, o autor chega a afirmar uma possível distinção entre o que seria o neoliberalismo da década de 1990 e o da década de 2000. Maria Orlanda Pinassi (2013), por sua vez, irá categorizar o neoliberalismo no país em dois momentos distintos e complementares. O primeiro marcou os anos do governo FHC e o segundo momento, com o chamado neodesenvolvimentismo, caracterizado pelos governos Lula e Dilma, sugere formas neokeynesianas na tentativa de administrar os estragos oriundos do momento passado, sem, contudo, romper com a lógica neoliberal, o que faz com que permaneça a produção de consequências nefastas para a classe trabalhadora.

Estranhamente, porém, a solução que alguns estudiosos do tema encontram para esse “impasse” vem da Economia Política e não de Marx. Ressaltam os avanços das políticas sociais dos governos petistas, mas, acometidos de uma espécie de “síndrome de Proudhon”, ouvem o sino tocar sem saber onde ele se encontra. Procuram-no num revival antidialético e romântico do Estado de Bem Estar Social, do predomínio da indústria fordista, com suas formas mais “humanizadas” de extração da mais-valia relativa. Saudades de algo que jamais existiu por aqui. (PINASSI, 2013).

O que coloca os movimentos sociais numa encruzilhada que, para Lúcio Flávio de Almeida, reside entre atualizar as práticas antissistêmicas ou adotar políticas neonacional-desenvolvimentistas.

No maior país deste “Extremo Ocidente”, também se implementou, sob a Presidência de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do

partido líder de uma ampla coalizão, uma política de caráter neodesenvolvimentista que, ao longo de oito anos, contou com o progressivo apoio de um extraordinário leque de forças sociais – desde o semiproletariado à grande burguesia bancária; de agro negociastas a movimentos de sem-terra – apoio que se transformou praticamente em consenso da parte de governantes do mundo inteiro. É para a política e para a ideologia encarnadas pelo governo Lula que reservamos a expressão “neonacional-desenvolvimentismo”. (ALMEIDA, 2012, p. 04).

Gonçalves (2012) denomina o período de desenvolvimento econômico brasileiro durante os governos Lula de “desenvolvimento às avessas”, pela falta de transformações estruturais que caracterizariam o projeto desenvolvimentista. Para o autor, apesar de o novo desenvolvimentismo ser apresentado como um projeto alternativo ao neoliberal, ele incorporaria elementos que estão presentes na concepção liberal de desenvolvimento. Para ele, o novo desenvolvimentismo seria uma versão do liberalismo enraizado (*embedded liberalism*)⁷³.

As formulações do novo desenvolvimentismo que surgem no Brasil apresentam-se como críticas ao Consenso de Washington, à ortodoxia convencional (monetarismo) e ao neoliberalismo. Entretanto, há convergências significativas, principalmente na defesa do *export-led growth* (crescimento puxado pelas exportações) e ênfase na estabilidade macroeconômica. A crítica dos novos desenvolvimentistas ao “tridente satânico” (superávit primário, juros altos e câmbio flutuante) não os impede de defender equilíbrio fiscal e taxa de câmbio competitiva, que são diretrizes básicas do Consenso de Washington. O mesmo ocorre com a liberalização comercial e produtiva (investimento estrangeiro direto). O novo desenvolvimentismo aproxima-se também do Pós-Consenso de Washington ao enfatizar reformas centradas na correção de falhas de governo e de mercado (GONÇALVES, 2012, p. 664).

O interessante na análise do novo desenvolvimento apresentada por Gonçalves (2012) é que o motor do crescimento estaria na exportação, aproximando-se do modelo de crescimento orientado para fora (defendido pelo Banco Mundial nos anos 1980), preconizando uma relação positiva (e, segundo ele, equivocada) entre crescimento das exportações e crescimento da renda. A ênfase atribuída à exportação externa na política do

⁷³ Para Ari Zenha (2012) “O governo petista, ao adotar uma política macroeconômica claramente neoliberal, realizou uma cooptação de muitos movimentos sociais e, quando não o conseguia, neutralizava-os”.

novo desenvolvimentismo não trataria da questão da vulnerabilidade externa estrutural. O que, no caso dos países que possuem fonte dominante de vantagem comparativa nos recursos naturais, envolve o risco da produção (e de sua fronteira produtiva) ser direcionada quase exclusivamente para o setor primário e reprimarização das exportações.

Por sua vez, Bresser-Pereira (2011), um dos expoentes intelectuais da crítica ao processo de desindustrialização nacional e também da expressão neodesenvolvimentismo traz outros elementos⁷⁴. Ao partir de uma base de política industrial subsidiária, haveria diversas questões que não seriam tratadas pelo governo, como a influência de setores dominantes (agronegócio, mineração e bancos) e o deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012) desconsidera totalmente o termo neodesenvolvimentismo, entendendo que este não passa de uma operação de propaganda, como um verniz progressista, para a ideologia subdesenvolvimentista, sendo utilizado como apologia aos governos do PT.

O neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos **Lula** e **Dilma**, no seu afã de se diferenciar dos governos **FHC**, do que um corpo de doutrina para orientar a ação do Estado. Não conheço nenhum trabalho sério que explique as bases objetivas e subjetivas desse novo desenvolvimentismo. O que existe são apologias ao **governo Lula**, construídas com base na nada recomendada metodologia de que 'o que é positivo eu mostro e o que é negativo eu escondo'.

Desta forma, ele critica a distinção entre a política econômica atual e a neoliberal, apontando, isto sim, para uma política de criação de consensos entre movimentos e organizações populares e o governo e, no campo econômico, para um processo de reversão neocolonial a partir de um simulacro de desenvolvimento, reduzido a eficiência econômica, padrões de consumo e negócios do grande capital, não tocando em

⁷⁴ Conforme referência em Bresser-Pereira (2011), as diretrizes estratégicas e políticas do novo desenvolvimentismo seriam: crescimento baseado na exportação combinado com mercado interno forte e política industrial subsidiária; liberalização comercial; flutuação administrativa da taxa de câmbio, com foco na competitividade internacional; estabilização macroeconômica, sobretudo na inflação e equilíbrio das contas externas; tais medidas aproximariam o novo desenvolvimentismo do Consenso de Washington. Mas também combinaria o desenvolvimento econômico com política social assistencialista universal, levando ao desenvolvimento do capital industrial produtivo e melhora dos padrões de vida dos trabalhadores (CASTELO, 2012).

reformas estruturais (urbana, rural, educacional) e da dependência externa (SAMPAIO JR. 2012).

Contudo, a questão da reprimarização do país é também ela controversa. Autores como João Bernardo (2011b) defendem que a importância assumida pelas *commodities* não só não ocorreu em detrimento dos ramos da alta tecnologia como a exportação de *commodities* não deve ser tomada como indício de retrocesso tecnológico. Ele considera que o agronegócio é um setor no qual a produtividade tem aumentado significativamente, operando com tecnologia avançada, ainda que a economia brasileira conviva com índices de atraso e fragilidades em conjunto com crescimento e expansão.

3.1 Governos, alianças, correlações de forças e composição de classes

Segundo Armando Boito Jr (2012), o Brasil da década de 2000 assistiu à ascensão política de uma nova burguesia nacional no interior do bloco no poder vigente do Estado, que teria sido promovida pelo Governo Lula⁷⁵. Haveria, portanto, na visão deste autor, uma ruptura em 2002, entre a passagem da “era FHC” para a “era Lula” que, inclusive, teria se tornado mais evidente a partir do segundo mandato do PT⁷⁶. “O projeto econômico que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neodesenvolvimentista” (BOITO JR., 2012). Este novo desenvolvimentismo, dentro de um modelo “capitalista neoliberal periférico” se concentraria nos “setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais e, no caso da indústria de transformação, está focado nos segmentos de baixa densidade tecnológica” (ibidem).

Para Lúcio Flávio de Almeida (2013), também não se pode falar simplesmente de continuidade entre os governos FHC e Lula, pois,

⁷⁵ Diferentemente da idealizada velha burguesia nacional (a qual os partidos comunistas do século XX acreditavam que poderia formar uma frente antiimperialista com o operariado), a nova burguesia nacional seria uma fração da classe burguesa interna, que ocuparia posição intermediária entre a burguesia nacional e a compradora, podendo – por ter base de acumulação própria – buscar simultaneamente a associação com o capital imperialista e limitar seu campo de atuação no interior do país.

⁷⁶ Procedendo de forma inversa aos governos de FHC, o primeiro mandato de Lula teria sido marcado pela tática defensiva com o objetivo de não hostilizar o capital financeiro internacional, passando, no segundo governo, a uma tática mais ofensiva para implantar a política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna.

Embora se iniciando (e por isso mesmo) com políticas pautadas pelo estrito figurino neoliberal, o governo Lula não foi uma simples continuidade dos anos FHC. Tanto no que se refere aos dominantes como às classes populares, o leque de forças mudou. O governo dirigido pelo PT ousou, em um cenário externo bastante favorável às exportações brasileiras de produtos primários, implementar políticas favoráveis à acumulação capitalista que interessavam a todas as frações burguesas, redefinindo para melhor as atividades internas à formação social brasileira. Esta política, que não estava pré-determinada, possibilitou, ao mesmo tempo, iniciativas que beneficiavam os interesses imediatos de milhões de brasileiros.

A fração de classe da burguesia interna que apoiaria o governo Lula o faria, principalmente, pela disputa com a grande burguesia (mais integrada e subordinada ao capital estrangeiro) no interior do bloco no poder. Assim, a formação de uma frente política da grande burguesia interna com o movimento sindical e popular teria sido o resultado indireto da luta destes últimos. Essa frente estaria unificada – precariamente – em torno do neodesenvolvimentismo da grande burguesia interna (a força hegemônica), dependendo, no entanto, do movimento operário e popular (como força principal), o que ocasionaria conflitos e instabilidades no seu interior (BOITO JR., 2012). Apesar das divergências internas na composição da frente neodesenvolvimentista, para Boito Jr. (2012), os distintos setores (como MST, CUT e Força Sindical de um lado, e FIESP de outro) se uniriam num mesmo campo político em torno do governo para garantir sua continuidade em oposição ao que consideram o setor mais conservador e representante das políticas neoliberais. Contudo, Armando Boito Jr., destaca que nem o setor popular rural é unívoco e, mesmo dentro do MST há uma divisão, na qual uma fração da sua base social, o setor dos camponeses assentados, tem tido parte de seus interesses contemplados com o aumento do crédito agrícola, enquanto a outra fração, o camponês pobre sem-terra tem sido abandonado pelas políticas governamentais, ficando a questão de até quando esta fração fará parte da frente neodesenvolvimentista. Como aponta Luciana Henrique da Silva (2012), essa situação fará com que ocorra uma divisão de linhas políticas no interior do MST, com uma tendência favorável à permanência no campo político do governo e outra que entende a necessidade de aprofundar a crítica e romper o governismo. Como analisaremos mais a frente, essa situação levou ao rompimento de diversos militantes do Movimento e pode ter

por efeito o sufocamento da tendência minoritária de crítica radical ao governo, aprofundando um caráter do MST de sindicalismo de assentados.

Para André Singer (2012), o “milagre do lulismo” foi o de conseguir realizar mudanças no país sem rupturas ou confrontos, através de um pacto conservador, mantendo concomitantemente aspectos de uma política econômica neoliberal e a promoção de melhoras nas condições das camadas mais baixas da classe trabalhadora, por meio da transferência de renda, do aumento do crédito para consumo etc. No entanto, todo o bloco político vinculado diretamente ao lulismo sofreria os impactos dessa opção, pelo rebaixamento do radicalismo do PT e de suas áreas de influência.

Tal situação de correlação de forças, na perspectiva de Francisco de Oliveira, seria agravada para o setor da classe trabalhadora:

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força+consentimento” que conforma a hegemonia, desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu contrário: não são mais os dominados os que consentem sua própria exploração. São os dominantes – os capitalistas e o capital – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, sob a condição de que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não temos a ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada (OLIVEIRA, 2007).

A “grande burguesia interna” (BOITO JR., 2012) (composta por setores heterogêneos da classe capitalista nacional, como grupos industriais, bancos, agronegócio, construção civil etc.) seria unificada numa mesma fração burguesa pela disputa com o capital internacional – tanto interna como externamente – e pelo temor de ser destruída pelos grandes grupos econômicos estrangeiros. Por estes motivos, para Boito Jr. seria incorreto afirmar que a parte da burguesia brasileira que apoia o governo Lula o faria, sobretudo, por ele poder manter o movimento operário e popular dentro de limites bem demarcados de moderação.

Mas essa argumentação não invalida o fato de os governos do PT procederem a tal moderação das forças progressistas da classe trabalhadora, o que nos parece – para além dos interesses da burguesia interna – um fator fundamental a ser considerado. Ainda mais grave se considerarmos que “Uma das vítimas deste processo foi o principal movimento

social brasileiro, o MST, cuja base sempre foi lulista e, na ausência de reforma agrária, optou, em grande parte, pelas políticas sociais do governo” (ALMEIDA, 2012, p. 7-8).

A opção do PT implicou uma profunda inflexão estratégica que modifica o caráter de classe do projeto defendido anteriormente pelo Partido, na opinião de Mauro Iasi (2007). Ao fazer um pacto social que inclui a burguesia monopolista, o agronegócio (mesmo que no discurso os exclua) e os setores do capital financeiro, o PT assumiria como seus os pressupostos programáticos destes, agora, aliados. “Não se tratou de uma aliança com setores progressistas para evitar a hegemonia de setores mais conservadores, mas de uma aliança com setores conservadores (...) para disputar a direção do governo e seu horizonte burguês contra a antiga direção do PSDB-PFL” (IASI, 2007). Por esta análise, o resultado dessa escolha de aliança pluriclassista foi desarmar a classe trabalhadora ao subordiná-la à defesa de um governo que representava um projeto que não era mais o seu⁷⁷. Para tal, o governo do PT teria utilizado a “(...) cooptação de movimentos e instituições organizadas da classe, seja pela liberação pontual de verbas, distribuição de cargos, seja pela negociação dos interesses da cúpula burocrática”, tendo por duplo resultado o enfraquecimento da expressão política da classe trabalhadora (que não veria seus interesses representados) e o fortalecimento do polo do capital.

Interessa-nos demarcar o segmento mais importante do que Armando Boito Jr. identifica como “grande burguesia interna”: os grandes industriais e o agronegócio. No entanto, cabe ressaltar que existe importante distinção interna neste grupo social, pois,

Os poucos e grandes frigoríficos, as processadoras de suco, as usinas e os bancos estão nas mãos de grupos economicamente muito mais poderosos que os proprietários de terra e os seus interesses não coincidem, exatamente, com os interesses desses últimos. São os segmentos mais poderosos do agronegócio que apoiam o governo e que nós estamos incluindo na grande burguesia interna (BOITO JR., 2012, p. 99).

Mas será que ocorre uma polarização de fato entre os interesses dos segmentos mais poderosos do agronegócio e os grandes grupos transnacionais, com os quais parecem

⁷⁷ Como assevera Lúcio Flávio de Almeida (2013b), “Diferentemente do Manifesto do Partido Comunista, onde burgueses e proletários vão às turras, durante os governos Lula se implementou uma política que recebeu o progressivo apoio, claro que diferenciado, de um extraordinário leque de classes e frações de classe – desde o semiproletariado à grande burguesia bancária; de trabalhadores sindicalizados a dirigentes com um pé nos sindicatos e o outro pé e as mãos à testa de fundos de pensão; de lideranças agronegocistas a movimentos de sem-terra”.

estar em íntima relação? Caso consideremos a definição de agronegócio adotada pelo MST, não parece haver tal contraposição de interesses, pois conforme Stédile⁷⁸, “(...) o agronegócio é uma grande aliança entre as empresas transnacionais — que controlam os insumos, o mercado internacional e os preços dos produtos agrícolas — e os grandes proprietários capitalistas”⁷⁹.

Um dos fundadores da União Democrática Ruralista (UDR) e dono do grupo que detém três usinas de álcool e açúcar (Unialco), e diretor da Unidade de Bioenergia (Udop), entidade de usineiros da região Oeste de São Paulo, onde se concentra o agronegócio de cana-de-açúcar do país, reivindica do governo brasileiro maior proteção à concorrência do capital estrangeiro. Para este representante do agronegócio, a Petrobrás deveria se associar aos usineiros brasileiros na produção do etanol, defendendo-os do crescimento do capital estrangeiro no setor. Sintomático da relação com o governo é o trecho da entrevista de Guilherme Zancaner ao jornal econômico *Valor*:

Na crise, o governo fez a parte dele. Deu crédito, apesar de toda a burocracia para liberar. O governo Lula foi excepcional para o nosso negócio, fico até emocionado. O setor fez muito pelo Brasil, mas o governo está fazendo muito pelo setor. Nunca houve antes política tão boa para nós. O presidente Lula não perde nenhuma oportunidade de ser gentil. [...] O governo, por exemplo, se preocupa com a desnacionalização do setor, o que é importante para nós. Nessa questão é importante ter equilíbrio, é interessante o capital estrangeiro vir porque melhora o preço dos nossos ativos. E nós precisamos desse capital. Mas precisa ter equilíbrio. O custo de

⁷⁸ Cf.: Dois modelos de sociedade e produção agrícola. **MST**, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/833>>.

⁷⁹ Também podemos nos fundamentar na Carta de organizações do campo (assinada, entre outras, pela Via Campesina e o MST), publicada em julho de 2013, na qual caracterizam o agronegócio como: “Nove grupos empresariais dominam e agem como cartéis nos alimentos; controlam as sementes, a indústria de venenos; impõem o uso de agrotóxicos em toda agricultura; desmatam grandes extensões de florestas e manguezais; invadem e perseguem populações indígenas, pescadores e quilombolas e trabalhadores do campo; impõem trabalho escravo; criminalizam e perseguem as organizações; e aumentam os preços dos alimentos para as populações das cidades. Este é o modelo de agricultura chamado de agronegócio, que não paga imposto para exportar, recebe grandes volumes de dinheiro público e tem sido privilegiado nas políticas de Estado e de governos”. Cf.: Em reunião com Dilma movimentos do campo exigirão garantia de direitos. **MST**, 04 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Em-reuni%C3%A3o-com-Dilma-movimentos-do-campo-exigir%C3%A3o-garantia-de-direitos>>. Bernardo Mançano Fernandes (2013, p. 191-192) observa que o termo *agronegócio* é derivado do modelo estadunidense de *agribusiness*. Este foi cunhado por John Davis e Ray Goldeberg a partir do agrupamento dos sistemas agrícola, pecuário, industrial e mercantil formados na primeira metade do século XX, agregados atualmente pelos sistemas financeiro, tecnológico e ideológico, um complexo compreendido por corporações nacionais e transnacionais.

capital deles é muito menor por causa dos juros que eles encontram lá fora⁸⁰.

Ora, é importante cotejar criticamente tais arroubos de preocupação nacionalista do usineiro com, por exemplo, as posições também nacionalistas adotadas pelo MST (que ademais segue certa tradição brasileira de uma esquerda profundamente nacionalista). Tal nacionalismo pode prover um canal de conciliação dos movimentos sociais com os interesses empresariais, que não passa despercebido pelo projeto político do neo(nacional)desenvolvimentismo do PT. As posições do MST, neste sentido, podem ser extraídas de diversos pronunciamentos, notadamente de Stédile⁸¹. A classificação de “os brasileiros” (ao invés de trabalhadores) talvez encontre sua maior expressão no discurso de Milton Formazieri (da coordenação nacional do Movimento)⁸², de abandono de uma ideologia de luta de classes com o discurso de atingir a “classe média nacional”. A luta entre classes se transformaria numa luta geopolítica, entre países?

Nesse processo de reconfiguração do capitalismo e das forças organizativas nacionais (tanto à esquerda quanto à direita), Mauro Iasi (2007) pergunta qual o caminho que será adotado pelo MST: amoldamento a uma instituição burocrática (como o PT e a CUT), ou abertura de um novo ciclo de resistência contra essa tendência de burocratização e acomodamento? A atual lógica de acumulação do capital no campo, com a tendência ao monopólio e à transnacionalização da estrutura agrária, não parece deixar muito espaço para um projeto de reforma agrária popular. Neste sentido, Iasi identifica no MST um processo contraditório:

(...) do encerramento do ciclo passado e da retomada das lutas que levarão à reunificação de nossa classe e da atualização do projeto socialista. Não podemos saber se mantendo a mesma forma, ou até que ponto passando por rupturas, mas as formas só existem como

⁸⁰ Cf.: Nunca um governo fez tanto por nosso setor diz fundador da UDR. **Valor Econômico**, abr. 2010. Também disponível em: <<http://blogdofavre.ig.com.br/2010/04/nunca-um-governo-fez-tanto-por-nosso-setor-diz-fundador-da-udr/>>

⁸¹ Cf.: Adeus à era do “me dá um emprego aí”. **Outras palavras**, 23 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2010/04/23/adeus-a-era-do-%e2%80%9cme-da-um-emprego-ai%e2%80%9d/>>

⁸² Cf.: Cooperativas do MST vendem 15 toneladas de arroz orgânico para Pão de Açúcar. **MST**, 20 jun. 2012. Também disponível em: <<http://mst.org.br/content/cooperativas-do-mst-vendem-15-toneladas-de-arroz-organico-para-pao-de-acucar>>

mediação de certos conteúdos que se precisam seguir seu movimento, rompem as velhas formas e criam novas.

Apesar das divergências das leituras apresentadas em relação à caracterização do projeto político-econômico brasileiro⁸³, insistimos que todas elas apontam para uma percepção comum: **a capacidade do governo de desarticular a luta social**, o que pode se dar, inclusive, através dos dispositivos de autogoverno dos próprios governados, o que coloca as lutas no fio da navalha.

Assim como a passagem do modo de organização da produção fordista/taylorista para o modelo toyotista, e sua correspondente expressão de Estado de Bem-estar social supôs uma nova gestão da força de trabalho, é coerente entendermos que com o neodesenvolvimentismo almeja-se também um tipo mais eficiente de gestão dos trabalhadores, que corresponda às características desta nova época⁸⁴.

Que os governos do PT tentem se equilibrar entre as demandas e reivindicações dos movimentos sociais do campo e a resistência da grande burguesia em relação às concessões sociais é, em dada medida, previsível. A estratégia governista tem sido a de, ao mesmo tempo em que investe pesadamente no agronegócio, aumentar em muito o crédito agrícola para a agricultura familiar, procurando conter uma das bases dos movimentos camponeses, o assentado, fato que se integra na própria estratégia do agronegócio. Neste processo, não se contempla a outra base que compõe tais movimentos, como o sem-terra e o agricultor pauperizado, para não falar do trabalhador agrícola. Até que ponto as contradições entre este setor capitalista, o agronegócio, e o movimento social camponês, principalmente o MST, conseguirão ser mantidas apenas como fonte de instabilidade (e não de ruptura de uns destes polos) na frente neo(nacional)desenvolvimentista?

Este seria um dilema insolúvel para Pinassi (2011), que identifica algumas cisões internas e fisiologismo no Movimento provocadas pela relação com o PT. Essa situação coloca o MST numa encruzilhada, de ter que se posicionar num dos lados do fio da navalha, pois

⁸³ Assunto extremamente importante, que implica novos elementos teóricos e políticos, e que por isso deve ser mais consistentemente pesquisado. Contudo, além do momento histórico de “balanço” de pouco mais de uma década deste processo ainda bastante polêmico, este não é o foco principal da nossa tese, e tampouco conviria simplesmente escolher uma posição na prateleira de teorias.

⁸⁴ Em que, por exemplo, parte considerável dessa força de trabalho não participa do processo formal de sindicalização, devido à precarização e flexibilidade dos postos e direitos do trabalho.

(...) o MST de alguns assentamentos razoavelmente bem sucedidos, que tende à institucionalização das suas práticas mercadológicas não pode conviver, sem uma grave contradição interna, com o próprio MST que, sob a **lona preta** dos acampamentos, tende a acirrar a luta de classe. Nessa medida, ou o movimento continua ocorrendo para as políticas públicas e abandona o confronto mais radical contra o capital deixando à deriva a maioria de sua militância acampada e precariamente assentada. Ou rompe com essa perspectiva da política que reproduz as condições materiais que tornam o MST tão necessário.

Neste processo, o MST, que se manteve nas décadas de 1990 e início dos anos 2000 como um dos poucos movimentos a enfrentar de forma mais consistente as políticas neoliberais dos governos FHC e a não arriar a bandeira de transformação do sistema vigente, sofreu uma grande transformação.

(...) o MST não conseguiu imprimir sua marca ao governo Lula, seja no plano interno, seja no das relações internacionais. Ao contrário, não houve qualquer avanço na política de reforma agrária e as políticas sociais implementadas pelo governo terminaram por isolar e enfraquecer o movimento, que ficou mais dependente do governo (...) o MST praticamente perdeu relevância como força social autônoma (ALMEIDA, 2012, p. 10-11).

3.2 O velho MST e o novo Brasil

Uma das heranças de boa parte da esquerda popular foi a noção de que o Brasil é um país subdesenvolvido, autoritário e submisso aos interesses do imperialismo estadunidense. Mas diante de um quadro político, de relações internacionais, econômico e social distinto, como têm atuado os movimentos sociais? Dado o processo dialético e contraditório da realidade, como os movimentos podem utilizar, ainda que parcialmente, os novos espaços políticos e sociais abertos pela nova conjuntura nacional? As novas condições ditadas pelo capitalismo em sua atual fase podem transformar o significado e o impacto de movimento social?

Vivemos numa conjuntura em que as ideias novas parecem não ser mais tão novas, e nem tão abundantes – imagem de certa paralisia do real e da renovação constante de um regime de emergência – em que os movimentos anticapitalistas aparentam escassear como alternativas de organização da luta, de mobilização, de retomada do trabalho de base, de invenção cultural autônoma, enfim, em que mínguem como alternativas emancipadoras

e em que as classes dominantes encontraram, provavelmente, fórmulas de imunidade ante as pressões das mobilizações populares. O que não significa que as lutas e os conflitos não estejam a ocorrer, por mais particularizados e setorizados, ou subterrâneos.

(Parêntese geográfico, ideológico e poético)

Diante da “sensação” de José Luís Fiori (2012), de que o “desenvolvimentismo de esquerda” teria estreitado muito o seu “horizonte utópico”, transformando-se numa ideologia tecnocrática, sem capacidade de mobilização social – “Como se a esquerda tivesse aprendido a navegar, mas ao mesmo tempo tivesse perdido a sua própria bússola” – convém lembrar que esquerda e direita são conceitos que se referem não a posições geográficas, mas a conteúdos políticos e ideológicos.

*Navegavam sem o mapa que faziam
(Atrás deixando conluíus e conversas
Intrigas surdas de bordéis e paços)*

*Os homens sábios tinham concluído
Que só podia haver o já sabido:
Para a frente era só o inavegável
Sob o clamor de um sol inabitável*

*Indecifrada escrita de outros astros
No silêncio das zonas nebulosas
Trémula a bússola tateava espaços*

*Depois surgiram as costas luminosas
Silêncios e palmares frescor ardente
E o brilho do visível frente a frente*

(Sophia de Mello Breyner)

Os que viajam com mapa já feito não descobrem paisagens ou novas coisas. Chegam a lugar nenhum, nem novo, nem velho, pois as ideias e os lugares já ali não estão. Mudaram de rumo ou direção. *Trémula a bússola tateava espaços*. Ao navegar sem o mapa é fundamental o direito ao erro. Fim do parêntese. Afinal o que têm a ver as lutas com a poesia, e ambas com a ciência?

Raul Zibechi (2012) entende que o Brasil passa por uma nova realidade estrutural. Alçado a potência global, gerada e possibilitada pela remodelação da classe dominante, produziu uma nova elite na qual os quadros sindicais vinculados aos fundos de pensão e à administração do Estado se amalgamaram com as antigas elites, configurando uma parte de um bloco no poder (p. 273)⁸⁵. Francisco de Oliveira (1998) chama a atenção para um fato importante: os fundos públicos são o pressuposto do financiamento da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho. Neste sentido, a questão financeira dos movimentos e sua relação com o Estado transformam-se num dos seus nódulos fundamentais, alterando as formas e conteúdos dos conflitos sociais, que passam a ter, quase necessariamente, o Estado como núcleo fundamental para atender às demandas reivindicadas.

Desta perspectiva, estaríamos diante de uma nova realidade, com novas formações burocráticas, e, na qual, a esquerda ainda não teria formulado as ferramentas teóricas adequadas para compreender os novos modos de dominação.

Tal situação não se restringe aos sindicatos, atingindo também, em grau distinto, os movimentos sociais. O que seria expresso, por exemplo, pela situação generalizada de refluxo nas lutas sociais, que teria sido aprofundada a partir dos governos Lula⁸⁶.

Nesse sentido, Maria Orlanda Pinassi (2013) coloca os termos da discussão visando a apontar como as políticas neoliberais implementadas no país – desde a década de 1990 – tiveram por resultado interromper o avanço da classe trabalhadora.

⁸⁵ Diverge assim do conceito de aristocracia operária de Engels e Lênin, pois não se trata de uma situação passageira de benefício material a certos setores da classe trabalhadora, que se valiam do local que ocupavam na produção ou pela sua capacidade de pressão organizada para extrair parte dos lucros do capital monopolista. Trata-se, agora, de um salto qualitativo nesta situação, de uma nova realidade estrutural possibilitada a partir da criação dos fundos de pensão, que se constituem num dos motores da acumulação do capital e da especulação financeira. Em tal situação os sindicatos são alavancados a investidores capitalistas (BERNARDO; PEREIRA, 2008), pois seus dirigentes não apenas controlam os fundos de pensão, como ocupam posições estratégicas no aparato estatal e empresarial, auxiliando a gerir boa parte das multinacionais brasileiras. O exemplo prático desta transformação se daria com os conflitos de trabalhadores com as empresas multinacionais, em que os sindicatos trabalham junto ao Estado e às empresas para evitar greves ou mesmo as aniquilar, como sucedido nas cidades de Jirau e Belo Monte, que se seguiram aos anos de 2011, 2012 e 2013.

⁸⁶ “Todos os movimentos sociais atravessam um longo período de baixa atividade, de lutas defensivas e de processos de estancamento que superam a vontade dos seus núcleos dirigentes de reconstruir a capacidade de luta. Sob os governos de Lula esta situação se aprofundou, tanto no movimento sindical como entre os demais movimentos”. (ZIBECHI, 2012, p. 275).

Se o momento FHC criou as condições da miséria, sem, contudo, destruir completamente a classe, o momento seguinte lograria ainda maior sucesso nesta investida, criando e reproduzindo o miserável. FHC ainda combatia a objetividade da classe trabalhadora, seus sindicatos e os movimentos sociais. Os governos de conciliação de Lula e Dilma mantiveram a política de fragilização da classe trabalhadora e investiram sobre a subjetividade do trabalhador. Numa obra magistral de engenharia política, não mais o reconhecem como antípoda do capital. Tratam sindicatos e movimentos populares como parceiros e ainda são pródigos na concessão de direitos para as chamadas “minorias”, os direitos de cidadania que vão fortalecer a democracia formal (PINASSI, 2013).

Tal engenharia política teria capacitado as administrações federais a “governarem” os movimentos sociais, via dispositivos de governo de empoderamento e engajamento desses mesmos movimentos.

Há algumas décadas o terreno político-cultural no qual o MST foi criado e se desenvolveu era o de um Estado de “mal-estar social” e antidemocrático, aprofundado, em dada medida, por políticas neoliberais. Neste contexto, o MST foi responsável por uma impressionante síntese das lutas passadas, desenvolvendo formas de ação coletiva que superaram a reivindicação pela terra e inspiraram um novo ciclo de ações de diversos movimentos sociais, urbanos e rurais, em várias partes do mundo⁸⁷. Mas as condições ainda seriam as mesmas?

Programas focados de política social, como Bolsa Família, a diminuição do desemprego e o aumento real do salário, a abundância do crédito, a diminuição do índice de Gini, o fomento à participação, entre diferentes indicadores, estariam mostrando outro Brasil⁸⁸. Ou, ao menos, um país diferente daquele de três décadas atrás. De todo modo, advindo ou não uma crise econômica e política (como apregoa boa parte dos teóricos de

⁸⁷ O MST “Não apenas é o movimento mais importante do Brasil, mas também sua potente cultura política tem sido capaz de ultrapassar os marcos organizativos do movimento para converter-se em referência obrigatória de outros movimentos no Brasil e demais países da região. Os sem teto e os desocupados [argentinos] têm estilos de ação e formas de organização inspirados no MST” (ZIBECHI, 2012, p. 278).

⁸⁸ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2011, o Brasil entre 2001 e 2011 apresentou crescimento da renda *per capita* nos diferentes estratos sociais, mas, sobretudo nos mais baixos. A renda real dos 10% teve crescimento de 91,2%, enquanto o aumento da renda dos 10% mais ricos foi de 16,6%. Tal situação fez com que o país atingisse o menor nível de desigualdade da história documentada, sendo que o índice Gini, que mede a desigualdade, foi de 0,535 em 1960 para 0,527 em 2011 (quanto mais próximo de zero menor a desigualdade). Em 2012 o Brasil progrediu ainda mais, atingindo o seu menor nível de desigualdade social, com o índice de Gini chegando a 0,5190. Porém, o país ainda está entre os 12 mais desiguais do mundo.

esquerda e dirigentes dos movimentos sociais)⁸⁹, certamente este não será mais o mesmo país que era há 30 anos e tampouco a classe trabalhadora permanecerá a mesma.

⁸⁹ Apenas a título de exemplo: “Acredito que teremos grandes mobilizações da classe trabalhadora em decorrência da crise, e que a luta pela reforma agrária também tenha um grande impulso (...)” (STÉDILE, 2012c).

4. A CRISE E O MST (ou o MST dentro da Crise)

“Não estamos perdidos se não tivermos desaprendido a aprender”
Rosa Luxemburgo

“O problema não é que tenha gente do MST no governo, mas que tenha muito governo no MST”.
De uma senhora histórica da base do MST

“Quem não acompanha o MST por dentro tem grandes dificuldades em compreender a complexidade das suas ações e seus processos decisórios, a sua articulação em rede, e a fluidez e constantes mudanças no seu desenvolvimento”
Miguel Carter & Carvalho

No que consistiria a suposta crise do MST? Esta, caso exista, limita-se ao Movimento Sem Terra, ou aponta para uma crise mais geral dos movimentos sociais⁹⁰? Ou ainda, indica uma crise da esquerda contemporânea?

São múltiplos os entendimentos do que seria a crise do Movimento Sem Terra: perda de base disposta a participar de ocupações (por distintas razões, como recebimento de benefícios de distribuição de renda, lentidão na desapropriação de terras para reforma agrária, falta de interesse em tornar-se agricultor etc.); atrelamento ao governismo do PT; adesão à lógica eleitoral; incentivos à agricultura familiar que dispensariam a mediação de movimentos sociais; mudança de referencial político e filosófico; crise na tática ou crise na estratégia política; uma crise que atravessa as forças de esquerda de modo amplo e os movimentos sociais particularmente; entre outras, ou até mesmo, que não existe fundamento para se pensar uma crítica do Movimento.

O fato é que, de modo paradoxal, com a vitória do Partido dos Trabalhadores os movimentos sociais foram, em grande medida, paralisados. Assim, cabe perguntar se o enlace de capitalismo com políticas neoliberais e democracia representativa liberal (ou capitalismo democrático), estaria dando sinais de ruptura, ou ao contrário, de readequação para a manutenção da estrutura dominante?

De 2001 a 2010, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de novos acampamentos de sem-terra caiu de 65 para 35, sendo que o número de

⁹⁰ “Nos anos 90 os movimentos sociais têm sido diagnosticados por alguns autores como estando em declínio, em crise, como pertencentes ao passado etc.” (GOHN, 2000, p. 19).

famílias envolvidas nestes recuou de 10.3011 para 3.579; as ocupações de terra no mesmo período passaram de 194 para 180 ocorrências, e de 26.120 para 16.865 famílias. Entre as explicações para a dificuldade de mobilização estão a geração de empregos, programas assistenciais, a lentidão no processo de reforma agrária e regularização de terras (GOMES, 2011).

Para além de uma série de matérias, editoriais e especiais das grandes empresas de comunicação que decretaram o fim do MST⁹¹, ou ainda da reforma agrária (o que são coisas distintas), a questão da crise do MST passou a primeiro plano ao ser evocada, publicamente, por distintos sujeitos sociais.

Um dos marcos mais emblemáticos foi a carta pública de saída de 51 militantes do Movimento, bem como de outras organizações próximas: Consulta Popular, Via Campesina e Movimento de Trabalhadores Desempregados.⁹²

Nessa carta aberta, assinada por alguns militantes históricos do MST, declara-se que está se configurando no país uma ampla aliança política, através de um consenso que envolveria não só as principais centrais sindicais (como CUT e Força Sindical), e partidos políticos, mas também os movimentos sociais dos quais saíram. Tal aliança e consenso se dariam em torno de um projeto de desenvolvimento nacional, que estaria subordinado às linhas políticas do Governo (sendo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores), o que estaria gerando uma esquerda pró-capital. “Isto tem sido sustentado por um pacto de colaboração de classes, feito pelas organizações que representam os trabalhadores com o objetivo de contê-los” (CARTA... 2011).

Mas não é apenas nas redações dos veículos de comunicação empresariais, ou nas fileiras dos que saíram do movimento, ou que militam ainda nas suas estruturas de base

⁹¹ A título de exemplo, a capa da revista **Isto É**, de 21set. 2011 é intitulada O fim do MST. Ou “*MST vive crise e vê cair número de acampados*”, **Estado de S. Paulo**, 28 mar. 2011, no qual se destaca o acentuado esvaziamento dos acampamentos do movimento. De acordo com a matéria, “No primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, existiam 285 acampamentos de sem-terra no País, de acordo com levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 2009 a quantidade despencou para 36. Em 2010 o número foi ainda menor, segundo dados preliminares do novo relatório da CPT que será divulgado nos próximos dias; e em 2011 as dificuldades de mobilização só aumentam. (...) O total de pessoas acampadas no País passou de 400 mil para menos de 100 mil entre 2003 e 2010, segundo estimativas da direção nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)”.

⁹² Cf.: Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. **51 signatários**. Também disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=48866>>.

que se faz referência a uma crise do MST. Ela está presente para diversos analistas da questão social.

Cândido Grzybowski (2013, p. 349) já apontava em 1991 para uma crise geral dos movimentos: “Sem dúvida, é visível a crise de movimentos como o MST e o Movimento Sindical: crise que não é passividade, mas crise do próprio projeto que animou até aqui esses movimentos”. Para o autor, essa crise seria mais de mediação dos movimentos do que propriamente dos movimentos e sua aspiração, um processo de resultados ainda imprevisíveis.

Também Raúl Zibechi entende que os movimentos sociais, de forma ampla, estão enfrentando uma profunda crise, e encontram-se numa situação muito mais complexa atualmente do que nos anos 1990; no caso do MST, isso decorreria do momento atual do “Brasil potência” em que boa parte do que seria a sua base social estaria a buscar no mercado a solução para seus anseios. “A debilitação dos movimentos sociais, que em alguns países como o Brasil atravessam um eclipse que dura já quase duas décadas, está provocando amplos debates no continente” (Zibechi, 2010, p. 62). Para ele seriam quatro as circunstâncias que determinariam o refluxo experimentado pelos movimentos na região: melhora da situação econômica geral, maior legitimidade dos governos, alto grau de confusão e divisão no campo popular (em decorrência do tipo de entendimento e relação com estes governos progressistas), mudanças internas nos movimentos. Este conjunto de fatores levaria a uma tendência dos movimentos a converterem-se em organizações (ainda que ele não identifique tal processo ocorrendo com o MST).

Alguns paradoxos da crise do MST são apresentados por Arlete Santos (2013a) no tocante às contradições entre os princípios pedagógicos e filosófico-políticos entre dirigentes nacionais e estaduais (na BA). Conforme a pesquisadora,

(...) foi evidenciada (...) uma crise de paradigmas no Movimento, uma vez que foi constatado que, enquanto algumas lideranças da direção nacional afirmam que o MST luta por um novo modelo de sociedade, o qual não se define como socialista, e nem como marxista, mas que ainda está sendo construído, ainda está *em movimento* por meio da luta dos trabalhadores do país, os dirigentes estaduais ainda afirmam que o MST tem como meta alcançar uma sociedade socialista, apesar de estar se aliando ao Estado e ao capital. Ou seja, predomina a teoria marxista no entendimento dos dirigentes estaduais, apenas teoricamente, porque na prática foi constatado um atrelamento ao capital e à burocracia estatal, e não

existe consenso entre as lideranças nacionais e estaduais. Ao que parece, esse ecletismo teórico e a ausência de um parâmetro que norteie a luta do MST, pode levá-lo a se institucionalizar cada vez mais. (2013a, p. 289).

Para essa autora, o MST teria tido como objetivos iniciais a transformação social e a reforma agrária, deixando claras suas ideias de socialismo enquanto parâmetro a ser atingido. Contudo, com o esfacelamento do chamado “socialismo real” e com o desenvolvimento de políticas governamentais que tendiam à institucionalização dos movimentos – a partir dos governos FHC e aprimoradas com os governos Lula – o ideal socialista do MST teria minguado, sobretudo a partir dos anos 2000. “Outro fator que contribuiu para essa mudança de paradigma do MST foi a conquista do poder pelo Partido dos Trabalhadores, pois várias lideranças do Movimento assumiram cargos públicos junto à burocracia estatal, ou até mesmo, se candidataram e foram eleitos (2013a, p. 288).

Por sua vez, para Bernardo Mançano Fernandes (2011), não se deve falar de uma crise do MST, mas da pequena agricultura camponesa como um todo, o que acaba por se refletir na queda do número de ocupações de terra nos últimos anos. Tal situação seria decorrente de um conjunto de fatores, tendo o domínio do modelo de agricultura pelo agronegócio como elemento central, somado ao aquecimento da economia nacional, o efeito das políticas compensatórias para as famílias de baixa renda e, ainda, a queda da renda oriunda da agricultura familiar. Estes fatores reunidos incidiriam na dificuldade em convencer famílias a participarem de ocupações territoriais.

Hoje, para se ter uma ideia, 90% dos agricultores familiares estão enfrentando dificuldades econômicas enormes e dentro dessa porcentagem estão os assentados. Apenas 10% dos pequenos agricultores estão numa situação financeira “tranquila”. Então, diante disso, como podemos promover a luta pela terra e ocupações diante de uma crise econômica desse tamanho dentro de um processo de aquecimento da economia em que encontramos emprego e trabalho em outros setores da economia, principalmente nas grandes cidades? É isso que tem constituído a conjuntura econômica que temos vivido hoje.

Reduzir esse processo a uma crise do **MST** só pode ser feito se nos referirmos ao seguinte: o **MST** é hoje o principal movimento que se preocupa com a recriação da pequena agricultura ao lado da **Via Campesina** (FERNANDES, 2011).

Porém, para Mançano Fernandes (ibidem), a situação de melhora econômica também estaria acarretando uma tensão num dos repertórios de ação do Movimento: o modelo de acampamento. Considerando o acesso de famílias mais pobres a algum tipo de renda (seja decorrente do Bolsa Família, ou de algum tipo de ocupação empregatícia), “É evidente que, com isso, as pessoas não queiram continuar passando frio e fome à beira da estrada (...) Os acampamentos foram as formas que os movimentos criaram na inexistência de outras possibilidades. Hoje, o Brasil mudou e exige outras condições”.

Já para José Arbex Jr. (2010), o MST passa por “um processo de desmantelamento histórico”, e o que se constituía no “último grande bastião de resistência à cooptação oficial, está claramente sendo triturado pela máquina do Estado terrorista brasileiro, agora operada pelo lulismo”.

Marcelo Lopes de Souza (2013) coincide com a interpretação que o MST atravessa um momento delicado, pois

(...) os desafios têm sido, como se pode facilmente constatar, muito grandes, mesmo (ou melhor: principalmente!) com o Partido dos Trabalhadores no Palácio do Planalto. E a questão é que, por mais que isso ainda seja um tema delicado no âmbito da esquerda brasileira, o MST apresenta várias deficiências e contradições. Ou seja: não seria correto, ao menos de um ponto de vista comprometido com princípios e valores como coerência anticapitalista, horizontalidade e autogestão (ou, mais amplamente, *autonomia*, em sentido forte), fechar os olhos para os diversos problemas *internos* do MST, como se todas as suas dificuldades fossem exógenas.

A temática da crise também está presente nos próprios comunicados da direção nacional do MST. Gilmar Mauro (2012) credita o tempo de dificuldades ao conjunto da esquerda e dos movimentos sociais, ainda que reconheça que a atual situação de crescimento de postos de trabalho, sobretudo na construção civil que absorve grande volume de trabalhadores egressos do campo, influi na dificuldade de mobilização pela reforma agrária. Ainda assim, afirma que o movimento continua no mesmo nível que estava no governo FHC, com cerca de 80 a 90 mil famílias acampadas em todo o país, e que o MST continua a fazer ocupação e luta, apesar do momento atual, em que as lutas têm caráter “[...] bastante corporativo, calcadas em reivindicações econômicas, seja do movimento sindical, seja do movimento social” (ibidem).

Para o dirigente do MST não se trata de um ponto subjetivista – “Não é uma questão de vontade. Meu desejo é fazer a revolução...” – mas de uma deficiência estratégica da esquerda brasileira como um todo: “Na verdade, para ser honesto, tenho que dizer que os movimentos sociais, os partidos de esquerda, todos, estamos a reboque – a reboque – do grande capital e do Estado brasileiro. E estamos agindo reativamente, esse é o nosso problema, e não é só do MST. Estamos sempre correndo atrás das iniciativas que eles tomam. E normalmente perdendo.” (ibidem).

Neste sentido, as críticas ao movimento seriam decorrentes do momento histórico, pois,

Em tempos de crise é mais fácil sair xingando todo mundo e começar a promover novas rachaduras, sendo que muitos setores da esquerda não conseguem falar com o conjunto da classe trabalhadora, voltando-se a elas mesmas e gerando uma digladição interna que só gera fragmentação. E assim nem precisa de direita. Manter as bandeiras em pé e resistir a esse tempo histórico é fundamental. (ibidem).

A perspectiva de refluxo das lutas sociais e dos movimentos de massa também é encampada por João Pedro Stédile⁹³, mas tendo por marco a derrota do PT, com a candidatura de Lula, nas eleições nacionais para a presidência em 1989. Ao que Stédile se refere com esta derrota trata-se do projeto democrático-popular então representado pelo PT e por Lula nestas campanhas eleitorais, e que sinalizou a vitória do projeto de políticas neoliberais.

Para diversos analistas políticos, a derrota também significou o princípio de reconversão ideológica do PT e da CUT, que levou essas organizações a trilhar os caminhos da *realpolitik*, adotando práticas mais negociadoras e assumindo para si diversos aspectos da perspectiva neoliberal. Com a vitória eleitoral de Lula e do PT ao governo federal, a visão conciliadora entre capital e trabalho teria se aprofundado. Já para outros analistas e lideranças sociais, não se trata de que o PT tenha aderido a uma perspectiva de conciliação entre capital-trabalho, mas que para manter a governabilidade houve a necessidade de compor um governo pluriclassista, sendo, portanto, um governo em disputa

⁹³ Entrevista a Abujamra no programa **Provocações**, da TV Cultura, 08 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/veja-entrevista-de-joao-pedro-stedile-no-programa-provocacoes>>.

(mesmo que muito desigual), do qual os movimentos devem fazer parte. Esta segunda visão é, por enquanto, a hegemônica dentro do MST⁹⁴.

Em perspectiva diametralmente oposta, Maria Orlanda Pinassi (2013) argumenta que pode estar ocorrendo a despolarização das bases dos movimentos para a mobilização e a perda de acúmulo de consciência política, pois os programas focados para aplacar a miséria estariam estruturadas de maneira individualizadora e economicista de mercado. Além disso, é categórica ao negar qualquer pacto social com frações da burguesia e acredita que o maior desafio da atualidade para os movimentos sociais, como o MST, é conseguir transpor as misérias materiais e ideológicas e reassumir, através da luta, a condição de sujeito da história. Para tal, teriam que superar o “(...) canto de sereia das instituições mediadoras da ordem”.

É na raiz dessa discordância, relativa a concepções, e sobretudo a práticas, que podemos entender as críticas desferidas ao Movimento, como também a carta e a saída de militantes desta (e de outras) organizações.

Se conectarmos a perspectiva de Gilmar Mauro de que as lutas de esquerda atualmente, inclusive as do MST, limitam-se ao aspecto econômico e reivindicativo, com a crítica de que o Movimento não tem feito confrontações políticas ao governo, temos diante dos olhos a reedição do que sucedeu ao antigo sindicalismo combativo, que se converteu a uma postura propositiva, privilegiando a luta corporativa e, por isso, limitando-se a conteúdos políticos e reivindicações no quadro do que se convencionou considerar o

⁹⁴ Para Stédile (2012b): “Os governos Lula e Dilma não são governos do PT. Participam dele muitos partidos, inclusive, alguns conservadores e oportunistas, que apoiaram a ditadura militar e sempre representaram, sem esconder, os interesses do capital. Não é um governo de esquerda, na minha opinião; é um governo progressista. E evidentemente que foi muito importante elegermos para derrotar os candidatos neoliberais, que representavam apenas os interesses do grande capital e das empresas transnacionais.

Na minha opinião, os governos têm essa característica, em primeiro lugar, porque se elegeram num período histórico de descenso do movimento de massas, em que a classe trabalhadora, depois do período transcorrido entre 1989 e 1995, havia sido derrotada política e ideologicamente. E, portanto, não disputou nas ruas, com lutas e mobilizações, o governo. Tanto é que a principal forma de fazer campanha nesse período tem sido apenas a televisão. E os partidos brigam muito pelos minutos de televisão.

Em segundo lugar, a vitória eleitoral só foi possível porque foi construída uma aliança interclassista, com diferentes interesses de classe dentro do governo. Interesses que estão dentro de cada ministério, e que às vezes são até antagônicos. E, em terceiro lugar, sua natureza é determinada porque os movimentos populares, os partidos e a sociedade brasileira em geral carecem de um projeto para o país. Desde 1989, nós paramos de debater um projeto para o país. E, na ausência de um programa histórico, de um projeto, os partidos e seus políticos vão agindo apenas na base do pragmatismo, ou resolvendo os problemas cotidianos da administração pública”.

possível, isto é, nos marcos das possibilidades do projeto governista: no caso contemporâneo, um neodesenvolvimentismo atrelado ao neoliberalismo⁹⁵. Que fatos poderiam sustentar tal consideração em relação ao MST?

Para aprofundarmos a análise de uma possível crise do movimento, caberia considerar os desdobramentos concretos das práticas do Movimento nos campos econômico e político, que estão intimamente articulados, quando não se referem a um único campo. Nesse sentido, a relação do MST com as empresas capitalistas, isto é, os elos que os ligam ou repelem, pode ser um bom indicativo.

4.1 MST e Empresas

Numa nova onda de mobilização social e desenvolvimento do capitalismo no campo, o MST identificou como um de seus inimigos não apenas o latifúndio tradicional, mas as grandes empresas transnacionais do agronegócio, colocando como uma de suas tarefas

Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país (MST, 2007)⁹⁶.

Em função dessa análise, o MST realizou diversas ações ousadas de ocupação e destruição de centros de pesquisa de monoculturas, sobretudo no sul e sudeste do país, regiões caracterizadas por alto grau de produtividade agropecuária e vultosos investimentos de multinacionais. Consoante estas características, a luta do MST não poderia ser travada apenas contra o latifúndio improdutivo, mas havia que se projetar sobre as grandes empresas transnacionais, que modificavam as estruturas de exploração do trabalhador rural e avançavam na concentração de terra e recursos públicos. As ações diretas de combate às

⁹⁵ O que não significa que essas lutas econômicas não possam ser bem sucedidas, ou que não apresentem conquistas para segmentos da classe trabalhadora. Mas seu conteúdo político limita-se a isso, a uma perspectiva reformista e mesmo conservadora. Numa perspectiva mais otimista, Marcel Gomes (2011) também identifica – devido à nova conjuntura e dadas as dificuldades enfrentadas pelo Movimento – que o MST estaria se reinventando e, assim, tendendo a ser cada vez mais um movimento dos assentados da reforma agrária.

⁹⁶ De acordo com compromissos assumidos no 5º Congresso Nacional, realizado em 2007. Cf.: **MST**, maio/jun. 2007, Disponível em: <<http://www.mst.org.br/especiais/10/>>

empresas do agronegócio, num primeiro momento, tinham um caráter político mais radical, com destruição de campos experimentais de monocultivos e o questionamento da legalidade da posse das terras, articulando demandas concretas e mais imediatas, com críticas mais abrangentes ao capitalismo, desenhando um projeto alternativo de sociedade.

A percepção da nova realidade do capitalismo no campo não era, contudo, restrita às regiões sul e sudeste, e nem mesmo ao MST. Em documento subscrito por diversas organizações populares rurais, como preparação para o VI Congresso Nacional do MST, podemos ler que

O atual modelo agrícola adotado no Brasil pelas forças do capital e das grandes empresas é prejudicial aos interesses do povo brasileiro. Ele transforma tudo em mercadoria: alimentos, bens, a natureza (água, terra, biodiversidade, sementes etc.) e se organiza com o único objetivo do aumento do lucro das grandes empresas, das corporações transnacionais e dos bancos, que controlam a produção, os insumos, os preços e o mercado (...) [havendo por isso a necessidade de] Impor pesadas multas às fazendas que não respeitam as leis trabalhistas e previdenciárias. Revogar a lei que possibilita contratação temporária de assalariados rurais sem carteira assinada" (VIA Campesina Brasil, 2012, p. 141; 147).

É certo que ocorrem situações que acabam por envolver involuntariamente a luta pela reforma agrária e desenvolvimento dos assentamentos na roda-viva de valorização do capital, como o aumento exponencial do valor dos imóveis rurais desapropriados, pagamentos de juros acima do valor de mercado, e utilização dos agricultores para garantir o fornecimento de produtos e matéria-prima a empresários do agronegócio⁹⁷. Porém, vejamos mais detalhadamente alguns casos mais complexos dessa relação entre MST, empresas e Estado.

Monoculturas e biodiesel

Estudo do Banco Mundial (2010, p. 8) aponta que o crescimento da produção agrícola e das demandas e transações de compra de terras se concentra na expansão de tão

⁹⁷ No tocante a este último ponto, consultar o trabalho de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2013), que traz um mapa de como assentamentos foram utilizados pelos empresários do agronegócio da madeira para garantir o fornecimento ao setor, num processo que articulou o MDA, o Incra e o Ministério do Meio Ambiente e os governos estaduais do Pará.

somente oito *commodities*: milho, dendê (óleo), arroz, canola, soja, girassol, cana-de-açúcar e floresta plantada, sendo que de 2004 a 2008 a área total cultivada com matérias-primas para os agrocombustíveis dobrou de tamanho, chegando a 36 milhões de ha, estando em sintonia com a expansão da demanda por agrocombustíveis.

Assim, é discurso corrente que a produção de variedade de alimentos através da agricultura familiar está em contraposição à monocultura empresarial. O que poderia parecer nitidamente como dois polos da disputa política no campo dá ares de encontrar atualmente conciliação entre os seus principais atores. Tanto no nordeste como no sul do país, há assentamentos do MST que se inserem no processo produtivo do biocombustível, adotando a monocultura (de mamona e girassol) em detrimento das policulturas de gêneros alimentícios.

Tal condição foi propiciada pelo governo federal através da Petrobras (e pelas empresas que revendem óleo beneficiado para a estatal), que tem por uma de suas diretrizes o “selo combustível social”. Para tanto, a empresa precisa comprovar a inclusão da agricultura familiar em pelo menos 30% do total de negócios. Segundo o coordenador da Diretoria de Desenvolvimento Agrícola, Suprimento e Comercialização da companhia, a intenção é implantar projetos e parcerias com cooperativas, organizações sindicais e movimentos sociais para a inserção da mamona na agricultura familiar. De acordo com o Plano Estratégico 2009/2013 da empresa, dos US\$ 174,4 bilhões de investimentos previstos para o período, US\$ 2,8 bilhões serão aplicados em agrocombustíveis. Para 2013 a meta é atingir a produção de 640 milhões de biodiesel no país⁹⁸.

Através de contratos de compra e venda, os assentados, que antes plantavam feijão ou milho, têm a garantia de preço e assistência técnica para o cultivo dessas oleaginosas. “Temos contrato de compra e venda com a Petrobras. O quilo da mamona sem casca é R\$ 1. No feijão e no milho, não tem critério de preço, na mamona é garantido. Não temos controle de quanto é produzido de alimento, pois quase tudo é consumido pelas famílias”, conta Maria Sheila Rodrigues, da Cooperativa de Trabalho das Áreas de Reforma Agrária do Ceará (Cooptrace), ligada ao MST. Lucas de Oliveira, que atua na Cooperativa Regional dos Assentados da Reforma Agrária do Sertão de Sergipe (Copraser), conta que

⁹⁸ Cf.: GLASS. Mamona atrai produtor mas não vira biodiesel no Brasil. **Repórter Brasil**, 31 mar. 2009. Disponível em: < <http://reporterbrasil.org.br/2009/03/mamona-atrai-produtor-mas-nao-vira-biodiesel-no-brasil/>>

possuem “(...) dois contratos com a Petrobras, de assistência técnica e de comercialização de grãos. Estamos na segunda safra. Temos que adaptá-la ao plantio de milho e feijão, mas os agricultores estão gostando porque o girassol tem uma certa resistência à seca. Para a região, é perfeito.” No Rio Grande do Sul, a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (Unaic) pressiona a estatal petrolífera para firmar parceria na compra das sementes de girassol, mamona e soja, evitando assim os intermediários⁹⁹.

E como se pode ler em reportagem da Agência Brasil e no relatório da mesma entidade em parceria com o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, o MST e outras organizações como a CUT, FETRAF e Movimento de Luta pela Terra (MLT) têm demandado ao governo federal a criação de mecanismos que permitam o beneficiamento da mamona aos pequenos agricultores, permitindo a agregação de valor na venda do óleo. Também estariam sendo negociados contratos com a Petrobras para o cultivo e venda de mamona em cooperativas agrícolas em assentamentos pelo interior da Bahia¹⁰⁰.

Força de trabalho precarizada e intermediações

Os acampamentos dos sem terra, a despeito da solidariedade que possam gerar (sobretudo nos momentos iniciais), costumam ter condições de extrema pobreza e grandes carências. Maria Cecília Turatti, num belo trabalho antropológico, os descreve como uma etapa fundamental da luta pela terra, que é operacionalizada pelo MST. “Neles, um novo processo de construção de sociabilidade se inicia. É o momento-chave da passagem para a condição de *ser sem-terra*, para um estilo de vida coletivo que engendra solidariedade e conflito ao mesmo tempo” (TURATTI, 2005, p. 19). Os acampamentos podem ser entendidos, assim, apesar de suas fragilidades coesivas e ausência de elementos de identificação, como “(...) preâmbulos de um novo tipo de organização social” (ibidem, p. 20). Contudo, as carências financeiras podem impulsionar os acampados a venderem sua força de trabalho, seja nas cidades ou no campo, para setores com os quais o MST estaria em oposição direta, as empresas do agronegócio. Isso coloca os sem terra –

⁹⁹ Cf.: A monocultura conquista o MST. **Correio Braziliense**, 24 jan. 2011. Também disponível em: <<http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=201918>>.

¹⁰⁰ Cf.: O Brasil dos agrocombustíveis – os impactos da lavoura sobre a terra, o meio e a sociedade. **Repórter Brasil**, 2008.

individualmente – numa situação que não difere da vivida por grande parcela da classe trabalhadora: a de ter que ganhar a vida vendendo sua força de trabalho (e procurar fazê-lo nas melhores condições possíveis) e, ao mesmo tempo, lutar contra o capital. Mas, coloca um paradoxo no caso de uma organização política de luta contra o sistema capitalista.

No Rio Grande do Sul, na década de 1990, criaram-se as frentes de trabalho no MST (integradas ao setor da frente de massas), com a proposta de ajudar financeiramente o Movimento, pois parte do ganho do trabalho era destinado ao fortalecimento das lutas. Na região de Vacaria formou-se a Coopertchê (Cooperativa dos Trabalhadores Gaúchos), que teve o papel de intermediação entre as empresas e os trabalhadores temporários, os quais eram oriundos de acampamentos do Movimento (FERNANDES, 1996). Se, por um lado, isso permitiu a autonomia de algumas lutas e um grau elevado de enfrentamentos, por outro lado, ao estabelecer parcerias e intermediação de mão-de-obra com empresas capitalistas, explicitava uma série de contradições no interior do MST¹⁰¹.

Cabe pontuar que essa experiência não parece ter sido expandida para outros estados do Brasil, ficando circunscrita ao Rio Grande do Sul. Vários motivos podem explicar essa situação singular de o MST realizar parcerias com empresários para a melhora dos rendimentos de seus integrantes e da própria organização. As culturas produzidas no sul do país, como maçã e uva, não possuem colheitadeira mecanizada, necessitando de quantidade considerável de força de trabalho sazonalmente¹⁰². Em outras regiões do país, em que o Movimento está também organizado, existem conflitos mais diretos e constantes com os intermediadores de mão-de-obra e os camponeses desprovidos de terras; por vezes condicionantes políticos impedem esse tipo de relação em decorrência das estruturas públicas; ou ainda a promoção de formas alternativas de aquisição de recursos, como as feiras de produtos provenientes dos assentamentos ou parcerias com “clubes de compra” de cestas de produtos, como no caso da região de Ribeirão Preto-SP e Campinas.

¹⁰¹ Outro caso pôde ser observado quando à visita na COPAVI, cooperativa modelo do MST no interior do Paraná. Como nos explicitou um assentado, apesar da busca por remuneração igualitária, coletivização e cultivo agroecológico, havia ainda a necessidade de contratação sazonal de boias-frias na época de corte da cana-de-açúcar.

¹⁰² Essa característica da organização capitalista no sul, que se vale da contratação de mão-de-obra de cooperativas de prestação de serviços para os ramos de fruta e horticultura, como meio de baratear os custos (concomitante a precarização das condições de trabalho, cf.: Legnaro, 2008), é o que fez com que a Agropecuária Schio, a segunda maior produtora de maçãs do Brasil, tivesse como parte considerável dos trabalhadores temporários nas colheitas membros do MST (MUELLER, 2007).

Se em um primeiro momento a ação dos trabalhadores serviu para financiar ações de base dos acampados, posteriormente se integrou no orçamento do MST gaúcho. Conforme Mueller (2007, p. 09), “(...) cada funcionário contratado através do MST paga mensalmente uma taxa ao movimento, cerca de R\$ 80,00, que é então utilizada no financiamento de acampamentos, marchas, invasões e outros eventos do movimento.” Miguel Carter informa que no ano 2000 as cotas financeiras decorrentes do assalariamento temporário dos trabalhadores da Coopertchê alcançaram US\$400.000, um quarto do que foi arrecadado pela seção estadual do movimento no ano (CARTER, 2006).

Este fortalecimento econômico do MST gerou resistências tanto externas como internas. De fora do Movimento deve-se levar em conta a brutal oposição que o MST tem sofrido constantemente no estado, chegando ao ponto de o Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul aprovar relatório com a necessidade de “quebrar a espinha dorsal do MST” e exigir a sua “dissolução”¹⁰³. É nesse contexto que se inserem as ações do Ministério Público com denúncias de práticas de terceirização irregular de trabalhadores. Por dentro do MST, houve alguns conflitos entre a base dos trabalhadores acampados e a direção do Movimento.

Os trabalhadores, quando iam para o acampamento, recebiam uma cesta básica e deveriam compor as Frentes de Trabalho, laborando parte do tempo para as empresas agroindustriais. Ora, a verba conseguida com a exploração da força de trabalho originou uma divisão entre os militantes desta instância do MST e sua direção estadual. Quando a direção estadual não consentia em realizar certas ações, os militantes podiam contar com o dinheiro arrecadado com o trabalho temporário fornecido às empresas para sustentarem ações distintas das chanceladas pela direção. Frente a isso, a direção estadual passou a interceder junto à administração das empresas para que o dinheiro não chegasse às mãos dos militantes. O agenciamento dos acampados, e posteriormente dos assentados, como força de trabalho para o capital, através das Frentes de Trabalho, se transformou diretamente em um negócio para o MST.

¹⁰³ “Voto no sentido de designar uma equipe de promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade”, afirma o promotor Gilberto Thums”. Cf.: CONSELHO de promotores do RS pede fim do MST. **Folha de S. Paulo**, 24 jun. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200824.htm>>. Também no Rio Grande do Sul, na região de São Gabriel, ocorreu um violento despejo do movimento, resultando na morte de Elton Brum pela Brigada Militar. E, nesta mesma cidade de São Gabriel, os latifundiários divulgaram cartas conclamando ao assassinato dos militantes do MST, cf.: MST: panfleto distribuído pelos fazendeiros de São Gabriel. **Centro de Mídia Independente**, 19 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/06/256696.shtml>>.

Desta forma, o Movimento, ao mesmo tempo [em] que defendia a autonomia camponesa na produção de alimentos, intermediava a contratação de trabalhadores assalariados temporários para o agronegócio, sem desenvolver lutas contra as condições de trabalho a que estes assalariados estavam submetidos (PASSA PALAVRA, 2013a).

Ao subordinar-se a essas formas do mercado (de trabalho e de comércio), e ao não fazer a vinculação política entre o trabalhador agrícola e os acampados e assentados (que também eram assalariados temporários nas empresas), o MST também se viu inserido nos mecanismos capitalistas que sustentam essas formas de organização, deixando assim a possibilidade de realizar uma luta mais ampla contra o agronegócio.

Arroz orgânico

Outro exemplo das relações que o MST tem realizado com grandes empresas capitalistas ocorreu em torno da comercialização do arroz orgânico. Remontam ao final dos anos 1990, no Rio Grande do Sul, as primeiras experiências do MST com a produção em maior escala de arroz em matriz agroecológica.

No início, como relata Huli, no assentamento Filhos de Sepé (localizado a 40 km da capital gaúcha e dividido em quatro agrovilas e com pouco menos de 400 famílias), a produção de arroz seguia o modelo tradicional nos seus 1.600 hectares, com forte dependência do pacote imposto pelas empresas transnacionais, como a

Monsanto [que] nos traz o pacote tecnológico, herbicidas, praguicidas, isto é, venenos, e nos traz também o arroz. Com o tempo percebemos que estávamos passando da dependência do latifundiário que possuía as terras, para ficar dependentes das multinacionais que possuem a tecnologia. Chegamos à conclusão de que com toda esta luta não havíamos avançado nada, que lutamos durante anos para estar num novo lugar de dependência, e além disso, envenenando nossas famílias e a população que consome o arroz cultivado desta forma (HULI apud ZIBECHI, 2008, p. 89).

Mais uma vez, a condição concreta apontava um novo inimigo, para além do latifundiário, reforçando o entendimento de que as transnacionais do agronegócio também submetem os agricultores. Como forma de sair dessa dependência, algumas poucas famílias enxergaram no cultivo do arroz agroecológico um modo de resistência e possibilidade de

autonomia. Assim, em cerca de 150 hectares, pouco menos de 10% da área total cultivada para arroz, experimentou-se a plantação sem agrotóxicos e a produtividade não apenas foi satisfatória, como se resolveu diversificá-la, com o cultivo de peixes nas áreas de alagamento do arroz. Mas, nem por isso, as agruras dos agricultores cessaram. “Huli nos conta que a produção de arroz tem cada vez menos valor no mercado, com o que os 1.600 hectares que os assentados cultivam não lhes está permitindo sequer sobreviver da terra” (ZIBECHI, 2008, p. 90). Além da questão do valor recebido pela produção que é comum a todos os agricultores, no caso do arroz agroecológico tem-se que adquirir um selo de certificação como produto orgânico, e este é um sistema de produção regulado como nicho de mercado tendo valores muitas vezes exorbitantes para pequenos produtores. Além disso, as empresas transnacionais costumam controlar não apenas a tecnologia agrícola (da qual os assentados buscaram escapar com o cultivo do arroz orgânico), mas também a comercialização do produto.

O empecilho da certificação orgânica, o MST conseguiu contornar com a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), que emite para o arroz “Terra Livre”, que envolve outras cooperativas. Atualmente, no sul do país, esse tipo de cultivo abarca 428 famílias numa área de 6.700 hectares, sendo 3.900 para produção, abrangendo 16 assentamentos em 11 municípios.

Ainda assim, permanece existindo o problema da comercialização dos produtos, que geralmente são adquiridos pelos programas governamentais PAA e PNAE. Outra parte é vendida para os pequenos mercados regionais, de acordo com um coordenador do MST¹⁰⁴.

A questão da comercialização parece assumir outros rumos, com uma parceria do MST anunciada no painel *Segurança e Soberania Alimentar* na Rio + 20 com o Grupo Pão de Açúcar e mediada (ou promovida) pelo governo federal, por meio do programa Brasil sem Miséria.

Nessa transação, o Pão de Açúcar comprou mais de 15 toneladas de arroz orgânico de cooperativas do MST, no que foi divulgado como a maior compra já realizada entre um movimento social de camponeses e um mercado. Negociação comercial que, de

¹⁰⁴ Cf.: Arroz orgânico produzido em assentamentos já chega aos supermercados. **Sul 21**, 09 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/arroz-organico-produzido-em-assentamentos-ja-chega-aos-supermercados/>>.

acordo com o diretor de relações institucionais do Grupo Pão de Açúcar, deve ser ampliada em decorrência das aflições do grupo varejista internacional com o meio-ambiente e questões sociais, primando pela “produção de alimentos sem agrotóxicos ou defensivos” (KITANISHI, 2012). Já a gerente comercial de orgânicos do grupo empresarial parece ter sido mais direta quanto aos interesses de fundo de tal transação, explicitando o atual caráter de nicho de mercado dos produtos orgânicos para consumidores com poder aquisitivo mais elevado. “Apenas no Pão de Açúcar, a venda de orgânicos cresce anualmente cerca de 30%. Portanto, é um mercado ainda iniciante no Brasil e que merece atenção. Analisando os mercados norte-americano e europeu, a empresa percebeu que as demandas por orgânicos crescem muito rápido”. Ela ainda citou uma pesquisa de 2011 do Ministério do Meio-Ambiente em que 81% dos consumidores demonstraram grande interesse em produtos orgânicos, o que ratifica a pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) que demonstra que a comercialização de produtos orgânicos nos supermercados cresceu 8 %¹⁰⁵.

Do mesmo modo que não parece ter sido um evento isolado a tentativa do ex-assessor do governo Oded Grajew de mediação entre empresas capitalistas e o MST (como veremos no tópico *Celulose I*), no caso da comercialização do arroz sem agrotóxico a intermediação foi do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que articulou reuniões com o grupo Pão de Açúcar e a rede WalMart . De acordo com o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Muller, esse tipo de parceria tende a ser ampliada, pois “(...) o governo fechou acordo com a Associação Brasileira de Supermercados para facilitar a venda de produtos da agricultura familiar em grandes redes do país, como, por exemplo, o Grupo Pão de Açúcar. A medida faz parte do Plano Brasil Sem Miséria”¹⁰⁶. Nas palavras do Ministro Pepe Vargas (durante a 9ª Abertura da Colheita do Arroz Ecológico num assentamento do MST):

O primeiro símbolo é o da Reforma Agrária que dá certo. O segundo é o da sustentabilidade ambiental, feita pela agricultura familiar. O terceiro símbolo é o conjunto de programas governamentais e políticas públicas que contribuem para o avanço e

¹⁰⁵ Cf.: Arroz orgânico produzido em assentamentos já chega aos supermercados. **Sul 21**, 09 out. 2012. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2012/10/arroz-organico-produzido-em-assentamentos-ja-chega-aos-supermercados/>>.

¹⁰⁶ Cf.: Agricultura familiar precisa aumentar vendas e se organizar melhor diz secretário. **Portal Brasil**, 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/07/27/agricultura-familiar-precisa-aumentar-vendas-e-se-organizar-melhor-diz-secretario>>.

para o salto de qualidade da agricultura familiar (...) O neoliberalismo encontra-se em uma profunda crise, mas, como todo sistema em crise, ele não muda de imediato. É um processo que às vezes é mais longo do que a gente imagina (apud KITANISHI, 2012).

Essa crise do neoliberalismo e o ritmo lento para mudanças seria a explicação do Ministro para o fato de o Brasil ser o campeão mundial em uso de agrotóxicos (inclusive vários tipos proibidos em outros países), pela expansão de sementes transgênicas, pela estagnação da reforma agrária e criação de novos assentamentos, a reforma do Código Florestal entre muitos etcéteras. De todo modo, o governo demonstrou que pretende expandir e consolidar a cadeia produtiva do arroz ecológico na região do Rio Grande do Sul (que vem a ser uma das três atividades principais de ingresso de renda dos agricultores, ao lado das hortas familiares e trabalhos de limpeza ou na construção civil nas cidades)¹⁰⁷.

Essa transação comercial entre uma empresa transnacional capitalista e o MST, com a intermediação do governo, é justificada pelo dirigente nacional do MST, Milton Formazieri, como uma tática para alcançar a “classe média”: “Parece contraditório, mas sentimos a necessidade de expor e divulgar mais sobre o movimento para a classe média, mostrar que nossa produção é social e ambientalmente sustentável”¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Através do governo federal e estadual, a produção de arroz agroecológico recebe benefícios através de diversos programas e acesso a linhas de crédito, como o Programa de Financiamento de Sementes para Arroz, recursos do Plano Safra que resultaram na melhoria da qualidade de energia elétrica no Assentamento Capela, e de acordo com a diretora do Departamento de Desenvolvimento Agrário, Adriane Siqueira, estão previstos investimentos na cadeia produtiva do arroz ecológico, por meio do BNDES, em municípios como Tapes, Viamão, Eldorado do Sul, Guaíba e Nova Santa Rita, que permitirão a consolidação desta atividade produtiva nestes locais, mais próximos da Capital, e sua expansão para vários cantos do Estado. “Esse novo investimento proporcionará a expansão para outras regiões do estado como São Gabriel, Manoel Viana, Santana do Livramento, Candiota, Hulha Negra e Aceguá”. Cf.: ARROZ orgânico produzido em assentamentos já chega aos supermercados. **Sul 21**, 09 out. 2012. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2012/10/arroz-organico-produzido-em-assentamentos-ja-chega-aos-supermercados/>>.

¹⁰⁸ Cf.: Cooperativas do MST vendem 15 toneladas de arroz orgânico para Pão de Açúcar. **MST**, 20 jun. 2012. Disponível em: <<http://mst.org.br/content/cooperativas-do-mst-vendem-15-toneladas-de-arroz-organico-para-pao-de-acucar>>. Esta visão é compartilhada por outros dirigentes de organizações populares rurais, como Edmundo Rodrigues da CPT, que entende que, “Enquanto lutamos de forma fragmentada o agroecócio vai passando o ‘trato’ no Congresso com seu modelo na sociedade. É preciso mostrar nosso modelo à classe média também, e isso só se dará com unidade”. Cf.: LIMA. Construir a unidade pela reforma agrária. **Brasil de Fato**, 19 a 25 abr. 2012, p. 4.

E para Gilmar Mauro (2013)¹⁰⁹, outro dirigente nacional do MST, não existe problema algum nesse tipo de comercialização, tendo ocorrido exagero apenas no tipo de divulgação de tal negócio:

Nós estamos no capitalismo e tem-se que vender alguma coisa para sobreviver (...) na agricultura não é diferente. O mercado é controlado pelos capitalistas, então vender no Pão de Açúcar eu não tenho nenhum problema com isso, é como vender em qualquer canto, porque você não tem dentro da classe trabalhadora sistemas de compra [para os produtos oriundos da luta], então você produz para vender, evidentemente, e o arroz orgânico é uma propaganda interessante de um modelo sem agrotóxico. O que eu achei desmedido é de ter feito propaganda disso, mas o ato de fazer eu não vejo nenhum problema. A classe trabalhadora vende o que tem de mais importante que é a sua força de trabalho, agora não vai vender o que produziu? Vende para qualquer um. Os estudantes dentro da universidade não vendem os projetinhos, professor vende um monte de projetinho? Todo mundo vende alguma coisa, porque é a forma de sobrevivência, aí entra uma ideologização de tudo, que parece que nós temos que ser santinhos.

Contudo, a contradição que parece saltar aos olhos é explicitada pelo próprio Movimento. A Cúpula dos Povos foi um evento paralelo à Rio + 20 (onde foi anunciada a parceria pelo MST, em conjunto com representantes do governo e empresários do Pão de Açúcar, no painel de *Segurança e Soberania Alimentar*), e conforme a contundente declaração final da Via Campesina (também assinada pelo MST):

A Via Campesina propôs, há 16 anos, a Soberania Alimentar como caminho político para transformar nossa sociedade a partir dos camponeses e camponesas do mundo. Em nossas Assembleias foram centenas de organizações que se somaram a este caminho com clareza e firmeza. Tal como levantou o documento da plenária, os governos e as corporações trabalham com grande sintonia pela apropriação dos bens comuns da vida e de nossos direitos. Convocamos os povos a se unir e levantar na luta por uma nova sociedade e na construção da soberania alimentar e popular. Não é possível a soberania alimentar no capitalismo. (Via Campesina, 2012).

O documento da Via Campesina e do MST continua com a rejeição da “economia verde” e o repúdio às grandes empresas transnacionais, apostando, como

¹⁰⁹ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

alternativa a esse modelo, na aliança fundamentada na mobilização popular e norteadas pelas necessidades dos povos. Demonstra, também, não ter ilusões quanto às falsas soluções propugnadas pelo sistema capitalista, ainda que “maquiado de verde” pelas corporações, pois estas ficções servem apenas para “(...) não enfrentar as verdadeiras causas das múltiplas crises que o mesmo capitalismo tem provocado”. Nesse sentido, a avaliação feita pelos movimentos camponeses quanto à Rio + 20 foi a de que

A Cúpula Oficial da Rio +20, tal como vínhamos denunciando os movimentos sociais, foi um GRANDE FRACASSO, pois 20 anos depois não avançou em nada. No lugar de acertos tivemos retrocessos agora materializados na proposta de economia verde, na maquiagem verde do capital, que pretende mercantilizar a vida. (ibidem).

A fala de Formazieri e a apreciação de Gilmar Mauro parecem ir em sentido diametralmente oposto a essas declarações do MST, ainda mais ao considerarmos a declaração de Stédile (2012b) referente às organizações que participaram da Rio + 20 (como se o MST não tivesse participado e ainda anunciado o acordo com a multinacional sob controle acionário do conglomerado francês Casino):

Houve ONGs ambientalistas e setores indígenas que também fizeram seus encontros e caíram de novo na ilusão de ir à conferência dos governantes e tentar influenciar a produção do documento. Perderam tempo. Mas elas vivem disso. De enganar-se e, às vezes, conseguem alguns segundos em alguma televisão, que também precisa dar o “outro lado”.

Essa flagrante contradição seria expressão de uma dupla tática adotada pelo MST, ou de divergências internas que atravessam o Movimento? É certo que a produção dos assentamentos, conquistados sob duras lutas, deve ser vendida, seja para merendas escolares, na feira local ou mesmo em grandes redes varejistas, ainda que nesse caso se apresente a questão de quem irá consumir esse produto. Seriam as parcerias com grandes empresas capitalistas, como o Pão de Açúcar, a saída dos camponeses assentados para as dificuldades de preço e comercialização de seus produtos? E, se for um tipo de saída, ela aponta para onde? A tentativa de aproximação com a classe média, sentida como necessária segundo um dos coordenadores do Movimento, pode gerar quais impactos nos aspectos ideológicos e práticos organizativos, visto que essa aproximação baseia-se na venda de uma mercadoria mais palatável aos olhos desse setor social?

O embate do MST com empresas do ramo da celulose ganhou grande visibilidade pelas ações mais ousadas e denúncias do Movimento sobre o impacto dessas fábricas ao meio-ambiente, denominado de “deserto verde”¹¹⁰. Para o MST (e demais organizações envolvidas, como a Via Campesina), o cultivo extensivo de árvores (sobretudo o eucalipto) e o processo industrial adotado utiliza intensivamente produtos químicos, produz grande quantidade de poluentes, extermina a diversidade biológica e humana, estraga o solo e seca os rios.

Somado aos impactos ambientais, o MST destaca as consequências sociais da matriz produtiva adotada por essas indústrias, ocorrendo a concentração da produção e do comércio em cerca de trinta empresas transnacionais (STÉDILE, 2009). Como já demonstramos, com o entendimento do MST de uma nova realidade na questão agrária, em que se apresentavam como inimigos (além do latifúndio improdutivo) o capital internacional e financeiro, ganham uma nova dimensão política as mobilizações realizadas nas empresas do agronegócio, constituindo-se como um novo instrumento do repertório de ação do Movimento.

Diante essa situação pode causar estranhamento saber que o MST tem levado adiante parcerias e negócios com essas empresas do agronegócio.

Como podemos ler no Passa Palavra (2013), em 2004 teve início o programa “Poupança Florestal”, um primeiro empenho de acordos entre empresas de celulose e o MST. O programa desenvolvido pela Votorantim Celulose e Papel (VCP) tinha por intuito a produção de celulose pela plantação de eucaliptos em assentamentos no Rio Grande do Sul. Esse projeto ainda contaria com o apoio do setor financeiro e uma instituição de assistência técnica e extensão rural voltada à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável (EMATER). Com o discurso do desenvolvimento da produção agroflorestal em sistemas de agricultura sustentável, com o limite de produção em 30% da

¹¹⁰ “Embora ‘verde’, esta paisagem não traz mais a diversidade biológica e humana que antes existia na floresta. Na paisagem das monoculturas, não se encontra mais os habitantes da floresta; constitui um espaço “deserto”, “sem vizinhos e sem fartura”, na linguagem dos moradores que ali ainda resistem. Daí, a expressão “deserto verde”, relevando que, segundo o biólogo e pesquisador Augusto Ruschi, o deserto possui uma maior diversidade animal que a monocultura do eucalipto”. (FERREIRA, 2006).

área da propriedade sem que esta seja condicionada à garantia financeira, mas apenas à produção, a VCP, com intermediação de Oded Grajew, procurou a direção do MST, na figura de Ciro Correa.

Convém destacar a definição que o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (do qual com outros empresários é fundador) dá a Oded Grajew:

De empresário a empreendedor social, Oded Grajew revolucionou as posturas empresariais no Brasil, aproximando a classe empresarial dos trabalhadores e dos movimentos sociais e engajando-a no desenvolvimento social (...) Fundou e participou da criação de várias instituições e movimentos sociais no Brasil (...) Foi assessor especial do Presidente da República (2003)¹¹¹.

Isto é, a mediação entre empresas do agronegócio e o MST, ocorrida em 2004, foi articulada por aquele que foi assessor do Presidente Lula um ano antes. Ora, a atribuição de Grajew (inclusive como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) era a de assessorar a formulação de diretrizes e políticas públicas (submetidas pela Presidência da República) com o intuito de articular as relações de governo com os representantes de uma *difusa* sociedade civil (em que cabem empresários e movimentos sociais). Nesse sentido, essa primeira proposta de parceria entre Votorantim e MST não parece ter sido algo fortuito.

De todo modo, oficialmente, como organização, o MST não aceitou tal parceria, mas também não se posicionou contrário à participação individual de assentados, o que acabou ocorrendo nos assentamentos em Piratini, Pedro Osório e Pinheiro Machado (BOECHAT; PARO, 2007), (QUEIROZ; BARRICHELO, 2008). Entretanto, o INCRA ameaçou revogar os lotes das famílias, por não estarem de acordo com as normas de espécies cultiváveis nos assentamentos. Certa contradição interna do MST ficou explícita quando parte da militância do MST e da Via Campesina destruíram boa parte das mudas plantadas em 2007, ação que teve o aval da direção regional do MST, pois dever-se-ia priorizar o cultivo alimentar¹¹².

¹¹¹ Cf.: Oded Grajew. **Empreendedorismo social**. Disponível em: <http://www.empreendedorismosocial.org.br/index.php?option=com_k2user&tmpl=component&uid=120&lang=br>.

¹¹² Cf.: MST arranca eucaliptos de assentamento do Rio Grande do Sul. **Folha de S. Paulo**, 10 maio 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u92131.shtml>>.

Porém, como veremos mais adiante, poucos anos depois ocorrerá nova tentativa de aproximação de empresas de celulose com o MST, dessa vez com resultados diferentes.

Celulose II

Como demonstramos no início desse tópico sobre MST e empresas, uma das linhas adotadas pelo Movimento foi a de combater um projeto capitalista representado pelas empresas transnacionais do agronegócio.

De um lado, a falta de uma política que de fato priorize um modelo agrícola voltado para a soberania alimentar, para os camponeses e para a reforma agrária. E de outro, um projeto contra o abuso do avanço do capital internacional e de suas empresas, que passaram a dominar a agricultura brasileira, sem controle nenhum, trazendo enormes consequências na soberania do território, nos nossos recursos, e na agressão de nosso meio ambiente, por meio da monocultura desenfreada (STÉDILE, 2008).

E, de fato, do sul ao nordeste do país se sucederam diversas ações nesse sentido, sendo geralmente as mais ousadas as impulsionadas no mês de março, em razão do Dia Internacional da Mulher.

Na análise do coletivo Passa Palavra (2013b), essa característica de radicalidade das lutas das camponesas se deve ao fato de que

Esse espaço da organização de mulheres escapava em parte do controle das direções nacionais e estaduais do MST, hegemonicamente masculinas, pois, diferentemente das ações decididas nos assentamentos ou regionalmente, as ações vinculadas à mobilização do 8 de março eram consideradas como autodeterminadas. A partir desse espaço as mulheres se organizaram junto a homens alinhados com um projeto político mais radical, para planejar ações diretas contra as multinacionais (...) Conseguiram articular demandas concretas da luta de homens e mulheres, de maneira a escapar da política implementada pela direção nacional do MST, e com isso protagonizaram iniciativas como a destruição de campos experimentais e de plantações em terras ilegalmente ocupadas.

Assim sendo, explicitaram uma distinção de táticas e estratégias no interior do MST¹¹³.

O fato a ser aqui ressaltado é que foi a partir dessas ações de potencial radicalizado que ocorreram diversos atos contra as empresas transnacionais, como, por exemplo, contra a Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul em março de 2006, contra a Monsanto no estado de São Paulo em março de 2008 (quando destruíram um viveiro experimental de milho transgênico) e, novamente no Rio Grande do Sul em março de 2008 contra a sueco-finlandesa Stora Enso¹¹⁴.

Contudo, não apenas a tática de ação direta foi utilizada nesse caso com a Stora Enso, tendo se optado também pela denúncia e o diálogo. A Via Campesina e o MST em conjunto com a Organização Não Governamental finlandesa “Amigos da Terra” fizeram uma campanha com envio de cartas denunciando as operações da empresa no país, acusada de adquirir de forma ilegal 56 mil hectares de terra na fronteira do Brasil com o Uruguai e, além disso,

Dentre as ações da Stora Enso/Veracel no Brasil, a perda da biodiversidade é o principal, pois a mata atlântica é o bioma com maior número de espécies (animais e vegetais) do planeta, mas temos a contaminação de nascentes, córregos e lagoas pelo uso de agrotóxicos; expulsão de comunidades da região; diminuição da produção de alimentos básicos; centralização da propriedade de grandes quantidades de terra na mão da empresa; aumento da pobreza; entre muitas outras ações comuns ao modelo do agronegócio (DURÃO, 2011).

¹¹³ Ainda de acordo com artigo do Passa Palavra (2013b), “A partir dessas ações diretas e do nível de radicalidade assumido por aquelas mulheres, começaram as reações das burocracias partidárias, do governo e do Movimento. Externamente, o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, foi a público repudiar a ação realizada pelas mulheres. Internamente, coube ao MST iniciar pressões para que elas abandonassem essa linha de confronto por meio da ação direta, assumindo como prioridade a “linha de diálogo” com o governo. Contudo, as tentativas de controle não conseguiram minar a organização daquelas mulheres, que avisavam sobre os planos de suas ações apenas a homens de sua inteira confiança e não alinhados com o governo federal. A direção nacional procurou isolar politicamente esse grupo de mulheres, taxando-as de irresponsáveis e reduzindo os repasses financeiros para a região. O processo de tensionamento interno produzido a partir dessa atuação contribuiu para o desgaste dessas militantes dentro do MST. Essas ações e outros embates protagonizados pelas militantes que não aceitavam a postura da direção nacional do movimento constituíram um fator importante na recente ruptura com o MST, expressa na Carta dos 51”.

¹¹⁴ Cf.: MST invade centro de pesquisa da Aracruz Celulose. **Gazeta do Povo**, 08 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=543643&tit=MST-invade-centro-de-pesquisa-da-Aracruz-Celulose>>; e cf.: Mulheres da Via Campesina destroem transgênicos da Monsanto. **O Estado de S. Paulo**, 07 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-da-via-campesina-destroem-transgenicos-da-monsanto,136359,0.htm>>.

Como reação, a multinacional finlandesa procurou “melhorar a nossa capacidade de lidar com demonstrações e invasões de terra” e também “(...) nos empenhamos em estabelecer um diálogo com os grupos de interesse nestas regiões, por meio de várias iniciativas, a exemplo do programa de boa vizinhança, a metodologia LOAM (Landscape Outcomes Assessment Methodology) do WWF, bem com o ‘The Forests Dialogue’” (STORA ENSO, 2008, p. 10). Ainda conforme o relatório de sustentabilidade da corporação, a ação da Via Campesina e do MST foi um “incidente”, que a empresa pretende evitar no futuro a partir do diálogo:

Em março de 2008, um grupo composto principalmente de mulheres pertencentes a uma organização local de direitos à terra, denominada Via Campesina, invadiu uma das quatro fazendas que temos no Rio Grande do Sul. Os invasores nos acusaram de operar ilegalmente na região e demandaram a expropriação da terra para a reforma agrária. Entramos com um pedido na justiça, solicitando a remoção pacífica dos invasores. Infelizmente, a invasão terminou em violência. De acordo com o relatório policial, 14 pessoas, inclusive um policial, foram feridos, principalmente por causa de disparos feitos com balas de borracha e em decorrência de quedas. Este resultado é totalmente inaceitável para nós e contradiz nossas políticas. Após o incidente, esclarecemos nossos procedimentos internos que tratam de invasões de terra e fortalecemos o diálogo com as autoridades locais, com o objetivo de impedir a polícia usar a força na eventualidade de uma ocorrência similar no futuro. Além disso, estamos tentando restabelecer o diálogo com o MST. (ibidem, p. 23).

Como se pode conferir em algumas matérias e artigos de jornal, além dos relatórios da empresa, de fato o diálogo entre o MST e a Stora Enso foi restabelecido e ocorreu um encontro entre dirigentes do MST e dirigentes da Stora Enso em junho de 2009.

Stédile afirmou ser possível o plantio de eucaliptos em pequenas propriedades: Um pequeno produtor poderia cultivar digamos, dois hectares de eucaliptos numa propriedade de dez hectares. Mas as empresas de papel e celulose não querem este modelo, por julgarem que os lucros são insuficientes. Exigem sempre o lucro máximo, ignorando as consequências sociais e ambientais¹¹⁵.

¹¹⁵ Cf.: Adeus à era do “me dá um emprego aí”. **Outras palavras**, 23 abr. 2010. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2010/04/23/adeus-a-era-do-%e2%80%9cme-da-um-emprego-ai%e2%80%9d/>.

E sublinha a questão da nacionalidade das empresas e do desenvolvimento do país:

A empresa envia à Finlândia a polpa produzida em suas instalações na Bahia como matéria-prima inacabada. Os brasileiros não tiram proveito de nada. Os exploradores anteriores, empresas brasileiras, ao menos produziam parte do papel no Brasil. [...] De que adianta a empresa pagar, aqui, algumas dezenas de milhões em impostos, se envia centenas de milhões para a Finlândia? O Estado finlandês, maior proprietário da empresa, não se envergonha desta operação neo-imperialista (ibidem).

João Paulo Rodrigues, também da direção do MST, disse que “Esperávamos resolver as pendências debatendo os conflitos racionalmente com líderes suecos e finlandeses da empresa [...] **Não somos contra a Stora Enso ou a indústria de papel, mas nos opomos ao modelo de economia que representam, no qual a terra é concentrada em mãos de uma pequena elite**” (ibidem).

Percebe-se uma ausência no discurso de ambos os dirigentes do MST: a referência à classe trabalhadora. E a convite da ONG “Amigos da Terra”, o MST em 2011 foi à Suécia e à Finlândia, a fim de debater sobre Soberania Alimentar, Agroecologia, Reforma Agrária, Agronegócio, além de participar da reunião anual de acionistas da Stora Enso. Marcelo Durão, do setor de relações internacionais, fez o seguinte balanço:

O momento mais trabalhado foi a exposição das denúncias dos crimes realizados pela Stora Enso/Veracel no Brasil dentro da reunião anual dos acionistas da empresa (...) Estas denúncias causaram desconforto por parte da diretoria da empresa e aos acionistas, tanto que após o término da reunião o próprio presidente da empresa fez questão de vir conversar sobre a importância das denúncias, da presença do MST e que queria estabelecer diálogo aqui no Brasil (DURÃO, 2011).

De uma ação mais radicalizada com potencial de conflito de classes para o diálogo com os interesses empresariais: não residiriam aí as bases de uma plataforma de conciliação de classes?

Celulose III

A partir da junção entre a Aracruz e a Votorantim formou-se a Fibria, empresa produtora de celulose e papel. Como já indicamos no início do tópico acima, em 08 de

março de 2006 as mulheres da Via Campesina e do MST fizeram um ato radical em área da empresa Aracruz Celulose, que abrigava um centro de pesquisa sobre o manejo do eucalipto no Rio Grande do Sul¹¹⁶. A Aracruz é uma empresa de capital multinacional, tendo por acionista majoritária a companhia norueguesa Lorenz, com 28% das ações, seguida pelo Banco Safra, Votorantim (que no ano de 2008 possuía participação direta do BNDES em 34,9% do capital¹¹⁷), Souza Cruz, BNDES (ARBEX JR, 2006). No tópico *Celulose I* indicamos a tentativa da Votorantim de realizar parceria com o MST. No final de 2011 a Fibria anunciou um projeto de assentamento de 10 mil hectares no interior baiano, destinado a assentar mil e trezentas famílias, tendo por parceiros o INCRA, o governo da Bahia (então chefiado por Jaques Wagner, do PT, cuja candidatura foi financiada, entre outras empresas, pela Fibria), e o MST. Em agosto deste mesmo ano a liderança do MST havia sido recebida na reunião anual estratégica da empresa¹¹⁸.

O Governo da Bahia, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e a Fibria, parceiros no projeto ‘Assentamentos Sustentáveis com Agroflorestas e Biodiversidade’ (...) visa dar às famílias do MST assentadas na região e a algumas comunidades de municípios do extremo sul baiano acesso à formação técnica, educacional e organizacional para a **produção de alimentos com base nos princípios agroflorestais e agroecológicos e na organização social**” (FIBRIA, 2012, grifos nossos).

Com o foco do assentamento na agricultura familiar e na educação, José Luciano Penido, presidente do conselho administrativo da Fibria, informa que “Queremos ensinar aos jovens do MST como usar ciência e educação para desarmar um antagonismo desnecessário”¹¹⁹. Dessa forma, em 31 de maio de 2012 o site da Fibria comunicou o lançamento do marco fundamental do Centro de Formação, Educação e Pesquisas em

¹¹⁶Para um relato detalhado destas ações, bem como da cobertura da mídia empresarial sobre estes fatos, recomendo a leitura da dissertação de mestrado de Maíra Kubik Taveira Mano (2010), pela PUC-SP, “Deserto verde, imprensa marrom. O protagonismo político das mulheres nas páginas dos jornais”.

¹¹⁷ Cf.: MANSUETO. “Desafios da real política industrial brasileira no século XXI”. Apud, revista **Retrato do Brasil**, edição nº 30, janeiro de 2010, p. 11.

¹¹⁸ Cf.: Sustentabilidade na prática traz resultados. **Valor**, 05 dez. 2011. Também disponível em: <<http://isebvmf.com.br/index.php?r=noticias/view&id=226148>>.

¹¹⁹ Cf.: Ideologia, engajamento e métrica são receita de empresas-referência em sustentabilidade. São Paulo: Amcham, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.amcham.com.br/sustentabilidade/noticias/ideologia-engajamento-e-metricas-sao-os-ingredientes-de-sustentabilidade-da-natura-fibria-e-du-pont>>.

Agroflorestas no Assentamento Jaci Rocha, no município de Prado, extremo sul da Bahia. As atividades se desenvolverão inicialmente num espaço de 12 mil hectares, englobando cerca de mil famílias, mas deverão ser ampliadas posteriormente para outras regiões, abrangendo mais assentamentos e comunidades rurais (estima-se que será um complexo de 6.000 m² e 20 ha de área total).

Essa parceria pretende,

(...) fomentar uma nova cultura no campo e na sociedade brasileira como um todo, cooperando no delineamento de um projeto popular de país comprometido com a sustentabilidade em todas as suas dimensões (...) Será o primeiro Centro especializado neste assunto, no mundo, e vai contar com apoio de várias Universidades e Instituições nacionais e internacionais (FIBRIA, 2012).

Para uma pessoa distraída, que lesse apenas a matéria, sem prestar atenção na sua fonte, dificilmente suporia que se trata de um projeto de associação entre governo, empresa transnacional, MST e Universidades¹²⁰.

A cooperação entre instituições representativas de classes sociais que têm interesses antagônicos, assim como a colaboração entre elas e o Estado não seria uma das consequências das relações entre Estado-MST-Empresas? Os antagonismos seriam resolvidos pela confluência entre as empresas privadas ou públicas e o Estado e os movimentos? Nisso consiste a busca por um novo paradigma para “desarmar antagonismos desnecessários” a que se refere o empresário da Fibria em sua relação com o MST?

Cabe sublinhar que a região sul da Bahia tem sido marcada por constantes conflitos relacionados à posse da terra, e essa “iniciativa pioneira” da Fibria (que detém

¹²⁰ Tal modelo de capitalismo verde é apregoado pelo conselheiro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Ricardo Young: "As empresas nacionais têm buscado formas de trabalhar com a base da pirâmide. A estratégia de desenvolvimento do país ainda não é a economia verde, mas a prontidão está se disseminando nas estratégias de negócios, por conta de um mercado mundial cada vez mais intolerante nas questões socioambientais". Cf.: Líderes esperam avanços reais que validem o discurso. **Valor**, 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/rio20/2715316/lideres-esperam-avancos-reais-que-validem-o-discurso>>. Licenças sociais e ambientais fazem parte do propósito da Fibria: "Estamos próximos de anunciar nossas metas de longo prazo e entre elas está obter uma licença social para operar", disse, na sexta-feira, o presidente do conselho de administração da Fibria, José Luciano Penido, em uma mesa de discussões do Prêmio Eco 2011, uma parceria do Valor com a Câmara Americana de Comércio (Amcham). A Fibria recebeu em agosto os líderes do MST em sua reunião anual estratégica. O apoio social às comunidades vizinhas faz parte das metas para 2025, que a empresa espera fechar nos primeiros meses do ano que vem. "Queremos divulgar para sermos cobrados", diz Penido. A empresa persegue o chamado "lucro admirável", uma aceitação social que vai além dos resultados da última linha do balanço." Cf.: Sustentabilidade na prática traz resultados. **Valor**, 05 dez. 2011. Também disponível em: <<http://isebvmf.com.br/index.php?r=noticias/view&id=226148>>.

quase 170 mil hectares apenas no extremo sul baiano), ocorreu após seis ocupações de fazendas da empresa pelo MST. A iniciativa para a empresa formar os integrantes do MST nas artes da agroecologia, agrofloresta e organização social, foi fomentada pela Esalq/USP, contando com o “decisivo apoio, do Governo da Bahia e do Governo Federal” (na época, ambos do PT).

Nesse projeto popular de país com sustentabilidade social e ambiental, a transnacional destinou no ano de 2011, em investimentos em comunidades, como os feitos no projeto de Assentamentos Sustentáveis em parceria com o MST, o montante de mais de 20 milhões de reais (FIBRIA, 2011). Os louros à **participação**, as benesses da produção de **alimentos agroecológicos** e da **agricultura familiar**, e o **objetivo de conquistar mais assentamentos modelos em agroecologia** são alguns dos valores compartilhados:

Os pontos mais importantes de todo esse processo são a conquista dos novos assentamentos, a decisão de se tornarem assentamentos exemplares de um projeto de agroecologia e sistemas agrofloretais para o Brasil e a construção de um Centro de Formação, Educação e Pesquisa em Agroecologia e Sistemas Agrofloretais. A sua importância estratégica para a agricultura familiar brasileira se tornará um símbolo para a construção participativa, pautada pelo diálogo transparente de um Brasil Sustentável (ibidem).

Percebe-se uma confluência no discurso dos diversos atores envolvidos. Para o pesquisador da Esalq/USP (Paulo Kageyama): “*Muda-se a relação entre capital e trabalho*”; conforme o presidente do conselho de administração da Fibria (José Penido): “*É um marco no convívio do agronegócio com a agricultura familiar*” e “*A estratégia é superar antagonismos e encarar os problemas historicamente agudos no sul da Bahia*”; já para o dirigente nacional do MST (Márcio Matos): “*Chegamos a um novo paradigma de negociação sobre passivos, diálogo que surgiu a partir de relações conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor*”¹²¹.

¹²¹ Respectivamente: Paulo Kageyama (pesquisador da Esalq/USP); José Penido (presidente do conselho de administração da Fibria); idem; Márcio Matos (direção nacional do MST). Cf.: Alianças inéditas. **Valor**, 23 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2760226/aliancas-ineditas>>. Essa estratégia “proativa” de “responsabilidade compartilhada” tem sido fomentada pelo governo federal em outras áreas, como na construção civil, no setor de cana-de-açúcar e de soja. As informações foram retiradas da imprensa empresarial e relatórios da própria Fibria. O site do MST chegou a veicular notícia do Ministério Público da Bahia no final de 2011, referente a um projeto de restauração florestal que seria implantado no extremo sul da Bahia, pela Suzano Papel e Celulose e Fibria Celulose, que teriam assumido compromisso por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com vistas a corrigir danos ambientais causados em áreas irregulares. Cf.: SUZANO e Fibria... **MST**, 06 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/12753>>.

Que antagonismo estaria sendo desarmado e que novo paradigma construído? Toda tática vem em função de uma estratégia, ela serve para um planejamento estratégico. Neste caso, que estratégias corresponderiam a essas táticas de aproximação com empresas transnacionais e que resultados imediatos elas têm tido na luta do MST?

A leitura de Paulo Albuquerque (2012)¹²², ex-militante do MST, é de que essas parcerias dão sustentação real à lógica adotada nos governos do PT de conciliação e composição de classes.

O governo Lula fez um discurso de que a tarefa dele não era assentar mais gente, mas melhorar os assentamentos que já existem, e o Movimento caiu nessa. Mas o fato é que teve políticas designadas para algumas experiências, para aquelas que o governo via como possibilidades de parceria com o agronegócio, de aproximação com o agronegócio. Então as experiências de assentamentos que deram certo são porque elas estão integradas. (...) As cooperativas de crédito, as cooperativas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o caso da Fibria, Pão de Açúcar, não é só uma questão de direção, claro que ela tem alguma responsabilidade, companheiros que defendiam a revolução comigo já não defendem mais e acham que o que tem aí é o máximo que a classe pode chegar, defende abertamente a conciliação de classes. Mas a mudança da consciência só foi possível porque as formas de organização da produção, as formas como a gente lidou com as nossas conquistas foram levando a isso. O processo de integração de algumas experiências de organização, a parceria com o agronegócio, as parcerias na atualidade com a grande indústria capitalista (...) Veja, a gente sempre enfrentou a Aracruz e a Votorantim, então o caso Fibria é emblemático (...) O grande discurso da esquerda pró-capital, desse campo do consenso, é que nós estamos num estágio da luta em que o instrumento de crítica ao capital é o diálogo com ele. Com isso o discurso da conciliação e composição de classe, que é um discurso muito forte, mas de alguma forma ele não pode ser só discurso, ele precisa ter sustentação real, daí essas parcerias cumprindo esse papel, mostrando que é possível.

Não é esta a opinião de Gilmar Mauro (2013)¹²³, da direção do MST, em relação às parcerias de comercialização ou de produção, como nos casos Pão de Açúcar e Fibria:

¹²² Cf.: entrevista ao autor, 19 dez. 2012, Campinas.

O negócio no sul da Bahia teve muita luta também, eu não sei ao certo a parceria que houve lá. Tá aí uma coisa que eu nunca fui atrás. Eu não vejo de uma forma que estaria prejudicando o MST em toda a sua ideologia, eu não vejo dessa forma, tem um monte de parcerias em assentamentos com empresas, num monte de lugares, nos assentamentos que plantam transgênicos, eu não fico de jeito nenhum contente com isso, mas a realidade local lá e as condições econômicas colocam isso. Mas isso não é uma coisa defendida na direção, são questões colocadas no cotidiano de cada realidade. O certo é que nós temos na Bahia a maior quantidade de acampados do Brasil. E os baianos trouxeram para dentro do MST um debate interessante, que eu respeito, que é a participação na institucionalidade, eu particularmente tenho o pé atrás, mas eles estão trazendo esse debate. Eles elegeram um deputado federal, tem alguém numa secretaria de governo, e estão trazendo esse debate para dentro do MST. Quer saber minha opinião? Vamos debater abertamente, sem preconceito, sem as mãos atadas, tática é tática. Para mim, se do ponto de vista de tática for importante participar e que isso traz acúmulo para a classe trabalhadora, não vejo problema nenhum (...) Eu sei de história que a turminha defende ('nunca mais vou votar na minha vida'), mas na hora que vai para a cadeia: 'ah como é bom um parlamentar'. Tem que ir fazendo luta e negociando com o governo, fazendo luta e negociando com o governo [porque não temos força para fazer diretamente a reforma agrária], quem não está vinculado a isso caiu no idealismo.

Na concepção de Arlete Santos (2013b), o MST na região da Bahia estaria passando de uma proposição política socialista – tal quais os objetivos presentes em sua gênese – para uma inserção no capitalismo, por meio de alianças com o agronegócio (notadamente a Fíbria): “Essa parceria é lamentável do ponto de vista da classe trabalhadora que acredita no ideário propugnado pelo MST de luta por transformações na sociedade, o que não será possível dialogando e fazendo parcerias com os capitalistas”. Mas, também, pela opção do MST no estado baiano pela via parlamentar como local privilegiado para estabelecer uma correlação de forças com a classe dominante, o que, de igual modo, seria possível verificar nacionalmente,

Pois é possível identificar a opção política que o Movimento fez no Estado, no sentido de apoiar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e assumir cargos burocráticos. Atualmente, existem vários militantes ocupando funções burocráticas e políticas do governo na Bahia e, a nível nacional o Movimento tem apontado

¹²³ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

para a via do diálogo com o governo, o que não tem contribuído para aumentar os assentamentos no país, ocorrendo, assim, uma institucionalização do Movimento e a fragmentação da luta dos trabalhadores sem terra, deixando para trás o objetivo do projeto histórico socialista para transformar a sociedade.

Um dos elementos subjacentes do paradigma do capitalismo agrário vem a ser o “pensamento consensual”. Este refere-se a uma forma de compreensão da realidade que não considera suas contradições, que, por sua vez, são produtoras de conflitualidades.

É um pensamento de cunho neoliberal que tem invadido muitos espaços e organizações populares, principalmente por meio das organizações não governamentais. Constroem cenários e procuram convencer os movimentos populares e as comunidades rurais de que devem procurar o desenvolvimento sustentável sem criar oposições. Outro trabalho intenso dessas ONGs é a integração - subalterna - completa das comunidades ao mercado (FERNANDES, 2013a, p. 219).

Tendo o mercado por essência, esta forma de pensamento tem sido fomentada por duas instituições multilaterais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. Seguindo esta premissa, o Deutsche Bank procura sustentar modelos de cooperação entre investidores e pequenos agricultores, por exemplo, com a garantia da compra da produção. Para o banco alemão, parcerias como essas têm o potencial de beneficiar a produtividade e reduzir a pobreza sem envolver transferência de terra e conflitos. Sem os conflitos e deixando de lado as boas intenções do banco, outro motivo anunciado por ele para atrair os investidores em terras agrícolas seria a perspectiva de lucro no longo prazo, diante da previsão de alta da demanda por alimentos e de seus preços. A projeção de retorno varia de acordo com a região, tipo da terra e cultivo, mas pode chegar a 20% na África e a até 30% no Brasil¹²⁴.

Quando analisamos a prática a partir dos acordos e convênios aqui explicitados, desvela-se exatamente uma lógica de não criar oposições “desnecessárias”, a partir da busca pelo desenvolvimento sustentável e pela integração ao mercado, como se observa nos

¹²⁴ Cf.: MOREIRA. Uma corrida por terra de emergentes. **Valor**, 16 nov. 2012. Também disponível em: [http://almocodashoras.blogspot.com.br/2012/11/uma-corrida-por-terras-de-emergentes.html?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed:+AlmooDasHoras+\(Almo%C3%A7o+das+horas\)](http://almocodashoras.blogspot.com.br/2012/11/uma-corrida-por-terras-de-emergentes.html?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed:+AlmooDasHoras+(Almo%C3%A7o+das+horas)).

casos de acordo com a Fíbria, o Pão de Açúcar e outras empresas capitalistas transnacionais¹²⁵.

Essa visão essencialmente integradora e conciliadora, de espaços e sujeitos sociais, não considera que o poder decisório de como um território será desenvolvido não é igualmente decidido. Se a tendência dominante dentro do MST for a de privilegiar os acordos e desenvolvimento da comercialização de mercadorias para a classe média em grandes lojas varejistas, não estaremos vendo a transformação de um movimento social que tinha por propósito a luta pelo socialismo, numa sindicalização de assentamentos que (ainda que isso possa ser importante como meio de defesa do trabalhador contra o capital), contribui para que indiretamente ocorra a consolidação de grandes burocracias atreladas aos trabalhadores rurais organizados? Talvez convenha lembrar, a esse respeito, a crítica de Rosa Luxemburgo (2011a) ao sindicalismo social-democrata defendido por Bernstein, a qual permanece mais atual do que nunca quando observamos as diferenças entre o sindicalismo capitalista do século passado e o atual.

Como vemos, busca-se envolver os movimentos sociais, ou o setor organizado da classe trabalhadora, numa cultura colaboracionista, com ações positivas que realizam intervenções não estruturais. Esta é uma estratégia dupla em que, por um lado, enquanto as empresas demonstram mundialmente em seus relatórios de sustentabilidade que negociam e formam parcerias com os movimentos e comunidades atingidas, ao mesmo tempo em que colocam na conta de seus orçamentos algum tipo de desenvolvimento social. E, por outro lado, os trabalhadores e militantes sem terra são mantidos sempre mobilizados, mas em micro-iniciativas, gestionando as pequenas demandas locais e pontuais, com vistas a que não se organizem de modo a ampliar os horizontes políticos e emancipatórios.

Contudo, esta não parece ser uma marcha unilateral, e dentro do MST uma amostra da dualidade que parece atravessar o Movimento é que, apesar dos acordos com a Fíbria, na Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina em 2013, mais de 1.200 integrantes da Via Campesina ocuparam uma área da Veracel Celulose, em Itabela, na Bahia, e mais 200 militantes ocuparam duas áreas da empresa de celulose Suzano em

¹²⁵ Convém também reparar na informação significativa de que cooperativas do MST, em 2012, expuseram diversos de seus produtos numa tradicional feira de exposição dominada por ruralistas, a *Expointer*. Cf.: AGRICULTURA familiar expõe seus produtos na Expointer e contrapõe agronegócio. **MST**, 06 set. 2012. Disponível em: < <http://mst.org.br/Agricultura-familiar-expoe-seus-produtos-na-Expointer-e-contrapoe-agronegocio>>.

Teixeira de Freitas (BA). Estas ocupações, realizadas após as parcerias com as empresas de celulose¹²⁶, seriam símbolo de contradições também no campo político do MST?

De acordo com Paulo Albuquerque¹²⁷, antigo militante do MST e que assinou a carta de saída da organização,

Têm dois grandes polos do MST, que eram os polos dinâmicos, os demais setores serviam para qualificar, para lhes dar sustentação. Sem o funcionamento dessas duas esferas as outras engrenagens iam parando, e era a frente de massas e o setor de produção. [Estes setores] estavam muito próximos, pois no estágio da luta que o Movimento se encontrava, tanto um quanto o outro precisavam de grandes enfrentamentos para avançar nas suas conquistas. Para conquistar o PROCERA era uma guerra, e quando o governo liberava o banco travava, então íamos lutar no banco. Havia uma dinâmica de luta muito grande nesses dois setores. Isso produziu a maior parte da militância crítica do Movimento, ela tinha um pé nesses dois setores. Da parte do capital havia um ataque muito grande, o que forçava o Movimento a criar formas de organização para reação.

As parcerias do MST com empresas capitalistas seriam o reflexo do desenvolvimento da contradição entre estes dois polos, entre a frente de massas (responsável por organizar as ocupações) e a frente de produção (encarregada das cooperativas nos assentamentos)¹²⁸?

O que chama a atenção em tais casos é uma possível contradição nas ações, entre por um lado, as manifestações que adotam uma postura de radicalização e crítica às empresas capitalistas transnacionais e, de outro lado, os diálogos e negociações das lideranças do MST com essas mesmas empresas. Entre a ação direta de confronto às transnacionais e a negociação com elas, para onde oscila o pêndulo do conflito de classes?

¹²⁶ Segundo dados da Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul Da Bahia (CEPEDES), nos últimos vinte anos, as empresas Veracel, Fíbria e Suzano se apropriaram de aproximadamente um milhão de hectares de terras só nessa região. Cf.: MULHERES Sem Terra ocupam três áreas de empresas de celulose na Bahia. **MST**, 04 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/14455>>.

¹²⁷ Cf.: entrevista ao autor, 19 dez. 2012, Campinas.

¹²⁸ É certo que a própria situação das cooperativas de produção, crédito e comercialização do MST carregam em si algumas contradições fundamentais por seu modo de inserção no sistema capitalista. Contradições que são reconhecidas pelo Movimento: “E vou te dizer a contradição que nossas cooperativas enfrentam, se a nossa cooperativa se der bem economicamente, virou capitalista, tá disputando mercado, se for mal, são um bando de incompetentes. Essa contradição nós vamos ter que enfrentar (...) Temos que ir lidando com elas, trabalhando com elas para que essa produção nos sirva como parte de um enfrentamento tático, ideológico, talvez à lógica do modelo (MAURO, 2013).

Qual destes polos estaria em melhores condições de desenvolvimento no interior das lutas do MST? E isto significaria, a longo prazo, o sufocamento da outra vertente?

4.2 Participação social

“*Participação social*”, termo que atualmente costuma ser muito bem aceito e utilizado amiúde, seja no espectro político da esquerda ou da direita, mas, exatamente por isso, ele encerra definições bem distintas, podendo significar uma prática social, um ato político, um procedimento pedagógico, uma aspiração emancipadora...

Devido a sua própria complexidade, talvez o MST possa constituir um elemento que permita visualizar a multifacetada relação entre participação, autonomia e negociação e as estreitas linhas que as separam da institucionalização e burocratização¹²⁹.

Como nos recordou Jair Pinheiro¹³⁰, devemos levar em conta o papel assumido pelo Estado na reprodução material das classes sociais no atual estágio do capitalismo. Deste modo, “o Estado se apresenta como legislador, agente da ordem, detentor do fundo público e representante do povo-nação” em qualquer frente em que os movimentos sociais atuem, o que complexifica muito uma possível questão da “cooptação” destes (termo, aliás, que pouco explica).

De fato, se pensarmos no MST e nas suas relações com o Estado, verificaremos que as táticas e estratégias do movimento respondem a determinadas conjunturas, de governos mais ou menos repressivos, com modos mais ou menos sutis de assimilação e recuperação de suas formas de luta, ao que correspondem mudanças nas políticas econômicas e agrárias.

¹²⁹ Marcelo Lopes de Souza (2012) faz uma distinção conceitual entre luta institucional e ação direta. A primeira se refere ao “(...) o uso de canais, instâncias e recursos estatais, tais como conselhos gestores, orçamentos participativos ou fundos públicos”. Enquanto a ação direta remeteria ao “(...) conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas *apesar do* Estado ou *contra o* Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais”, sendo que, de forma mais restrita (ou menos abrangente), a ação direta durante gerações tem sido denominada como “a atividade de luta armada, mas também de propaganda, agitação e organização, com a finalidade de promover a revolução social e eliminar a exploração de classe e o Estado que lhe dá respaldo”. Acrescentamos a essa perspectiva a percepção de Pannekoek de ação direta como método de luta entendido como ação dos próprios trabalhadores organizados sem a mediação das burocracias, ou seja, a autodeterminação dos trabalhadores em luta.

¹³⁰ Cf.: troca de correios eletrônicos na lista do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), 2011. Mensagem recebida por a.hilsenbeck@gmail.com em 30 nov. 2011.

A cada momento histórico corresponde um ciclo de lutas, que encerra em si determinadas formas, táticas e estratégias e as organizações que são apropriadas a elas. A dinâmica do conflito não cessa, tanto que em momentos de ascenso ou de refluxo das lutas dos trabalhadores, a classe capitalista se vê obrigada a dar uma resposta, que pode ser por meio da repressão ou assimilação (e, ainda, a combinação de ambas as modalidades e vias de passagem entre uma e outra forma) ¹³¹.

Concordamos com Galvão (2009, p. 11) quando afirma que:

Esse debate não pode ser traduzido em termos dicotômicos, numa polarização entre autonomia X institucionalização. Antes de mais nada, é necessário qualificar o que se entende por institucionalização. Ela compreende tanto a constituição de novas instituições (que tendem à burocratização à medida que se consolidam) quanto a participação em instituições já reconhecidas pelo sistema político. Nesse sentido, todo movimento social cria instituições e/ou se relaciona com as instituições políticas existentes, ainda que o faça de formas e em graus variados. O aspecto que nos parece central é a discussão sobre autonomia, para verificar se a relação com outras organizações e a participação nos espaços institucionalizados da política implica o abandono de sua plataforma reivindicativa e se comporta o risco de cooptação. Isso não significa associar automaticamente participação e cooptação. A participação não é por si só virtuosa, nem, de maneira oposta, a causa de todos os males. Por outro lado, a recusa à participação não é sinônimo de sectarismo e isolacionismo. É necessário avaliar a conjuntura em que ela se produz.

São as relações sociais capitalistas que definem, em larga medida, a quase generalidade das relações sociais. Isso ocorre pelo simples fato de que, para grande parcela da humanidade, o único acesso aos meios de sobrevivência se dá mediante a venda (formal ou não) da sua força de trabalho, ou por meio de uma luta (mais ou menos brutal) de resistência à implantação desse tipo de relação – entre os que possuem e os que não possuem os meios de produção.

¹³¹ Esta percepção dialética entre repressão/recuperação além de colocar em evidência uma perspectiva teórico-metodológica da luta de classes e dos processos de formação/desconstrução das classes dominadas (como BERNARDO, 2004; ALMEIDA, 2008-2009), também aponta para os dispositivos de controle do Estado sobre os movimentos sociais (TARROW, 1996). Costuma-se afirmar que a América Latina tem se constituído num laboratório de formas de contestação e resistências sociais, contudo, tal proposição geralmente não vem acompanhada de sua contraparte dialética, ou seja, de que o semicontinente também tem sido, de modo concomitante, local de experimentações de formas de aplacar e recuperar as insurgências.

Numa perspectiva de economia dos conflitos sociais, o capitalismo avançaria em sua reprodução e no desenvolvimento econômico a partir da assimilação das lutas de contestação, quer antisistêmicas quer reivindicativas, sendo que a simples repressão corresponderia à estagnação desse sistema. Transpondo este modelo para a gramática econômica das lutas sociais, teríamos na repressão pura e simples o equivalente ao conceito de mais-valia absoluta, enquanto a assimilação e recuperação da contestação, neutralizando os opositores, seriam análogas à extração de mais-valia relativa (BERNARDO, 2009). Nos conflitos concretos travados entre estes polos antagônicos, os capitalistas costumam valer-se da combinação desses dois elementos, repressão e assimilação¹³². No caso da conflitualidade no campo, isso significa que é a luta dos trabalhadores rurais que força o desenvolvimento da economia de mercado. “Não é por meio da subserviência do campesinato que acontece o desenvolvimento, mas sim por diferentes formas de enfrentamento ao capital. É esse paradoxo que alimenta o desenvolvimento da sociedade capitalista” (FERNANDES, 2013a, p. 202). Esta é a razão pela qual, “(...) no capitalismo desenvolvido as derrotas nunca são um esmagamento, mas uma recuperação, operada mediante a perversão dos temas da luta e a inversão do funcionamento das instituições nascidas dessa luta” (BERNARDO, 2009b, p. 249)¹³³.

Já afirmamos que entendemos política e economia como dois campos intensamente articulados, quando não fazem parte de um mesmo campo. Nesse sentido, apontamos elos que ligam o MST a instituições privadas, como as grandes transnacionais (inclusive do agronegócio), cabendo agora perceber, para uma análise mais acurada, que elos o vinculam a instituições governistas (e seus mecanismos financeiros).

No caso do MST, ainda que as grandes linhas políticas sejam formuladas centralmente, existe a necessidade de adaptá-las às realidades regionais e locais. Esta característica descentralizada não surge como princípio desde os primórdios do movimento, sendo antes fruto de um processo concreto, ou melhor, do fracasso prático de uma proposta que também atendia às dificuldades de dado momento histórico.

¹³² O que em termos gramscianos poderíamos assemelhar a coerção e consenso, tendo que destacar as formas em que se efetiva os consensos com coletivos inicialmente contrários à hegemonia dominante.

¹³³ As lutas dos trabalhadores para gerirem autonomamente a produção são um exemplo deste processo, que culminou na passagem do modelo de gestão fordista para o toyotista.

Em 1990, o então novo presidente do país redemocratizado, Collor de Mello, promoveu violenta campanha contra o MST e negou-lhe qualquer tipo de apoio oficial. Conforme Stédile (1999), o “batismo de fogo” do movimento se deu nesse governo (1990-1992), quando inclusive se acreditou que, caso o governo durasse os quatro anos previstos, devido à fragilidade inicial do MST, o Movimento poderia ter se extinguido.

O elemento relevante a sublinhar é que com o governo Collor tem início o processo de implantação de políticas neoliberais no país. No caso específico de repressão ao MST, esse governo se valeu da restrição das políticas públicas para a agricultura (créditos, assistência técnica etc.), do fechamento do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, esvaziamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, repressão ao Movimento por meio da Polícia Federal – com invasão das secretarias estaduais, apreensão de documentos, prisões e instalação de processos judiciais contra as lideranças. Tudo isto se refletiu numa queda acentuada no número de ocupações.¹³⁴ Contudo, essas táticas não foram monopólio desse governo, e serão repetidas em vários momentos, com dosagens distintas, por *todos* os governos posteriores.

Tendo que sobreviver numa conjuntura defensiva e quase exclusivamente com recursos próprios, a ideia básica de muitos assentados de estabelecer pequenas agroindústrias para eliminar o intermediário na venda dos produtos agrícolas dava espaço para estratégias de “economia de guerra”, tal qual realizadas em Cuba. Deste modo, estabeleceram-se algumas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), de pequeno porte. A partir do encontro sobre cooperativas, em junho de 1990, anunciou-se a coletivização da produção, com o intuito de resistir política e economicamente mediante o desenvolvimento do MST independente do Estado. Tendo por base a rede de CPAs, a finalidade era realizar grandes ações produtivas para o mercado, mecanizando todas as atividades possíveis para atingir economias de escala, reduzindo, portanto, a agricultura de subsistência.

Foi recomendado aos assentados que abrissem restaurantes comunitários e creches, para economizar o tempo das mulheres com a cozinha e filhos. A direção achava que, trabalhando e vivendo de forma coletiva, as famílias rapidamente iam desenvolver uma

¹³⁴ De 80 para 49 ocupações de 1989 para 1990, envolvendo, respectivamente, de 16.030 para 8.234 famílias.

“consciência socialista” e, quase da noite para o dia, construiriam um sistema socialista (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 133).

Esse processo foi levado a cabo sem basear-se nas experiências anteriores e no cotidiano das pessoas assentadas, buscando reproduzir o modelo cubano¹³⁵, mas sem os subsídios soviéticos. Ainda assim, foi criada uma grande estrutura organizacional como suporte a essa estratégia, mas isto não impediu que houvesse forte resistência por parte da base de camponeses assentados, seja por questões ideológicas ou mais pragmáticas:

Falaram pra gente só plantar soja nas terras da gente [...] Mas a gente sabia como era cara a comida nos supermercados. Não adiantava nada pra gente, ganhar a terra e não usar para plantar comida. A gente achava que cada família deveria ter uma área pequena para própria subsistência. Os militantes não gostavam muito disso, mas insistimos [...] Nossa cooperativa sobreviveu porque nunca faltou comida. Sem nossos lotes, tudo teria sido mais difícil (Omar Zamarchi, da Copatrisul, no Rio Grande do Sul apud BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 134-135).

Essa experiência bem-sucedida da Copatrisul não foi a regra, pelo contrário. Ao tentar perseguir o modelo de grandes fazendas, mas sem o (constante) apoio governamental, não foi possível ao MST gerar capital suficiente para financiar seu próprio desenvolvimento e faltou trabalho nos assentamentos, forçando as pessoas a procurarem emprego de diaristas nas fazendas vizinhas.

Diante dessa paradoxal situação, em que os trabalhadores que haviam lutado por terra estavam a voltar às mesmas condições de antes de sua aquisição, a direção do Movimento, em dezembro de 1994 – após um diagnóstico nos assentamentos, e diante de novas circunstâncias políticas que se abriam com o governo de Fernando Henrique Cardoso – apresenta um plano de ação, admitindo erros e propondo mudanças na estratégia. A política agrária de FHC também será induzida pelas fortes mobilizações do MST e, notadamente, a repercussão nacional e internacional dos massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996).

¹³⁵ Que por si já era degradante ecologicamente, o que problematiza o mito dos camponeses como “inerentemente ecológicos”. Para uma desconstrução dessa perspectiva, consultar o trabalho de Simone Barbanti (2006), no qual a autora, através de pesquisa de campo em alguns assentamentos, constata que nestes a preocupação ecológica era mais acentuada não nos formados exclusivamente por pessoas que mantiveram laços de relação com a terra, mas ao contrário, nos que eram formados por assentados que tiveram algum tipo de experiência de vida nas cidades.

Nesse governo, o Movimento intensificará as mobilizações de massa para reivindicar do Estado créditos agrícolas e subsídios, bem como infraestrutura como estradas, eletricidade, escolas, postos de saúde. Ou seja, reivindicando reformas sociais a partir de recursos públicos, em vez de ilhas socialistas de produção no meio do capitalismo. Apesar das CPAs permanecerem no horizonte (para setores da direção e da militância), enquanto modelo organizacional das cooperativas, a lição extraída dessa experiência é que elas não poderiam ser implementadas em qualquer condição, menos ainda de cima para baixo e uniformemente em todo o país. Conforme Stédile,

Hoje em dia não temos um modelo pronto para nada. Cada vez que tentamos fazer isso, falhamos. Hoje, desenvolvemos ‘princípios diretivos’, mas deixamos a cada Estado, ou a cada assentamento, decidir como e quando devem implementar esses princípios (apud BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 136).

Contudo, no final de 1998 o governo FHC adotará a estratégia de reedição do modelo de ajustamento externo que consiste em gerar saldos de comércio exterior para suprir o déficit em conta-corrente. Tal qual a política do período 1983-1993, nela terão papel central os setores primário-exportadores, relançando a estratégia do agronegócio (associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, *sob mediação do Estado*, realizando uma aliança estratégica com o capital financeiro).

Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isso ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente [...] (DELGADO, 2010, p. 93) ¹³⁶.

Em 2001, pela primeira vez desde 1994, a balança comercial brasileira apresenta superávit, sendo um dos seus principais responsáveis a exportação de produtos agrícolas. A partir de então, fica nítido que a prioridade da política neoliberal para a agricultura se dará pela grande exploração agropecuária que produz para o mercado externo, em detrimento do mercado interno e, conseqüentemente, em prejuízo da pequena produção agrícola de alimentos para o mercado nacional.

¹³⁶ Delgado (2010) irá caracterizar este momento como de “expansão estrangida”, não apenas da economia agrária, mas do conjunto da economia nacional, em que o crescimento econômico do agronegócio e de outros setores exportadores não é acompanhado de um encadeamento dinâmico à demanda interna, pois três restrições essenciais se impoem à economia: a restrição da demanda interna de bens e serviços; a limitação das oportunidades de emprego; e a manutenção de amplas áreas de terras improdutivas.

A mudança na orientação econômica para a agricultura virá acompanhada da mudança nas formas de tentativa de contenção dos movimentos populares rurais, notadamente o MST.

A partir da redemocratização brasileira e das eleições presidenciais, os movimentos camponeses enfrentaram alguns momentos claros de grande refluxo na luta pela terra: durante o governo Collor, em que “[...] o Estado reprimiu violentamente o MST, invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversas regiões do país” (Fernandes, 2010, p. 170); de 1999 a 2002, no segundo mandato de FHC, quando ele muda a estratégia em relação à questão agrária e passa a adotar uma política “[...] mais repressiva, criminalizando a luta pela terra, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma política de mercantilização da terra” (FERNANDES, 2010, p. 171), criando engodos de reforma agrária formulados pelo Banco Mundial¹³⁷; encerrando políticas de crédito especial e corte de verbas para os assentamentos, o que fez com que a maioria destes não tivessem nem infraestrutura básica e nem crédito agrícola para investimento; também ocorreu a judicialização da luta pela terra, com prisões preventivas de lideranças sem-terra, como na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo (o que, aliás, como outras coisas, se repetirá durante os governos Lula).¹³⁸

A partir do recrudescimento aberto da repressão contra os movimentos sociais no segundo governo de FHC, a luta do MST foi marcada pela defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos, tendo por inimigos os tradicionais grandes proprietários rurais, o governo federal do PSDB e, a partir de então, também as multinacionais de biotecnologia e as grandes indústrias produtoras de alimentos. Assim, embora a luta por novos assentamentos tenha permanecido, em grande medida ela se deslocou para o crédito agrícola, renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, além de ser direcionada também contra os transgênicos e insumos químicos, com vistas a tentar superar as dificuldades crescentes de viabilidade econômica e sobrevivência dos assentamentos rurais conquistados.

¹³⁷ Como por cadastro via correio e internet.

¹³⁸ Como ocorreu nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul e Pará. Cf.: CAMPANHA pela libertação imediata dos presos políticos do MST. **MST**, 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/9073>>; Cf.: Moção do MST acerca dos camponeses presos e torturados na Paraíba. **MST**, 23 maio 2009. Também disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=4026>>.

Numa linha explicativa que não é diametralmente oposta à explicitada acima, identifica-se nos créditos das políticas públicas para a agricultura familiar o processo de arrefecimento do radicalismo e anticapitalismo do MST. João Bernardo (2012a;b;c) procurou mostrar como o MST passou de uma primeira fase (1984-1995) em que defendia as CPAs e as agroindústrias a um processo no qual abandona a estratégia de desenvolvimento de CPAs alicerçadas na industrialização agrícola e adota a agricultura familiar. Esta estratégia seria ditada pelo governo FHC quando bloqueou e posteriormente extinguiu o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (ProCera), substituindo-o pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que, por sua vez, terá impulso extraordinário nos governos de Lula e Dilma¹³⁹. Para este autor,

A apologia da agricultura familiar e a agroecologia surgiram no MST sobre os escombros do cooperativismo e da produção colectiva (...) ao iniciar a nova linha de promoção da agricultura familiar e ao pressionar neste sentido a direcção do MST mediante os créditos do Pronaf, Fernando Henrique Cardoso obteve um notável triunfo estratégico” (BERNARDO, 2012b).

Êxito estratégico que – proporcionalmente ao aumento dos subsídios – teria feito com que a luta pela terra passasse a ser sinónimo (para o MST) de disputa pela obtenção de créditos, o que veio acompanhado do papel de relevo adquirido pelo mercado agroecológico.

(parêntese sem veneno: agroecologia, que tipo de alternativa?)

Neste quesito da agroecologia, levantaremos apenas algumas questões.

Uma delas se refere ao emprego da força de trabalho. É interessante reparar com atenção na entrevista de Jean Marc Von Der Weid (2012)¹⁴⁰, pois demonstra bem como a implantação de um modelo de desenvolvimento baseado na agroecologia exigirá um emprego de grande quantidade de mão-de-obra não assalariada e intensamente especializada, com dedicação praticamente exclusiva e nível de mecanização extremamente

¹³⁹ Conforme mostrado no segundo capítulo.

¹⁴⁰ Economista que participou da Eco 92, atualmente coordena as políticas públicas da ONG Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) e é membro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

baixo, para atender à necessidade da produção mundial. Ele estima que, no caso dos EUA, aos atuais 2 milhões de agricultores, necessitariam se somar mais 36 milhões.

Essa análise da necessidade, com o atual padrão tecnológico, de multiplicação do esforço do agricultor também é compartilhada pelo dirigente do MST, Gilmar Mauro (2013)¹⁴¹. Este último fato é uma das dificuldades em levar o projeto da agroecologia para as bases do Movimento.

Eu já puxei o arado, fazendo as vezes do *burrinho*, o trabalho agrário é muito penoso e de uma rentabilidade muito pequena. No Pontal do Paranapanema [em SP], você vai produzir sem agrotóxico e com agrotóxico e recebe o mesmo preço [pela mercadoria], [só que] sem agrotóxico vai ter que cuidar na enxada, capinar (...) o veneno te diminui o tempo de trabalho. Porque toda a lógica da produção agropecuária é determinada pelo mercado capitalista. Um agricultor para sobreviver trabalha 14h, 16 horas por dia. É a compensação a mais que ele dá para sobreviver no mercado [capitalista]. (...)

O trabalho no campo é muito bruto. É necessário pensar numa proposta agroecológica, [e isto] é pensar novos paradigmas tecnológicos de produção que diminuam a penosidade do trabalho agrícola, que aumentem a produtividade, o tempo livre dos camponeses, porque senão ninguém mais vai querer trabalhar na agricultura. No entanto, não temos isso, temos no grande complexo agroindustrial, mas não para o pequeno agricultor. Tem que repensar o modelo de produção agropecuário brasileiro em sua totalidade, com grandes investimentos em pesquisa, tecnologia e assistência técnica, voltados para essa perspectiva.

Para além dos impactos fatigantes no árduo trabalho agrícola, o coordenador da ONG Agricultura Familiar e Agroecologia ainda alerta para a vinculação da agroecologia a nicho de mercado, que, voltado para o maior lucro possível, transforma-se num sistema de produção em que poucos agricultores produzem e vendem para poucos consumidores. “O sistema de agricultura orgânica no mundo padece desse impasse, porque o sistema de regulação, de certificação, é um sistema de produção de mercado em muitos lugares” (WEID, 2012). Este traço dos produtos agroecológicos como nicho de mercado de alto valor agregado, voltado para os setores da sociedade com maior rendimento financeiro, é a aposta de alguns setores do capitalismo, como mostramos no caso do Pão de Açúcar.

¹⁴¹ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

Ressaltar esse aspecto de inserção capitalista no projeto de alimentos agroecológicos é importante porque, como reconhece Gilmar Mauro (2013),

(...) não dá para criar a ilusão de que a agroecologia seja socialismo (do que nos diferenciaria numa perspectiva ideológica) (...) tem ingredientes para combater as grandes agroindústrias, mas quando der muito dinheiro é evidente que a burguesia vai investir nisso, como investe no açúcar orgânico etc. (...) é uma produção voltada precisamente para quem tem dinheiro. (...)

No entanto, isso não significa que o MST não entenda na agroecologia a possibilidade de avanços e apostas táticas.

(...) é um ingrediente tático até, de ir trabalhando a partir do debate, desse debate da agroecologia que tipo de comida a humanidade vai querer comer amanhã, para fazer um debate sobre toda a lógica da produção mercantil capitalista, porque tudo vira mercadoria (...) é uma produção destrutiva para a humanidade, então é preciso repensar todo o modo de produção capitalista. Então, na agroecologia, um viés desse questionamento que te dá um exemplo: bonito ter um arroz orgânico na gôndola do supermercado, até para ter o apoio de certos setores da classe média, ótimo, mas através do quilo do arroz orgânico você abre o debate em várias escolas etc., onde eu particularmente tenho discutido como é que funciona o capitalismo, eu começo minhas aulas por aí, para discutir a lógica de funcionamento do sistema. Eu não sou um apaixonado pela agroecologia como alternativa para a humanidade, mas um pouco nessa perspectiva, que é um contraponto real, concreto que você faz à lógica de produção.

Se o debate ficar só na defesa dos orgânicos e contra os agrotóxicos, não ajudou muita coisa, até ajudou, a evitar que se use tanto veneno na alimentação. O ideal é que se pegue esse gancho para discutir o modelo de produção capitalista (...) porque se não avançar nessa perspectiva de como funciona o capitalismo não vai servir muito. Nós podemos adequar os assentamentos e produzir uma série de produtos agroecológicos, tirar um monte de fotos, a classe média vai ficar feliz e visitar, ótimo, mas isso não resolve nosso problema.

Desse modo, novamente uma contradição se instala no interior do Movimento, e quanto menos teor crítico houver na aposta no projeto da agroecologia, tanto mais serão favorecidas as tendências de integração ao sistema.

Um debate que anda paralelo – e igualmente pode pender para ambos os espectros políticos – é o da agroindustrialização da produção dentro dos assentamentos. Ela pode se limitar ao ganho de valor agregado da mercadoria, ou à busca de formas

alternativas e eficazes de aumento da produtividade, aliviando a carga do trabalho pesado e liberando o trabalhador agrícola para o desenvolvimento de outras potencialidades. Potencialidades que não poderão ser liberadas se a produção for um regresso a formas e métodos passados, o que pode ser interessante para o final de semana de um militante urbano que foi conhecer um assentamento do MST, mas seguramente não é para o camponês, que tem na produção sua renda.

O componente que ainda parece faltar nessa discussão é o da pesquisa tecnológica, em distintas áreas do conhecimento. Enquanto esse ingrediente não for desenvolvido, a tendência é que a discussão fique restrita a sua dimensão ideológica, muito pouco embasada cientificamente, reproduzindo certa polarização entre o “bem” e o “mal”, o que costuma ter consequências dramáticas.

De todo modo, para além da questão específica da agroecologia, caberia saber se a mudança no norte do MST, compreendida de modo mais amplo, corresponderia às pressões das bases assentadas, numa alternativa de formas menos conflituosas de acesso a créditos e escoamento da produção, ou se foi um caminho definido pela direção e coordenações.

A postura “defensiva” do MST para preservar as conquistas dos assentamentos pode ampliar o isolamento político dos setores mais anticapitalistas no interior do próprio MST. É uma situação na qual o movimento corre o risco de ver-se enredado num círculo vicioso, pois, como adverte Coletti (2002), ater-se à luta econômico-reivindicativa (como o é a perspectiva isolada de desenvolvimento dos assentamentos por uma ótica de mercado) nos quadros da ordem capitalista vigente, neoliberal, torna em grande medida essa luta inócua. Sabemos que a luta política antissistêmica é dificultada quando transformações mais profundas não estão na ordem do dia, ainda mais quando a possibilidade de alianças políticas é escassa, haja vista a moderação no discurso, e, especialmente na prática, da esquerda nacional, cada vez mais alinhada a um projeto de desenvolvimento capitalista.

No entanto, a forma política adotada pelo MST (demandando direitos que dependem da sanção do Estado para sua efetivação) irá fazer com que ele se torne,

[...] ao longo das últimas décadas, um dos exemplos mais reveladores de que não há como se trabalhar, no Brasil, com as categorias de Estado e sociedade civil de forma dicotômica.

Mobilizando concomitantemente pessoas comuns e funcionários públicos, esse Movimento alterou profunda e definitivamente a história das ações coletivas em todo o país (ROSA, 2010, p. 477).

De fato, o MST faz diversas reivindicações ao Estado, como melhores condições para os assentamentos, educação, saúde e crédito. Conforme Sigaud (2010, p. 254) “[...] a dinâmica das ocupações é tributária da política de Estado. Sem ela, os movimentos não teriam esperanças fundadas a oferecer a seu público-alvo e encontrariam dificuldades para reunir as pessoas para as ocupações”¹⁴².

Contudo, considerar a existência e a importância dessa relação entre movimento social e Estado não significa deixar de problematizá-la. Até que ponto o movimento não perde a sua capacidade de autonomia política e decisória? Em que momento os valores emancipatórios podem ficar mais rarefeitos em nome de um pragmatismo que busca desenvolver economicamente os assentamentos? Em que medida as relações do Movimento com o governo podem aprofundar essa perda de autonomia ou o enraizamento do pragmatismo?¹⁴³

¹⁴² Aliás, o MST influenciou a forma e o repertório de protesto de uma série de movimentos sociais. No caso da reivindicação de políticas públicas, sobretudo no tocante aos serviços básicos e infraestruturais, este é um traço generalizado no conjunto dos movimentos sociais rurais. Para as organizações camponesas de mais de 30 países reunidas no México pela Via Campesina (em setembro de 2012), a luta por políticas públicas em todos os seus níveis (do regional ao nacional) é um passo relevante para a melhora das condições de vida no campo. No entanto, cabe observar que, sobretudo, a demanda por políticas públicas recai sobre os serviços e infraestruturas básicas, como saúde, educação, moradia etc. Cf.: LA Via Campesina insiste en la necesidad de políticas publicas para el campo. **CLOC**, 04 out. 2012. Disponível em: <<http://www.cloc-viacampesina.net/es/temas-principales/soberania-alimentaris-y-comercio/1279-la-via-campesina-insiste-en-la-necesidad-de-politicas-publicas-para-el-campo>>.

¹⁴³ Neste ponto, talvez convenha comparar com a argumentação do assessor de comunicação do MST, Igor Felipe, quando da mudança da presidência do Incra no final de 2012, que já indicava políticas de consolidação dos assentamentos em vez da criação de novos (como se ambas as coisas fossem excludentes). “Esconder a defesa do latifúndio, evitando desapropriações, em nome da melhoria da situação das famílias já assentadas é uma hipocrisia, mau caratismo, ignorância ou adesão simples aos interesses dos fazendeiros que monopolizam a propriedade da terra. A lógica do novo presidente do Incra representa dizer aos sem moradia da cidade que esperem melhorar as reformas das casas que já existem para, somente depois, investir na construção de novas casas.” Cf.: IGOR Felipe... **VIOMUNDO**, 24 set. 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/igor-felippe-o-incra-e-a-vibracao-dos-zeladores-ideologicos.html>>. Tal acusação de hipocrisia, mau caratismo, ignorância ou simples adesão aos fazendeiros também seria extensível a Dilma e seu governo, para além do novo presidente do Incra? Stédile (2013d), por exemplo, parece querer, uma vez mais, poupar a imagem da presidência do PT, preferindo apontar os técnicos de escalões inferiores do governo. “Ultimamente, inventaram até que seria muito caro assentar famílias, que é necessário primeiro resolver os problemas dos que já têm terra, e os sem-terra que esperem. Esperar o quê? O Bolsa Família, o trabalho doméstico, migrar para São Paulo? Presidenta Dilma, como a senhora lê a **CartaCapital**, espero que leia este artigo, porque dificilmente algum puxa-saco que a cerca o colocaria no clipping do dia”.

Como dissemos em outro momento, as eleições de partidos de esquerda possuem um potencial maior de recuperação e assimilação (e não somente de repressão) das lutas sociais.

O capitalismo só consegue governar recuperando esquerdas, a direita sabe mandar policiais e reprimir, mas não sabe desarticular os movimentos. Para saber desarticular os movimentos é preciso um presidente da República que tenha sido dirigente sindical, que esteja rodeado de antigos sindicalistas, de assessores que pertenceram a este movimento. Aí você consegue desarticular um movimento (BERNARDO, 2008).

Na mesma linha argumentativa, Zibechi (2012) identifica os governos progressistas como mais aptos para lidar com as resistências sociais, pois aqueles provêm destas e possuem maior legitimidade para ação. Isso seria fundamental para o capitalismo num momento em que haveria certa deslegitimação do modelo neoliberal de privatizações e em que se impulsiona o modelo extrativista, de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005).

A mudança que se produziu nas equipes de governo incide numa maior estabilidade, não apenas por razões políticas mas também sociais. Uma recente pesquisa sobre a elite dirigente do governo Lula, integrada sobretudo por cargos de confiança política, conclui que se trata de um grupo com elevada instrução e experiência profissional. No entanto, o mais relevante é que essa elite tem ‘uma grande participação sindical, partidária e associativa’, que ‘a metade está filiada a sindicatos e um quarto ao PT’ e que tem ‘vínculos muito fortes com associações profissionais e movimentos sociais’. Este setor que proveio dos movimentos populares e sociais, agora faz parte do aparato estatal. (ZIBECHI, 2012, p. 67-68)¹⁴⁴.

Não queremos com isso afirmar que para evitar tal risco de assimilação o ideal seria a eleição de partidos de direita. Até porque as opções políticas não se restringem a votar em A ou B, em apoiar este ou aquele partido eleitoral. O que gostaríamos de sublinhar é que a análise precisa ser mais profunda, fugindo de uma dicotomia pura, no campo político eleitoral (cada vez mais falsa) entre governos de direita e governos oriundos da esquerda, tendo que compreender as formas e as consequências que assumem determinadas políticas governamentais. E, ainda, qual a capacidade de confrontação política de se adotar

¹⁴⁴ A referência utilizada por Raul Zibechi é a pesquisa de Maria Celina Soares D’Araújo (2010).

a eleição como estratégia ou tática, ou como via única de estratégia e tática. Gilmar Mauro (2013)¹⁴⁵ indica que a opção privilegiada da esquerda pelas eleições é fruto do fracasso das experiências de outras formas de luta de décadas passadas

Agora, você pega todas as experiências da esquerda latino-americana, em certo sentido, foram para o espaço, e por isso que veio com força a ideia de eleição. Você pega o processo nicaraguense, guatemalteco, de El Salvador, experiências de guerrilha das FARC, mais recentes da Argentina, hoje o negócio é a eleição, e a esquerda foi para essa como tática e estratégia principal. Inclusive a eleição, vamos ter que debater qual o [seu] papel. Tem sentido? É uma perda de tempo? Mas a classe [tem que] participa[r]. Esse é um balanço que deve ser feito. Não cabe mais guerrilha na atualidade? A nova célula de uma possível luta é a periferia das cidades? Tudo isso deve ser debatido.

Apesar de algumas políticas executadas pelos governos serem conquistas das lutas sociais de esquerda, isto não significa que elas não possam passar por um processo em que reformulem os modos de dominação. Com governos oriundos da esquerda as classes dominantes possuem bases mais sólidas que possibilitam ramificações – de maior ou menor envergadura – no interior das classes trabalhadoras e de suas organizações. Neste sentido, as três eleições vitoriosas do PT para o executivo nacional estão no cerne do que muitos identificam ser uma possível crise dos movimentos sociais de forma mais ampla e, particularmente, do MST¹⁴⁶.

Uma interpretação dessa complexa situação é fornecida pelo presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Gerson Teixeira (2012), que entende que o MST se encontra numa posição difícil, diante da hegemonia absoluta do agronegócio nos governos do PT.

Não pode aceitar essa estratégia que vem desde 2003, mas não pode se insurgir contra os aliados sob pena de várias consequências no campo institucional, inclusive, a de ficar vulnerável à sanha da direita pela criminalização das lideranças do Movimento. Como alternativa ao arrefecimento da luta pela terra, o MST passou a combater fortemente o agronegócio. No entanto, ainda que refletindo diagnóstico tecnicamente correto, no plano político essa reorientação das lutas não acumulou ao ponto de impor qualquer

¹⁴⁵ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

¹⁴⁶ O que poderia se identificar, num processo mais amplo, como uma crise das instituições organizativas da classe trabalhadora, para além dos movimentos sociais, também representada pelos partidos e sindicatos.

ameaça ao agronegócio. Tanto que, por exemplo, nos anos recentes passamos a liderar o consumo mundial de agrotóxicos.

Junto ao PT e demais organizações do campo da esquerda, o MST lutou de modo fecundo em defesa da reforma agrária e contra as políticas dos governos FHC, no ápice do projeto neoliberal. Como veremos mais adiante, ainda que a política de reforma agrária de mercado propugnada pelo Banco Mundial não tenha sido derrotada, seguramente foi desacelerada num primeiro momento (adquirindo nova roupagem para velhos contornos) e, no campo do discurso, relegada a segundo plano. Assim, através das lutas e mobilizações populares, em que o MST teve papel crucial,

(...) ao longo dos oito anos de governos FHC, a aplicação do instrumento da desapropriação para fins sociais foi preservada quando se analisa a matéria sob os seus parâmetros historicamente limitados. Nesses oito anos, 3.532 imóveis com área de 10.3 milhões hectares foram objeto de Decretos desapropriatórios, enquanto que nos oito anos seguintes esses Atos alcançaram 1990 imóveis e área de 4.3 milhões hectares. Em contrapartida, de 2003 a 2010, as políticas de estímulo produtivo e de proteção da renda dos agricultores familiares não encontraram paralelo na história do Brasil. Contudo, **em matéria de reforma agrária, na restrita forma aplicada no Brasil, ‘bons tempos’ aqueles do neoliberalismo.** Afinal, a densidade das lutas populares conseguiu barrar a escala pretendida para a reforma agrária de mercado e, em que pese as suas deformações políticas, esta tinha uma dimensão redistributiva à medida que culminava com a transferência, para os camponeses, de terras das grandes propriedades (TEIXEIRA, 2013, grifos nossos).

Diante dessa situação e impasse, para qual lado do fio da navalha pende o MST¹⁴⁷?

Outra questão decorrente do atual momento de reprodução do capitalismo e que se conjuga com os tipos de respostas dos governos e as reações dos movimentos sociais consiste na relação orgânica entre reprodução expandida e processos violentos de espoliação, que moldam a geografia histórica do capitalismo. A continuidade e persistência

¹⁴⁷ Que das 150 mil famílias acampadas no Brasil, organiza 90 mil, isso sem considerar o peso e a influência política que o MST exerce na sociedade. Cf.: MST cobra criação... MST, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/mst-cobra-cria%C3%A7%C3%A3o-de-assentamentos-e-denuncia-a%C3%A7%C3%A3o-do-poder-judici%C3%A1rio>>.

das práticas de acumulação “primitiva”, ou de acumulação por “espoliação”, fazem com que o capitalismo atualize e expanda o processo de mercantilização ou crie mecanismos inteiramente novos de mercantilização: biopirataria, direitos de propriedade intelectual, cultural, criatividade intelectual, bens naturais etc. Esta configuração do capitalismo contemporâneo leva a que a dinâmica das lutas sociais anticapitalistas se desenvolva tanto contra a acumulação por espoliação, quanto no âmbito da reprodução ampliada, interligando intimamente as duas formas de luta. Contudo a esquerda se concentrou por muito tempo numa ação política derivada unicamente do local de trabalho, considerando, assim, secundárias ou irrelevante as outras dimensões (HARVEY, 2005, p. 140). Isso ajuda a explicar, parcialmente, a situação de descompasso entre as formas de organização da esquerda para combater o capitalismo atual, dividindo lutas que se unificam sob o aspecto mais amplo de reprodução do capital, levando assim ao enfraquecimento e limitando os impactos de sua ação social.

4.3 Permanências e continuidades: governos e conflitos agrários

O governo FHC, já no processo de reversão da política econômica agrária, editou a **Medida Provisória 2027/38** que **proíbe a vistoria pública de áreas ocupadas** pelo prazo de dois anos subsequentes à ocupação, sendo a vistoria o único critério aceito pelo poder Judiciário para acolher ações de desapropriação impetradas pelo Executivo. O governo Lula, por sua vez, se recusou a reverter essa medida.

Apesar de suas promessas pré-eleitorais, o governo Lula também não atualizou os **índices de produtividade agrícola**, que remontam aos dados do censo de 1975, não obstante o aumento de produtividade e o local ocupado pelo país como exportador de produtos agrícolas. O resultado dessa política é restringir a oferta de terras disponíveis para a redistribuição agrária.

O governo Dilma, que, como reconhece João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, não fez menção à reforma agrária na campanha e nem no discurso de posse¹⁴⁸, avançou, em sentido inverso, com a reestruturação do Incra, a “emancipação

¹⁴⁸Cf.: INCRA definirá compra de áreas para assentamento. **Estado de S. Paulo**, 19 set. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,incra-definira-compra-de-areas-para->

compulsória” dos assentamentos e outras medidas paralisantes, como o teto para indenização de imóveis rurais desapropriados, como já assinalamos no segundo capítulo.

No tocante à **reforma agrária**:

Parte considerável da área incorporada à reforma agrária [no governo Lula] são terras de florestas nacionais e reservas extrativistas localizadas na Amazônia [...] Uma parte importante das famílias beneficiadas nesse governo [Lula] foi assentada em assentamentos já existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas (FERNANDES, 2010, p. 191-192).

O que coincide com artimanhas estatísticas realizadas no governo FHC. No governo Lula a reforma agrária foi realizada, sobretudo, através da regularização fundiária (74% da área dos assentamentos), com a desapropriação respondendo a pouco mais de 10%¹⁴⁹.

A **violência** no campo atingiu patamares equivalentes, e mesmo superiores aos outros governos¹⁵⁰. Durante o primeiro ano do primeiro mandato de Lula, a CPT registrou um aumento de 70% no número de assassinatos de trabalhadores. A **judicialização** do conflito prosseguiu¹⁵¹, inclusive com prisões “preventivas” de lideranças; a tentativa de criminalização dos sem terra não foi menor do que em épocas passadas¹⁵²; permaneceu a

[assentamento.774270.0.htm](#)>. O tema da reforma agrária só foi suscitado após as mobilizações do MST em agosto de 2011, em que se passou a discutir um plano de assentamentos. Isso reforça o vigor das mobilizações como modo de pautar as políticas governamentais.

¹⁴⁹ DATALUTA (2011).

¹⁵⁰ Considerando-se diversos indicadores, como assassinato, tentativa de assassinato, ameaça de morte, tortura, agressão física e prisão. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), como faz anualmente, lançou o relatório "Conflitos no Campo Brasil 2012" e constatou um aumento geral da violência no campo no Brasil. De acordo com o relatório, houve um crescimento de 24% nos assassinatos em relação a 2011 (de 29 para 36), de 51% nas tentativas de assassinato (de 38 para 77) e de 11,2% no número de trabalhadores presos (de 89 para 99) (CPT, 2013). Não apenas a persistência da violência no campo, mas a sua intensificação é reconhecida pelo MST. Cf.: MST cobra criação de assentamentos e denúncia ação do poder judiciário. **MST**, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/mst-cobra-cria%C3%A7%C3%A3o-de-assentamentos-e-denuncia-a%C3%A7%C3%A3o-do-poder-judici%C3%A1rio>>.

¹⁵¹ Esta forma de conflito também ocorre com o Judiciário paralisando por anos os processos de desapropriação. Em 2013 das 531 áreas em processo, 237 estavam paralisadas por ação jurídica. Cf.: JUDICIÁRIO impede a desapropriação de 237 áreas e o assentamento de milhares de famílias. **MST**, 16 maio 2013. Disponível em: <<http://mst.org.br/Judiciario-impede-a-desapropriacao-de-237-areas-e-o-assentamento-de-milhares-de-familias>>.

¹⁵² Basta lembrar a campanha orquestrada pela mídia corporativa em torno da destruição de alguns pés-de-laranja da fazenda da empresa Cutrale, a mesma mídia que não teve comoção igual seja pela suspeita da Cutrale ter grilado terras públicas ou sob a acusação dela realizar prática de cartel, arruinando assim, os pequenos produtores de laranja, ou de ser condenada por adotar formas irregulares de terceirização. Cf.:

disparidade abissal de recursos destinados ao agronegócio e à produção familiar¹⁵³; a perseguição via investigações, como da Comissão Parlamentar de Inquérito, também esteve presente; assim como outros ingredientes que costumam fazer parte desta história¹⁵⁴.

Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Alentejano (2011) apresentam dados que evidenciam o crescente número de conflitos no campo correspondentes ao período de 2003 a 2010, mas com um detalhe fundamental: a maioria desses conflitos foi provocada por empresas e entes privados – e não por movimentos sociais ou pelo poder público – como era a tônica anteriormente. Chamam, assim, a atenção para o fato de os movimentos populares já não serem os principais impulsionadores dos conflitos sociais no campo. No ano de 2010 foram registrados 853 conflitos por terra no país, número que mantém o patamar elevado de conflitos por terra na história recente nacional, o que mostra um dos aspectos da atualidade da questão (da reforma) agrária no Brasil. Porém, houve também uma redução de 58% de número de famílias envolvidas em conflitos em comparação com o período de 2003-2009.

Desde 2003, quando os conflitos por terra atingiram seu auge, vimos registrando uma queda sistemática do número de conflitos até o ano de 2008, todavia, observamos uma inflexão dessa tendência e, pela primeira vez, um movimento diametralmente divergente no comportamento da curva da ação do poder privado e do poder público com relação à ação dos movimentos sociais. A saber, enquanto os conflitos protagonizados pela ação dos movimentos sociais caem ao seu mais baixo nível histórico, aqueles protagonizados pelos poderes privado e público, ao contrário, passam não só a ser os responsáveis pela maior parte dos conflitos, como a contribuir efetivamente para o aumento do número de

PASSA PALAVRA. Quem mesmo está gerando prejuízo e destruição para a sociedade brasileira? **Passa Palavra**, 30 jan. 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=18199>>, e Cf.: CUTRALE e mais três empresas de suco pagarão 400 mi por terceirização. **MST**, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/cutrale-e-mais-tr%C3%AAs-empresas-de-suco-pagar%C3%A3o-r-400-mi-por-terceiriza%C3%A7%C3%A3o>>.

¹⁵³ As políticas e programas governamentais nos diversos governos democráticos acabaram por, de forma sistemática, favorecer os grandes proprietários ao invés dos camponeses. “Entre 1995 e 2005, cada um dos maiores proprietários de terra no Brasil teve acesso a 1.587 dólares em fundos do governo federal para cada dólar disponibilizado a cada família sem-terra” (CARTER, 2010c, p. 503).

¹⁵⁴ Verificar o Dossiê lançado por entidades e movimentos sociais pouco tempo após a eleição de Dilma à presidência: *A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil* (PAD, 2011), em especial as partes 2.2 e 2.3 relacionadas à criminalização do MST e à luta pela terra. Contudo, o curioso neste caso é que diversas entidades e movimentos (como o MST) haviam meses antes defendido o voto no governo do PT por este “ao menos não reprimir os movimentos”.

conflitos por terra no país (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2011).

Neste aparente paradoxo, de um patamar elevado de conflitos com o componente de baixo nível de famílias envolvidas (distinguindo-se das séries passadas), cabe registrar, ainda, que os conflitos por terra indicam aumento significativo da violência do setor privado (expulsões, ameaças de expulsões e assassinatos) “(...) e, nesse caso, sem que o Poder Público aja no sentido de coibir essa violência na marra do poder de facto, enfim, dos que se consideram acima da lei” (ibidem).

Pode-se, e costuma-se, argumentar que a violência nos anos dos governos Lula e Dilma não parte do governo federal, mas dos latifundiários e dos governos não petistas estaduais e municipais. No entanto, este tipo de argumentação não parece ser válido na medida em que o governo federal não intervém para sanar a situação. De um modo ou de outro, os impactos não serão atenuados (nem os mortos estarão menos mortos) em decorrência da aversão ou da simpatia declarada de um Presidente dito de esquerda ou de direita. Mas, curiosamente, num caso os massacres são debitados na conta do Presidente da República, e noutro, são de responsabilidade dos governos estaduais ou municipais.

Pode-se, mesmo, justificar que a situação de violência no primeiro ano do mandato presidencial do PT seja uma reação dos setores conservadores do latifúndio. Todavia que esta situação persista ao longo dos mandatos, sem uma resposta efetiva do governo federal, demonstra que a tese de não repressão durante governos oriundos da esquerda não se sustenta sozinha. Os níveis de impunidade têm permanecidos intocados.

De forma geral,

A restauração do regime democrático em 1985 permitiu a eleição de cinco presidentes civis com orientações partidárias e políticas distintas. Todos eles, porém, de José Sarney a Luiz Inácio Lula da Silva [e já podemos incluir o de Dilma], mantiveram de uma forma ou outra uma política agrária conservadora. Embora favoráveis a uma reforma fundiária em suas declarações públicas, na prática todos esses governos implementaram uma política caracterizada por: (1) repartir terras sob pressão social; (2) constituir assentamentos através de um processo jurídico e administrativo lento e complicado; (3) guardar distância diante das violações freqüentes de direitos humanos no campo e a ampla impunidade judicial; (4) favorecer uma distribuição residual de terras, feita em lugares distantes e de forma dispersa; e (5) oferecer escasso apoio

aos assentamentos, ou facilitá-los apenas em função da pressão dos movimentos sociais. (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 291).

Dado este quadro, é curioso que o movimento tenha uma leitura complacente destes anos de governo do PT e, inclusive, chegue a declarar e conclamar abertamente o voto na candidata do partido a partir de argumentos como o de que o Movimento seria menos criminalizado, ou então que um novo governo do PT poderia ser mais favorável à correlação de forças para mudanças na política agrícola e agrária. Parece ocorrer certa amnésia seletiva neste último quesito, o que não impede que, no governo Dilma, a realidade se imponha de forma dura, sobretudo, para as famílias acampadas, que se encontram num processo de luta cada vez mais longo. Conforme Stédile (2010)¹⁵⁵:

E temos três candidaturas de partidos de esquerda, com companheiros de biografia respeitada de compromisso com o povo, mas que não conseguiram aglutinar forças sociais ao seu redor, e por isso o peso eleitoral será pequeno. Nesse cenário, nós achamos que a vitória da Dilma permitirá um cenário e correlação de forças mais favoráveis a avançarmos em conquistas sociais, inclusive em mudanças na política agrícola e agrária.

É ainda mais curioso que exista – diferentemente de outros tempos – um declínio na forma majoritária de forçar os governos à repartição de terras e melhoras técnicas: a prática de pressão social por meio da ação direta.

As relações problemáticas envolvendo **eleições** e militância se repetirão em outros momentos, de outros jeitos e em diferentes instâncias eleitorais. Wolford (2010, p. 390) relatará problemas surgidos com a mudança de liderança num assentamento em Pernambuco. Uma antiga liderança (oriunda da região) passou mais tempo longe do assentamento para trabalhar arduamente na campanha de reeleição do prefeito, inclusive,

¹⁵⁵ É certo que, nem dois anos após, Stédile avalia criticamente o legado de reforma agrária nos governos do PT: “Nos últimos dez anos, não houve avanços em termos de Reforma Agrária. Reforma Agrária é uma política pública que leva a democratização da propriedade da terra, como bem da natureza, ao maior número possível de seus cidadãos. Nos últimos dez anos, ampliou-se a concentração da propriedade da terra. E pior, concentrou inclusive nas mãos do capital estrangeiro e de empresas que não são da agricultura”. E quanto ao governo do qual havia declarado voto: “O governo Dilma não conseguiu nem resolver o problema social das 150 mil famílias que estão acampadas, algumas há mais de cinco anos. Portanto, o governo Dilma abandonou a Reforma Agrária, iludido com o sucesso do agronegócio, que produz, ganha dinheiro, mas concentra a riqueza e a terra e aumenta a pobreza no campo”. Cf.: Governo abandonou a Reforma Agrária iludido com o agronegócio. **MST**, 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/O-governo-abandonou-a-Reforma-Agraria-iludido-com-o-agronegocio-diz-Stedile>>.

“[...] visitando todos os assentamentos locais e falando a favor do prefeito sob a bandeira do MST”. Com a reeleição, a liderança saiu do Movimento para trabalhar como “braço direito” do prefeito. O então novo líder regional que ocupou o seu lugar, “violou normas políticas locais apoiando um candidato do MST para deputado estadual nas eleições locais de 2002 e não o filho do prefeito, que também era um candidato” (ibidem, p. 391). Apesar de ter sido salientado que os assentados poderiam votar em qualquer pessoa, ou não votar, de acordo com sua consciência, “[...] na visão de muitos assentados, a decisão do MST de negar apoio ao filho do prefeito reduziu a assistência da prefeitura para a comunidade” (Ibidem, p. 391).

Outro caso, que nos foi contado na pesquisa de campo, sucedeu num assentamento no sudeste do país nas eleições de 2005. Na época das campanhas eleitorais a maioria dos militantes ausentou-se dos assentamentos e acampamentos para trabalhar na candidatura de políticos de partidos “de esquerda”, sobretudo do PT. Contudo, este (pseudo) vácuo de política de base no assentamento, que passava por certas dificuldades estruturais, fez com que crescesse a força de um grupo de assentados evangélicos que não compartilhavam da ideologia do Movimento, ocasionando forte divisão da comunidade, que persiste até os dias atuais.

Quatro anos depois a fratura neste assentamento ainda era presente e, num novo ciclo eleitoral, a mesma situação voltou a se repetir, porém agora com o agravante de dividir o pequeno grupo de militantes entre trabalhar para o PT ou o PSOL. Numa reunião regional em uma ocupação próxima deste assentamento, presenciamos a surpresa de alguns militantes com a visita de um vereador do PT que, acompanhado de uma das lideranças regionais do movimento, passava entre os barracos fazendo campanha e distribuindo uma cartilha da candidatura de Dilma destinada aos movimentos sociais. Por um lado, este fato gerou uma profunda irritação entre militantes do movimento que reviviam a situação de quatro anos atrás, chegando ao ponto de um jovem militante assentado dizer que: “Meu compromisso é com a classe, e não com o movimento, se for preciso, milito em outro lugar”¹⁵⁶. Por outro lado, os que eram favoráveis à presença do candidato argumentavam que necessitariam desse apoio parlamentar, seja para resolver problemas mais restritos ao assentamento, ou mesmo como apoio para lutas mais amplas. Para piorar a situação, os

¹⁵⁶ De fato, este militante acabou por se desligar do MST alguns anos depois.

descontentes com o tipo de intervenção do PT na ocupação e no assentamento foram trabalhar nas eleições para o PSOL.

Em Fortaleza (CE), na campanha à prefeitura em 2012, Stédile (em nome do MST) declarou o apoio ao candidato do PT, afirmando que:

O sectarismo é como se fosse o pentecostalismo da esquerda: são pequenos grupos que se agarram à defesa de uma leitura doutrinária da teoria e esquecem de fazer as disputas institucionais da luta de classes. Não por coincidência são grupos formados pela pequena burguesia, que não tem problemas objetivos para resolver na luta de classes, então se dão ao luxo de ficar apenas pregando a ideologia¹⁵⁷.

Como vemos, de acordo com essa liderança do MST, a esquerda “sectária” estaria fazendo “o jogo da direita”.

Retomando o tema do debate entre luta institucional nos aparelhos do Estado Restrito (parlamentos e governos) na perspectiva de Stédile¹⁵⁸ (que se sustenta numa leitura de Gramsci), as eleições seriam espaços (necessários mas insuficientes) para acumular forças para o projeto da classe trabalhadora (ou em sentido inverso para os capitalistas e exploradores). Os governos constituiriam espaços importantes para o desenvolvimento de políticas públicas a favor do povo, democratizando a participação e promovendo o poder decisório da população. Mas essa leitura deve ser acompanhada pela análise desta liderança do MST, de que pela atual conjuntura ser de refluxo do movimento de massas, retirou-se a força política da classe trabalhadora para atuar nas disputas pelos modelos de sociedade. Em decorrência disso, enquanto não ocorre um novo processo de retomada do movimento de massas, que “(...) ninguém sabe quando, nem como [ocorrerá]. E somente nos períodos de reascenso é possível rearticular formas organizativas e forças político-ideológicas. Por isso que agora estamos vivendo uma pasmaceira, em termos de organização política, que nos leva apenas a disputar eleições” (ibidem).

¹⁵⁷ Cf.: Para Stédile esquerda sectária faz o jogo da direita. **MST**, 19 out. 2010. Disponível em: <http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/noticias/item?item_id=392533>..

¹⁵⁸ Cf.: Dilma se aproxima dos Sem Terra com Stédile, do MST. 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/92316/>>.

Como veremos mais à frente, uma das apostas do capitalismo talvez seja exatamente atrelar as lutas e os movimentos sociais à participação na governabilidade. Além disso, como sublinha Mauro Iasi (2013),

O mito do acúmulo de forças só se sustenta renovando-se ao infinito, isto é, nunca estamos prontos, nunca há a correlação de forças favorável, nunca o nível de consciência das massas e dos trabalhadores chega à necessidade da conquista do poder. O problema é que agindo desta forma criam-se as condições para que de fato nunca estejam dadas as condições.

Visão que é compartilhada por um dos militantes que saíram do MST, para quem, “O discurso da não massificação [das lutas] leva à acomodação. Estamos num momento em que na ausência de quantidade temos que primar pela qualidade, não é o ideal, mas temos que fazer com poucos, o que só faríamos com muitos” (ALBUQUERQUE, 2012)¹⁵⁹.

Em todo caso, a questão do tipo de agricultura a ser privilegiada e desenvolvida é mais o resultado de decisões políticas e, assim, a depender do nível de correlação de forças que pressione os governos, pode haver um rompimento na condução hegemônica da agricultura. “A submissão do camponês ao capital é tanto um problema de economia política quanto de política econômica, mas é resultado de decisão política. Este é o cerne da questão agrária” (FERNANDES, 2013b, p.192).

Contudo, não sendo esta uma questão menor, há que se considerar que a “correlação de forças” não é um processo que ocorre apenas exogenamente, mas também internamente aos movimentos, com tendências que fortalecem o campo mais antissistêmico e outras que levam ao acomodamento neste sistema. Por isso, é importante perceber as contradições internas, para sermos capazes de distinguir os elementos mais progressistas e conservadores, e ver para onde suas táticas e estratégias apontam. Nesse sentido, também é relevante perceber que devido à cultura de clientelismo do setor rural (e não só dele), o pronunciamento de lideranças nacionais do MST em prol da eleição de Dilma, do PT, não deixa de ser uma tomada de posição problemática em relação às perspectivas de superação deste quadro.

¹⁵⁹ Cf.: entrevista ao autor, 19 dez. 2012, Campinas.

Numa análise retrospectiva, Lúcio Flávio de Almeida (2013a) entende que “Apoiar este governo – e ainda mais, as frações burguesas e o pessoal político mais diretamente vinculado a ele – rebaixou o nível de atividade política, colocou os ativistas na defensiva e deixou amplos segmentos das classes populares em profunda confusão ideológica”.

4.4 Relação PT-MST-PT’

Um aspecto importante a ser salientado na análise é a distinção entre o aparelho do Estado¹⁶⁰ como estrutura (que tem uma permanência na escala temporal de longa duração), e os governos (seja do PT, PSDB etc.), apreensíveis enquanto conjunturas. Nicos Poulantzas (1985) é um dos autores que demonstra que o Estado se constitui como condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classes, não sendo um árbitro neutro (como pretende a teoria liberal) e nem tampouco reduzido simplesmente ao comitê executivo dos negócios da burguesia (como fazem determinadas leituras marxistas). O Estado é uma relação de dominação institucionalizada e atravessa as relações sociais via o direito constituído (e estes direitos podem ser conquistados e subtraídos, estando aí a sua ambiguidade). A importância dessa forma de análise reside, entre outras coisas, na explicitação das correlações de forças políticas, sociais e econômicas para a definição de conteúdos concretos das práticas das instituições estatais. Tal perspectiva demonstra que os governos não são blocos homogêneos e sem fissuras, mas que são atravessados – em maior ou menor medida – pelas contradições e conflitos presentes na sociedade. Mas isso não significa que o Estado perca sua característica heterônoma, qual seja, impor (por exemplo, formas de organização) de cima para baixo e de fora para dentro. Desta maneira, podem ocorrer situações mais vulneráveis a serem aproveitadas pela classe trabalhadora organizada, como na implementação de leis e determinados direitos, na utilização de recursos públicos etc. É importante perceber que esta análise não se limita, concretamente,

¹⁶⁰ Utilizamos a distinção entre Estado Amplo e Estado Restrito partindo da análise de João Bernardo (2004), que opõe o conceito de Estado Restrito enquanto aparelho político jurídico, isto é, governo, parlamento e tribunais, ao Estado Amplo, que abarca todas as formas organizadas do poder das classes dominantes, incluindo os principais lugares de exercício do poder dos capitalistas sobre os trabalhadores (e da resistência destes). Ou seja, as empresas, para além de sua importância econômica, incidem no tecido social e condicionam, praticamente, a totalidade da vida da população.

aos governos do PT, sendo igualmente válida para os governos de outros partidos, como o PSDB. Deve-se destacar a capacidade de influência e de pressão das forças de esquerda e dos movimentos sociais em todos esses governos, e não só o fato de compor ou poder sentar à mesa de negociação deste ou daquele governo. Qual a capacidade de ingerência ou influxo do MST nas políticas governamentais do PT, e qual a força de pressão que existia nos governos passados? Da mesma forma que não se deve incorrer no erro conceitual em confundir Estado e regime, contrapondo, por exemplo, Estado ditatorial com Estado democrático sem considerar que, independente de estarmos num regime democrático, permanecemos num Estado de classe, convém também não dicotomizar os governos simplesmente como de “direita” ou de “esquerda”.

Os canais institucionais estatais podem seguramente promover determinados avanços para a classe trabalhadora, evitar certos retrocessos, permitir margens de manobra, mas também encerram riscos e armadilhas de enquadramento, recuperação e neutralização das lutas¹⁶¹. As possibilidades abertas entre as estratégias de confronto e/ou participação não se limitam a apenas um dos polos do conflito de classes.

Não obstante os governos do PT não terem realizado uma das principais bandeiras do MST, a reforma agrária, Stédile apoiará aberta e publicamente as duas candidaturas de Lula e, também, a de Dilma, usando argumentos de que poderão ocorrer avanços no campo social, até a oposição ao “mal maior” que seria a vitória dos candidatos do PSDB¹⁶². Este último critério, de acordo com Gonçalves (2006), influi na queda drástica do número de confrontos e de ocupações do Movimento, de 2003 para 2005, o que,

¹⁶¹ Miliband (1970) alertava para o fato de que os partidos revolucionários enfrentavam um grande problema ao fazerem parte dos trabalhos legislativos e auxiliarem nas tarefas de governo. Porque, mesmo com relutância, ao ingressarem na arena parlamentar são obrigados a realizar um determinado jogo político do qual as regras não são escolhidas por eles. Com as devidas proporções, ocorre processo semelhante com a gestão de políticas públicas e composição em conselhos e Ministérios, ainda que, tanto no caso dos partidos revolucionários, como dos movimentos sociais, eles podem considerar que o preço a pagar seja compensador. É certo que diversas vertentes teóricas de esquerda propugnam a rejeição da participação no Estado e no parlamento burguês, notadamente correntes anarquistas, mas também marxistas heterodoxos como os conselhistas Korsch e Pannekoek (2011). No caso concreto brasileiro, o MST (e a quase totalidade dos movimentos sociais) optarem pela negação total ou pela participação irrestrita junto ao Estado parece ser, atualmente, uma falsa polêmica do ponto de vista da transformação social mais radical, o que não diminui a importância em se considerar os graus e as formas de participação.

¹⁶² Cf.: STÉDILE: Dilma permitirá avançarmos mais em conquistas sociais. **Correio Vermelho**, 17 ago. 2010. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=135240>; e Cf.: JOSÉ Serra é derrota para trabalhadores. **Brasil de Fato**, 05 out. 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3333>>.

segundo a pesquisadora, se deve ao temor de que a pressão social desgastaria a imagem do governo Lula e de que isso acarretaria (ou ao menos auxiliaria) a vitória do candidato do PSDB.

É inegável que os vínculos históricos entre o MST e o PT, e entre o Movimento e Lula, tiveram um peso importante na comoção entre os sem terra que se seguiu à eleição do presidente ex-operário, e sustentam também a relação com a presidente ex-guerrilheira¹⁶³. Por vezes, muitos dos ativistas eram (são) membros tanto do MST quanto do PT, e não é incomum que em diversas regiões o Movimento participasse de forma aberta e direta das campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, e mesmo que membros do MST concorressem como candidatos do PT a algum cargo eletivo e, ainda, que ex-ativistas do MST ocupassem postos relevantes na administração pública ao longo do governo Lula.

Ainda que o ideário do Partido no tocante à questão agrária tenha mudado radicalmente (SILVA, 2013), suprimindo críticas históricas ao latifúndio e à alta concentração da estrutura agrária, é compreensível o otimismo coletivo inicial que parece ter tomado conta das bases e também de militantes e de direções do MST¹⁶⁴.

Com o início do governo Lula, o conjunto dos atores sociais do campo depositou suas esperanças na reversão da implementação do mercado de terras. A expectativa era de que a reforma agrária estaria no centro da agenda política, como forma importante de geração de empregos, de garantia da soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p. 76).

Plínio de Arruda Sampaio¹⁶⁵, no início do governo Lula, acreditava que, mesmo que o governo não fosse revolucionário, pelo menos haveria espaço para disputa e divisões,

¹⁶³ Mauro Iasi (2006) irá vincular a história do MST diretamente à do PT e da CUT, principalmente em torno do projeto político do Programa Democrático e Popular. Tal vínculo também fica nítido nas inúmeras histórias de integrantes mais velhos do MST, que contam como militavam também (ou mesmo antes de entrar para o Movimento) no PT, chegando a desenvolver diversas formas de financiar as eleições do Partido, como recolher latas de alumínio na rua.

¹⁶⁴ André Singer (2012) irá se referir às “duas almas” do PT, a do colégio Sion (onde o partido foi fundado em 1980), mais radical e socialista, e a do “Anhembí”, emergente do Congresso realizado neste local às vésperas da eleição de 2002, que coroa a hegemonia do campo Majoritário, de conciliação de classes, discurso moderado e aproximação aos representantes do capital. Para Machado (2009, p. 26), já nas eleições de 1994 (apesar da derrota para FHC), estava sepultada, pelo próprio PT, a guerra ideológica de 1989, entre esquerda e direita. Para uma leitura pormenorizada da história do PT, cf.: Secco (2011).

¹⁶⁵ Intelectual bastante vinculado ao MST e uma das figuras políticas mais proeminentes do PSOL, partido construído a partir de uma cisão do PT. Foi responsável por comandar a construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária, no primeiro mandato de Lula.

em que a classe trabalhadora teria atendida parcela considerável de suas reivindicações (LERRER, 2003).

Num tom mais crítico, diz Gilmar Mauro (2013)¹⁶⁶:

Entra o Lula em 2002, mas com a classe trabalhadora já em descenso. Evidentemente há uma ilusão muito grande na classe trabalhadora, de que ao eleger o Lula as coisas fossem mudar. (...) havia toda uma expectativa muito equivocada, eu nunca me iludi com isso, de achar que com a eleição um monte de questões ia ser resolvido. Eu acho que a esquerda para se eximir de suas responsabilidades de organizar a classe trabalhadora atribui tudo aos outros.

Mas, em julho de 2003, quando Lula recebeu uma comitiva do MST no palácio presidencial e colocou o boné do Movimento na cabeça, João Pedro Stédile, em entrevista a uma revista inglesa declarava:



Figura 2: Presidente Lula coloca o boné do MST

“Eles [os proprietários rurais] perderam as eleições, mas acharam que fosse só um joguinho, que poderiam continuar fazendo o que quiserem para proteger seus privilégios. E agora eles estão percebendo que a reforma agrária é pra valer” (apud BRANFORD, 2010, p. 418).

Ledo engano, algum tempo depois o próprio Lula chamaria os grandes produtores rurais de “heróis nacionais e mundiais”¹⁶⁷. Como sublinha Bernardo Mançano

¹⁶⁶ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

¹⁶⁷ “Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool”. Cf.: PRESIDENTE Lula chama usineiros de heróis. Folha de S. Paulo, 20 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>>.

Fernandes (2010, p. 189), o PT, ao menos desde a campanha presidencial de 2002, já era tributário do “paradigma do capitalismo agrário”, e da

[...] idéia de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado [...] Desse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente, já que não tem solução na sociedade capitalista. Conforme essa visão, que predomina hoje inclusive no PT, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista.

Apesar do discurso ameno e conciliador do PT, que contrastava com o otimismo apresentado por diversos setores do campo popular que apostava na radicalidade desse governo, não podemos esquecer que o MST não deixou de pressionar e combater durante o governo Lula. O que, num primeiro momento, põe em suspenso as críticas intelectuais que apontam acomodamento e perda de autonomia do Movimento a partir desse governo. Temos que admitir que a situação é mais complexa do que a simples cooptação do Movimento pela eleição de Lula e do PT ao governo federal.

Ocorreu um aumento exponencial de ocupações e conflitos agrários logo no primeiro ano de Lula¹⁶⁸, que pode ser compreendido, em parte, pela esperança dos trabalhadores rurais sem terra de que, enfim, a reforma agrária se concretizaria. No ano seguinte as ocupações de terra atingirão números ainda maiores, chegando próximo ao recorde de ocupações de 1999¹⁶⁹.

Também no campo das mobilizações para pressionar o Estado, o MST se fez presente. Em maio de 2005, durante 16 dias, 12.000 sem terras, homens, mulheres e crianças, de várias partes do país marcharam até Brasília para exigir o cumprimento imediato da reforma agrária. Nos anos seguintes, ocorreram diversas marchas estaduais, como a de Campinas-São Paulo (SP) em 2009 – da qual participamos integralmente¹⁷⁰ –, de

¹⁶⁸ As ocupações saltaram de 45.537 (2001) e 40.966 (2002) para 93.083 (2003), conforme dados do DATALUTA. De igual maneira, no mesmo ano de 2003, conforme dados da CPT, 124.634 famílias, envolvendo 623.170 pessoas, promoveram a maior onda de mobilização por terra até então.

¹⁶⁹ Quando ocorreram 118.620 ocupações, em comparação em 2004 foram 118.225 ocupações. A expressiva baixa quando comparada ao ano seguinte, ainda que beirando os índices de 1996, com 73.283 ocupações (número bem superior a casa dos 40 mil de 2001 e 2002), pode ser explicada, em termos, pelo aumento do número de assentamentos rurais.

¹⁷⁰ Para acompanhar um relato mais ensaístico desta marcha, na forma de um diário, cf.: Diário da Marcha do MST-SP. **Passa Palavra**. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=9406>>.

Feira de Santana-Salvador (BA) e Itajaí-Florianópolis (SC) em 2010. Igualmente sucederam diversas ocupações de prédios públicos, como das representações estaduais do INCRA, e diversas reuniões e negociações com ministérios e órgãos do governo federal. Do mesmo modo, no campo simbólico as críticas às políticas de cunho neoliberal permaneceram.

Ora, se as duas formas principais de manifestação política da luta pela reforma agrária (a ocupação da terra e as mobilizações para pressionar o Estado) estiveram presentes de forma vigorosa durante os mandatos de Lula, a que podemos imputar uma perda relativa de autonomia e certa crise do Movimento Sem Terra a partir deste governo? Ela de fato existiria? Em caso afirmativo, no que consistiria? Seriam os indicadores de pressão popular que deveriam ser readequados pelos analistas?¹⁷¹

Vem de dentro do Movimento, conforme afirmação de um de seus principais dirigentes, a constatação de que o MST não apenas não acumulou forças no governo Lula, mas que de modo geral se enfraqueceu.

[...] está enfraquecido pela própria lógica do Estado burguês do governo Lula, um governo que efetivamente criou uma série de problemas para os movimentos sociais. Nós não acumulamos no governo Lula, muito pelo contrário, nós nos enfraquecemos em geral. (MAURO, 2008, p. 100).

A relação do MST com o governo Lula e o PT revelou-se bastante ambígua com a chegada deste ao poder federal que, convém não esquecer, não promoveu a tão esperada reforma agrária. Mas, justiça seja feita, esta não é uma característica apenas da relação do MST com o PT. De forma geral este é um elemento que permeará boa parte das forças progressistas no país.

O Movimento demorou a fazer críticas abertas ao governo e, sobretudo, a Lula. Por exemplo, o V Congresso do MST que deveria ocorrer em 2005 foi adiado pela sua direção para 2008 a fim de avaliar melhor a posição frente ao governo. Tal episódio se repete com o governo Dilma, no exato momento em que o movimento sofreu importantes

¹⁷¹ Talvez um elemento importante a ser notado é que, de forma geral, as ocupações do INCRA nos governos do PT foram, no mínimo, facilitadas pelos funcionários do órgão, chegando-se ao ponto, em uma ocupação que presenciamos, de os funcionários simplesmente abrirem o portão e retirarem-se sem maiores contratempos.

fraturas internas e críticas ao seu atrelamento governamental, sendo adiado o VI Congresso de 2012 para 2013, e novamente adiado para 2014¹⁷².

Isabel Loureiro (2008) menciona o episódio em que 43 movimentos sociais brasileiros, encabeçados pelo MST, lançaram a “Carta ao Povo Brasileiro” (mesmo título do documento eleitoral do PT em 2002, no qual fazia concessões ao capital), em que denunciavam uma suposta tentativa de golpe, por parte das elites, em decorrência das denúncias de corrupção no governo “popular” de Lula com o chamado “mensalão”. Nessa carta, os movimentos também propunham que o governo adotasse uma série de medidas de corte. Para Loureiro, isso daria a noção do “caráter esquizofrênico do MST (ou pelo menos de suas lideranças)”. Ela interroga, ironicamente, se essa “total falta de lógica” seria “excesso de dialética?”, na medida em que, segundo o MST, o governo Lula seria e não seria ao mesmo tempo de esquerda.

Luciana Henrique da Silva (2012) indica que os laços que ligam as duas organizações ainda parecem ser bem estreitos, não tendo esmorecido ao longo das décadas, uma vez que nos Cadernos de Formação do MST (de 1998 e 2004) mantém-se a crença de que o PT continua com um compromisso histórico com a reforma agrária.

Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. **Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária** e por tanto (sic) devemos pressioná-lo para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária (Direção Nacional, 2004, p. 25 apud SILVA, 2012, p. 6 – grifos nossos).

Portanto, entre as leituras dessa situação (provenientes inclusive de setores do MST, de partidos políticos e intelectuais alinhados ao governo), há a de que este era, ou é, um governo em disputa, o que pode ser explicitado pela composição de seus ministérios e pelo discurso oficial, que parece buscar a convivência de projetos contraditórios para o

¹⁷² Vale também considerar que no início de dezembro de 2011 foi fundada, na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, a nova tendência nacional Esquerda Popular Socialista do PT, que se declara fortemente vinculada com os movimentos sociais. Cf.: Esquerda popular e socialista é a nova tendência nacional do PT. PT, 06 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.pt-sp.org.br/noticia/p/?id=7816>>.

desenvolvimento rural¹⁷³. Essa interpretação se sustentaria no fato de o MST estar, de alguma forma, representado no governo, na medida em que alguns de seus quadros (também militantes do PT), assumiram cargos e funções políticas, mesmo que em escalões inferiores do governo.

Para Stédile (2012)¹⁷⁴,

A formulação que os movimentos sociais fazemos, entre eles o MST, a Via Campesina, é de que os governos Lula e Dilma são fruto de uma frente política de classes da sociedade brasileira. Dela participam desde a grande burguesia até os mais pobres. E isso dá estabilidade e popularidade ao governo, porém o mantém como governo de composição de classes, com decisões heterogêneas e, às vezes, até contraditórias, ora beneficiam a burguesia, ora os trabalhadores, ora os mais pobres. No plano econômico, o próprio governo tem se autodefinido como neodesenvolvimentista. É uma alternativa importante ao projeto tucano e do imperialismo, o neoliberalismo. O neodesenvolvimentismo procura desenvolver políticas que gerem crescimento econômico e distribuição de renda. Isso é importante, porém insuficiente.

Alexandre Conceição¹⁷⁵, da coordenação nacional do MST, na mesma linha explicativa de Stédile que caracteriza o governo como nem de esquerda nem de direita, afirma que

O governo Lula e Dilma não são governos do PT nem de esquerda. São governos de uma frente política de classes que reúne um amplo leque de classes sociais brasileiras. Desde a grande burguesia, o agronegócio, a classe média, a classe trabalhadora, os camponeses e os mais pobres. Essa natureza de composição dá estabilidade política ao governo e amplas margens de apoio na opinião pública, mas impede reformas estruturais, que afetariam os interesses das classes privilegiadas.

¹⁷³ Diz Hamilton Pereira (2010, p. 483) (ex-assessor do Ministério do Meio Ambiente no governo Lula, ex-presidente da Fundação Perseu Abramo, ex-coordenador da Secretária Agrária do PT, assessor da CPT): “A amplitude da frente política que oferece sustentação ao governo Lula restringe as possibilidades de democratizar a estrutura fundiária do Brasil [...] Há, entretanto, na base social que sustenta o governo Lula, forças políticas que se situam a partir de interesses e perspectivas diferentes daquelas defendidas pelo agronegócio”. Tal disputa se traduziria, por exemplo, na existência de dois ministérios ligados ao meio rural, o da agricultura e o do desenvolvimento agrário, tendo, contudo, peso político e orçamentos bem distintos, o que refletiria a composição de forças desse governo de coalizão.

¹⁷⁴ Cf.: Dilma se aproxima dos Sem Terra com Stédile, do MST. **247**, 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/92316/>>.

¹⁷⁵ Cf.: Por que a desapropriação de terras está parada no governo Dilma. **MST**, 06 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/por-que-desapropriacao-de-terras-esta-parada-no-governo-dilma>>.

No entanto, para os militantes que saíram do MST já no decorrer do segundo governo Lula,

Para nós, este é um governo Democrático e Popular. Não da forma idealizada como querem alguns, mas com as concessões necessárias para uma ampla aliança. O PDP [Projeto Democrático Popular] deu nisto. Nesse sentido, nossas organizações foram vitoriosas quanto ao que se propuseram. E nós contribuímos com este processo, no entanto hoje percebemos que esta estratégia não leva ao Socialismo, ao contrário, transforma as organizações da classe em colaboradoras da expansão e acumulação do capital. O que se apresenta como uma vitória para nossas organizações, na perspectiva da luta de classe, é uma derrota. (...) Esse alinhamento político não ocorre sem conseqüências: operam-se mudanças decisivas nas formas organizativas e no plano de lutas das organizações, na formação da consciência de seus militantes e na postura que a organização tomará no momento de ascenso. Neste momento, as “forças acumuladas” não atuarão na perspectiva de ruptura. (CARTA... 2009).

Outra explicação (ou melhor, outra ponta que nos permite apreender esta complexa situação), que justificaria certa ambiguidade do MST é apresentada por Brancaleone e Chaguaceda (2010)¹⁷⁶, e estaria baseada no fato de o governo investir muitos recursos nos assentamentos existentes, com créditos, financiamentos e políticas públicas, forçando o movimento a passar por um período de consolidação de suas experiências de produção e organização a fim de garantir a viabilidade de seu projeto de reforma agrária. Esta argumentação ganha força, por exemplo, quando verificamos o financiamento do BNDES às cooperativas do Movimento a fundo perdido.

Em 2009, o Banco estreitou seu contato com movimentos sociais nas áreas da produção agropecuária e ambiental. Nesse sentido, estabeleceu-se diálogo para o apoio aos cooperados e trabalhadores sem terra – o que tem sido feito em parceria com o Banco do Brasil por meio da sua estratégia negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e da Fundação Banco do Brasil (FBB) (BNDES, 2010, p. 20).

¹⁷⁶ Os autores ainda chamam a atenção para o curioso fato de o MST dirigir suas críticas ao governo, preservando, contudo, a imagem de Lula, como se os dois fossem coisas distintas e separadas, e questionam se isto refletiria os compromissos entre a direção do MST com seus quadros que compõem o governo ou com a figura de Lula.

Além disso, no governo Lula (e que prossegue no governo Dilma) houve um aporte financeiro e logístico muito maior aos assentamentos¹⁷⁷. Entretanto, quaisquer desses indicadores devem ser cotejados com a valorização, no mesmo período, da agricultura empresarial em sete vezes mais que a agricultura camponesa e familiar: R\$ 231,5 bilhões de reais para o agronegócio e R\$ 32,8 bilhões para a agricultura familiar nas safras de 2003/2004 a 2007/2008 (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 297).

Seria esse aumento das verbas para os projetos voltados aos assentamentos um sinal de “cooptação”? Ou mostraria a qualidade política do movimento em negociar melhores condições para os seus territórios mantendo, porém, sua autonomia política? Apenas o indicador de aumento de recursos seria suficiente para tirarmos esta conclusão¹⁷⁸?

Há ainda outra explicação que se concatena com as anteriores, a de que o governo, através de seus programas sociais estendidos a 22 milhões de família pobres, mitigaria a mobilização política desses mesmos pobres, diminuindo assim as fileiras potenciais do MST e sua capacidade de pressão. Seria esse outro elemento de contenção da luta social?

Mais uma explanação possível (e que não entra em contradição com as anteriores) é a de que a forte relação entre o MST e o PT se deve a uma leitura do Movimento de que ambas as organizações compartilham em muitos pontos o mesmo projeto político, que se realizaria pela junção da mobilização de um amplo movimento popular organizado e a ação de um governo democrático e popular¹⁷⁹. Resta saber se esses anseios permanecem concretamente tanto em uma quanto em outra organização.

Uma amostra da “esquizofrenia” ou “excesso de ambiguidade” do que foi o governo Lula é dado pelo próprio presidente, em dois momentos distintos:

“Não se justifica num país, por maior que seja,

¹⁷⁷ Vide a parte da tese **Reforma Agrária atualmente** no segundo capítulo.

¹⁷⁸ A ditadura militar-civil também se valeu do duplo caráter das políticas governamentais (de repressão e assimilação). Por um lado, havia a repressão (acentuada após a extinção da Guerrilha do Araguaia) e, por outro lado, a liberação de créditos através de uma série de programas voltados à produção no campo (PIN, PROTERRA etc.), bem como a extensão de alguns benefícios sociais aos trabalhadores rurais. (RUA; ABRAMOVAY, Unesco, 2000).

¹⁷⁹ Ainda que o MST reconheça que os governos Lula e Dilma não se constituem propriamente como governos democrático-populares, mas de composição de classes, estes seriam (ao menos simbolicamente) o mais perto de tais características que já houve no Brasil.

Ter alguém com 30 mil alqueires de terra!
Dois milhões de hectares de terra!
Isso não tem justificativa em nenhum país do mundo!
Só no Brasil.
Porque temos um presidente covarde,
Que fica na dependência de contemplar
uma bancada ruralista a troco de alguns votos”
Luis Inácio Lula da Silva, 2000.

O que deveria se assemelhar a um poema aos ouvidos de camponeses e sem terras mostrou-se como a imagem invertida de um mesmo espelho:

“Veja, eu de vez em quando brinco que um torneiro mecânico com tendências socialistas se tornou presidente do Brasil **para fazer o capitalismo funcionar**. Porque éramos uma sociedade capitalista sem capital. E se você olhar para os balanços dos bancos neste ano [final do segundo mandato de Lula] verá que nunca antes os Bancos ganharam tanto dinheiro no Brasil como eles ganharam no meu governo. E as grandes montadoras nunca venderam tantos carros como no meu governo. Mas os trabalhadores também fizeram dinheiro”¹⁸⁰.

Após o término dos seus dois governos, o que deveria ser um poema mais se pareceria com um agudo ruído.

4.5 Políticas públicas, enfrentamento e recuperação

A reivindicação junto ao Estado faz parte da maioria dos processos organizativos de esquerda, e não é diferente com o MST. Terra, trabalho, teto, saúde, direitos são demandas que, geralmente, têm por interlocutor o Estado¹⁸¹. No entanto, as

¹⁸⁰ Numa entrevista ao noticiário dos Estados Unidos, *60 minutes*. Cf.: (IASI, 2013).

¹⁸¹ O caso do mexicano e indígena Exército Zapatista de Libertação Nacional traz diversas particularidades no tocante a este quesito, o que tratamos em Hilsenbeck Filho, 2007.

dinâmicas dessa relação podem variar muito. A depender do governo os contornos e respostas dos movimentos são distintos, de maior ou menor atrelamento, de rechaço ou inserção no aparelho estatal, de encampamento ou negação das campanhas eleitorais, de participação ou não na gestão de políticas públicas. Tais diferenças trazem suas respectivas consequências para a luta e as formas organizativas dos movimentos sociais.

Entretanto, independentemente da dinâmica da relação entre os movimentos e o Estado, seria importante, numa perspectiva anticapitalista, que o objeto de reivindicação econômica não aparecesse como dádiva, mas como fruto da luta, enquanto conquista que tem no Estado capitalista o inimigo a ser combatido. A perspectiva de um mundo anticapitalista não significa necessariamente recusa à negociação com o Estado, a disputar os seus recursos, mas tampouco significa se converter em sinônimo de braços do Estado. Há um longo caminho que separa o gabinete e a rua.

É certo que as nuances entre o tipo de relação dos movimentos com o Estado, conforme a composição e orientações políticas nos poderes governamentais podem influir diretamente na correlação de forças, fortalecendo ou fragilizando movimentos. O que pode ter grande relevância do ponto de vista da sobrevivência imediata, ainda que não tenha o mesmo peso do ponto de vista da construção de outra sociedade. Para isso, há necessidade de uma perspectiva crítica de longo prazo em relação às políticas de contenção das lutas populares, evitando atribuir às eleições uma importância que elas não têm, usando-as para demarcar “ciclos” que costumam não ultrapassar a futilidade dos comentaristas de televisão ou dos jornais diários. Neste sentido, caberia não abandonar a relação dialética entre reforma e revolução, tendo em mente a ideia de “realpolitik revolucionária” de Rosa Luxemburgo, baseada numa política ancorada no presente, que procura resolver os problemas concretos sem, contudo, abandonar a utopia da transformação radical da ordem capitalista. Assim seria minimizado o pragmatismo da política como balcão de negócios e alianças espúrias.

A dualidade – de limites e potencialidades – nas lutas mais imediatas por reformas é destacada por Ademar Bogo (2009, p. 61).

O processo revolucionário pode ser longo para que se desencadeie a insurreição final e traz essa contradição dentro de si, quando, ao mesmo tempo, mesmo que as conquistas sejam pequenas, como, por exemplo, distribuir terra, aumentar salários, buscar avanços nos direitos sociais etc. Caso contrário, a população não se mobiliza. O

problema dessa tese está em que muitos líderes e organizações podem começar a gostar mais das reformas e, com o tempo, percam o objetivo revolucionário.

Paulo Albuquerque (2012), ex-integrante do MST, também explicita um pouco dessa complexa relação entre lutas por reformas e radicalidade política não só no MST, mas de modo amplo na luta de esquerda no país.

Eu tenho algumas diferenças com alguns companheiros, que acham que na gênese do MST ele já iria, em algum momento, se subordinar à lógica do capital, porque ele nasce lutando por reforma. Isso é verdade, ele nasce lutando por reformas, mas a luta por reforma quando o Movimento surge era uma luta revolucionária, porque havia um entendimento no conjunto da classe trabalhadora de que aquela luta era uma luta que os trabalhadores teriam que empreender porque a burguesia não a iria fazer.

O nível de radicalidade das formas de luta que a gente desenvolveu no MST – lutando por reformas – não foi brincadeira.

Todas as gerações de esquerda que se produziram na luta de classes no Brasil foram produzidas pela necessidade de implementação das reformas, a discussão do desenvolvimento das forças produtivas é uma discussão da atualidade. (...) A crítica à leitura de esquerda está sendo feita agora, mas a luta pelas reformas foi responsável pelas maiores experiências organizativas da história do Brasil, não dá para dizer que ela não produziu algo crítico, mas num determinado momento das forças produtivas aquilo que ela produziu se conforma, há um movimento da negação ao consentimento.

O movimento crítico se produziu exatamente a partir das contradições existentes entre a luta por reformas e o desenvolvimento de formas de ação coletiva radicais¹⁸².

Podemos apreender nos governos do PT o que Paulo definiu como uma passagem da negação ao consentimento, não apenas pela reprodução das formas e experiências já explicitadas de contenção das lutas por parte de outros governos, mas também pela utilização de outros diferentes instrumentos.

¹⁸² De acordo com Andréia Galvão (2011, p. 115): “Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações dos dominados não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem a objetivos mais amplos. É preciso pensar a luta de classes como um processo não linear, que articula as esferas econômica e política e passa por vários níveis. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes”

De acordo com Firmiano (2013),

Os governos progressistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff vêm, paulatinamente, avassalando a bandeira da reforma agrária, cujos portadores têm sido a classe trabalhadora, transformando o mundo rural em ‘um agronegócio só’, com medidas como: a Lei de Biossegurança, que regularizou a produção e comercialização de sementes transgênicas; o Programa Terra Legal, que legalizou a grilagem de terras na Amazônia; renegociações das dívidas dos ruralistas; o desmonte do Código Florestal; além dos volumosos recursos destinados pelo BNDES ao capital transnacional que opera no ramo dos agronegócios e às obras do PAC, que formam e ampliam infraestrutura para o escoamento e distribuição da produção; e dão o tom do ‘neodesenvolvimentismo’ de Lula e Dilma, imprimindo um grande surto de expansão de capital na última década. Ao lado disso, esses governos deram um impulso sobremaneira à agricultura familiar e à sua integração às cadeias produtivas do agronegócio ou ao mercado interno, regida pela sua lógica.

Portanto, na avaliação de Firmiano, os governos do PT puseram em prática uma série de dispositivos eficazes, a partir de políticas institucionais, que tiveram por efeito minar os direitos e conquistas da classe trabalhadora sem, necessariamente, realizar um enfrentamento direto com as suas organizações e movimentos sociais. “Ao contrário, criaram canais de diálogo e negociações que funcionam como “pactos de pacificação” das lutas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, anteparos ao avanço do capital”.

No entanto, ainda que os elementos apresentados tenham profundo impacto numa possível “crise” do Movimento, e devam ser analisados em suas particularidades, temos que qualificar melhor o debate, pois muito do que se passa atualmente no Brasil não é especificidade desse país, mas característico do capitalismo democrático contemporâneo¹⁸³.

São vários os princípios utilizados para definir um sistema democrático e sua qualidade, como eleições representativas periódicas, autonomia dos poderes legislativo, executivo e judiciário, consolidação de direitos, formas de controle político dos seus governantes (*accountability*) pela sociedade, entre outras.

¹⁸³ Haveria que levar em conta, por exemplo, o que se passou com a França de Mitterrand, com Portugal depois da Revolução dos Cravos, e o que se passa efetivamente com os diversos países latino-americanos que no século XXI têm governos eleitos democraticamente e oriundos da esquerda ou, pelo menos, considerados.

De uma perspectiva alicerçada na classe trabalhadora, Atílio Boron (2003) utiliza o termo de capitalismo democrático para os modos de organização política que adotam essa forma de governo, pois, para ele, o substantivo seria o modo de produção capitalista e o seu adjetivo o regime democrático. Trata-se de não contrapor simplesmente sistema democrático e regime ditatorial¹⁸⁴. Lênin já tocava neste ponto (exprimindo uma crítica socialista do Estado em geral) quando dizia:

Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática (LÊNIN, 1987, p. 24).

Por sua vez, Florestan Fernandes apontava que o sistema democrático burguês não seria o reverso da ditadura:

(...) ao destruir-se, a ditadura daria luz não ao seu avesso ou o seu contrário, mas uma forma política em que a autocracia burguesa fosse compatibilizada institucionalmente com a representação política, o regime de partidos e a rotina eleitoral. Dentro desta lógica, a forma política da democracia seria o melhor antídoto contra a mudança social revolucionária e, no fundo, a única resposta inteligente à questão posta pela ditadura por outros meios (FERNANDES, 1982, p. 99).

A “abertura democrática” na América Latina foi incorporada ao imperativo da própria lógica de desenvolvimento atual do capitalismo, submetendo a vontade popular aos ditames da acumulação e do lucro. Neste aspecto, percebe-se que os limites da democracia não se restringem à participação política, fazendo-se presentes também no campo econômico. Por outro lado, também nas ditaduras a vontade popular está submetida a esses ditames. Nesse sentido, tanto a perspectiva de Lênin como de Florestan nos permite compreender a democracia como instrumental tanto para as classes dominantes como para os dominados, não sendo, contudo, indiferente para esses últimos, pois a democracia não sendo um simples fim é um meio essencial para a organização política das classes trabalhadoras.

¹⁸⁴ A democracia como um acontecimento recente não é exclusividade da América Latina ou dos países antes considerados de “terceiro mundo” e atualmente “emergentes”. Uma política democrática em âmbito mundial só foi instalada duradouramente a partir de 1945, contexto social criado pelas mobilizações socioeconômicas em larga escala após a guerra mundial (ELEY, 2005).

Uma das hipóteses que podemos inferir – a partir das questões colocadas a partir do nexo entre políticas públicas, participação e lutas sociais – é que existe uma relação plástica entre democracia e capitalismo, com uma dinâmica ubíqua de recuperação das lutas, que não se desenvolve apenas de cima para baixo, mas também em sentido inverso, reforçando as formas de hetero-organização dentro dos movimentos.

Zibechi (2012), por sua vez, identifica nas políticas sociais um papel insubstituível visando a submeter e impedir que as práticas anticapitalistas cresçam e se convertam em sistema, através da sua administração por práticas estatais, sob o manto do alívio à pobreza: “(...) a questão decisiva é controlar e domesticar os espaços onde nasceu a resistência ao neoliberalismo: as periferias urbanas e certas áreas rurais. O ‘combate à pobreza’ cumpre essa função” (Zibechi, 2012, p. 6). Ora, qual o movimento que mais virulentamente combateu as políticas neoliberais no Brasil nos anos 1990 senão o MST?

Dessa perspectiva, se os governos Collor e FHC ficaram marcados pela tentativa de batalha direta contra o MST (inclusive nos seus traços mais violentos), os governos do PT optaram pela administração menos violenta. Assim, o combate à pobreza passa a se constituir numa garantia de estabilidade e governabilidade, com programas sociais governamentais permitindo dividir e neutralizar os movimentos antissistêmicos¹⁸⁵.

Zibechi (2010, p. 62) reconhece que “O recente triunfo dos movimentos dos grupos subalternos levou os Estados a ensaiar novos modos de controle através da prática da governabilidade, mediante a qual buscam influir nas formas de vida dos não cidadãos convertendo-os em atores de políticas de bem-estar”. Contudo, para ele, não se trata de rejeitar as políticas sociais, mas de exigir mais e melhores políticas, e que venham acompanhadas por mais democracia, participação dos beneficiários no seu desenho, execução e controle. Porém, no atual padrão de Estado e representação política, não estaria aqui uma contradição, visto ser exatamente a maior participação que caracterizaria o modelo atual e enquadraria muitas lutas de esquerda hoje? Nesse sentido, a possibilidade de políticas públicas com teor mais “emancipatório” alicerça-se no atrelamento com a luta de classes, ou seja, o confronto entre capital e trabalho.

Holloway, por seu lado, defende que deveríamos nos perguntar qual o efeito de votar nesse ou naquele candidato na construção de nossas próprias formas de relações

¹⁸⁵ Não estamos afirmando que essas políticas apenas servem a isso, mas que *também* servem para isso.

sociais. Isto é, qual a ingerência e os impactos que os governos supostamente progressistas podem ter nas formas antissistêmicas e autônomas de organização social.

O perigo por trás de Kirchner, Lula e Chávez é que – para além de qualquer boa medida que possam levar adiante – colocam a luta de classes em certas formas de organização e comportamento, formas que se desenvolvem historicamente com o objetivo da dominação, formas que implicam a reconciliação do protesto com a reprodução do capital [...] a existência de um governo de esquerda ou centro-esquerda (para além do que possam fazer ser muito limitado) é um convite para que canalizemos nossa oposição ao capital em formas que não controlamos, formas que são parte da agressão capitalista contra a humanidade. (HOLLOWAY, 2003, p. 14).

Convém nos remetermos ao marco contemporâneo dessas políticas sociais públicas e suas construções ideológicas para podermos entender melhor como se conjugam com as lutas atuais.

Fontes da participação pública nas políticas sociais

É certo que em 1984 Margareth Thatcher, em relação à greve dos mineiros, já declarava que “Nas Falklands [Ilhas Malvinas] tivemos de enfrentar o inimigo externo. Aqui, o inimigo é interno, e é mais difícil lutar, e é mais perigoso para a liberdade” (apud ELEY, 2005, p. 531).

Voltemos um pouco mais atrás. O modelo de políticas sociais para o combate à pobreza foi formulado por McNamara, presidente do Banco Mundial no rastro da derrota dos Estados Unidos no Vietnã¹⁸⁶. **O intuito era claro: frear, isolar e liquidar os movimentos populares.** Para tanto, McNamara tratou de desenhar políticas focalizadas e compensatórias que não resultassem em mudanças estruturais do sistema. Com elas, tornar-se-ia mais fácil a governabilidade, e paralelamente a institucionalização dos movimentos, limando suas arestas antissistêmicas. E, finalmente, serviria como justificativa para

¹⁸⁶ McNamara graduou-se em Harvard, trabalhou na Price Waterhouse Corporation e durante a 2ª Guerra Mundial serviu a força aérea dos EUA, especializando-se na análise da eficiência e eficácia dos bombardeiros B-29. Posteriormente ingressou na Ford, sendo não apenas um dos responsáveis maiores pela expansão da companhia no pós-guerra, como se converteu no primeiro presidente da empresa que não era proveniente da família Ford. John Keneddy, em 1961, o propôs para dirigir o Pentágono, cargo no qual ficou até 1968, saindo para presidir o Banco Mundial.

criminalizar a pobreza, instalando-a como problema e, ao mesmo tempo, escondendo a sua contraparte, a riqueza.

Uma das consequências da gestão de McNamara foi assentar a ideia de que as ‘guerras de libertação nacional’ se ganhavam por questões políticas e não tecnológicas como estavam acostumados os militares. Daí a importância concedida para a pesquisa em matéria de engenharia de sistemas sociais (...) (ZIBECHI, 2010, p. 20).

Devemos compreender o Banco Mundial não como uma cruz mítica contra a qual parcela da esquerda joga pedras e entoa gritos de protesto, mas como um dos maiores centros de influência e de pesquisa para políticas e pensamento global. Foi convertido na principal referência intelectual dos que planejam as políticas sociais, e vem incorporando em seus discursos conceitos muito próximos, e mesmo similares, aos que são formulados pelos movimentos antissistêmicos. Um dos principais focos desta organização tem sido na contenção do comunismo e na derrota e disciplinamento do campo popular. Dentre suas principais conquistas está a de “(...) cooptar ideologicamente as elites dirigentes das esquerdas que (...) repetem ponto por ponto as diversas formulações do Banco no tocante às políticas sociais” (Ibidem, p. 18).

A análise de como nasceram e se desenvolveram as políticas públicas de luta contra a pobreza, adquirindo a importância que possuem em todo o mundo (em governos de esquerda e de direita), pode contribuir para iluminar as razões de fundo que inspiram programas sociais implementados por governos ditos progressistas, como o PT, bem como a destinação de verbas em convênios e programas aos movimentos sociais. Essa abordagem auxilia a entender, por exemplo, linhas da composição de classes da frente neodesenvolvimentista e as peças que fazem parte deste tabuleiro. Neste sentido, mais do que interessante, pode ser elucidativo perceber como, para Gonçalves (2012), o novo desenvolvimentismo indica diversas similitudes com as políticas do Consenso de Washington e Pós-consenso, bem como com políticas do Banco Mundial¹⁸⁷.

Ainda nos anos 1970, Hollis Chenery – economista chefe e vice-presidente do Banco Mundial – lança o livro *Redistribuição com crescimento*, que será o marco teórico

¹⁸⁷ Zibechi (2010, p. 46) também compartilha da perspectiva de que no essencial há uma continuidade nos modos de governo de países como o Brasil atual e as políticas propugnadas pelo Banco Mundial, ainda que destaque duas diferenças relevantes, como a perspectiva de políticas sociais massificadas e não apenas focadas, e a mudança das políticas macroeconômicas.

do período de McNamara. A diferenciação e estratificação entre pobreza relativa e absoluta apareceu no discurso anual de McNamara em 1972. Este discurso é repetido à exaustão – às vezes nas mínimas palavras – por distintos governantes, como pela presidente Dilma ao pretender investir no meio rural (o que, com razão, é comemorado pelo MST), sem, contudo, questionar a estrutura agrária nem a concentração da propriedade da terra – que são fatores fundamentais para se compreender a pobreza e a desigualdade no meio rural.

No referido trabalho, Chenery sustenta a necessidade de distribuição de uma parte do crescimento mediante reorientação dos investimentos em grupos em situação de pobreza absoluta sob diversas formas, como educação, créditos, obras públicas etc., com vistas a aumentar a produtividade e a inserção dos mais pobres no mercado, isto é, aumentando a extração da mais-valia relativa na exploração do trabalho. “Como se pode ver, neste enfoque – que já tem quase quatro décadas – anteciparam-se as lógicas que impregnam as políticas até os dias de hoje” (ZIBECHI, 2010, p. 23-24).

Vemos assim um aspecto do neoliberalismo que costuma escapar à maior parte das análises, mas consta da relatoria sobre Desenvolvimento Mundial do Banco em 1990 (um ano após o *caracazo* venezuelano em resposta a um pacote de ajustes realizados naquele país): a compensação focalizada da pobreza como binômio do ajuste, sendo dois lados de um mesmo processo de implantação de políticas neoliberais, abordando os "custos sociais" do ajuste para evitar as instabilidades políticas. E na relatoria de 1991 há a proposta do conceito de “governança” – exercício do poder político para administrar os assuntos da nação – como categoria de análise para enquadrar as relações entre governos, organizações sociais e instituições internacionais – facilitando a incorporação massiva de ONGs na promoção e participação popular no alívio à pobreza (ibidem, p. 27-28).

A gestão Wolfensohn, iniciada em 1995 e ao estilo McNamara, deu início a uma reforma administrativa do Banco Mundial. Com isso ampliou a política de consentimento e internalização da dominação, “Advogando a redução da pobreza e a equidade social como necessárias à estabilidade política e econômica internacional, a proteção ambiental e a sinergia entre desenvolvimento e paz” (PEREIRA, 2009, p. 234-235). Entre outras coisas a reforma se referia à

(...) criação de meios políticos e técnicos que assegurassem a liderança intelectual do Banco em todas as áreas relativas ao desenvolvimento, de modo a torná-lo um ‘banco do conhecimento’

(*knowledge bank*) por excelência, capaz de criar, estimular disseminar, promover e aplicar idéias que orientassem todo o arco de políticas públicas nos países clientes e guiassem o estabelecimento de ligações entre governos, empresários, ONGs e demais atores sociais (WOLFENSOHN, 1996: 1-5 apud PEREIRA, 2009, p.240).

O conjunto de medidas contidas nesta reforma administrativa do Banco Mundial

(...) daria substância, nos termos de Wolfensohn, a um ‘novo paradigma’, um ‘enfoque mais integrado de desenvolvimento’ voltado para os fundamentos sociais e institucionais necessários à valorização capitalista. Sem ‘instituições fortes e coesão social’, o desenvolvimento econômico jamais seria viável. "Fatores sociais, culturais e institucionais são a chave para o sucesso e a sustentabilidade" (PEREIRA, 2009, p. 241).

José Márcio Pereira (ibidem) demonstra no que consiste esta orientação:

Tratar-se-ia, na linguagem do Banco, de impulsionar a criação de incentivos microeconômicos que complementassem os fundamentos macroeconômicos do capitalismo neoliberal, mediante iniciativas que promovessem a internalização de regras de conduta social e o consentimento dos grupos sociais subalternos a canais limitados e corporativos de participação política e ação social.

Portanto, refere-se a todo um vocabulário oriundo do arsenal teórico e metodológico do Banco Mundial, em que “(...) Wolfensohn entoava loas ao "protagonismo da sociedade civil" e à necessidade de fortalecer ‘parcerias’ com organizações sociais" (Ibidem, p. 238), e que foi sendo assimilado pelos movimentos sociais e pela própria esquerda ao longo de três décadas. A presença cada vez maior destes conceitos entre a militância social (e universitária) não revela sua origem.

Deni Rubbo (2013) mostra – no terceiro capítulo de sua dissertação – como a política do Banco Mundial levou a introduzir a modernização da agricultura nos países em desenvolvimento, investindo recursos para a compra de terras e para o incremento da agricultura familiar, o que contribuiu decisivamente para que a reforma agrária saísse da agenda do governo. Mas, corroborando a dialética dos processos sociais, ao mesmo tempo internacionalizou as lutas camponesas (por exemplo, com a criação da Via Campesina).

Temos então uma condição singular do Banco Mundial, que lhe permite agir como ator político, intelectual e financeiro, graças ao fato de ser emprestador, formulador

de políticas, ator social e produtor e/ou veiculador de ideias sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem, alicerçando o desenvolvimento capitalista. O que permite que,

(...) por cima, seja feito o ajustamento estrutural em larga escala, através de agências e técnicos isolados do controle democrático. Por baixo, forneça a justificação ideológica de tais ajustes, através de conceitos como “desenvolvimento local”, “protagonismo” da comunidade, participação da sociedade civil. Para viabilizar essas operações, a instituição induz a cooptação de entidades e organizações do movimento social, em especial as ONGs. De modo que, de um lado, a “ação barulhenta das ONGs” propagandeia o “capitalismo sustentável” e “socialmente responsável”. De outro, a discreta eficiência dos lobbies empresariais assegura altas taxas de retorno econômico à custa da precarização das relações de trabalho, destruição ambiental, degeneração das relações sociais” (DOMINGUES, 2011).

Seguindo a lógica adota pelo Banco Mundial desde a presidência de McNamara, a política de reforma agrária preconizada por esta instituição almeja compensar os efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural neoliberais, defendidas pelo mesmo Banco.

4.6 Desenvolvimento das políticas de recuperação no Brasil

A concepção de políticas do Banco Mundial para o campo brasileiro, iniciadas de modo experimental em meados dos anos 1990 – tendo por principais programas no governo FHC o Cédula da Terra, o Banco da Terra, o Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação de Assentamentos – seguem praticamente incólumes nos anos seguintes – o principal programa no governo Lula foi o Programa Nacional de Crédito Fundiário, com três linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar. Não se trata apenas de semelhança nos nomes, mas das mesmas características entre os programas dos governos FHC e Lula:

Os programas Combate à Pobreza Rural e Nossa Primeira Terra são idênticos aos programas Cédula da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza do governo FHC. Da mesma forma, o Banco da Terra tem as mesmas características do Consolidação da Agricultura Familiar. Ou seja, são os mesmos programas apenas com pequenas modificações, mas a concepção central da

mercantilização da reforma agrária permanece igual (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p. 77).

Longe de corresponder a qualquer tipo de coincidência entre os distintos governos, o que podemos constatar é que se trata de uma mesma concepção de política agrária que é pensada estrategicamente pelo Banco Mundial, sendo elucidativa a passagem contida em documento do próprio Banco:

O modelo de reforma agrária através da distribuição de terras pelo governo é um círculo vicioso: a terra é redistribuída onde há conflitos sociais, e os conflitos sociais pressionam o programa de redistribuição de terras do governo (...) À medida que novas alternativas começam a fazer efeito, o governo poderá reduzir a ênfase nas desapropriações e, conseqüentemente, quebrar a ligação entre sua política de reforma agrária e os conflitos rurais (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 127 apud PEREIRA, 2013, p. 27).

Criadas e desenvolvidas num contexto de violência e crescimento das lutas sociais, estas políticas tiveram como um de seus principais objetivos diminuir a conflitualidade e o radicalismo contido no protagonismo das lutas de ação direta dos movimentos sociais, notadamente o MST. Como visto as táticas mudaram de governo para governo, ainda que se possa observar o traço comum em todos eles de privilegiar o acesso do agronegócio aos fundos públicos e de inexistir uma política efetiva de reforma agrária baseada na distribuição de terras. No governo Collor se optou simplificarmente pela repressão mais direta através da Polícia Federal. O governo FHC acentuou o processo de judicialização da luta, com, por exemplo, a emissão de liminares de reintegração de posse e despejo em menos de 24 horas, a prisão de lideranças (inclusive de forma preventiva) e a adoção do modelo de reforma agrária de mercado. Um dos marcos deste governo foi a publicação, em maio de 2001, da medida provisória 2.109-52, que passava a criminalizar as ocupações, privilegiando na outra ponta os latifundiários, fazendo com que uma terra ocupada ficasse por dois anos sem condição de desapropriação, dobrando o prazo no caso de reincidência. Nos governos Lula e Dilma a MP 2.109-52 não foi revogada, os índices de produtividade da terra – critério para desapropriação dos latifúndios por não cumprirem sua função social – não foram atualizados e, no caso do governo Dilma o número de terras concedidas para assentamentos atingiu os piores índices desde o governo Collor, resultando, como argumentamos acima, na redução do número de ocupações. Ainda

observam-se nos governo do PT a continuação e desenvolvimento do modelo de reforma agrária de mercado através de políticas públicas, programas de financiamento, “emancipação compulsória” de assentamentos, aprofundamento da fragmentação do campesinato e travamento na liberação de novas terras para a reforma agrária.

Já discorreremos sobre a capacidade recuperadora do capitalismo, que se apropria da luta da classe trabalhadora e inverte seus signos, passando então a servir como mecanismo de reprodução ampliada do capital. Às vezes, esse processo pode ser dar pela neutralização da radicalidade antissistêmica de organizações de luta da classe trabalhadora ou, então, pela recuperação de suas conquistas. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2013, p. 308), “(...) a política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios: *não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa "ajudar" o agronegócio*. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil”.

Um mecanismo utilizado para fazer com que a política de reforma agrária perca sua face mais radical, e mesmo progressista, convertendo-se em seu contrário, isto é, em prol de médios e grandes proprietários é explicitado por Ariovaldo com a *Medida Provisória do Bem* e as MP 422/08 (Lei nº 11.763/08) e MP 458 (Lei nº 11.952 - 25/06/2009), que serviram para a regularização fundiária de terras griladas na Amazônia Legal¹⁸⁸, a despeito de um discurso de benefício para os pequenos posseiros. Através desta artimanha “(...) dos 16,4 milhões de hectares sob apropriação ilegal no Pará, há 14 milhões de hectares sob controle dos médios e grandes proprietários. O mesmo ocorre no Mato Grosso, onde, do total de 11,4 milhões de hectares, os grandes e médios se apropriaram de 10,4 milhões” (ibidem, p. 317).

Outra forma, que vem sendo utilizada em todos os sucessivos governos democráticos é a de valorização da terra pela desapropriação para reforma agrária. Gerson Teixeira (2012), presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, explica que os custos do programa de reforma agrária são extremamente inflacionados, mas não pelos custos reais de financiamento de terras ou pelas necessidades de desenvolvimento dos assentamentos, mas pelos juros compensatórios incididos sobre os valores da

¹⁸⁸ Os estados que compõem a Amazônia Legal são: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso.

desapropriação. Estes juros compensatórios – que constam da data de contestação judicial pelos latifundiários dos preços colocados pelo governo, até o data de pagamento definitivo dado pela Justiça – atingem 12% ao ano, enquanto a Selic se encontra na casa dos 8%. Isso significa, na média, o aumento em mais da metade do valor principal indenizatório. Assim, a luta dos trabalhadores para o aumento das verbas para órgãos como Incra, em decorrência destes mecanismos de recuperação, acabam indo para os cofres do latifúndio¹⁸⁹. “Considere-se também a remuneração excessiva dos Títulos da Dívida Agrária – TDAs em alguns casos, corrigidos pela TR+6%. Enfim, são anomalias em benefício do latifúndio que encarecem o programa e que ardidamente são usadas para condená-la” (ibidem). Em dado momento do primeiro mandato de FHC, em que a renda da terra estava em baixa, esse artifício foi muito utilizado por latifundiários.

Mais uma das maneiras de diminuir o número de ocupações é fazer minguar o ânimo dos seus participantes, e as medidas políticas elencadas, de forma direta ou indireta, têm servido para tal propósito.

A violência física praticada a mando dos latifundiários ou do Estado contra os sem-terra não diminuiu as ocupações. Todavia, as medidas políticas têm sido eficazes para contê-las. É bom lembrar, no entanto, que contenção não significa solução. As medidas políticas são formas de controle da luta popular. Através do controle político, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-los refluir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua (FERNANDES 2013a, p. 227).

Diante desse quadro compreende-se melhor como o atual governo, assim como seus predecessores, está auxiliando a reproduzir uma estratégia de recuperação das lutas das organizações camponesas, inclusive com a paralisia na destinação de terras para a criação de novos assentamentos, e a divisão dos existentes, como observado nos governos Dilma.

A perspectiva aqui defendida, de que as políticas públicas podem funcionar como promotoras de obstáculos para a mobilização, sobretudo em governo oriundos da

¹⁸⁹ “O pagamento de precatórios pelo INCRA, preponderantemente resultantes do pagamento indevidos de ‘juros compensatórios’, já constitui a segunda ação da autarquia em demanda de recursos. Em 2012, foram R\$ 374 milhões nessa ação. Para 2013, a proposta orçamentária prevê R\$ 634 milhões, ou seja, um incremento de 70% para pagamento de precatórios” (TEIXEIRA, 2013).

esquerda (o que não significa imobilização), também é aventada por Raul Zibechi (2012b), para quem,

(...) os principais efeitos dos planos sociais são a redução da conflitividade. Isso no campo brasileiro é muito importante, pois o agronegócio cresce, avança e se apropria de terras dos quilombolas, dos ribeirinhos e também dos sem-terra. Não há reforma agrária, a conflitividade seria muito maior sem os planos (...) Para mim o mais problemático é a atual situação dos movimentos, movimentos importantes como o MST ou os sem-teto possuem muito mais dificuldade em manter a luta nas ruas que há dez anos (...) O tradicional 'sujeito operário' e o tradicional 'sujeito camponês' nos últimos dez anos estão ausentes. Isso é o primeiro a reconhecer. E não estou dizendo isso porque o MST deu errado, por motivos de traição, não é nada disso. Eu não compartilho a ideia da 'carta dos 51' (assinada por grupo dissidente do MST), eu compartilho do espírito, mas não o que está escrito (...) As políticas sociais fizeram muito dano, pois dividiram as lideranças das bases (...) Essa fragmentação é uma realidade nova que devemos aceitar, ainda que não gostemos.

Um dos laboratórios de como se dá a forma de participação nos governos do PT vem do Rio Grande do Sul. No governo de Tarso Genro se deu um desses modelos com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Nas palavras do governador¹⁹⁰,

O nosso conselho queria funcionar como uma câmara de concertação de grandes políticas para mudar o modelo de desenvolvimento e também ser um espaço construtor de um novo bloco social de apoio ao governo do presidente Lula ou, pelo menos, de neutralização de setores importantes do conservadorismo brasileiro. Considerando esses objetivos, a composição do Conselho contemplou um leque de forças muito amplo. Tínhamos desde os banqueiros até o MST, desde a CUT e demais centrais sindicais até ONGs. Tínhamos desde empresários de direita até empresários mais progressistas. Formou, assim, um leque muito amplo da sociedade brasileira. E esse leque era muito representativo. As pessoas que estavam lá sentiram desde o começo que tinham que usar a sua capacidade argumentativa para passar alguma proposta e que, em alguns pontos, teriam que ceder para pudessem exercer influência.

De fato, este processo democrático é bem elucidativo, pois, busca a união e a integração entre elementos a princípio antagônicos:

¹⁹⁰ Cf.: Genro, O "conselhão" é um grande exercício da democracia brasileira. **Carta Maior**, s/d. Disponível em: <<http://10anos.cdes.gov.br/pt-br/node/44>>.

Houve um momento símbolo do Conselho, onde estava o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) em um computador redigindo um texto em conjunto com um dos líderes do MST. Era um texto sobre a reforma agrária e o desenvolvimento agrário do Brasil. Na democracia as pessoas têm que conversar mesmo que não gostem uma da outra. A conversação é um elemento importante da política e ajuda as pessoas a firmarem suas convicções de maneira mais profunda ou superarem suas convicções quando se sentem flagradas em erro conceitual ou coisa parecida (ibidem).

Procurando expulsar a contradição do real pelos cabelos, restaria apenas a lógica capitalista de integração.

Para Gilmar Mauro (2013)¹⁹¹, de fato ocorre uma abertura maior para o diálogo com a chegada do PT ao governo federal, o que, traz em si riscos, mas também potencialidades.

Mas é evidente que a entrada do governo Lula permitiu – e há um processo de democratização – que permite acessar determinadas políticas públicas sem a mediação do próprio movimento social. Então muitos trabalhadores, mesmo dos assentamentos, marcam reunião no Incra, em Brasília, sem a necessidade de uma organização por trás para conseguir isso. Em tempos outros era preciso fazer uma luta para conseguir uma audiência. O governo acaba, em certo sentido, substituindo a mediação social por formas participativas, mesmo que essa participação não seja tão substantiva (quase *pró forma*), de certa forma ela cria outros espaços de um diálogo mais direto entre governo e povo. Antes você tinha que estar na organização para marcar uma audiência, e hoje não, você vai lá, marca e recebe promessas, este é um ingrediente de novo tipo, o diálogo (ainda mais com o Lula que tem uma retórica impressionante) (...) Então isso afetou as organizações sociais, você tem aberturas de maior participação social (fóruns, conselhos), vai criando outras formas de fazer o governo. De um lado esquerdista pode desconsiderar isso como não servindo para nada, mas em tempos neoliberais [o povo] está envolvido, cria-se espaços onde as pessoas se reúnem, participam de alguma forma.

Mas, qual seria o balanço, após uma década de governo do PT? Os avanços e acúmulos de consciência política foram mais proeminentes do que o acomodamento das lutas na forma gestorial do Estado?

¹⁹¹ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

Ainda para Gilmar, “Há algumas diferenças quanto ao trato, talvez, maior participação, o que é sempre um perigo, mas eu não defendo a volta da situação pior. Quanto melhor, melhor” (ibidem). Contudo, como ele reconhece, sem organização e consciência política, o que estava ruim pode ficar pior¹⁹².

No capitalismo, a classe que explora também dita o quadro e as modalidades de organização dos explorados. A auto-organização dos capitalistas impõe a lógica de hetero-organização da classe trabalhadora. As formas que condicionam a gestão das políticas públicas (mesmo sob o fetiche democrático) obedecem a este princípio de amarras institucionais para a manutenção da estrutura social dominante. É a partir desta premissa que se pode constatar o tipo de ligação que vem se realizando com o MST e representantes do grande capital, como empresas transnacionais e banqueiros, mediados pelo quadro institucional do governo, fator esse observável do sul ao nordeste do país, como podemos verificar também com a argumentação de Arlete Santos (2013a, p. 289):

Outro fator que merece destaque é que, ao lutar pela implementação de políticas públicas pontuais por meio dos seus representantes, o MST deixa de fazer a luta de classes, capaz de forjar as condições objetivas reais para a verdadeira transformação social, como preconiza o socialismo, e passa a receber, apenas, pequenas conquistas, in loco, do governo, por meio de reivindicação dos representantes de cada regional.

A pesquisadora ainda chega a uma conclusão mais dura sobre o quadro baiano do Movimento,

Ao que parece, na Bahia, o MST, ao se inserir nas políticas de Estado, além de ocupar cargos da burocracia estatal, vem buscando mudanças apenas conjunturais, se adentrando e acomodando ao sistema capitalista, na lógica da socialdemocracia, perdendo o seu caráter de movimento revolucionário e ganhando o status de pequeno-burguês (ibidem).

A “governança” quando utiliza a participação social como instrumento para que os movimentos e organizações da classe trabalhadora administrem democraticamente a

¹⁹² Contudo, segundo este dirigente do MST, “Nós nunca formalmente fomos convocados para esta frente (desenvolvimentista), até participamos de umas quatro reuniões do ‘conselhão’ no início do governo Lula e saímos porque vimos que não havia futuro. Então, não há uma participação formal do nosso movimento, o que não significa que não tenha algum um tipo de participação nessas negociações. Em tempos de crise é evidente que talvez se aflore esse viés mais sindical, economicista” (MAURO, 2013).

crise do sistema capitalista, participando de instâncias e conselhos governamentais (geralmente de terceiro e quarto escalão) sem grandes capacidades de mudanças estruturais, tendem a levar à perda de referencial emancipador. Obviamente, não se trata de desconsiderar os avanços democráticos e as experiências participativas conquistadas arduamente, nem seu valor enquanto processo pedagógico, e mesmo alguns casos em que, apesar de suas limitações, conseguem resultados mais avançados do ponto de vista sociopolítico de protagonismo popular.

Contudo, como temos observado até aqui, se, nesse processo dialético, por um lado, não parece ser politicamente eficaz na atual conjuntura que os movimentos sociais adotem posições de negação completa nas instâncias participativas do governo¹⁹³, por outro lado, a adesão inocente ou ingênua (ou até integral) a estas formas heterônomas de organização, como outra face da mesma moeda, pode ser muito nociva.

4.7 Tecnificação da militância

Mike Davis (2006) irá assinalar outro aspecto desse processo, de contenção e recuperação das lutas, que envolve o pensamento estratégico do Banco Mundial, decorrente da massificação das ONGs desde a década de 1990. Isto teve por efeito a conquista de espaços sociais e políticos tradicionalmente ocupados pela esquerda e por movimentos de base, inclusive “cooptando” os líderes locais, burocratizando e desradicalizando os movimentos sociais urbanos. Esse processo de profissionalização das ONGs – através do desenho político do Banco Mundial – foi acompanhado da necessidade de os movimentos sociais competirem por recursos, levando-os também a uma maior institucionalização e profissionalização, com a necessidade de constituição de equipes com formação universitária e especializada para atuarem em distintas frentes: na composição de projetos, na concorrência por editais, no cumprimento das metas e na prestação de contas. Essas mudanças que se produzem no interior dos movimentos sociais, com profissionais que trabalham remuneradamente para eles, é algo distinto de uma situação em que militantes

¹⁹³ Como ocorre, por exemplo, com os indígenas mexicanos do Exército Zapatista de Libertação Nacional. No entanto, isso está ligado às especificidades próprias desse movimento, que não são generalizáveis para outros contextos (cf.: HILSENBECK FILHO, 2007).

profissionais (comumente) se dedicam à (e acreditam na) causa e podem receber algum auxílio ou “liberação”¹⁹⁴.

No entanto, dada a melhora econômica do país, ocorre uma relação inversa, a nosso ver danosa para os movimentos sociais. Um exemplo concreto é dado pelo MST: parte de sua militância encontra-se em condições econômicas piores que a dos demais membros de assentamentos e ocupações (que acabam por trabalhar em setores como a construção civil).

Nós vivemos uma situação, vou ser bem honesto com vocês, a classe trabalhadora em geral e até nossa categoria melhorou o nível de renda, e a organização piorou de renda, a militância é pobre, está pior do que assentados, porque está militando, correndo. Temos que buscar alternativas econômicas fora, através de trabalhos outros, o que não era comum há tempos atrás. Estamos vivendo uma situação de que a militância até quer continuar no MST, mas está tendo que buscar outras alternativas econômicas. O partido de esquerda, de forma geral, é sustentado pela militância. E o movimento social? Temos que pensar novas formas organizativas no MST em que muitas pessoas que estão lecionando, são médicos, que não estão todos os dias também fazem parte do MST; claro que tem que ter os militantes 24 horas, que tem que segurar as coisas (MAURO, 2013)¹⁹⁵.

Apesar dessas dificuldades enormes, que reconhecemos, constatamos, ao mesmo tempo, uma característica da militância política atual que consiste no desenvolvimento de técnicas disciplinares de engajamento político, alicerçado na tríade gerencial de projeto, planejamento e relatório. Em torno de técnicas administrativas é

¹⁹⁴ Esse processo em si não é novo, sendo observável na redemocratização do país e com as primeiras prefeituras do PT. “A categoria da autonomia, tão importante nos anos 70, passou a ser um tanto problemática, pois a partir de 1982, com as mudanças no cenário político, os movimentos foram “convidados” a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações. (...) O aprofundamento do processo de transição democrática, com a ascensão de líderes da oposição, de vários matizes, a cargos no parlamento e na administração de postos governamentais, levou progressivamente ao desaparecimento a questão da autonomia dos discursos dos movimentos e das análises dos pesquisadores. O Estado, nessa conjuntura, não era simplesmente o adversário dos movimentos mas seu principal interlocutor” (GOHN, 2000, p. 287-288). Com a ascensão das prefeituras do PT, no final nos anos 1980, ocorreu um processo maior de capacitação técnica das lideranças populares para que passassem a atuar diretamente na formulação e gestão das políticas públicas locais, transformando vários dirigentes de movimentos em dirigentes de órgãos públicos.

¹⁹⁵ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013. Também pudemos constatar essa situação em alguns acampamentos que visitamos, mas sobretudo nas ocupações. Como nos disse uma das lideranças locais do MST: “Veja, eu sou liderança, do Movimento, mas não tenho dinheiro para comprar um botijão de gás para preparar a refeição, tendo que fazê-la no fogo a lenha”. Não era incomum de tempos em tempos, num ato de solidariedade, haver arrecadação de alimentos para distribuir entre algumas pessoas, inclusive lideranças.

realizada a convergência entre a cultura gerencial e a cultura política de esquerda, que passa a disciplinar não apenas os textos, mas a submeter a prática ao crivo desta forma. E por que não, a ideologia? Essa mudança se reflete diretamente na organização dos movimentos sociais, como o MST.

Convém explicitar a opinião de um jovem assentado do Movimento – que se formou num curso de comunicação social mediante parceria de uma Universidade do nordeste com o Movimento – sobre a questão da formação, que para ele não pode ser considerada apenas de forma ampla e abstrata, como pesquisas sobre o processo de educação no MST o fazem, mas tem que ser mediada por critérios concretos.

A formação não envolve apenas o conteúdo, mas também quem se forma, se este é um militante, se ele é assentado, se tinha formação política prévia ou não. Muito conhecimento de técnicos (os quais o MST necessita para manter sua estrutura de cooperativas, projetos etc.), acaba sendo conhecimentos muito mais aproveitáveis ao sistema, sem crítica. Ocorre isso com alguns militantes que têm que ganhar a vida e passam a ter uma relação com o MST de empregador, às vezes são militantes, noutras não, são apenas funcionários. Você perde qualidade ideológica e política¹⁹⁶.

Haveria uma contradição em que se enredaram os movimentos sociais com a implantação de políticas públicas e suas formas de gestão. Os movimentos se configuram na construção de espaços públicos, na permanente negociação, almejando a ampliação dos direitos coletivos e a construção de uma nova sociabilidade de cunho democrático; porém, o capitalismo reconfigurou estes espaços, deslocando a esfera pública para o mercado (GOULART, 2009)¹⁹⁷.

Tendo caído na malha cada vez mais fina da rede de políticas públicas, de processos participativos e governabilidades, que formas anticapitalistas a luta necessita assumir para romper com esta situação?

¹⁹⁶ Pesquisa de campo, nordeste do país 30/09/2012.

¹⁹⁷ Para Débora Goulart (2009), no “(...) novo cenário de confrontação política, os movimentos redirecionaram sua esfera de ação para a participação na definição de políticas através dos conselhos de representação de interesses, na tentativa da construção e negociação de novos direitos, não somente tratando do plano dos direitos oficiais estatais, mas considerando os direitos emergentes da prática social, ampliando a esfera de participação dos diferentes movimentos e priorizando o canal institucional de conquistas, o que gera uma aproximação das ONGs (Organizações Não Governamentais) com os movimentos sociais, num primeiro momento como assessoria e posteriormente, nos anos 1990, como substituto dos mesmos”.

De forma pragmática, uma assentada com quem conversamos resumiu a questão¹⁹⁸. Perguntou-nos, retoricamente, quem o Movimento deveria enviar no momento de levar adiante os convênios e as cooperativas e de negociar melhores condições. Respondeu que obviamente os mais bem preparados, os que organizavam ocupações e que eram lideranças políticas locais, desfalcando assim os espaços de formação e militância. Deste modo, concluiu, militantes que há anos dirigiam lutas de ação direta e se reuniam para projetar como enfrentar o capital estão hoje em reuniões para viabilizar cooperativas, padarias, cumprindo um papel que legitima as políticas do governo, em vez de estarem organizando a luta.

Esse quadro foi constatado por Nadir Lara Júnior (2010), que identifica nos movimentos a passagem de uma formação política para uma formação técnico-instrumental, funcional para mover-se pelos labirintos das burocracias públicas, e, por que não, empresariais. Na pesquisa de Nadir sobre o MST, percebe-se que os movimentos, ao enveredarem por uma análise de mundo pragmática, estão reproduzindo um tipo de perspectiva pragmática-individualista, em que a Igreja Pentecostal, com sua “teologia da prosperidade” e o individualismo de mercado, é muito mais especializada. Isso tem impactos profundos no Movimento, que já há muito tempo lida com a influência evangélica na sua base, influência auxiliada pelo pragmatismo político¹⁹⁹.

Estaríamos diante de uma dicotomia? A manutenção e a reprodução das estruturas dos assentamentos estariam sufocando a ação direta e a criação de novas práticas, de sociabilidades alternativas e de relações cotidianas gestadas na base e não em gabinetes? Seria este o fio da navalha?

Com estas considerações esperamos deixar claro que não estamos procedendo a uma dicotomia entre tipos de saber, mas entre relações de poder. Nas experiências práticas de luta dos movimentos sociais – como o MST – há diversas dimensões e graus de compromisso, seja de ordem técnica, organizativa, produtiva, estética etc., que permitem a diversidade de formas na construção do significado político dessas ações. Isso significa que

¹⁹⁸ Pesquisa de campo, sudeste do país, 24/07/2012.

¹⁹⁹ Exemplo desse impacto, como relatamos na página X, foi a divisão de um assentamento entre um grupo político pertencente à organicidade do MST e outro formado por evangélicos que discordavam dos posicionamentos ideológicos do Movimento. Essa situação se aprofundou quando o grupo vinculado ao MST se dividiu entre os que apoiavam e trabalhavam para candidatos ligados ao PT e outros ao Psol, havendo ainda os que não apoiavam nenhum partido eleitoral.

independentemente das reivindicações mais imediatas da luta, esta é definida pela forma social em que é desenvolvida e que permite a materialidade de modos de vida alternativos às relações capitalistas. Neste processo, os conhecimentos de técnicos (arquitetos, agrônomos, sociólogos, enfermeiros, engenheiros etc.) se fazem também fundamentais (junto com muitos saberes não moldados na universidade) e possibilitam um diálogo com vistas a uma síntese dialética, na qual o resultado se mostra qualitativamente superior às limitações das diversas posições envolvidas e demarcadas. Isso suscita experimentações distintas da vida sob a égide dos valores do capital, permite a construção de germens antissistêmicos. É o que sucede com os ensaios e tentativas que envolvem as parcerias entre, por exemplo, o coletivo de arquitetura autogestionado Usina e o MST (ARANTES et al., 2010; 2012), a junção entre o MST e coletivos culturais, como o grupo de teatro Dolores Boca Aberta Mecnatrônica de Artes (HILSENBECK FILHO, 2012) ou a formação da Escola de Samba Unidos da Lona Preta (TIARAJÚ, 2009), ou com incubadoras como a ITCP-Unicamp que auxilia em diversas atividades junto a assentamentos e acampamentos, indo do aspecto técnico de produção à educação de jovens e adultos e cirandas infantis, ou ainda na formação de um curso universitário voltado à realidade de assentados²⁰⁰.

A conquista de políticas públicas, a consolidação de cooperativas produtivas, o acesso a financiamentos permitiram a construção de mecanismos que garantiram ao MST a qualificação e profissionalização da militância, além da continuidade das lutas de enfrentamento num patamar superior. Contudo, esses mesmos mecanismos contêm os elementos do seu contrário, que podem travar essas mesmas lutas, encastelando-as nos meandros de burocracias, secretarias, departamentos, institutos e faculdades.

A classe trabalhadora no capitalismo apresenta em seu cotidiano formas de resistência mais passivas e individuais, sendo sazonais os momentos de luta mais diretos, ainda que sejam períodos fundamentais de novas formas de socializações políticas. A criação de um mundo novo, por mais inventivos e criativos que sejam os atores coletivos envolvidos, necessita de espaços políticos instituídos, pois não se pode viver o tempo todo em condição de mobilização, tendo que haver graus de institucionalização e de instituições

²⁰⁰ Tivemos o prazer e o privilégio de conhecer e/ou participar de algumas dessas experiências, seja nas aulas de EJA; em mutirões de construção de moradia; em cursos de formação; compondo a comissão para a criação de um curso de Pedagogia da Terra etc., o que nos permitiu verificar a potencialidade dessas trocas de saberes, bem como identificar limites e dificuldades nessas formas de relação.

sociais (CASTORIADIS, 1979a). No entanto, na relação e na passagem do instituinte ao instituído, o trajeto pode neutralizar os aspectos mais radicais e antissistêmicos.

Embora possa parecer muito difícil, os impactos das exigências e formatos das políticas sociais adentram mesmo o imaginário e linguajar que se pretende mais crítico. Deste modo, expressões como “*o Estado deve se aproximar do povo*”; “*fomentar a participação social*”; “*fortalecimento da autonomia e o empoderamento dos pobres*”; “*promover a mobilização dos pobres nas organizações locais para que fiscalizem as instituições estatais, participem do processo decisório local*”, ao contrário do que possam sugerir, não são programas de alguma esquerda autônoma, mas propostas que constam nas Relatorias do Banco Mundial de 1997 e 2001²⁰¹.

Pelo exposto, percebe-se que os vínculos são feitos quando o Movimento compõe o conjunto de grupos visando à governabilidade, definindo aspectos destas políticas e sendo responsável por implementá-las. Também sucede quando as cooperativas do MST, que são agraciadas com financiamentos e parcerias governamentais, inserem os grupos vulneráveis, mas politizados e organizados, no mercado privado por meio de vínculos com processos produtivos “sustentáveis”, como mostrado no tópico sobre *empresas e MST*.

Vemos, assim, um reordenamento da lógica de gestão do Estado e a integração da ação política dos movimentos sociais à nova lógica gerencial de governo. Numa manifestação de perda de referência social, busca-se fantasiosamente superar as barreiras de classe em favor de uma cidadania limitada, que se atrela e se fundamenta no mercado.

Para Francisco de Oliveira (2007), estaríamos diante de uma nova forma de dominação, em que os de baixo realizam a “revolução moral”, mas esta se transforma deformadamente em capitulação diante da exploração. Nessa “hegemonia às avessas”, as políticas sociais cumpririam o papel de compensar o aprofundamento do modelo neoliberal.

²⁰¹ Ainda que tenham sido utilizadas, por exemplo, por Stédile para justificar a participação nas eleições (como explicitamos anteriormente). Essa situação é generalizada, e, como nos lembrou João Bernado, numa época histórica em que os conceitos e as palavras podem exprimir o seu contrário, que sentido têm as palavras, quando se julga que têm um significado único? As pressões práticas podem esclarecer as ambiguidades das palavras, ainda que essas ambiguidades possam permanecer no campo da ideologia na forma de palavras gastas. As palavras podem significar algo e com o tempo o seu contrário, ou puramente deixar de significar o que já significaram. Cabe à pesquisa científica definir estes termos o mais rigorosamente possível. Para tal, na análise dos movimentos sociais é importante não separar os discursos e bandeiras levantadas das práticas realizadas.

O mais grave talvez seja o fato de contribuir para o enfraquecimento dos movimentos sociais, despolitizando o tema da pobreza e da desigualdade ao transformá-las em questões administrativas.

Percebe-se que “vitória” e “derrota” são termos ambíguos. Estas são de vários tipos, e uma necessariamente leva as marcas da outra, condicionando as formas como as classes desenvolverão suas lutas. Assim, há derrotas e derrotas, elas não são iguais, e as derrotas internas que não são reconhecidas costumam ser as mais perigosas, pois são assimiladas equivocadamente como vitórias. Isso seria agravado pelo fato de o pensamento crítico hegemônico não ter desenvolvido ainda ferramentas analíticas para compreender este cenário, pois,

A maior parte dos movimentos e dos intelectuais de esquerda seguem empenhados em visualizar os governos progressistas como o mal menor, diante do temor da restauração das direitas conservadoras, com as quais algumas esquerdas têm cada vez menos diferenças (ZIBECHI, 2010, p. 121).

Essa perspectiva parece ser dominante no MST, na medida em que entende os atuais governos do PT como de composição de classes, em oposição ao “imperialismo” e aos projetos neoliberais dos governos passados. Conforme Stédile (2012)²⁰²,

No plano econômico, o próprio governo tem se auto-definido como neo-desenvolvimentista. É uma alternativa importante ao projeto tucano e do imperialismo, o neoliberalismo. O neo-desenvolvimentismo procura desenvolver políticas que gerem crescimento econômico e distribuição de renda. Isso é importante, porém insuficiente.

Assim sendo, qual seria o efeito dessa concepção para a classe trabalhadora organizada nos movimentos sociais?

4.8 Burocratização e Movimentos Sociais: uma tendência intrínseca?

Muitos analistas dos movimentos sociais, embora de matrizes teóricas distintas, coincidem no fato de que haveria nestes uma tendência inerente à burocratização. De acordo com Ricci (2009), ao ingressarem no Estado, os movimentos, que antes exigiam

²⁰² Cf.: Dilma se aproxima dos Sem Terra com Stédile, do MST. 247, 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/92316/>>.

inclusão social, acabam engolidos pela lógica da burocracia pública²⁰³. A tese de Michels (1996), que convém lembrar aqui, é que ocorre uma metamorfose das massas quando aderem ao partido e passam a ganhar vantagens nessa transição; o crescimento levaria ao aumento do burocratismo (aliado ao eleitorismo), robustecendo o conservadorismo e os aspectos reformistas das organizações, ambos se reforçando reciprocamente; desse modo, os movimentos obedeceriam, mais ou menos, à seguinte lógica: a luta requer organização, o que demanda um aparelho permanente, uma burocracia assalariada (ou liberada), a partir de então o movimento passa a se dedicar a atividades econômicas próprias; os militantes forçosamente tornam-se burocratas, administradores de companhias de seguro, de cooperativas, gerentes de editais governamentais; assim se consolidaria sua transformação em pequena burguesia.

Claus Offe (1998), por sua vez, sublinha a dificuldade de continuidade dos movimentos sociais, geralmente assentados em bases organizativas frágeis, o que, muitas vezes, os leva ao pragmatismo, à experimentação de diferentes ideologias, sem programas definidos; suas lutas defensivas, para atingirem os objetivos, necessitam de novas leis, de união com forças parlamentares, havendo uma tendência a fazer alianças; também conforme este autor haveria uma tendência à burocratização dos movimentos, proporcional ao seu crescimento.

Também Zibechi (2010)²⁰⁴ acredita que a institucionalização e o funcionamento burocratizado seriam tendências presentes em qualquer organização, ainda que não seja um processo inevitável. No entanto, essa situação estaria tendo condições propícias na América Latina devido à abertura de canais de participação – tal como apregoados pelo Banco Mundial – e pela participação de quadros dos movimentos no aparato estatal. Esta perspectiva é endossada por Gohn (2000), que percebe o processo de institucionalização na

²⁰³ No caso específico brasileiro, e notadamente do MST, a leitura que Rudá Ricci (2009) realiza é a de que: “A grande maioria dos movimentos sociais não é mais movimento social, é organização (...) O MST não é mais movimento social, mas sim é uma organização que tem força de mobilização social. Isso é diferente. Do ponto de vista do MST, isso é interessante, porque significa que ele tem gastos mensais, que ele disputa o mercado com outras ONGs para conseguir recursos. Com isso, ele tenta se autorreferenciar e se autorreproduzir (...) O fato é que no Brasil nós não temos mais uma agenda nacional. Nós temos movimentos sociais que mais uma vez se amoldaram à lógica do Estado brasileiro”.

²⁰⁴ Cabe observar que para Zibechi (2010, p. 72), o MST é um dos movimentos que resistem a este processo de recuperação de suas lutas e a transformação em organização: “Os que resistem (Sem Terra do Brasil...) sofrem um enorme isolamento que, com frequência, se converte em abuso estatal-policial”.

operacionalização de projetos – que necessitam de verbas, qualificação, avaliações, indicadores para continuidade etc. – o que faz com que a pressão e reivindicação direta nas ruas convertam-se, a partir dos anos 1990, em ações voltadas para a obtenção de projetos de parceria com setores públicos e privados, o que acarreta a diminuição dos atos de protesto e o decréscimo da militância. Por outro lado, a partir destas confluências, os movimentos sociais seriam os responsáveis pela reatualização do sistema político, ao também produzirem elites políticas para corporações, serviços públicos, empresas, escolas etc., institucionalizando práticas sociais e modificando a linguagem cultural de uma dada época (MELUCCI, 1996), isto é, fornecendo os quadros técnicos qualificados para a burocracia gestorial.

Esse fato, das habilidades adquiridas nas lutas sociais serem aproveitadas nas funções de governo, se por um acaso ainda pode causar surpresa no campo da militância de esquerda, já é uma constante no âmbito das empresas capitalistas. Os capitalistas passaram a estimular tanto a emoção quanto a racionalidade dos trabalhadores, desenvolveram dinâmicas que ultrapassavam as rígidas hierarquias entre estes e os gestores (e criaram outras tantas distinções entre os trabalhadores). A inteligência, a emoção, a criatividade, o entusiasmo e a afetividade dos trabalhadores passaram a ser estimuladas enquanto componentes a serem explorados para maximizar a extração de mais-valia. O livro *O novo espírito do capitalismo* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) descreve a colocação em prática, pela confederação patronal, do toyotismo na França, como forma de recuperação das reivindicações e das lutas do movimento operário após Maio-Junho de 1968. Em artigos e trabalhos acadêmicos dos administradores de empresas encontram-se referências – como fontes inspiradoras do toyotismo – ao modelo de produção do socialismo iugoslavo. Numa reportagem de uma revista de gestão de pessoas, mostram-se alguns casos de empresários procurarem para seu quadro de funcionários (de uma empresa de defensivos agrícolas) pessoas que participam de movimentos sociais, por colocarem o “coletivo” em primeiro plano, e não o individual. E antropólogos estão sendo recrutados para pesquisas de campo, às vezes por meses, nas periferias em que reside a “nova classe média” (a categorização C e D de consumo), a fim de fazer relatórios sobre seus hábitos e padrões de

consumo e preferências²⁰⁵.

Mas, voltando nossa atenção para baixo e à esquerda, talvez tenha sido Jean-Paul Marat (1774) – uma década e meia antes da Revolução Francesa – o primeiro a compreender a burocratização das lutas sociais. Em sua experiência, a burocratização não começava pela improbidade dos dirigentes, mas pela passividade das bases. Poucos dirigentes seriam incapazes de burocratizar um movimento se houvesse uma base ativa e soberana. Apenas na falta desta é que ascenderia lentamente a direção burocratizada de uns poucos.

No caso brasileiro, para diversos analistas, uma das características centrais dos governos do PT consiste no empenho, bem-sucedido, do governo Lula em despolitizar os conflitos que seriam arbitrados pela negociação entre grupos de interesse (VIANNA, 2007). Pode-se depreender que, ao realizar tal função de “arbitragem”, mas a partir de um pacto social em que se apresenta às diversas classes sociais com projetos diferentes, o governo Lula, e na sequência o governo Dilma, conseguem dificultar a mobilização social organizada em formas tradicionais, como partidos e sindicatos e mesmo movimentos. Para Singer (2012) ocorre uma rearticulação ideológica, que tiraria a centralidade do conflito entre direita e esquerda, reconstruindo-o a partir da dicotomia entre pobres e ricos.

Poderíamos compreender, pelo já exposto, as políticas sociais como um dos mecanismos fundamentais dos novos modos de dominação e recuperação das lutas sociais. A busca por governabilidade é realizada graças à neutralização dos aspectos mais radicais e classistas dos movimentos sociais autônomos. As políticas sociais nos espaços e territórios de resistência levariam a uma presença do governo e do capital no interior dos movimentos, o que remodelaria de dentro o campo popular e, desse modo, o submeteria às práticas de governabilidade. Tais mudanças internas – em relação ao sistema político e da organização dos movimentos – seriam fruto, entre outras, do debilitamento das instâncias de democracia direta (como as assembleias enquanto espaços reais de deliberação e não apenas de informação) e da formação de um quadro técnico e burocrático distante do cotidiano da base.

²⁰⁵ Cf.: Grandes empresas recrutam antropólogos. Saiba por quê. Você S/A, 15 jun. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/180/noticias/antropologos-corporativos?page=1>>. E para uma análise sobre o papel de antropólogos à serviço de intervenções militares, cf.: LÓPEZ Y RIVAS, 2011. Para perspectivas de esquerda sobre esse processo de assimilação das lutas autônomas que culminaram no toyotismo, ver Maurício Tragtenberg (1986; 2010); João Bernardo (2011c).

No entender de Pinassi (2009), o MST se encontra de fato numa encruzilhada em decorrência de seu atrelamento às políticas governamentais.

Nessa medida, ou o movimento continua ocorrendo para as políticas públicas e abandona o confronto mais radical contra o capital deixando à deriva a maioria de sua militância acampada e precariamente assentada. Ou rompe com essa perspectiva da política que reproduz as condições materiais que tornam o MST tão necessário.

Conforme Marcelo Lopes de Souza (2013), as políticas públicas, ao enredarem os movimentos na malha da institucionalização, acabam por retirar-lhes a autonomia e burocratizá-los, pois,

A burocratização se estabelece quando uma organização de ativistas começa a funcionar como uma ‘repartição pública’, um apêndice do Estado, e, internamente, seus líderes se comportam como ‘funcionários’ personalistas e ‘caciques’, afastando-se mais e mais da base social e comprometendo a força social do ativismo. É isso que, nos últimos anos, aconteceu de modo evidente: adensou-se todo um circuito de ‘ativistas-funcionários’, direta ou indiretamente vinculados a partidos governistas (e, às vezes, a ONGs também).

A vinculação heterônoma dos movimentos sociais com as políticas públicas se constitui como uma das rupturas mais notáveis que se produziram com a segunda geração de políticas sociais, segundo Zibechi (2011). Por um lado, se introduzem mudanças nas formas de vida, aplacando um cotidiano de pobreza extrema. Por outro lado, as causas da pobreza são coisificadas e se põe em primeiro plano a identidade de “beneficiários”, apagando o conflito por direitos e sua politização.

Em resumo, os programas sociais governamentais que são concedidos e as políticas que são conquistadas pela luta reivindicativa costumam, assim, ser revertidos em contenção e controle destas lutas.

Caberia agora perguntar: como parcela significativa da esquerda está reagindo a essa situação?

4.9 Socialismo da Miséria

Conforme um argumento corrente, os programas sociais teriam impacto nos movimentos sociais no tocante apenas ao decréscimo de sua base potencial, arrefecendo

ímpetus e disposições de luta daqueles que estariam no alicerce da pirâmide econômica e social.

Tentamos argumentar até o momento que este não é sequer o efeito mais relevante dessas políticas, sendo mais profundas suas marcas. No entanto, discorramos um pouco sobre a diminuição das bases sociais dos movimentos em consequência das políticas governamentais, o que tem certamente um efeito que não pode ser desprezado.

Zibechi (2010, p. 65) procura sustentar que o aumento da renda seria inversamente proporcional à disposição de lutar:

(...) o ascenso das classes médias e a melhora da vida cotidiana dos pobres, ainda que se mantenha ou siga crescendo a desigualdade, diminuiu as bases sociais dos movimentos. Se o sistema oferece melhora social, a luta pode esperar. Esse sempre foi o raciocínio das classes populares. Além disso, a base social de movimentos como os Sem Terra e os Sem Teto, que se localizam na franja mais pobre, reduziu-se consideravelmente.

Em outra passagem o autor reforça esse argumento (p. 102), dizendo:

Em toda a região [da América Latina], os beneficiários [de políticas sociais] são mais de cem milhões de pobres que, por um lado, melhoraram sua situação material, mas têm agora menos motivos para organizar-se em movimentos sociais.

Por sua vez, Rudá Ricci vê uma intenção dos governos do PT de esvaziamento do MST (e não propriamente enfrentamento),

O MST vive uma situação difícil e contraditória. Difícil, porque sua base social, que é a pobreza e a miséria rurais, vêm se extinguindo, via Bolsa Família, aposentadorias e pleno emprego nas periferias. Isso retira o apelo da luta pela terra. Contradição, porque o MST vive muito do repasse de verbas públicas, como as centrais sindicais. Pode até fazer pressão, mas é uma situação delicada²⁰⁶.

E Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2013, p. 309)²⁰⁷, percebe uma relação em que

²⁰⁶ Cf.: MST não dá trégua a Dilma... **Último Segundo**, 30 abr. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mst+nao+da+tregua+a+dilma+e+faz+70+invasoes+no+abril+vermelh o/n1300120762975.html>>.

²⁰⁷ O autor cita dados da CPT para fundamentar sua argumentação: “(...) o número de ocupações de terras, que bateu o recorde em 2004, com mais de 76 mil famílias, ficou, em 2006, em 46 mil famílias mobilizadas; em 2007, foram 37 mil e, em 2008, pouco mais de 25 mil. O número de famílias novas que foram para os

(...) o refluxo dos movimentos de massas e o fluxo dos recursos financeiros governamentais, canalizados para as políticas compensatórias (bolsas de todos os tipos e estilos etc.), estariam aquietando aqueles que lutaram bravamente pela reforma agrária nos últimos 30 anos. Tudo indica que os dois processos se intercambiaram.

No MST variações dessa perspectiva também encontram eco, ainda que a posição preponderante seja a de que o fator mais crucial para a queda da base do Movimento e de famílias acampadas seja a lentidão da reforma agrária. Gilmar Mauro (2012)²⁰⁸ acredita que

(...) a crise econômica internacional, que certamente virá para cá, pode nos ajudar. Se agora não tivermos sabedoria sobre como nos posicionar e onde queremos estar quando a crise vier – e sem dúvida, virá – para darmos um salto de qualidade, talvez possamos ir mais para trás ainda.

A tese do esvaziamento das bases em decorrência de programas assistencialistas de mitigação da miséria só pode levar efetivamente à desmobilização caso o nível de trabalho organizativo e de base seja quase nulo. Seguindo essa lógica, apenas os trabalhadores em situação de miséria extrema seriam passíveis de mobilização, já que um nível mínimo de segurança econômica os empurraria para o conformismo e o acomodamento. Se for verdade que a miséria extrema leva à politização, os dados do IBGE são reconfortantes. Em 2011, o Brasil ainda tinha 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, representando 8,5% da população nacional. Logo, quase um em cada dez brasileiros estaria apto para “atuar” em movimentos sociais populares os mais diversos.

O aumento da capacidade de consumo dos setores da classe trabalhadora com remuneração mais baixa não deveria ser motivo de rejeição política por parte da esquerda. Esta perspectiva, de mobilização pela miséria, pouco explica o que ocorreu no Maio 1968 francês, momento em que se estava no auge da redistribuição de renda, numa fase claramente a favor dos assalariados. E, no caso brasileiro, a maior mobilização popular de

acampamentos também despencou: em 2003, era um total de 59 mil, enquanto em 2006 foram apenas pouco mais de 10 mil, e em 2008 foram apenas 2.755 famílias" (ibidem).

²⁰⁸ E como já mostramos, Stédile também faz coro a uma análise de uma conjuntura de refluxo social e de mobilização política das massas, que será revertida em algum momento por um período de ascenso, ainda que não sejamos capazes de saber “nem quando e nem como”. Cf.: Dilma se aproxima dos Sem Terra com Stédile, do MST. **247**, 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/92316/>>.

rua das últimas décadas, iniciada em junho de 2013, não se deu num momento de crise econômica profunda, mesmo que a economia já não esteja tão resplandecente (mas voltaremos à conjuntura contemporânea brasileira posteriormente).

Um ingrediente objetivo para analisar o enfraquecimento e a diminuição da quantidade de lutas passa pelo momento econômico que, com algum grau de crescimento, teve impacto na população que anteriormente pertencia às fileiras do MST como alternativa de sobrevivência. No entanto, segundo nosso ponto de vista, ocorre exatamente o contrário: tendo obtido a garantia econômica mínima de sobrevivência, há a probabilidade de ampliar as percepções e objetivos de luta. A questão que fica, portanto, é a de como resgatar uma legitimidade ideológica de politização, seja dos partidos em decréscimo, seja dos movimentos em declínio.

Como indica a pesquisa de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pizani (2013), o Programa Bolsa Família (por mais limitado que seja) foi responsável pelo início de processos incipientes de autonomização, que se refletem na perda de domínio do coronelismo local e regional, modificando estruturas e hábitos culturais e permitindo a libertação da cultura da miséria e da submissão ao controle masculino.

Estima-se que 37% de famílias assentadas recebam o benefício do Programa Bolsa Família²⁰⁹. No caso da militância, a possibilidade de receber um rendimento mínimo permite a “liberação” da pessoa para outras atividades que não sejam a preocupação imediata com a sobrevivência. Pudemos observar este fato em lideranças regionais e estaduais do MST (que viviam em barracos e assentamentos, e mesmo em barracos dentro de assentamentos) que recebiam o benefício do Bolsa Família e, dessa forma, podiam se dedicar à militância.

Esse é o caso de Lia, que com a garantia de que os dois filhos teriam o que comer e que as necessidades das crianças (de aquisição de material escolar, roupa etc.) seriam atendidas, ela podia se dedicar com mais afinco às mobilizações e, inclusive, voltar a estudar num projeto de EJA no próprio assentamento, já que não havia concluído o primeiro grau escolar.

²⁰⁹ Cf.: A comprovada falência da reforma agrária. **O Globo**, 05 mar. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/a-comprovada-falencia-da-reforma-agraria-7740531>>.

O mesmo sucede com outras lideranças que recebem aposentadoria. Ou, será que de uma perspectiva estritamente da ótica de um economicismo da miséria, esse benefício também levaria a um esvaziamento das bases do Movimento? Não foram poucos os militantes idosos que conheci e ingressaram nas fileiras do MST já na condição de aposentados, portanto de beneficiários de direito. Ao seguirmos o raciocínio de mobilização pela miséria absoluta teremos que admitir que a luta social tem prazo de validade geracional. Mas, conforme Bergamasco e Norder (2010), mediante pesquisa em assentamentos no estado de São Paulo (antes do Programa Bolsa Família), a principal renda para mais de 30% das famílias assentadas provinha da aposentadoria ou do trabalho assalariado fora do lote.

Outro fator relevante identificado por essa pesquisa é que a grande maioria das pessoas dispunha de ocupação remunerada antes de ser assentado, o que sugere que a decisão de participar de um processo de luta por terra envolve outros elementos além da mera busca de um rendimento financeiro.

Para essas famílias, o acesso ao assentamento quebra a trajetória de vida marcada por contínuas migrações, trabalho precário e mal remunerado, e condições habitacionais inadequadas e instáveis. Trata-se, portanto, de um projeto familiar que busca um mínimo de estabilidade em suas condições de vida e de trabalho (BERGAMASCO; NORDER, 2010, p. 343).

Essa constatação coincide com as motivações de Dona Célia e de seu esposo, Carlos, que aderiram à luta pela terra já na condição de aposentados e em busca de uma condição mais estável para cuidarem da filha adotada, de 7 anos, e da neta de uma filha mais velha, que estava com o casal de idosos em decorrência das precárias condições em que a mãe da criança se encontrava. Cabe sublinhar que Célia e Carlos estavam morando há três anos em um acampamento e já haviam sofrido duas reintegrações de posse²¹⁰.

Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, concedeu uma entrevista que vai de encontro às visões antes apresentadas de mobilização pela miséria. Ele entende que a queda no número de ocupações não se dá em razão de programas sociais de transferência de renda, como Bolsa Família.

²¹⁰ Cf.: entrevista de campo 27/02/2012. Podemos imaginar as graves condições por que passava a filha mais velha do casal.

Isso é secundário. A maior parte das famílias que organizamos está no nordeste, onde é o foco do Bolsa Família. O que desmotiva as famílias a viver nos acampamentos e fazer ocupações é a falta de perspectiva da conquista da terra e realização da Reforma Agrária²¹¹.

Na mesma linha de análise, João Paulo Rodrigues (2013)²¹², também da direção nacional do MST, compreende que o motivo para a queda na base do Movimento, e das lutas impulsionadas por ele, não deve ser procurado em programas assistenciais como o Bolsa Família, mas na lentidão do governo para a realização da reforma agrária (fato que, segundo ele, não ocorria antes):

Há um problema geral na sociedade de descenso das lutas sociais, não são os programas sociais. A base do MST apoia o governo federal porque ela teve as mesmas melhorias que a base urbana, conseguiu comprar geladeira, conseguiu comprar um carro, ter energia elétrica, tem um conjunto de melhorias por parte de uma política de consumo que atinge o campo. Agora, não houve nenhuma política ou programa social que beneficiasse os camponeses. Mesmo o programa Bolsa Família, que poderia ser um argumento, não é verdadeiro, já que a maior quantidade de famílias acampadas do MST está na região onde há mais Bolsa Família, que é o Nordeste. Há um problema real que por falta de conquista dificulta a luta. Antigamente as famílias iam acampar e com dois anos saía um assentamento, hoje demora cinco anos, quem é que vai querer ficar debaixo de barraco de lona por cinco anos sem perspectiva política de regularizar e sair a terra? Então esse é o limite real que está colocado.

Como já foi exposto, uma das análises desenvolvidas pelo Banco Mundial consistia exatamente em que realizar desapropriações de terra em decorrência da pressão dos movimentos sociais levava à construção de um círculo: a cada nova terra conquistada, aumentava o ânimo para novas ocupações. De fato,

O primeiro governo FHC foi o período com maior número de famílias assentadas da história do Brasil (...). O aumento do número de famílias assentadas significava o aumento do número das que ocupavam terras e vice-versa. A cada assentamento criado,

²¹¹ Cf.: Lentidão na criação de assentamentos desmotiva trabalhadores rurais. **MST**, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/lentidao-da-criacao-de-assentamentos-desmotiva-trabalhadores-rurais>>.

²¹² Questão agrária envolve muito mais do que políticas de assentamento, defende dirigente do MST. **Fundação Rosa Luxemburg**, 02 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.rls.org.br/texto/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-envolve-muito-mais-do-que-pol%C3%ADticas-de-assentamento-defende-dirigente-do-mst>>.

multiplicava-se o número de sem-terra realizando os trabalhos de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta (FERNANDES 2013a, p. 228).

Nesse sentido, o Banco Mundial receitava medidas alternativas que levassem à redução da ênfase nas desapropriações, quebrando a ligação entre reforma agrária e conflitos rurais. Isso torna mais preocupante, do ponto de vista antissistêmico, o fato de que os movimentos rurais tradicionais, como o MST, tenham reduzido a quantidade de lutas alicerçadas nos métodos de ação direta e de crítica à propriedade privada, como a ocupação.

Talvez o elemento principal a ser discutido em relação a esse tipo de benefícios, como o Bolsa Família, seja o seu caráter de não constituir um direito. Isso gera insegurança permanente, devido ao fato de ser uma política assistencial que pode ser retirada a qualquer momento, e que não permite um acúmulo de consciência política, construída através da luta.

Insistimos mais uma vez que isso evidencia o duplo caráter e a possibilidade aberta por essas políticas. Contraditórias por certo. O que revela não somente uma política de governo passível de levar à cooptação e desmobilização, mas também a debilidade organizativa da esquerda. Nesse sentido, quiçá o mais relevante de tal interpretação seja recalcar as causas do rebaixamento de um ciclo de lutas.

Longe de desconsiderar o peso relativo de programas como o Bolsa Família, o que queremos sublinhar é o simplismo de explicações que recorrem a uma relação causal entre recebimento de benefícios econômicos e desmobilização política. A nosso ver, são estas as questões importantes: como evoluiu a situação do MST ao longo dos três governos do PT, com a redução do índice de Gini e a diminuição da diferença econômica entre a região mais rica e a mais pobre e com a expansão econômica e política do Brasil no exterior? Por que as conquistas de assentamentos estão em ritmo menor e as ocupações demorando mais tempo para adquirir conquistas, para serem transformadas em assentamentos?

No caso brasileiro, aliado aos pacotes de auxílios governamentais temos que levar em conta um elemento importante que é o aumento dos níveis de emprego e remuneração. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2013b), a baixa renda dos

agricultores assentados constitui uma das causas primordiais da queda do número de interessados em trabalhar na agricultura²¹³.

O que é confirmado por uma militante do MST – que já havia sido coordenadora de comunicação – no assentamento em que mora a família, no sudeste do país:

Apesar de nosso lote familiar, meu irmão foi trabalhar na construção civil, pois estavam pagando muito melhor (e no lote conseguimos o suficiente para nos alimentar, mas não um excedente financeiro considerável). As empreiteiras estão indo no campo arregimentar pessoas, porque na cidade a mão-de-obra sai mais cara. Ele até não queria ir, mas é jovem e quando quer sair na cidade não tem dinheiro para tomar uma cerveja, comer alguma coisa com a namorada, ir ao cinema²¹⁴.

Outro militante do MST, da região nordeste, corrobora essa compreensão: “Estão pagando na construção civil mais de mil e quinhentos reais [para pedreiros e auxiliares], é um dinheiro que é muito difícil de conseguir, isso está ganhando funcionários públicos em escritórios”²¹⁵.

Mas engana-se quem quer enxergar aí apenas conservadorismo e acomodação ao sistema. Além dos já mencionados beneficiários da previdência pública e de programas sociais, poderíamos relatar diversos outros casos como o de Afonso, que até entrar no MST, como nos disse, apenas se preocupava em como conquistar uma vida de comodidades materiais, trabalhando com as mais diversas atividades, inclusive não legais. Segundo ele, mudou de atitude após ouvir a prosa de um militante numa reunião de formação com o objetivo de ocupar terras. Desde então, Afonso e a esposa estão há anos envolvidos com a

²¹³ Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, no Brasil a renda média mensal de uma família assentada era de R\$ 500,55, sendo Rondônia o estado com menor renda, igual a R\$ 176,54, e São Paulo, com a maior renda, de R\$ 1.266,36.

²¹⁴ Cf.: informação verbal, 2011.

²¹⁵ Cf.: informação verbal, 2011. Outras organizações de trabalhadores rurais ratificam esta perspectiva de que o impacto na desmobilização das bases dos movimentos do campo se deve mais ao aumento do nível de empregos do que a programas focados de combate à pobreza. Para a coordenadora-geral da Fetraf/Brasília, Elisângela Araújo, não seriam os R\$ 70,00 reais do Bolsa Família suficientes nem para atender as necessidades básicas de uma família. Segundo Frei Sérgio Gorgen, coordenador do Movimento de Pequenos Agricultores, o ponto central da falta de mobilização está na alta empregabilidade de projetos do governo na construção civil e obras de infra-estrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento. Cf.: Construir a unidade pela reforma agrária. **Brasil de Fato**, 19-25 abr. 2012, p. 4.

luta pela terra, independentemente se para eles ou para outros, pois já são assentados no sudeste do país.

Nesse sentido observamos também o caso de Clayton, jovem militante do MST que trabalhou durante algum tempo numa indústria química na região próxima ao lote da tia – do qual, a duras penas, ajudava a cuidar. Isso mostra outra faceta da situação: militantes rurais inserindo-se também nas fábricas, potencializando uma consciência de luta e a articulação política entre as duas dimensões, rural e urbana.

Em suma, são múltiplas as formas de assimilação e de recuperação das lutas pelo capitalismo, tendo-se que levar em conta (cada qual com seu peso nessa configuração social) a diminuição do desemprego devido a um novo ciclo econômico, o acesso ao crédito, os projetos e parcerias empresariais no meio rural, as políticas sociais e o próprio trabalho de politização e militância dos movimentos sociais. Este último fator não nos parece irrelevante.

O processo de neutralização das lutas sociais possui uma dupla perspectiva: exógena, isto é, de fora para dentro, por meio da repressão e/ou cooptação e assimilação; e endógena, de dentro pra fora, através da burocratização das lutas, das disputas internas e do sufocamento das relações antagônicas ao capital. As políticas sociais podem atuar em ambas as dimensões, articulando dialeticamente os aspectos internos e externos.

O fio da navalha em que o MST tenta se equilibrar tem ligação também com os programas de redistribuição de renda e políticas de combate à pobreza dos governos do PT (Bolsa Família; aumento do nível de emprego gerado pelo PAC; aumento real do salário mínimo; regularização de profissões, como de doméstica; financiamento de bolsas para universidades privadas etc.), que atingem, sobretudo, moradores das periferias das médias e grandes cidades, reduto de ex-camponeses expulsos da terra. Uma das consequências destes programas não parece ser tanto o acomodamento político das bases potenciais do MST em decorrência de conquistas econômicas que permitiram virar consumidor parcelado; esse declínio aparenta ser antes produto de um projeto político do governo visando a consolidar uma fração da classe trabalhadora como essencialmente (ou potencialmente) urbana.

Analisar as lutas no atual momento histórico significa também entender que “Atuar em um período no qual tudo muda, quando as organizações que nos dominam se

modificam e assumem nossos discursos, nossas práticas e nossos modos de nos relacionarmos, requer algo como desaprender o aprendido e começar do zero” (ZIBECHI, 2011, p. 185).

A derrota do “neoliberalismo duro” (ou mais explícito), com a participação dos movimentos sociais, levou à criação de uma segunda geração de políticas sociais que se superpõem, sem as substituir totalmente, às antigas políticas de corte focado e compensatório. Estabelecem-se novas maneiras de relação sociedade-Estado (ou movimentos-Estado) balizadas pelo modo de governabilidade levado adiante pelos governos chamados progressistas. Isso ocorre também no Brasil, num momento de prosperidade econômica em que o país se vê alçado (mesmo que momentaneamente) ao papel de um dos grandes “players” mundiais. Nesse sentido, Leda Paulani (2011) identifica como a principal marca da economia brasileira ser uma potência financeira emergente (consolidada na década de 2000), o que engloba algumas transformações no plano social, mas que não chegam a se constituir em mudanças estruturais.

André Singer (2012), por seu lado, sustenta que um longo ciclo eleitoral se abriu com a eleição de Lula que, apesar das inflexões, estabelece uma agenda inescapável, vinculada a modificações e rupturas nas relações de classe, ainda que tenham um ritmo lento, sobretudo no tocante aos temas da pobreza e da desigualdade, os quais estarão necessariamente no centro da agenda política de qualquer formação eleitoral. Já Marcos Nobre (2010), apesar de discordar de algumas interpretações de Singer, irá concordar na análise de que, por um longo tempo, o norte político da sociedade brasileira será dado pela agenda da redução da pobreza e da desigualdade, e que o grau e a velocidade de tais mudanças serão tema da luta de classes²¹⁶.

Decerto, independentemente do retrocesso econômico (e/ou político) que se possa produzir num futuro mais ou menos próximo, nem a situação econômica, social e política será a mesma, como tampouco os trabalhadores estarão nas mesmas condições de

²¹⁶ Tal perspectiva não tende a homogeneizar as diferenças partidárias brasileiras. André Singer, por exemplo, irá defender que ocorre uma importante polarização social no Brasil (ainda que não uma polarização entre capitalismo versus anticapitalismo), que rebete numa polarização política real entre PT e PSDB. Estes partidos teriam dois projetos distintos no tocante à participação do Estado e redistribuição de renda. Essa polarização, na visão do autor, expressaria indiretamente uma polarização de classe. Marcos Nobre vê no peemedebismo um risco de estagnação da polarização da cultura política democrática nacional. Confira, entre outros, o debate entre os dois autores: *Lulismo e Pemedebismo*, realizado na USP e disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=BUI6oX7ny-c>>.

décadas atrás. As mudanças ocorridas nos últimos dez anos, como a queda acentuada do desemprego, a elevação do salário mínimo e a ampliação do crédito²¹⁷, impactam a vida privada das pessoas, mas o acesso à cidade, isto é, o acesso universalizado a serviços e equipamentos públicos só pode ser concretizado com políticas públicas (SICSÚ, 2012).

Para Singer (2013), o “milagre do Lulismo” contou com o elemento de sorte da conjuntura econômica mundial (que em sua visão teria sido complementado com o elemento de *virtú* do presidente Lula). Este ciclo teria acabado em 2008 (o que não foi percebido imediatamente), e essa situação, além de poder indicar o limite do “pacto de classes”, modificou a estrutura dos protestos e dos conflitos sociais, direcionados para um maior gasto público e social, um “novo ciclo de conflitos distributivos”, protagonizados pela antiga classe média, mas também por setores da classe trabalhadora precarizada.

Se, de fato, vivenciamos um momento histórico diferente do capitalismo no país, também os movimentos sociais deveriam trabalhar com essa realidade, em vez de correrem o grave risco de serem os profetas e analistas do ontem que nunca existiu. Uma esquerda presa ao socialismo da miséria, que apresenta um descompasso entre as formas de organização e a própria classe. Nas suas análises, o MST mostra ter consciência das mudanças na conjuntura. Caberá verificar porém quanto essa percepção estará alinhada com práticas organizativas do Movimento e de que modo, tanto a teoria quanto a prática, indicariam caminhos de transformação social.

Nessa perspectiva, Gilmar Mauro, da direção nacional do MST, aponta algumas das atuais dificuldades para as lutas sociais:

Eu acho que efetivamente vivemos num momento em que os instrumentos políticos construídos pela classe trabalhadora, que cumpriram um papel importante (muitos ainda cumprem, eles não acabam de uma hora para outra), estão em crise; todos esses instrumentos vivem, em maior ou menor medida, em crise. E há quem diga efetivamente isso. O Mauro Iasi é uma das figuras que tem questionado muito o próprio MST fazendo a seguinte questão, com a qual eu concordo: ou o MST vai ser parte desse velho ciclo que praticamente está sendo enterrado, ou o MST vai ser um dos primeiros movimentos de um novo ciclo que precisa ser construído. E de fato esta questão está posta hoje, e não está decidida. Eu espero que o MST faça parte desse novo ciclo que é preciso

²¹⁷ “O desemprego de dois dígitos caiu para menos que 6%. O salário mínimo subiu mais que 60% em termos reais. O crédito dobrou como proporção do PIB e, hoje, já é superior a 50%” (SICSÚ, 2012).

construir e que vai surgir. Agora, não tem nada garantido que o MST vai efetivamente caminhar para isso (MAURO, 2008, p. 99).

E, numa entrevista que fizemos com ele, complementa essa perspectiva:

Eu faria um pequeno reparo a isso porque acho que a maneira como está posta (até pelo Mauro Iasi) é de uma forma não dialética, não há como produzir o novo sem o velho. Acho que uma parte do MST vai fazer parte desse novo ciclo, outra parte talvez não, assim como outros setores da esquerda. O ingrediente que eu agrego agora é que não é um ato de voluntarismo simplesmente. É preciso criar as condições já para reascender a luta da classe trabalhadora, as coisas se dão dialeticamente, a construção de novas formas, experimentos de organização, novas táticas de luta com esse processo de politização e reascenso. Não é a massa que vai se levantar e depois vamos ter uma organização, temos que ir experimentando (mas não tenho certeza também), que vamos ter que ir experimentando formas novas, experimentando novas táticas de luta, novas formas organizativas (...) como você incorpora essa militância que está fora, está dando aula, mas que é um militante importante da classe, mesmo dando aula, nós vamos ter que inventar novas formas para ir tentando trabalhar, até porque em laboratório ninguém vai construir a fórmula ideal, o processo é que vai ser construído na rua e na luta (MAURO, 2013).

É importante que as perspectivas aqui apresentadas não sejam entendidas como uma simples crítica ao governo ou, pior, a determinado governante. Nossa hipótese é que os diversos governos – desde a democratização nacional – devem ser compreendidos como um arco longo de políticas capitalistas de assimilação das lutas sociais. Por certo existem importantes pontos de inflexão, que obedecem a uma série de circunstâncias objetivas mais do que a vontades. Entretanto, esses pontos de inflexão (ainda que importantes), configuram-se como momentos que são precedidos, e mesmo determinados, por uma linha de força mais duradoura e consistente.

Diante do quadro apresentado, coloca-se a questão se os movimentos sociais, notadamente o MST, darão conta de se reinventar para se contrapor às mudanças das formas de dominação. Das respostas concretas que forem dadas se definirão as vitórias ou derrotas acumuladas e o que seremos capazes de aprender .

Na visão de Gilmar Mauro, assim como o PT foi o resultado de um momento de ascenso da luta social e da conjugação de vários setores – como os progressistas da Igreja Católica, parte da esquerda etc., surgindo como um instrumento catalisador de um

processo político real da classe trabalhadora – Uma nova organização política da classe trabalhadora será fruto do momento de reascenso da luta social e política no país, e não de vontades individuais. O momento atual, portanto, seria o de discutir e refletir sobre uma nova organização política, pois “Estamos vivendo um tempo rico, que daria para fazer balanço da experiência socialista, dos erros que se cometeram, das experiências organizativas e estamos perdendo a oportunidade histórica para fazer um belo balanço e aprender” (MAURO, 2013). Seria também o momento de manter a bandeira em pé, continuar com as lutas, “(...) porque no momento que vier a crise [se mantém] uma referência. Num momento de crise, o referencial que você constrói nesses tempos é muito importante (agora nos chamam de doidos, mas quando a água bate na bunda, são esses doidos que irão chamar)” (ibidem).

O rebaixamento econômico do neo(nacional)desenvolvimentismo em relação ao velho desenvolvimentismo não se limita à dimensão econômica, afetando também o campo político. Envolve pactos de frações de classe em que pouco poder de pressão existe do lado do trabalhador, e as políticas sociais – apresentadas como uma das bandeiras para a permanência da esquerda nessa frente – aparecem como ascensão social por meio do consumo, do sujeito e cidadão transformado em consumidor (com isso não estamos criticando o fato de as classes populares poderem aumentar o seu nível de consumo, o que nos parece ótimo, mas o fato de vir acompanhado da falta de um trabalho de conscientização política, o que, obviamente, cabe mais às debilidades das organizações de esquerda). A partir de um raciocínio semelhante, Márcio Pochmann (2012) destaca que os segmentos da classe trabalhadora que emergiram economicamente, durante a época do lulismo, apresentam-se despolitizados, individualistas e buscam estabelecer a sociabilidade capitalista. Mas essas características resultariam do despreparo de instituições democráticas que sejam capazes de incluir essa classe trabalhadora ampliada. Esse despreparo, para Pochmann, seria a consequência do escasso papel estratégico do sindicalismo, associações de bairro e comunidades de base, bem como dos partidos políticos e, incluímos, os movimentos sociais. Assim, esses segmentos da classe trabalhadora respaldam o discurso capitalista (neo)liberal do mercado como local por excelência de realização da cidadania, fazendo com que a ideologia dos setores das classes trabalhadoras que compõem esta frente ampla não tenham como referência a crítica prática ao capitalismo, mas que, ao contrário,

passem a reproduzir o mercado (individual ou cooperativado) como o lócus do progresso almejado.

No início do capítulo quatro, logo antes de entrarmos na análise das relações do MST com empresas transnacionais, aventamos a possibilidade de o Movimento estar reforçando suas características sindicais e que poderíamos ver nisso a reedição do que sucedeu ao antigo sindicalismo combativo, convertido a uma postura propositiva, privilegiando a luta corporativa e, por isso, limitando-se a conteúdos políticos e reivindicações no quadro das possibilidades do projeto governista²¹⁸. Ainda assim, reconhecemos as particularidades dos movimentos sociais que, por exemplo, precisam atender às necessidades fundamentais das bases, o que não deveria ser menosprezado.

Os direitos sociais seguramente são conquistas reais, mas, como observava Maurício Tragtenberg (1991), também são instrumentos de legalização, de institucionalização da classe trabalhadora. Foi isto que se observou com a socialdemocracia europeia. Tragtenberg menciona o livro do jurista francês Edelman, *A legalização da classe operária*, para fundamentar como, por diversas vezes, “(...) a legalização pode significar a cooptação dos dominados, a integração na máquina burocrática estatal e a conversão das grandes idéias de mudança num cemitério de esperanças perdidas” (ibidem). No caso dos dez anos de governos do PT no Brasil, vimos que seu legado para os setores populares não tem sido o de, ao menos, direitos consolidados, mas de uma inserção econômica mediante créditos e financiamentos, de uma tímida – porém importante – elevação de renda por meio de projetos sociais, isto é, condições que podem ir e vir, mais facilmente, com o calor e humor dos tempos.

A retomada histórica de um episódio não tão longínquo pode ajudar a clarear a perspectiva de certo pragmatismo sindical no meio rural brasileiro. No final dos anos 1990 a Contag recebeu inúmeras críticas das forças e movimentos de esquerda (como o MST) por aceitar um canal de negociação com o Banco Mundial e o governo federal através do programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural. Uma das justificativas de seus

²¹⁸ O comedimento do sindicalismo no meio rural (abrangendo sindicatos e organizações camponesas) é também consequência de que “(...) na maior parte das vezes, essas instituições não elaboram projetos de desenvolvimento, mas se submetem aos projetos apresentados pelo Estado e pelo capital. Ou seja, os trabalhadores e camponeses mantêm uma postura subalterna diante da postura ofensiva do capital que, por meio das políticas de governos, se manifesta, determinando predominantemente a lógica do ordenamento territorial” (FERNANDES, 2013b, p. 204).

diretores era a conjuntura política adversa aos movimentos sociais e a possibilidade de acessar uma fonte externa de financiamento para atender a projetos voltados à sua base social: “Então, a partir do instante em que surge uma oportunidade de negociar uma proposta que vai atender aos interesses da base, é obrigação do sindicato negociar (...) Muito simples, é o pragmatismo da luta sindical” (PEIXOTO, apud PEREIRA, 2013, p. 54).

Estaria ocorrendo processo semelhante e mais abrangente na atualidade? O deslocamento da bandeira central da luta por terra – materializada no confronto direto com a propriedade privada – para a disputa por políticas agrícolas e créditos mais favoráveis, estaria infundindo no MST um pragmatismo de caráter sindical?

A ambiguidade de estratégias (e, conseqüentemente, das formas de luta que lhes correspondem) em que o Movimento se encontra é reconhecida, inclusive, por suas lideranças, o que acaba por aproximar dos sindicatos a forma de ação do MST, ao ter no governo o canal de negociação, tal qual o sindicato negocia com os patrões.

A ocupação da propriedade é um marco muito forte, mas ao mesmo tempo é uma luta que você objetiva que o Estado te reconheça como interlocutor, enquanto assentado. Ou seja, para que haja conquista na luta pela reforma agrária é preciso que exista um processo de institucionalização. Veja a nossa contradição. Quando você faz ocupação, para você acessar os créditos você precisa ser reconhecido pelo Estado como assentado. Neste ato, apesar da luta ter sido muito radical, é um ato em que você se enquadra dentro da legalidade burguesa, porque não tem outra alternativa se você quiser ter acesso aos créditos, habitação, às políticas públicas (MAURO, 2013).

Não obstante demarcar a diferença entre partido político e movimento social, e a aproximação deste a uma lógica sindical²¹⁹, também transparece que existe uma tensão de forças presente no interior do MST, entre a forma de ação direta mais radical e a tendência a somente negociar:

Tem uma série de questões do movimento social que diferem dos partidos de esquerda, porque você tem que lidar com demandas

²¹⁹ Ainda que, no período que compreende de 1996 a 2002, como conta Gilmar Mauro, o MST fizesse críticas muito duras aos sindicatos – que, segundo ele, passavam por um momento de descenso – e os Sem Terra não tivessem sido afetados; pelo contrário, continuaram crescendo. Contudo, na avaliação desse dirigente, o MST entra no seu período de descenso a partir de 2002, sendo muito difícil saber até onde irá esse ciclo.

concretas e cotidianas, falta da lona, da comida, regularização do lote, do assentamento, que te leva a uma luta que conjuga um lado muito radical, de enfrentamento etc., com outro de negociação, que é um viés sindical até. Buscamos conjugar a luta econômica e a luta política. **Eventualmente, claro, tem que puxar a cordinha da tendência sindical, porque de repente é só negociação ou às vezes o inverso.** Em tempos de crise da classe trabalhadora duas tendências afloram com muita força: o reformismo por um lado (de que não precisa mais fazer luta) e a contraposição a ele, que é o esquerdismo (que cai no subjetivismo de achar que só com vontade se resolve a luta de classes). Eu sou da concepção de que reforma agrária, revolução, é a classe organizada trabalhadora que faz, pode colocar o presidente que quiser, minha tarefa é organizar a classe, se ela não assumir na mão o protagonismo da mudança... (MAURO, 2013, grifo nosso).

E como alerta Gilmar Mauro (ibidem),

(...) uma organização que não responde às necessidades de sua categoria perde o sentido e razão de ser para a sua categoria. Portanto, o MST vai ter que conjugar a necessidade da sua base, a luta pela terra, a lona, a cesta básica, o crédito, mas, concomitantemente, terá de investir na formação político-ideológica, fazendo todas as lutas. Esse é o grande desafio de ser um dirigente do MST no atual momento histórico, a meu ver.

Contudo, a estratégia que o MST tem perseguido, de manter apertados os laços com o PT, isto é, com o governo, e privilegiar a vertente de mercado das cooperativas e assentamentos, na análise de Maria Orlanda Pinassi (2011), é muito problemática.

E ela se refere, primeiro, aos laços que historicamente o PT estabeleceu com os movimentos sociais de massas, entre os quais se destaca o MST. E, de como, uma vez no poder, esses laços se convertem, positivamente, em benefícios concretos ao movimento, o que tem possibilitado, através da abertura de linhas de crédito e estímulo à formação de cooperativas, por exemplo, condições de competitividade no mercado para os assentamentos já consolidados. Esses benefícios selam um comprometimento político que nos parece um ônus excessivamente grande para a necessária autonomia às estratégias de luta que o movimento deve preservar de qualquer maneira.

Por certo, não se trata de uma figura chapada, mas que tem seus contrastes e disputas internas, ou seja, estratificações e formas distintas no interior do próprio MST. As diferenciações no acesso a créditos e políticas públicas se refletem em desenvolvimentos

desiguais de assentamentos, o que reverbera em disputas, contradições e diferenciações também no campo político. E certo grau de pragmatismo na luta social é essencial para que ocorram conquistas coletivas, ainda que insuficientes. Esta tem sido uma das características que diferenciaram a forma movimento social de certo essencialismo presente em partidos de extrema-esquerda, pouco afeitos a dar respostas às mazelas concretas do cotidiano. O caminho que conduz à mudança radical das estruturas sociais é um processo complexo e, como mostra a história das lutas sociais, é através da busca por respostas aos problemas do cotidiano que se constroem os alicerces do evento dramático chamado revolução.

5. A ESQUERDA QUE OCUPA A ESQUERDA: O DRAMA DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

“De tanto calar, tanto silêncio quase nos deixa mudos”.

Eliseo Alberto

“Aquele que cria falsas lendas para o povo, ou que o agrada com histórias melodiosas, é tão criminoso como o geógrafo que traça mapas falsos para os navegantes”.

Jean Chesneaux

A pesquisa de campo com o Assentamento Milton Santos deveria ter seguido o roteiro dos demais assentamentos, acampamentos e ocupações em que estivemos do sul ao nordeste do país. Nada indicava que algum desses territórios teria um espaço destacado dentro da tese, ao menos esse não era o intuito até às vésperas de concluí-la.

Por uma escolha metodológica e política havíamos optado por não nomear os assentamentos, as ocupações e acampamentos. A intenção era mostrar as construções nas quais acampados e assentados trabalham com enormes dificuldades para mudar uma realidade complexa e desfavorável a eles, ao mesmo tempo em que – por força das circunstâncias – nos vimos na condição de também desvelar os mecanismos destinados a assimilar essas lutas. Nesse sentido, o que sucede às comunidades pesquisadas é muito similar ao que vivem diversas outras comunidades de diversos movimentos. Queríamos evitar também, por um lado, a fragmentação em que pode incorrer a pesquisa em apenas uma territorialidade e, por outro lado, escapar do efeito oposto, presente em certas fragmentações etnográficas, que consiste em buscar compreender a totalidade de um movimento vasto e complexo, como o MST, pela análise de apenas uma comunidade (ou mesmo uma família, ou ainda uma pessoa). Tanto um resultado como outro nos parecem bastante limitados.

Mas, no decorrer da pesquisa o contexto político se modificou, ocasionando impactos profundos e desvelando mudanças estruturais, não apenas conjunturais. Dessa forma, pode-se dizer que o “cavalo arriado” parou à nossa frente e o Assentamento Milton Santos nos foi colocado no colo. Impossível não recordar dos ensinamentos de Maquiavel, ainda no primeiro ano do curso de Ciências Sociais, sobre *virtú* e *fortuna* (isto é, de adaptação às circunstâncias e acontecimentos políticos, de como aproveitar a nova conjuntura que se impunha). Tratava-se, pois, de também saber se estaríamos observando

uma mudança no objeto analisado ou mais amplamente na forma de ação coletiva dos movimentos sociais, e se essa mudança do MST corresponderia a uma mudança *de* modelo ou *no* modelo de dominação, recuperação das lutas e desenvolvimento do capitalismo.

Como observou Maria Orlanda Pinassi (2013b), “As 68 famílias assentadas do Milton Santos enfrentam uma poderosa articulação constituída pelo agronegócio da cana-de-açúcar, judiciário, governo paulista e federal, e a mídia, todos comprometidos com a reprodução do grande capital transnacional na região”

Alicerçado na perspectiva de que cabe à pesquisa científica, pelo menos, auxiliar a vislumbrar novas encruzilhadas e problemáticas, a luta do Assentamento Milton Santos impunha uma questão relevante: saber se ela se restringia a uma simples crítica ao governo federal e seu partido, motivada por interesses políticos eleitorais e de disputa de direção do MST, ou se esta crítica se referia aos aparatos de poder, refletindo instrumentos de recuperação das lutas. Qualquer que fosse a resposta – se é que se tratava de encontrar uma resposta, ou antes, de problematizar as questões – o objeto ganhava novas dimensões.

O Milton Santos constituiu-se, assim, em exceção nesta tese porque traduz um momento histórico, isto é, expõe as contradições (que muitas vezes eram quase imperceptíveis, invisibilizadas nas discussões internas e táticas, o que dificultava a sua exposição pública) no campo das estratégias políticas. Somadas a isso, outras novidades históricas, à direita e à esquerda do espectro político, irão constituir a recente luta do Assentamento Milton Santos como um momento importante da história política nacional, fazendo com que o assentamento extrapole seus parques 104 hectares.

Formada em dezembro de 2005, a Comuna da Terra Milton Santos, localizada entre os municípios de Cosmópolis, Paulínia e Americana, no interior de São Paulo e nas franjas da rodovia Anhanguera – estando assim numa área de grande valorização imobiliária – é composta por sessenta e oito famílias de assentados, mais uma dezena de famílias agregadas e outra dezena acampada (em um espaço de recuo do assentamento), totalizando cerca de 300 pessoas. O Assentamento é uma área legalizada pelo Incra, e hoje responsável pela distribuição de alimentos orgânicos para mais de 30 entidades da região da grande Campinas, atingindo mais de 12 mil famílias quinzenalmente²²⁰. O assentamento é

²²⁰ A estimativa para a safra agrícola de 2012 e 2013 era de entrega de mais de 250 toneladas de alimentos para as cidades de Americana, Cosmópolis, Campinas, Limeira e Sumaré, no interior de São Paulo.

dividido em lotes médios de apenas um hectare (10 mil m²). Ainda assim, ele integra a Rede de Agroecologia do Leste Paulista, que reúne agrônomos, agricultores e pesquisadores com o propósito de pesquisar e desenvolver práticas ecológicas no estado, e se tornou um dos mais produtivos do interior do Estado. Dessa forma, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Comuna da Terra Milton Santos, foi escolhido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como Unidade de Referência em produção agroecológica.

Aliás, a própria definição do nome do assentamento, em referência a um importante intelectual brasileiro, foi um processo coletivo interessante. Como nos contou um assentado, “(...) foi em homenagem ao dia da consciência negra, que ocorre em novembro (quando se formou o acampamento). Demoramos duas semanas em assembleias para escolher, pois existiam outras sugestões. Isto fez com que os assentados tenham um apreço pelo nome, participaram mesmo da escolha”²²¹.

Os agricultores tiveram que superar vários obstáculos, como a degradação físico-ambiental da área, para conseguir um padrão de desenvolvimento em que cultivam grande variedade de produtos agrícolas (como batata-doce, abacaxi, abóbora, hortaliças etc.), criam animais de pequeno porte (bodes, galinhas, porcos e mesmo vacas), e tem por ponto forte a denominada “lavoura branca”, que abrange culturas como arroz, feijão, milho e mandioca. A proximidade com a cidade de Campinas e região (que possui diversos centros universitários e uma vida política intensa) possibilitou que as famílias contassem com a solidariedade (que por vezes se consolidou em parcerias) de visitantes, consumidores, estudantes, pesquisadores, sendo também um campo de experiências em distintas frentes com universidades, ONGs, centros de pesquisa (como Esalq/USP, Unicamp, Embrapa, USP Leste) e coletivos políticos, que desenvolvem projetos de recuperação da área de proteção permanente, de produção e comercialização, educacionais etc.

O assentamento foi construído numa área chamada de Sítio Boa Vista, pertencente à Fábrica de Tecidos Carioba, integrante do Grupo Abdalla²²², sendo

²²¹ Pesquisa de campo, 18 fev. 2013.

²²² O grupo Abdalla figurou durante mais de 50 anos como um dos mais poderosos conglomerados econômicos do Estado de São Paulo. Constituído a partir dos anos 1920, o empreendimento manteve negócios com empresas que iam do ramo têxtil a bancos, passando pela área financeira, ou outros investimentos rurais

desapropriada e repassada para o Instituto Nacional de Proteção Social (INPS) – posteriormente Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – em 1976²²³, ou seja, ainda no período da ditadura civil-militar, em decorrência de dívidas dos antigos proprietários, a família Abdalla. No entanto, de forma irregular, o terreno continuou servindo para a produção de cana-de-açúcar, sendo explorado até 2005 pela Usina Esther – que a arrendou do Grupo Abdalla. Nesse ano a posse foi repassada para o Incra, que por sua vez conduziu cerca de 70 famílias, que já vinham de longa trajetória de lutas pela terra, para o local de 103 hectares. É nesse momento que tem início o processo de constituição legal do assentamento.

Não obstante, a família Abdalla havia solicitado (ainda em 1981) uma ação de prestação de contas contra a União, pois no decreto constava que se houvesse excesso na execução da ação judicial os imóveis não alienados seriam devolvidos aos proprietários²²⁴. O imbróglio jurídico já dura 32 anos, envolvendo INSS, Incra, Grupo Abdalla, família Coutinho Nogueira, proprietária da Usina Ester (e também das afiliadas em Campinas e Ribeirão Preto da maior rede de televisão nacional), União e quase uma centena de famílias que estão numa área em que foram alocadas pelo próprio órgão federal, e não por meio da ocupação direta desta terra.

Essa situação fez com que os moradores fossem surpreendidos com uma ameaça que parecia ter ficado num passado de acampamentos e ocupações. Após sete anos em que os assentados buscaram construir uma expectativa de futuro superior àquela em que se encontravam, através da estruturação e consolidação da produção agrícola e da vida

e industriais. Seu fundador, José João, também teve carreira política, passando pelos cargos de vereador, deputado estadual e federal e secretário do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo, na gestão do governador Ademar de Barros (1947-1951). Antônio Carlos Coutinho Nogueira (presidente da companhia) e seu irmão José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho detêm a concessão de cinco veículos de comunicação (duas estações de rádio e três canais de televisão). Cf.: Justiça e Alckmin vão fazer outro Pinheirinho. *Conversa Afiada*, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/01/24/justica-e-alckmin-va-o-fazer-outro-pinheirinho/>>.

²²³ Conforme Decreto da Presidência da República de 24 de maio de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D77666.htm>.

²²⁴ A ação correu pelas instâncias do Judiciário que acabou por concluir ter havido excesso. No entanto, o grupo Abdalla, apesar de receber a devolução dos bens – o que inclui a área do Sítio Boa Vista – não os registrou em cartório, o que o advogado do MST acredita ter ocorrido para o ocultamento de patrimônio, visto que o Grupo Abdalla teria várias execuções trabalhistas, fiscais e de credores. Apesar de deixar o patrimônio em nome do INSS, o Grupo Abdalla o teria arrendado para a Usina Esther. O Incra, em 22 de dezembro de 2005, entrou com ação de reintegração de posse contra a Usina e ganhou liminar, iniciando assim o processo de assentamento. Mas a Usina Esther recorreu da decisão e o processo prolonga-se por anos.

coletiva no Milton Santos, adaptando-se à nova realidade e à condição de assentados, às particularidades da região, tecendo relações com as cidades próximas e a vida social local, em julho de 2012 foi concedido, pelo Desembargador Federal Luiz Stefanini, a liminar de reintegração de posse da área pertencente ao assentamento²²⁵.

O que tornará, em certa medida, a luta do Milton Santos um evento singular do ponto de vista político serão as possibilidades de precedentes que passaram a se vislumbrar no horizonte, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. Do mesmo modo que estes precedentes, um fato até então inédito consolidará definitivamente esta luta para além da reivindicação de manutenção de 103 hectares.

Após jornadas de lutas por parte dos assentados e de apoiadores, a juíza federal Louise Filgueiras proferiu em 29 de janeiro de 2013 sentença postergando a reintegração, determinando que o caso siga em julgamento²²⁶. Em 16 de maio de 2013, encerrando mais uma etapa na batalha do assentamento Milton Santos, a Justiça Federal em São Paulo determinou que a terra onde está o assentamento é do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando revogada a reintegração de posse²²⁷. Contudo, a contenda judicial envolvendo o território do assentamento Milton Santos pode durar décadas, pois a decisão diz que o processo "voltará ao começo" com o INSS como parte interessada, podendo se manifestar no processo, juntar documentos, provas, petições, etc. Como se trata de uma "decisão interlocutória" (ou seja, uma decisão durante o curso do processo, e não uma sentença final, que pode se tornar irrecorrível se os prazos de recurso passar sem qualquer

²²⁵ Cf.: Moradores do assentamento Milton Santos vivem a angústia do despejo iminente. **Brasil de Fato**, 14 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11549>>.

²²⁶ Para acompanhar o caso a partir do caráter jurídico, entre outros, confira: CANÁRIO, Falta de citação posterga ação por quase 40 anos. **Conjur**, 02 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-fev-02/falta-citacao-posterga-40-anos-acao-envolvendo-assentamento>>; Desapropriação é o único mecanismo eficaz diz advogado do MST. **MST**, 21 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/desapropriacao-e-unico-mecanismo-eficaz-diz-advogado-do-mst>>. Cabe destacar ainda, que o Desembargador Federal Luiz Stefanini, responsável por emitir a liminar de reintegração de posse da área do Assentamento Milton Santos (tendo negado por duas vezes recursos do Incra) foi o mesmo responsável pela liminar que pretendia retirar os indígenas Guarani-Kaiowá de sua área de reserva. Além disso, já há algum tempo este mesmo desembargador vem trabalhando em conjunto com setores do poder executivo, inclusive o INCRA, no sentido de tratar da gestão dos conflitos de terra, sobretudo nas peculiaridades dos assentamentos em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Cf.: Aspectos legais da reforma agrária é tema de debate. **Justiça Federal**, 09 abr. 2004. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/273805>>.

²²⁷ Cf.: CANÁRIO. Justiça determina que família fiquem no assentamento Milton Santos. **Conjur**, 02 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-mai-20/justica-determina-familias-fiquem-assentamento-milton-santos>>.

requerimento a tribunais superiores, como TRF, STJ, STF), muita água ainda pode correr sob esta ponte. De todo modo, foi uma vitória que permitiu aos assentados afastarem o risco imediato de despejo. Uma vitória conquistada com a mobilização pesada que estes mesmos assentados protagonizaram²²⁸.

Permaneçamos no essencial e não percamos demasiado tempo nas minúcias e nos labirintos jurídicos, pois o que queremos ressaltar são os aspectos políticos desse evento, bem como seus desdobramentos.

Tratou-se de uma reintegração de posse aliada a um ato (recorrente) de violência política e social, mas em que reside uma novidade: desfazer uma política de assentamento.

O Milton Santos foi construído pelo INCRA numa situação de “incerteza jurídica”, isto é, quando recebeu a posse da área pelo INSS já existia um conflito possessório com a Usina Esther, que estava amparado numa decisão judicial provisória. O agravante é que, de acordo com um dos representantes do INCRA (em assembleia dos assentados do Milton Santos), tal situação se constituiria mais como regra do que exceção no tocante à política de reforma agrária. Portanto, pode-se inferir que o caso do Milton Santos poderá servir de modelo para inúmeros outros assentamentos em situação análoga.

Por um lado, sinaliza um grave precedente que aponta para o desmonte de um assentamento estabelecido há sete anos, que conta com investimentos públicos e pessoais, com as famílias enraizadas e em plena atividade. Isto abre a possibilidade de que outros assentamentos consolidados também sofram a decisão judicial de despejos²²⁹. Limitar-se-ia a ser mais um passo – em conjunto com a paralisação de novas áreas para assentamento e a reestruturação do INCRA – na política agrária sob gestão do governo Dilma?

Desfazer este assentamento, apesar do ineditismo e significado do ato, tinha grandes chances de passar para a história como uma vírgula a mais no processo de contra-

²²⁸ Informações em troca de correspondência com advogado ligado a causas sociais. Mensagem recebida no e-mail: <a.hilsenbeck@gmail.com> .

²²⁹ Como indica Maria Orlanda Pinassi (2013b), precedente que, aliás, já “(...) vem ameaçando também outros assentamentos na mesma situação no próprio Estado de São Paulo (casos do Elisabete Teixeira, em Limeira, e Irmã Alberta, na grande São Paulo), em Alagoas e Minas Gerais, na área de Felisburgo (Assentamento Terra Prometida). Assentamentos consolidados no Pará e no Maranhão vêm sendo ameaçados de despejo pela indústria da extração mineral capitaneada pela Vale”.

reforma agrária²³⁰ e de luta pela terra. Uma luta restrita para manter a conquista de um pequeno assentamento, que abriga menos de uma centena de famílias no interior do estado de São Paulo, ocupando pouco mais de 100 hectares e inserido numa conjuntura de estagnação da luta por novos assentamentos e de hegemonia do agronegócio (ao qual pertence uma das partes em disputa, a Usina Esther). Mas também foi este contexto que permitiu mover peças favoravelmente a estas famílias, fazendo com que esta luta tenha adquirido importância na medida em que afloraram na prática contradições até então mais restritas a debates literários.

Neste processo de luta, explicitado – mas não necessariamente iniciado – com a notícia da liminar de reintegração de posse, foram várias as etapas que levaram à radicalização da ação até a vitória da batalha (ainda que não da guerra): de ações de negociação, construções de atos simbólicos até a ocupação de uma instituição privada que se revelou servir mais como “balcão de negócios privados” de capitalistas e governo, o Instituto Lula.

Um dos primeiros elementos a ser considerado é o grau de politização dos assentados. A situação jurídica de assentados não fez com que cessassem as lutas destes trabalhadores rurais.

Muito ao contrário, deste processo surgiu o Acampamento Roseli Nunes, que enfrentou cinco ocupações entre 2007 e 2011, denunciando a grilagem de terras públicas e o uso indevido do Sítio Boa Vista pela Usina Ester. A ocupação mais recente – Helenira Resende – reuniu mais de 500 famílias que reivindicavam a ampliação das terras do Assentamento, o que não aconteceu. Uma reintegração de posse, realizada de forma irregular, expulsou as famílias acampadas do local.

O caráter combativo desta Comuna da Terra Milton Santos fica evidente em toda sua história e, muito provavelmente, é uma razão do despejo requerido pela burguesia local. Não se trata apenas de extirpar 68 famílias assentadas, vivendo de sua produção familiar, de reaver os míseros 104 hectares que ocupam diante da imensidão de terra destinada à cana-de-açúcar. Essa é uma parte da verdade. A outra, muito mais incômoda, tem a ver com a consciência social aguçada dos moradores do Assentamento, os criminalizados da vez, vistos como uma “chaga” que tende a contaminar o imenso contingente de famílias vivendo e trabalhando em condições absolutamente precárias nas cidades da região (PINASSI, 2013b).

²³⁰ Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2011) será um dos autores que passarão a utilizar tal denominação.

O elevado nível de organização e consciência de coletivo certamente deve muito à formação e experiência do MST, que denotou a herança de uma dinâmica de ação coletiva. Mas não podemos limitar esta particularidade apenas ao MST. Na constituição do assentamento outras forças políticas estiveram presentes, como sindicatos, partidos, setores progressistas da Igreja católica e grupos politicamente independentes que realizam atividades formativas e organizativas junto no assentamento²³¹, fazendo com que este fosse elevado à condição de um símbolo para a esquerda na região. Outra característica dos assentados que devemos ter em conta é que a grande maioria não é apenas oriunda do campo (ainda que tenham, mais ou menos, experiências de trabalho com a terra), pois muitos passaram anos de suas vidas nas cidades (mesmo que exercendo atividades agrícolas), já tendo tido contato com outras formas organizativas de conflitos, como a experiência sindical e o próprio MST²³².

Mais um aspecto relevante característico deste assentamento vem a ser o papel desempenhado pela sua liderança, que vive cotidianamente no local, compartilhando dilemas e valores da base, sendo essa própria liderança também ela base. Este último fato poderia ser um lugar-comum, pois reproduzido na literatura sobre a luta pela terra como coisa corriqueira. Contudo, os que já puderam estar por mais tempo envolvidos na vida diária de um assentamento sabem que esta relação orgânica não se constitui necessariamente como regra, havendo casos de distanciamento das lideranças em relação aos problemas diários dos assentados. A liderança, nestes casos, aparece mais como uma atuação externa, como se pertencesse a organizações que dirigem desde fora. Na coordenação do Milton Santos, como nos disse um assentado, “(...) discutimos até o buraco da rua. A forma de resolução do problema do buraco pode adquirir a de uma formação política, ter um tom político, dependendo da maneira que iremos resolver este problema”.

²³¹ Um dos elementos comuns destes grupos poderia ser o atributo de pertencimento à Universidade (mais amplamente à Unicamp, ou em menor medida à Esalq/USP), contudo, classificá-los de forma homogênea como “da Unicamp” ou “estudantes” é invisibilizar as diferenças e características que os conformam, inclusive no tocante ao pertencimento e consciência de classe, como se o fato de fazerem parte, num momento, do quadro universitário lhes imprimisse forma e conteúdo idênticos.

²³² Informações verbais e também confira: PENTEADO. Assentados no Milton Santos vivem a angústia do despejo iminente. **Brasil de Fato**, 14 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/assentados-no-milton-santos-vivem-ang%C3%BAstia-do-despejo-iminente>>.

Esta forma de coordenação coletiva terá um peso decisivo no desenrolar dessa luta, cabendo destacar que esta coordenação é formada não apenas por membros do MST (que também a compõem), como igualmente por dissidentes do Movimento (que assinaram a Carta de Saída dos 51, em novembro de 2011) e por assentados que no decorrer dessa luta dobraram e guardaram a bandeira do MST que haviam empunhado por anos.

Por distintas razões a questão do Milton Santos passou então a ganhar um tom mais grave. Para a direção do Movimento Sem Terra se trataria de um caso emblemático, pois, para além do envolvimento pessoal entre militantes, a perda de um assentamento consolidado representaria um enorme retrocesso para a política histórica de reforma agrária e das conquistas de setores da classe trabalhadora, ainda mais que isto ocorreria sob um governo do PT, que tem sido apoiado, sob distintos ângulos, pelo discurso oficial do MST e principalmente pela sua direção nacional.

Da parte dos assentados pode-se dizer que a radicalidade se deu menos por uma questão ideológica consistente e mais pela falta de alternativas. Como nos disse uma das lideranças, “Na luta do Milton Santos não tinha como recuar, porque já tínhamos casas, plantações estruturadas, investimentos, convênios, relações com as cidades próximas. E tínhamos que ganhar essa luta fora daqui [do assentamento], porque dentro era muito arriscado”. Esta perspectiva de uma luta que teria que se radicalizar pela falta de alternativas foi corroborada em distintos momentos por vários assentados:

Dizem que eu sou assentado, mas acho que não sou assentado. Eu cheguei a essa conclusão agorinha de pouco, que eu não sou assentado. Desde 13 de abril de 2002 eu estou acompanhando o Movimento. Já passou mais de 10 anos. E hoje eu já não sinto mais que eu sou assentado. Você acredita nisso? É duro falar isso! Estou construindo com garra e coragem e não estou me sentindo seguro ainda? E eu não vou lutar? Não, não vai ficar assim! Estou disposto a sacrificar quem for para sacrificar para não sair da minha casa (Nilto)²³³.

Nós não vamos sair moço, nós não vamos sair nem os pedaço (...) Minha vida é aqui e não vou sair, nem aos pedaço (“tia” Dade)²³⁴.

²³³ Cf.: COLETIVO de comunicação do Assentamento Milton Santos. A política do “bate-assopra”: despejos, violência e retirada de direitos. **Passa Palavra**, 22 nov. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=68082>>.

²³⁴ Cf.: Assentamento Milton Santos: “Nós não vamos sair nem os pedaço”. **Passa Palavra**, 23 nov. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=68127>>.

Não sabia que a luta pela terra é um derramamento de sangue (...) será que somos obrigados (...) de estar nas nossas casas e deixar que as máquinas derrubem elas conosco dentro? Porque não recuamos, só sairemos daqui se for com muito sangue (Regina, *ibidem*).

Agora essa polêmica de querer tirar nós daqui, e estamos mais apavorados, revoltados, não é fácil, tenho 52 anos e tudo o que tenho está empregado aqui dentro (...) tá todo mundo revoltado (João Carlos, *ibidem*).

Eu gastei tudo o que eu tinha pra construir minha casa. Se eu tiver que sair daqui, eu não sei pra onde é que eu vou. Acho que vou pra debaixo de uma ponte. Onde que eu vou arrumar dinheiro pra fazer uma mudança? Nem isso a gente tem (...) Eu nunca arrumei briga com ninguém, nunca dei trabalho. Mas agora eu vou dar, eu não vou sair da minha casa (“Seu” Sebastião) ²³⁵.

Eu catei latinha na rua para fazer campanha para o Lula, é uma vergonha está numa situação dessas, uma mixaria para o governo federal (...) estamos com a corda no pescoço. Se a minha casa for derrubada vocês (do governo) vão pagar o pato, nós vamos colocar essa corda no pescoço de vocês. Se acontecer uma merda ali vocês vão pagar o pato. Eu quero dizer bem claro para vocês, Partido dos Trabalhadores, Dilma Roussef, todos os governos vieram pela classe trabalhadora, agora inverteu, subiram no poder e estão fazendo do mesmo modo que o Fernando Henrique Cardoso (...) Se vocês estão aí no poder fomos nós que os colocamos (“Seu” Pedro) ²³⁶.

Como já indicamos, trata-se de um pequeno assentamento de 104 hectares que, contudo, produz mais de 40 variedades de alimentos orgânicos e participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Doação Simultânea, abastecendo creches, escolas públicas e entidades assistenciais da região. Para a safra de 2012/2013 está prevista a entrega de mais de 250 toneladas de alimentos, distribuídos em 27 pontos de entrega em cinco municípios. Os assentados também têm acesso às linhas de crédito do governo e, em média, recebem cerca de 1.200 reais por mês.

²³⁵ Cf.: PASSA PALAVRA. As incertezas do Seu Sebastião e o Assentamento Milton Santos. **Passa Palavra**, 11jan. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=70434>>.

²³⁶ Cf.: Assentamento Milton Santos – Aula – Com a corda no pescoço. **Passa Palavra**, 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/01/70880>>.

Nesse sentido, o que os desabafos dos assentados nos permitem apreender é a necessidade, no atual momento histórico de reprodução do capitalismo no país, que as conquistas de um momento passado precisam ser reconquistadas ao custo de regressão nos direitos. Ora, uma das consequências desta situação é colocar em suspenso a ideia de que as melhorias alcançadas – ainda que mínimas – levariam ao retrocesso ou estagnação da luta pela base. A ação coletiva do assentamento Milton Santos foi levada adiante não por sem terras, mas por assentados produtivos. Numa fase em que a terra voltou a ser importante para a acumulação de capital, a retirada de direitos e “contra-reformas” podem se constituir como horizontes de muitas lutas, como resposta dos trabalhadores aos ataques do capital. Nesse sentido, com o processo político se formou um setor da classe trabalhadora que necessitou recuperar os direitos conquistados para não regredir, o que pode significar um novo grau de lutas sociais no Brasil contemporâneo.

Levemos em conta que a desapropriação por improdutividade ou pelo não cumprimento da função social da propriedade é umas das principais bandeiras que dão legitimidade às lutas dos movimentos rurais. No entanto, dado o alto grau de modernização do meio rural e ocupação da terra no Brasil (como no estado de São Paulo), estas mesmas bandeiras podem se caracterizar como uma limitação para os movimentos. Foi conquistada uma legitimidade social na desapropriação do território do latifúndio para a construção de assentamentos para a reforma agrária, não obstante o território identificado como do agronegócio aparecer como inviolável e não obstante “O agronegócio [ser] um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento” (FERNANDES, 2013a, p. 216-217)

No processo de luta do Milton Santos foi alçada como única bandeira para a resolução do conflito – tanto por parte dos assentados e apoiadores, como até mesmo no discurso do MST – a assinatura pela presidência do *decreto de desapropriação por interesse social*, com base na lei 4132/1972. Isto faz com que exista a possibilidade de ampliar o horizonte dos instrumentos legais à disposição das lutas dos movimentos sociais, tanto no campo como na cidade. Deste modo, os desdobramentos da luta do Milton Santos podem igualmente apontar para precedentes à esquerda do cenário político, abrindo novos caminhos para as lutas sociais e formas de ação coletiva. Entretanto, o governo não só não

se valeu da assinatura deste decreto para resolver o conflito, como o tem utilizado em favor dos grandes investimentos empresariais, como os projetos de desapropriação e desalojamento de comunidades pobres para a execução de grandes obras, como anéis rodoviários e de especulação imobiliária. Dos 105 decretos de desapropriação assinados por Dilma, 93 foram para “fins de utilidade pública” (como obras de infraestrutura, concessões para rodovias etc.) e apenas 12 para interesse social – que beneficiaram comunidades quilombolas – e nenhuma área foi desapropriada por decreto presidencial para fins de reforma agrária. Como indagou Débora Nunes, dirigente do MST em Alagoas, que também cobrava da presidente a assinatura do decreto para áreas em que havia famílias há mais de 13 anos acampadas:

O estado tem que se comprometer a desapropriar por função social. Isso é feito quando o estado tem interesse em fazer uma rodovia ou uma duplicação. Então, por que não fazer quando é de interesse social resolver os problemas de famílias acampadas²³⁷?

5.1 Duas concepções de ação

Ainda que o conteúdo reivindicativo da luta tenha sido defensivo, no sentido de garantir a existência de um assentamento consolidado, a forma da luta levada adiante pelos assentados e apoiadores foi marcada por um conteúdo ofensivo. O que apreender desta contradição? Inicialmente podemos afirmar que se conseguiu extrapolar a pauta da luta para fora do próprio assentamento.

Outro aspecto a ser levado em conta é o afloramento de contradições e posicionamentos políticos. Ainda que os objetivos da luta fossem os mesmos para os grupos envolvidos na defesa do assentamento (isto é, MST, assentados e apoiadores do

²³⁷ Cf.: Precisamos de desapropriações por interesse social em AL. **MST**, 14 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Precisamos-de-desapropriacoes-por-interesse-social-em-AL>>. Já o advogado do MST da região, Nilcio Costa, que defendia a tese da desapropriação via decreto presidencial por interesse social como a única alternativa, após a decisão já relatada da Justiça de revogar a reintegração de posse, afirmou que a situação jurídica do Assentamento Milton Santos mudou positivamente, pois existe a alternativa de solução do imbróglio jurídico sem a utilização pelo governo do decreto de desapropriação por interesse social, porque “Caso a posse da área seja confirmada como sendo da família Abdalla, existe a possibilidade de converter a posse em perdas e danos, indenizando o proprietário com dinheiro”. Cf.: Milton Santos: TRF mantém decisão favorável ao assentamento. **MST**, 25 mar. 2013. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/content/milton-santos-trf-mant%C3%A9m-decis%C3%A3o-favor%C3%A1vel-ao-assentamento>>.

Milton Santos), as formas empregadas por eles não foram iguais. Este fato não é desprezível e não parece se limitar a leituras táticas distintas.

De acordo com uma das lideranças do assentamento que durante muitos anos pertenceu ao MST:

Nós divergimos na forma de ação com a direção do MST. Nosso método, que foi do Movimento até ele virar governo – mesmo que segundo, terceiro, quarto escalão do governo – é de fazer a luta e a partir disso forçar a negociação, e não simplesmente negociar. O que o MST nos propõe – e o faz porque o Movimento tem trânsito direto com o governo – é simplesmente negociar. Perceba que tem uma diferença fundamental, que é a construção política com a base²³⁸.

Tal distinção fica mais explícita quando analisamos fatos concretos.

Na mesma semana, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2012, ocorreram duas mobilizações com o intuito de pressionar o governo em relação a situação do assentamento.

A primeira foi a ocupação do prédio que abriga a representação da Secretaria da Presidência da República em São Paulo, na Avenida Paulista, realizada por cerca de 200 pessoas, sobretudo assentados e alguns apoiadores. No dia seguinte foi organizada pelo MST uma marcha que saiu da frente do estádio do Pacaembu e caminhou até a mesma Avenida Paulista, tendo por bandeira principal também a questão do assentamento Milton Santos. A marcha, que contou com performances de grupos teatrais e organizações sindicais como a CUT, parou em frente ao Tribunal Regional Federal e também na Secretaria da Presidência (a mesma que havia sido ocupada apenas um dia antes), com o mesmo intuito de pressionar a presidente Rouseff a desapropriar a área do assentamento por interesse social. No final da tarde desta terça-feira ocupou-se a Superintendência do Incra, na região da Santa Cecília, centro de São Paulo.

À primeira vista ambas as manifestações eram convergentes, e de fato tinham propósito comum, mas havia diferenças que não residiam apenas nos detalhes. A ocupação do prédio da Secretaria da Presidência estava sendo discutida havia algum tempo nas assembleias do assentamento (inclusive com a participação de lideranças do MST) e foi definida nesse espaço, com a presença massiva de assentados, de maneira unânime.

²³⁸ Cf.: informação verbal colhida junto ao autor, jul. 2011.

Nessa ocupação, que não contou oficialmente com ninguém do MST, obteve-se uma audiência com o superintendente do Incra de São Paulo, Wellington Monteiro, e o secretário executivo da Secretaria Geral da Presidência, Rogério Sottili (adjunto do ministro Gilberto Carvalho). Na audiência participaram mais de 18 pessoas, entre assentados e alguns aliados, enquanto o restante continuava ocupando o saguão do prédio.

Essa experiência na Secretaria da Presidência, com a audiência com o secretário executivo, certamente foi um momento importante na formação, no imaginário e na experiência vivida de luta, que permite o desenvolvimento mais profundo de uma consciência de classe. Conforme a perspectiva de uma direção do MST:

Como é que se dá o processo de formação política? Na luta política, não tem outro jeito. Você não faz formação política se não é dentro do contexto da luta de classes. Então se o assentado só participa da luta reivindicatória por créditos e não se envolve no contexto da luta de classes nos locais onde vive, obviamente a sua consciência vai ser aquela da luta reivindicatória (MAURO, 2008, p. 98).

Neste sentido, é de se estranhar não apenas a não participação de membros do MST nesta ação direta de ocupação da secretaria da presidência, mas o que é mais curioso, a nota oficial que o Movimento divulgou em seu site no mesmo dia. A nota, após dizer que seria feito um ato (a marcha) no dia seguinte em defesa do Milton Santos, cobrando da presidente Dilma que assinasse o decreto de desapropriação por interesse social do sítio Boa Vista, termina com o seguinte conteúdo:

“Nesta segunda-feira, um grupo de famílias do Milton Santos, que não faz parte do MST, fez um protesto em defesa do assentamento em São Paulo”²³⁹

A declaração, postada oficialmente no site do Movimento, de que esse grupo de famílias (que totalizavam cerca de 200 pessoas que estavam a defender uma ação consensuada em assembleia de base no assentamento) não fazia parte do MST, gerou grande mal-estar e indignação nos assentados do Milton Santos²⁴⁰. Como nos confidenciou uma assentada:

²³⁹ Cf.: MST faz ato em defesa do assentamento Milton Santos em SP nesta terça-feira. **MST**, 10 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/mst-faz-ato-em-defesa-do-assentamento-milton-santos-em-sp-nesta-ter%C3%A7a-feira>>.

²⁴⁰ Pudemos presenciar tal fato pois estivemos não apenas na ocupação da secretaria, como passamos a noite com os assentados e fomos juntos no outro dia na marcha organizada pelo MST.

Quer dizer que quando não seguimos as decisões que eles tomam na direção, ainda que seja fruto da nossa assembleia, e da qual os coordenadores regionais do MST e até integrantes da [direção] nacional participaram, então não fazemos mais parte do MST? Isto porque foi por pedido de dirigentes do MST para postergarmos, não uma, mas duas vezes, esta ação. Quando discordamos de realizar apenas a marcha nos expulsam? E isso é o momento para escancararem tal divisão?

E como desabafou outra assentada:

Querem nos tirar o direito de decidirmos coletivamente as lutas que iremos realizar? Decidimos em assembleia, que contou com a ampla participação dos assentados, irmos na segunda [feira] e participar do ato da terça [feira]. São nossas casas que serão destruídas!!! É o esforço de uma vida inteira! (...) conforme foi ressaltado por um assentado na assembleia de sábado, onde tomamos a decisão de iniciarmos a jornada de luta em defesa do assentamento a partir de segunda [feira, com a ação de ocupação da secretaria da presidência]: “os assentados sabem pensar e tomar decisões”. Aprenderam no processo de luta que se iniciou com a participação na ocupação realizada pelo MST na Granja Malavazzi, em Limeira, no dia 12 de novembro de 2005²⁴¹.

Essa situação poderia ser um lapso na relação entre assentados e o posicionamento oficial do Movimento. Para além do parágrafo na página do MST, que desvinculava as famílias do Movimento e, conseqüentemente, a ação direta confrontando o governo federal²⁴², no dia seguinte pode-se ler no mesmo site que a ocupação da superintendência do Incra-SP se deu “pela desapropriação definitiva de área do assentamento” e que o movimento iria “cobrar medidas concretas” para tal, e ainda que “permanecerão no local até que o Incra apresente um plano de trabalho contra o despejo do assentamento Milton Santos e de outras áreas pelo Poder Judiciário”²⁴³.

²⁴¹ Cf.: comentário ao artigo Assentamento Milton Santos: a ocupação da secretaria da presidência. **Passa Palavra**, 10 dez. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=69071>>.

²⁴² O que, aliás, foi republicado pela quase generalidade das mídias do campo da esquerda, destaque que não ocorreu com a mobilização que ocupou a secretaria da presidência.

²⁴³ Cf.: MST ocupa Incra para cobrar desapropriação definitiva de área do Milton Santos. **MST**, 11 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/mst-ocupa-incra-para-cobrar-desapropriacao-de-area-do-assentamento-milton-santos>>.

Contudo, no outro dia (na quarta-feira), lê-se²⁴⁴ que o movimento desocupou a superintendência substituindo-a por um acampamento de resistência no Milton Santos (que não chegou a durar uma semana), mas sem indicar nada sobre as “medidas concretas” ou quanto ao “plano de trabalho contra o despejo” pelo Incra. Ainda assim, o mais grave foi, no próprio site do MST alegarem que por um “imbróglcio jurídico” a presidente Dilma nada poderia fazer enquanto a Justiça não passasse as terras à família Abdalla, pois não poderia desapropriar um terreno já público. A situação era mais calamitosa pelo fato de o Incra ter recebido no dia anterior (terça-feira, 11), a citação para reintegração de posse, o que fazia com que passasse a valer o prazo de quinze dias para que a polícia pudesse realizar tal ação.

Esses fatos elevaram o sentimento de desespero das famílias assentadas, que cada vez mais enxergavam na radicalização das ações fora do assentamento a única defesa de seus direitos, para evitar um confronto interno com efetivos policiais que, com grande probabilidade, teria graves consequências.

Esta situação gerou certo constrangimento no MST, o que ficará mais explícito com o decorrer das lutas, as posições assumidas e o desenrolar dos fatos.

Um dos episódios importantes que auxiliaram a nortear a luta dos assentados do Milton Santos foi a lição tirada com o ocorrido com a comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos – SP²⁴⁵. Nesta ocasião, início de 2012, houve um violento despejo de cerca de 1.500 famílias pela Polícia Militar que foi amplamente divulgado pela mídia. O fator a ser considerado é que nas vésperas da truculenta ação militar diversas autoridades vinculadas ao governo, como o senador Eduardo Suplicy (PT) e o Ministro Gilberto Carvalho asseguravam que não ocorreria o despejo.

Um ano depois, escutavam-se novamente as mesmas promessas proferidas pelas mesmas pessoas e, em diversas situações, repetidas pela direção do MST nas assembleias e de forma menos explícita, nos textos e comunicados.

²⁴⁴ Cf.: Famílias do MST saem do Incra e temem “novo Pinheirinho” em despejo. **MST**, 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/MST-deixa-o-Incra-e-teme-novo-Pinheirinho>>.

²⁴⁵ Cf.: Brasil: massacre do “Pinheirinho” causa revolta e comoção no país. **Global Voices**, 24 jan. 2012. Disponível em: <<http://pt.globalvoicesonline.org/2012/01/24/brasil-pinheirinho-massacre/>>. Até o momento, 13 policiais foram acusados de estupro e tortura, cf.: Pinheirinho: 13 policiais da ROTA são acusados de tortura e estupro. **Fórum**, 25 jul. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/07/sp-policiais-da-rotasao-indiciados-por-estupro-e-tortura-durante-reintegracao-de-posse-no-pinheirinho/>>.

O medo, por parte dos assentados, de que acontecesse tragédia igual levou à desconfiança nas palavras governamentais que não viessem acompanhadas do que acreditavam ser a única solução: a assinatura do decreto por desapropriação social. Entre os apelos dos assentados estava sempre a frase de não deixar acontecer um novo Pinheirinho. A referência ao massacre de São José dos Campos, proferida por assentados legalizados da reforma agrária, fazia com que desta vez o débito não incidisse apenas na conta do governo estadual do PSDB, pois os agricultores apelavam diretamente ao governo federal do PT e à figura da presidente da República.

Para muitos assentados e lideranças do Milton Santos isto explicaria o porquê do MST não acompanhá-los na ocupação da Secretaria da Presidência, pois – segundo eles – o movimento não poderia criticar o governo abertamente e também haveria o fato de parte da dissidência do MST (que são assentados no Milton Santos) estar à frente do processo político de resistência do assentamento.

5.2 Ocupar a "casa do homem"

O fato é que certa clivagem ficará mais nítida com nova ocupação do Inkra (desta vez por tempo indeterminado), que, para além da pressão no órgão governamental responsável pelos assentamentos, servirá mais como base de articulação com outros grupos e coletivos e para impulsionar ações diretas mais ousadas, como a contundente ocupação do Instituto Lula, visando a dar maior visibilidade à luta dos militantes.

Lula foi o Presidente da República que em 2006 assinou a concessão do terreno para fins da reforma agrária (e também foi o candidato que disse que se eleito faria a reforma agrária com uma canetada). Portanto, todo processo de legalização do assentamento ocorreu com o seu conhecimento e do órgão do governo federal responsável pelo assunto, o Inkra.

A figura de Lula passou a ser alvo reiterado para as reivindicações, desde as assembleias às conversas de corredor, nos almoços e mesmo nos momentos de confraternização com os assentados. Um dos argumentos repetidos é de uma lógica bastante simples: o Assentamento Milton Santos teria sido uma criação do Lula, caberia, assim, a ele defender tal conquista. Isto é, teria sido no governo do Lula que eles foram assentados, portanto, e considerando a influência e mesmo um imaginário de ascendência

sobre o governo de Dilma Roussef, este seria um dos melhores caminhos para conseguir a assinatura do decreto e a conseqüente resolução do problema. Rosângela, uma das assentadas, explicitou o motivo da ação direta: “Ocupamos o Instituto Lula pois precisamos que ele dê um empurrãozinho para a presidente Dilma manter o assentamento onde está (...) porque o Lula iniciou uma coisa que hoje a Dilma não está querendo se responsabilizar e continuar”²⁴⁶.

De acordo com o comunicado dos assentados:

Nosso apelo é para que Lula ouça este último grito de desespero e transmita-o para as esferas do poder federal que realmente podem definir a nossa situação. Lembremos que há exatamente um ano, em um quadro bastante semelhante, 1600 famílias foram brutalmente despejadas da área do Pinheirinho. Um representante político como Lula, que agora tem a honra de batizar uma instituição que zela pelo “exercício pleno da democracia e da inclusão social”, não pode permitir que uma situação dessas se repita.

Confiamos que o peso de sua figura política é capaz de interceder em favor de nós, assentados, e estabelecer um diálogo mais direto com a presidente Dilma Roussef para que se disponha a nos receber pessoalmente em uma audiência e assine o decreto de desapropriação por interesse social²⁴⁷.

É óbvio que existiam leituras distintas, que não identificavam mais no ex-presidente uma figura pública capaz de solucionar a situação. O ataque a Lula poderia significar a perda de apoio de setores ligados ao governo (como deputados, vereadores, senadores, sindicatos). A “base” do MST e de outros movimentos (por supostamente serem lulistas) poderia não aceitar muito bem essa resolução. Tal ação poderia dar munição para os setores mais conservadores e retrógrados que não fazem parte do pacto neodesenvolvimentista. Poder-se-ia até argumentar que o ex-presidente havia há pouco tempo se curado de uma grave doença, como o é o câncer, e que isto levaria a uma oposição à luta do assentamento!

De fato, todos esses argumentos foram colocados no sentido de que os assentados desistissem da ideia de realizar algum tipo de ação política envolvendo a

²⁴⁶ Cf.: Coletivo de Comunicação Assentamento Milton Santos. Video: Ocupação do Instituto Lula - “Aí se a moda pega”. **Passa Palavra**, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=71671>>.

²⁴⁷ Cf.: Por que ocupamos o Instituto Lula. **Passa Palavra**, 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=71506>>.

imagem do ex-presidente Lula. Como já se sabe, não adiantou. E o MST deixou claro que não acompanharia essa luta.

Com os primeiros raios de sol a romper no céu cinzento da megalópole paulistana, numa quarta-feira, 23 de janeiro, cerca de 100 pessoas ocuparam uma instituição privada no bairro do Ipiranga, zona sul de São Paulo, ao lado de um batalhão da Polícia Militar. Conforme o comunicado acima, a ocupação do Instituto Lula ocorreu num momento de pura aflição e sentimento de abandono, em que os assentados entendiam que as alternativas jurídicas estavam esgotadas e que as promessas dos dirigentes do Incra e de representantes do governo federal – de que os assentados não sairiam das suas terras e que se necessário seria assinado o decreto por interesse social – poderiam não passar de promessas, sobretudo se não ocorresse pressão política e social.

Uma leitura, mesmo que rápida, do comunicado demonstra uma linguagem extremamente paternalista, que alça Lula à figura do bom pai, à qual se pede que interceda pelos assentados que ele havia criado. Caso nos detivéssemos somente na forma deste último comunicado, poderíamos supor que pouco avanço houve do ponto de vista da conscientização política, esbarrando a luta num modelo clássico de paternalismo e personalismo, tão presente nas pelejas das esquerdas latino-americanas.

Contudo, na análise das lutas sociais é necessário conseguir distinguir a exposição de argumentos no campo propriamente político e a coerência exigida na argumentação, tendo sensibilidade para compreender flexibilizações táticas (e linguísticas) e resistências estratégicas, conseguindo apreender a junção destas táticas em confronto com a prática, a resolução de questões pragmáticas e os objetivos estratégicos²⁴⁸. Analisando os desdobramentos da ocupação do Instituto Lula, podemos perceber que a forma de linguagem utilizada e o simbolismo desta ação tiveram o efeito de dar visibilidade nacional à luta do assentamento, que foi coberta por praticamente todos os grandes veículos de comunicação e pautou a discussão política no país.

Obviamente que isso está ligado aos usos políticos que setores da mídia corporativa e de partidos opositores poderiam fazer, tanto em relação ao governo do PT quanto à figura de Lula. Junto com esse elemento, temos que considerar as notícias que

²⁴⁸ Dito de outro modo, este foi um dos ensinamentos da Ciência Política moderna com Maquiavel, mas que por vezes é esquecido nas análises que tendem a considerar o discurso político como expressão pura da prática e da estratégia.

havia sido veiculadas quase na mesma época de que o governo de Dilma apresentava um dos piores índices no tocante ao assentamento de famílias para reforma agrária²⁴⁹ e, ainda, a forma de linguagem utilizada no comunicado dos assentados.

Ao usar um discurso para um público externo (e não interno às lutas sociais), sem cair no radicalismo acusando o governo federal e mesmo o capitalismo pelos males de que padeciam, o comunicado tornou-se mais palatável para a grande mídia, sendo reproduzido na íntegra pelos grandes jornais impressos, como o grupo Folha de São Paulo e Estadão. Para o próprio governo, e mesmo para o ocupado Instituto Lula, seria difícil colocarem-se publicamente de forma mais dura e crítica aos méritos e legitimidade dos assentados. De fato, nas reuniões que estes tiveram com Paulo Okamoto (então presidente do Instituto) e Luiz Dulci²⁵⁰, não foi questionada a legitimidade sequer da ação dos assentados, pelo contrário, eles foram considerados “convidados”, mesmo que Lula tenha ficado “chateado” com a ocupação²⁵¹. Por outro lado, as ameaças caso a ocupação continuasse puderam ser lidas no discurso ambíguo e nos “causos” contados da época em que também os atuais diretores organizavam ocupações.

Curiosamente o posicionamento criticando o ato da ocupação veio somente do Movimento Sem Terra. O MST divulgou nota negando participação na ocupação e ainda, conforme a assessoria de imprensa do movimento, a ação foi qualificada como “inócua” e “ineficaz”, pois “Lula não está no poder, não é mais presidente. O problema não está com ele, nem ele pode resolvê-lo”²⁵². O assessor de comunicação do MST, Igor Felipe, ainda afirmou que a “**invasão**” (termo bastante combatido pelo MST e usado pela grande imprensa para desclassificar as ações de ocupações do próprio MST) seria motivada por interesses partidários de setores do movimento Intersindical, que seriam mais próximos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – que nasceu de uma cisão do PT. Alegação que foi

²⁴⁹ Cf.: Reforma agrária pode ter seu pior ano desde 1995. **Exame**, 19 nov. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/reforma-agraria-pode-ter-seu-pior-ano-desde-1995>>.

²⁵⁰ Luiz Dulci foi Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência nos governo Lula de 2003-2010, sendo sucedido por Gilberto Carvalho no governo Dilma. Paulo Okamoto

²⁵¹ Cf.: Lula fica ‘chateado’ com invasão de Instituto. **Agência Estado**, 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.atarde.uol.com.br/brasil/materias/1479967-lula-fica-chateado-com-invasao-de-instituto>>.

²⁵² Cf.: Para MST ocupação do Instituto Lula é inócua. **Rede Brasil Atual**, 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2013/01/para-mst-ocupacao-do-instituto-lula-e-inocua>>; e cf.: Racha do MST ligado ao PSOL invadiu Instituto. 247, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/91474/>> .

prontamente reproduzida por uma série de veículos de comunicação do campo governista e progressista, ainda que tenha sido negada por uma das lideranças do assentamento²⁵³.

Ao indagarmos um dirigente nacional do MST (Gilmar Mauro, 2013) sobre os posicionamentos das notas do Movimento, as divergências quanto às ocupações na secretaria da presidente Dilma e no Instituto Lula, se se trataria de divergências internas ou de uma indicação para não atacar a imagem do governo federal, obtivemos a seguinte resposta:

O Milton Santos estamos acompanhando faz tempo, moro lá na região. A grande questão é que um grupo saiu do MST e é normal que, inclusive, para se fazer ouvir e ver, desenvolva atividades [de enfrentamento político, inclusive ao MST]. [Quanto à ocupação do Instituto Lula], eu olhava de todas as formas e não encontrava sentido naquilo, por quê? Porque meu problema não é individualmente com a figura Lula, o problema é político, com o Estado brasileiro, com a burguesia brasileira (...) qual é o papel dele hoje? Sei lá, não acompanho o Lula, pode estar articulando a burguesia etc., mas ele não está no governo, então fazer uma ocupação no Instituto da Cidadania, para nós soava como um negócio fora de propósito. Com relação à Dilma, o nosso grande problema foi ocupar o escritório. Até acho que a turma acertou na tática de ocupar o escritório e ir para lá, mas ninguém fala do resultado daquilo, que foi marcar uma reunião com o superintendente do INCRA. Num primeiro momento a turma dizia 'como é que vamos para o INCRA falar com um cara que não serve para nada', aí ocupa o escritório da Dilma para obter uma negociação com o superintendente do INCRA? Ou seja, os resultados são pífios. Então é muito mais o voluntarismo de fazer do que de fato uma estratégia política de resolver a situação. (...) Então por essa razão que não fomos juntos na ocupação do Lula, na Dilma a gente foi junto e parou lá. O erro acho que foi essa do Igor [Felippe] aí (...) porque nós não íamos comentar. Quer ir? Tá bom, não tem problema algum, o que vamos reivindicar no Instituto Lula? Tem que ter uma noção, está fazendo luta política, tem que ter uma responsabilidade com isso, é um instituto privado. (...) O diabo daquilo lá é que aproxima a esquerda da direita (...) O maior elogio que eles receberam foi do editorial da *Veja*. O grande problema é que quando o ponteiro está muito à esquerda ele vai lá para a direita e se juntam, isso é o esquerdismo. (...) Do ponto de vista midiático, ótimo, mas do ponto de vista da solução do

²⁵³ Cf.: Sem-terra nega viés político na invasão do Instituto. **Agência Estado**, 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.atarde.uol.com.br/brasil/materias/1479958-sem-terra-nega-vies-politico-na-invasao-de-instituto>>.

problema do Milton Santos não foi por aí que se resolveu (...) primeiro que não está resolvido, ainda se encontra na justiça, foi a alternativa que se buscou, e agora acabou a mobilização lá também.

A crítica pública do MST seria mais um juízo isolado às ações diretas da base assentada, ou demonstraria que o Movimento estaria optando por uma saída jurídica e burocrática de negociações, excluindo assim a conjunção desta frente com a luta alicerçada na pressão e na ação direta dos assentados? Como indagou o coletivo Passa Palavra (2013c):

Como entender sua afirmativa [do MST], veiculada pela imprensa corporativa num tom acusatório, estranho a um movimento social cuja força vem da solidariedade com todos os que lutam para acelerar a reforma agrária, de que a ocupação do Instituto Lula não seria ação do Movimento, mas de infiltrados do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e da Intersindical? Em manifestação anterior às duas ocupações, a presença de algumas das mesmas organizações, assim como muitas outras que as apoiaram, foi noticiada pelo Movimento sem qualquer conotação negativa, dando até a entender que tal apoio era bem-vindo.

Na análise deste coletivo, apesar de o MST denunciar a morosidade da reforma agrária sob a gestão do governo Dilma, a criminalização da luta agrária pelo Judiciário e a hegemonia da burguesia sobre a justiça, o ponto nevrálgico que permite compreender a censura pública à ação dos assentados num processo de luta legítimo estaria no modelo de reforma agrária atualmente defendida pelo Movimento, que exigiria alto grau de integração com órgãos governamentais como o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, ao que podemos acrescentar até mesmo os vínculos com grandes empresas do agronegócio, como mostramos no tópico sobre *MST e empresas* no capítulo três.

Não sendo esta uma questão de julgamento moral, temos que compreender que a mudança na base produtiva, das cooperativas agrícolas para a agricultura familiar, exige um tipo de enquadramento institucional que não se restringe ao MST, mas avança para os demais movimentos de luta pela terra que seguem o mesmo modelo, demandando uma estrutura organizacional em que um número reduzido de pessoas fica responsável e capacitada para solucionar pequenos conflitos através de relações de cunho mais pessoal, “por cima”, por meio de telefonemas e reuniões informais. Essa situação teria como uma de

suas consequências a transformação das mobilizações de base, que ficariam assim mais restritas a atos simbólicos e menos a confrontos diretos, para não correrem o risco de romper a necessária confiança mútua que o enquadramento institucional determina.

Assim, a participação no projeto político da frente neo(nacional)desenvolvimentista teria como uma de suas consequências a moderação no ataque aos aliados, necessitando preservar de desgastes as figuras de seus condutores, como Lula (ícone do PT e possível candidato às eleições de 2014 ou 2018), e Dilma (candidata à reeleição). Daí a necessidade de desvincular-se da ação das bases assentadas no Milton Santos e buscar deslegitimá-la publicamente, ainda que tenha sido reconhecida, dias antes pelo próprio Movimento, a responsabilidade da presidente na única solução viável – a desapropriação por interesse social, o que depois tentou ser relativizado e retirado da alçada presidencial pelo termo de “imbróglios jurídicos”.

Um dos perigos presentes nessa aposta é que,

Quando o MST censura publicamente sua militância de base por tentar criar alternativas através de ações de enfrentamento direto, está, na verdade, contribuindo para reforçar não apenas a legitimidade de instituições que combate, mas também a transferência da política das ruas para os gabinetes – exatamente o lugar onde, apesar de seus esforços, é mais fraco. Se este é o caminho que o Movimento pretende seguir em casos parecidos, esta incoerência aparentemente simples poderá ser a origem de suas derrotas (ibidem).

Outra ameaça é o aprofundamento de uma fissura entre direção e base, que ficou explícita, por um lado no visível constrangimento dos dirigentes do MST (não apenas pelas notas, mas também na expressão das lideranças que participaram das acaloradas assembleias massivas do Milton Santos, em que foram duramente cobrados pela base assentada) e, por outro lado, no sentimento de abandono vivido pelos assentados.

A partir disso podemos ter uma situação de forjamento de dois polos pretensamente opostos, em que a ameaça de divergência interna costuma ser uma atitude de defesa da organização em abstrato, mitificando-a como solução de todos os males presentes ou futuros. Converte-se, assim, uma parte da base e da militância em um “nós”, frente a outra parte transformada num “eles”. Robustece-se uma ideia de que a existência de posições distintas debilita o movimento e a luta, passando a considerar as diferenças como

negativas (ZIBECHI, 2011), como se qualquer crítica estivesse a fazer o “jogo do inimigo”, desclassificando-a como “a esquerda que a direita gosta”.

O risco é que se passe a uma espécie de dualidade na condução dos movimentos e das lutas, em que um setor é especializado na direção e negociação e outro na execução ou participação nas atividades acordadas e decididas na outra instância. Aqui, segundo Michels (1996), operam dois fatores, a própria dinâmica das organizações (a lei de ferro das oligarquias) e a simetria entre a forma organizativa da classe trabalhadora e a da classe dominante, em que o enquadramento institucional pelas políticas governamentais e de mercado tem peso decisivo. Este é, propriamente, um dos expedientes de ascenso de burocracias dirigentes dentro das organizações de esquerda.

Para quem pôde acompanhar de perto a construção da luta dessas famílias do assentamento e alguns poucos grupos de apoiadores, ficou nítido tratar-se de uma situação em que a condução política foi levada adiante por uma coordenação orgânica do assentamento, em que os passos eram discutidos e decididos nas massivas assembleias com a base, e não apenas referendados nestas e previamente acordados por um pequeno grupo diretivo. Tal prática política, como indicamos, mostrou-se mais fruto da situação desesperadora do assentamento do que propriamente uma forma consolidada de estratégia, ainda que outros elementos, como a coordenação ampliada existente no assentamento tivessem sido decisivos nessa conformação.

No campo tático, a ocupação do Instituto Lula (por dois dias) mostrou-se acertada. Ainda que o diretor do Instituto (e ex-ministro chefe da Secretaria da Presidência da República nos oito anos do governo Lula) tenha afirmado que “O instituto não interfere em decisões de governo. Não só nessa área, como em nenhuma outra”²⁵⁴, reforçando a versão de que o ex-presidente não teria a capacidade de resolução do impasse, o preço político no campo governista foi elevado a um nível maior, comprometendo-o no âmbito nacional e internacional por possíveis desdobramentos²⁵⁵.

²⁵⁴ Cf.: Ex-ministro de Lula diz que instituto não vai interferir por assentados. **Folha de S. Paulo**, 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1219190-ex-ministro-de-lula-diz-que-instituto-nao-vai-interferir-por-assentados.shtml>>.

²⁵⁵ Do mais, algumas semanas depois esta versão de que o ex-presidente Lula não exerceria nenhum tipo de ingerência no governo de Dilma se desfez no ar, porém, deixou claro que se tratava de interferências ligadas aos interesses de grupos empresariais, como a Odebrecht e outras. Cf.: Lula diz a executivos do Peru que pediu melhoria de ponte a Dilma. **Folha de S. Paulo**, 06 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1290507-lula-cobra-dilma-por-falhas-na-fronteira-com-o->

Tanto isso é verdade que logo após a ocupação do Instituto (e considerando que o prédio do INCRA em São Paulo já estava reocupado há uma semana), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o presidente do INCRA, Carlos Guedes, publicaram nota em que este último se comprometia a receber os assentados desde que deixassem a ocupação²⁵⁶ (do Instituto). Além disso, matéria do jornalista político Roldão Arruda, no *Estado de São Paulo*, e clipada no site do Exército e do planejamento do governo, faz notar que a reação do governo diante a invasão do INCRA teria sido recebida com “ar blasé” e protocolar, indigna de nota no site do órgão. Atitude diametralmente oposta se deu com a ocupação do Instituto Lula, que haveria causado “comoção e correria em Brasília”, com a viagem do presidente do INCRA a Piracicaba-SP, onde tramita a ação judicial, seguindo para a sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo, e culminando com reunião com os assentados na sede ocupada do INCRA-SP. “Atitude que poderia ter sido tomada dez dias antes”²⁵⁷.

O fato é que seis dias após a ocupação do Instituto Lula foi suspensa a reintegração de posse por decisão do desembargador federal André Nejatschalow, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o que assegurou – por ora – a permanência das famílias nas terras do assentamento²⁵⁸.

Essa decisão judicial não soluciona o caso, pois é uma medida paliativa que não define a propriedade da área. O Grupo Abdalla e a Usina Esther não apenas podem recorrer da sentença, como de fato já o fizeram, sem ainda haver uma resposta sobre tal pedido²⁵⁹.

[peru.shtml](#)>; No exterior, Lula promete repassar pedidos para Dilma. **Folha de S. Paulo**, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1250454-no-externo-lula-promete-repassar-pedidos-para-dilma.shtml>>; e, Instituto diz que objetivo de Lula é o interesse da nação. **Folha de S. Paulo**, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1250451-instituto-diz-que-objetivo-de-lula-e-o-interesse-da-nacao.shtml>>.

²⁵⁶ Essa reunião ocorreu em clima tenso na sede ocupada do Inbra. Cf.: Nota pública: Assentamento Milton Santos. **Portal Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 23 jan. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=11609935>. Tal reunião ocorreu em clima tenso na sede ocupada do INCRA>.

²⁵⁷ Cf.: Agilidade do poder público no caso põe instituto Lula na mira. Clipping planejamento, 31 jan. 2013. Disponível em: <<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2013/1/31/agilidade-do-poder-publico-no-caso-poe-instituto-lula-na-mira>>.

²⁵⁸ Disponível em: <<http://www.assentamentomiltonsantos.com.br/?p=810>>.

²⁵⁹ Disponível em: <<http://www.assentamentomiltonsantos.com.br/?p=865>>.

Para coordenadores do Milton Santos essa luta teria confirmado a possibilidade de negociação sob pressão com o governo, o que teria sido um método utilizado pelo MST até 2003. Neste sentido, a luta dos assentados do Milton Santos colocou em prática o que aprenderam na sua militância com o próprio MST (e que na visão deles foi abandonado pelo Movimento por causa da ligação ao governo Lula/Dilma). Mas, há que se notar que, mesmo se assim fosse, as formas de luta do Milton Santos não conseguiram ir além do então já experimentado pelo MST em outros tempos.

Do ponto de vista programático, além da permanência (mesmo que ainda provisória) na terra, outras medidas se fazem sentir, como diversos investimentos governamentais com vistas a valorizar o assentamento: obras para asfaltar as ruas, construção de um barracão para beneficiar hortaliças etc.; a transferência de policiais que – segundo os moradores – perseguiram os assentados, entre outras questões do cotidiano. Outra conquista a partir dessa luta foi recolocar o debate sobre políticas de assentamento e luta pela terra numa atmosfera que estava bastante rarefeita, sobretudo pela política do atual governo de não criar novas áreas de assentamento.

Logo após essa trégua momentânea (numa disputa jurídica que ainda permanece) para o Milton Santos, a presidente Dilma reforçou a atual linha de seu governo para a reforma agrária e seus laços com os movimentos rurais.

Em sua primeira visita a um assentamento desde que chegou ao Planalto, ela foi ao assentamento do MST em Arapongas (PR) – com direito a transmissão pela internet²⁶⁰ – para lançar o Programa Nacional de Agroindústrias na Reforma Agrária, anunciar o lançamento de editais para que pequenos produtores rurais possam acessar cerca de R\$ 300 milhões para investimentos, e mais R\$ 300 milhões em crédito para processamento dos produtos de reforma agrária. Também participou da inauguração da agroindústria da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Copran), que reúne atualmente 18 cooperativas do MST no Paraná. Entre os “convidados” que foram à festividade no assentamento, ao lado da direção do MST e do ministro Gilberto Carvalho estava o senador Blairo Maggi (PR-MT) da bancada ruralista (saudado por Dilma no evento

²⁶⁰ Cf.: Visita de Dilma a assentamento será transmitida pela internet. **MST**, 04 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/visita-de-dilma-assentamento-ser%C3%A1-transmitida-pela-internet>>.

como um “grande produtor rural”), e o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB)²⁶¹. Poucos dias após o lançamento destes programas, o ministro Gilberto Carvalho reconheceu que existe certa tensão entre os movimentos sociais do campo e o governo, e classificou como “favelas rurais” muitos assentamentos no país. Por essa razão o governo estaria freando o processo de reforma agrária para repensar o tipo de assentamento promovido²⁶², com foco no combate à extrema miséria no meio rural – por meio de políticas sociais como Bolsa Família, Brasil Carinhoso e Minha Casa Minha Vida – e na rápida integração das famílias assentadas a processos produtivos e ao mercado.

O caso concreto do Milton Santos abrangeu um conjunto de lutas, externas e internas, implícitas e explícitas. Deu forma a uma consciência de classe e à existência diferenciada deste conjunto de assentados, com uma visão mais ou menos nítida de seus interesses imediatos, mas também do que envolvia de forma mais ampla estas preocupações particulares no quadro da conjuntura nacional de luta pela terra.

Assim, uniram interesses comuns e teceram relações orgânicas com outros setores da classe trabalhadora. Na ocupação do INCRA, por exemplo, estiveram presentes distintas organizações políticas, que atuam em diversas áreas, tais como comunidades periféricas de São Paulo, sindicalistas, integrantes de saraus, movimentos por moradia, grupos teatrais militantes, rádios livres, coletivos de comunicação etc., influenciando de forma distinta no cenário político, social e cultural nacional, ensaiando a superação da setorização que ainda marca, em grande medida, as lutas (rurais e mesmo urbanas)²⁶³.

²⁶¹ Cf.: Dilma saúda produtor rural em evento do MST. **Estado de S. Paulo**, 04 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-sauda-produtor-rural-em-evento-do-mst,992988,0.htm>>. Tão diversificadas presenças políticas num assentamento do MST simbolizam bem o que vem a ser o pacto para a composição de classes nos governo do PT. O ruralista Blairo Maggi, ganhador do irônico prêmio Motosserra de Ouro do Greenpeace é o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado. Essa comissão ambiental tem entre seus 17 titulares os ruralistas Garibaldi Alves Filho, Ivo Cassol, Kátia Abreu e José Agripino, além do também ruralista Eunício Oliveira como suplente de seu “companheiro de latifúndio” Ivo Cassol. No entanto, não há nenhum nome ligado direta e conhecidamente à politização da causa ambiental. Cf.: SOUZA. O silêncio da sociedade sobre Blairo Maggi na comissão de meio-ambiente do Senado. **Consciência**, 23 mar. 2013. Disponível em: <<http://consciencia.blog.br/2013/03/o-silencio-da-sociedade-sobre-blairo-maggi-na-comissao-de-meio-ambiente-do-senado.html#.UXbVUbxUezb>>.

²⁶² Cf.: Gilberto Carvalho admite que há tensão em assentamentos. **Folha de S. Paulo**, 08 fev. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1228076-gilberto-carvalho-diz-que-governo-deve-rever-processo-de-assentamentos.shtml>>.

²⁶³ Lúcio Flávio de Almeida (2013c) referindo-se à luta do assentamento Milton Santos observou que: “As esquerdas brasileiras, especialmente seu subconjunto anticapitalista, apresentam imensas dificuldades para se unificarem em questões práticas. Permanecem incapazes de responder a um grande potencial de novas lutas proletárias, subproletárias e de baixa classe média – para nos restringirmos a estes segmentos das lutas

Neste processo, tiveram papel importante os vínculos cotidianos, secundarizando ou concorrendo com o protagonismo das instâncias diretivas, por vezes mais distantes da vida diária das famílias assentadas. Presenciamos o emergir de uma forte comunidade de trabalhadores rurais, comunidade que engloba o local de moradia, produção, sociabilidade e organização política, que foi se formando ao longo de quase uma década de lutas.

Todo esse processo de luta significou claramente um momento acelerado de formação política, com a radicalização dos assentados em ações diretas, mas também nos espaços de negociação com representantes governamentais, ex-representantes e dirigentes políticos. Retomando Rosa Luxemburgo (2011b), os assentados foram adquirindo e refinando a consciência política na própria luta, o que levou um morador a nos contar que:

Foi uma *porretada* em todo mundo, foi porrada no governo, mas também nos assentados, o que fez os assentados caminhar juntos. Estávamos acomodados, cuidando de nossos lotes e essa luta trouxe uma união maior. Acho que isso deu uma consciência de classe que penso que 4 anos de faculdade não dá²⁶⁴.

No que uma assentada afirmou que:

Se não tivéssemos ido para a luta não teria assentamento. Acho que não estaríamos aqui, nossas casas estariam no chão. Eu achei que a coisa tava fácil de resolver, mas quando fui para São Paulo percebi que a coisa tava bem difícil. E esse governo, que tá como uma pata choca, só vai ajudar a classe trabalhadora através da pressão mesmo²⁶⁵.

Esse processo de luta e educação política prosseguiu com atividades que foram realizadas tanto dentro quanto fora do assentamento, em que participam variados assentados (e não apenas membros da coordenação), como por exemplo, nos eventos de

populares. Desta forma, contraditoriamente, dão sua parcela de contribuição para que somente sobrevivam as práticas coletivas dos dominados que estejam sob a tutela mais ou menos explícita do Estado ou mesmo de certos governos. Depois fica fácil teorizar que as lutas que predominam são marcadas pelo corporativismo”.

²⁶⁴ Pesquisa de campo, 30/04/2013.

²⁶⁵ Pesquisa de campo, 29/04/2013.

solidariedade e de formação política, como ocorreu em debate na USP e na Rede de Comunidades do Extremo Sul²⁶⁶.

No âmbito interno e mais “mundano” do assentamento ações também ocorrem, como o evento de cultura e de balanço da jornada de luta, e a incipiente criação de uma rádio livre. Porém, igualmente sucedem mudanças políticas relevantes que geralmente são creditadas apenas aos momentos de ocupação, em que a solidariedade e a formação política, por necessidade, afloram mais visivelmente. Através dessa luta laços de amizade entre os assentados se refizeram, e pessoas que haviam deixado de se falar por questões corriqueiras do cotidiano aprofundaram o sentimento de comunidade. Como nos relatou uma assentada:

Em sete anos de vizinhança nunca havia recebido a visita de ‘Margarida’, mas como eu estava no assentamento, mas sempre em contato com o pessoal em São Paulo, ela sempre vinha me perguntar como estavam as coisas, se eu precisava de algo, agora ela leva até doce para mim. Foi um chacoalhão que juntou todo mundo.

De igual maneira, as relações dos moradores com as pessoas de fora do assentamento, que eram marcadas por bastante desconfiança, também passaram por uma melhora qualitativa:

A relação com as pessoas de fora melhorou muito. Nos sentimos menos desprezados, que não olham para meu pé rachado, que são pessoas iguais a nós.

E, por demanda dos assentados, iniciou-se um projeto de formação educativa e política na comunidade.

Costuma-se depreciar, ou não prestar tanta atenção à cultura política que é gestada e desenvolvida nos espaços de organização informais, como aqueles formados por unidades coletivas elementares (CASTORIADIS, 1979b), pautadas pelo relacionamento cotidiano, no contato direto e permanente, como na comunidade criada no assentamento, que vai além das instâncias e divisões organizativas do MST. Essa organização informal é

²⁶⁶ Cf.: Convite do encontro de formação. **Rede Extremo Sul**, 11 mar. 2013. Disponível em: <<http://redeextremosul.wordpress.com/2013/03/11/convite-do-encontro-de-formacao-e-neste-sabado-dia-1603/>>.

menos visível, o que a torna mais difícil de mensurar, resultando – não poucas vezes – em aspectos não considerados na história das lutas sociais²⁶⁷.

Uma das lições que se pode extrair dessa experiência concreta do último período de intensa luta dos assentados do Milton Santos é que a luta de classes não consiste tão somente nos grandes eventos (que também houve), realizados sob o holofote da imprensa (ocupações, manifestações, greves de fome, paralisações de rodovias). Uma parte decisiva dessa luta é produzida na calada de uma resistência cotidiana (SCOTT, 2000), invisível para os que dela não participam. No entanto, ela representa um papel fundamental no confronto sistêmico e para fomentar os grandes eventos que passam a adquirir visibilidade e importância, constituindo-se como cimento da luta de classes. O que já foi denominado, em outras circunstâncias, como a toupeira da história.

Isto demonstra que os micro-conflitos, isto é, as lutas por vezes locais e concretas, baseadas mais numa plataforma prática (como foi a luta do Milton Santos), e menos numa base estritamente ideológica ou em programas gerais e abstratos, são componentes importantes para a perspectiva que tem como marca minar o fundamento do próprio sistema.

Não pretendemos com isso mitificar a luta do Assentamento Milton Santos (uma luta que os assentados não escolheram), nem supervalorizá-la, mas apontar certos elementos que – embora em pequeno grau – servem de ensaio e potencialidades para os conflitos sociais atuais, pelo aprendizado dos erros e acertos realizados.

No processo de luta pela permanência na terra dos assentados do Milton Santos, apesar de toda a limitação colocada pela urgência da situação, formas alternativas de organização foram sendo desenvolvidas, com grupos horizontais que buscavam a superação entre divisões hierárquicas, em que saberes foram compartilhados e reconquistados da expropriação e compartimentação realizada pelo capitalismo. Foi o que se pode vivenciar, por exemplo, pelos grupos culturais e de comunicação, que procuravam uma forma de auto-organização horizontal.

²⁶⁷ “A atividade do proletariado em geral somente tem sido conhecida e reconhecida na medida em que tem sido explícita ou manifesta, e se desenvolvido à luz do dia (...) as lutas explícitas correspondem a maioria das vezes, para bem ou para mal, aos conceitos e às categorias que o teórico já construiu, às características e às variáveis do regime instituído, que considera como fundamentais, às formas de ação que entende que pode inserir em suas estratégias” (CASTORIADIS, 1979b, p. 71).

Passou-se de uma derrota iminente a uma vitória parcial, em que se somam os aspectos concernentes ao ambiente político mais amplo, bem como modificações na vida cotidiana do assentamento. Através da luta e da ação direta, de modo coletivo e ativo, houve um processo de avanço na formação política em cada participante, assentado e militante. A luta do Assentamento Milton Santos também pode ser lida como um ponto de inflexão no cenário político nacional no qual se percebia uma tendência, nos últimos anos, de declínio das grandes mobilizações de caráter mais radicalizado, gerando uma fissura em determinado projeto de conciliação de classes através do enfrentamento (pela esquerda) com os governos (em suas distintas instâncias).

Num contexto em que parecia que a classe trabalhadora se via na condição de aceitar os espaços pré-estabelecidos pelas instituições governistas como o único caminho a seguir, e que a única política realizável seria a política do possível, reduzindo as expectativas ao determinado pela burocracia, a conexão realizada entre a luta mais específica e a luta política do assentamento Milton Santos deparou-se com a irreduzibilidade do governo petista, e não apenas dele, mas também das forças políticas vinculadas ao campo governista. Nesse sentido, a luta dos assentados do Milton Santos permitiu a cristalização de contradições e a compreensão da atual correlação de forças na sociedade brasileira. Mesmo que possa parecer pouco, é algo que não estava colocado tão claramente há pouco tempo, e que gerou uma pequena fissura no consenso instalado.

Para Firmiano (2013),

(...) a luta das 68 famílias do assentamento Milton Santos vem desmontando qualquer “pacto de pacificação” ou prática de cooptação (que, no melhor sentido, significa tirar a possibilidade de ação política do sujeito em luta) que este governo tenta “assinar” com os trabalhadores e trabalhadoras. (...) O confronto hoje aberto entre esta fração organizada da classe trabalhadora e os arautos do desenvolvimentismo contemporâneo elucida a contradição viva entre a expansão do capital impulsionada pelo petismo e as forças do trabalho. E contém um elemento político fundamental. Pois se a contradição entre trabalho e capital é inerente e interna à lógica do sistema do capital, e sua radicalização ganha maior ou menor projeção de acordo com a conjuntura política, o enfrentamento entre as classes é um ato de vontade dos sujeitos organizados.

Nas palavras de um assentado:

Só vai ter conquistas para nós com luta, é o que eu acho no meu pensamento. E acho que ainda vai dar trabalho essa história do assentamento. Sair não saímos mais, mas ainda acho que isso vai dar trabalho (...) Teve um divisor de água, pois eu mesmo achava que o problema ia ser resolvido pelo governo, esse divisor foi a ocupação da secretaria da Dilma. Aí nos demos conta e vimos quem estava disposto²⁶⁸.

As famílias do Assentamento Milton Santos viram-se no centro de uma contradição da luta no campo, alçando este conflito de uma questão imediata para o nível de enfrentamento político nacional.

²⁶⁸ Pesquisa de campo, 30/04/2013.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA UM DEBATE EM ABERTO

“Reconhece a queda / e não desanima / levanta, sacode a poeira / e dá a volta por cima”.

Paulo Vanzolini, *Volta por cima*²⁶⁹.

Em 29 anos de experiência, o MST alcançou vitórias e provocou muitas polêmicas à direita e à esquerda, mas é incontestável sua contribuição para o fortalecimento da organização política da classe trabalhadora mundial.

No atual momento enfrenta um dos seus maiores desafios, em uma conjuntura de fragmentação da esquerda e de renovação das investidas do capital, através, por exemplo, da recuperação de lutas e imposição de formas hetero-organizativas, da contenção das tendências antissistêmicas e anticapitalistas.

Estes desafios, que não se restringem ao próprio MST, e independentemente da forma como forem solucionados pelo Movimento, também servem (e servirão) de ensinamentos para a esquerda de forma ampla. Não se trata de uma única forma de recuperação que coloca dificuldades para a mobilização da classe trabalhadora, mas uma conjugação de vários fatores, ingredientes políticos e econômicos. É exatamente pela história estar aberta e poder ainda ser escrita que a crítica e autocrítica representam um papel imprescindível.

Maurício Tragtenberg (1991) alertava para o fato de que, quando as organizações privilegiam as atividades que seriam o meio para atingir certa finalidade, passando a esquecer destes fins, pode ocorrer

(...) o fetichismo da organização, e uma esquerda não pode cair no fetichismo. A organização não pode ser uma espécie de Deus na terra. Toda organização é meio para realizar fins. Na hora em que fica um fim em si, tende a perder o sentido. E aí surge o fetichismo dessas pessoas que falam partido com p maiúsculo, esquecendo que ele é um instrumento da história, que tanto pode ser o instrumento de realização quanto o contrário. Isso depende da relação de forças entre as classes sociais.

A possibilidade de realizar a crítica aberta às lutas sociais (críticas estratégicas e não táticas) deveria ser uma premissa aprendida com todos os processos de derrota das

²⁶⁹ Este famoso refrão do compositor brasileiro, como ele próprio admitiu, geralmente é lembrado e cantarolado apenas com o trecho “*sacode, levanta a poeira, e dá a volta por cima*”, esquecendo-se do outro atributo essencial da construção da narrativa: “*reconhece a queda*”.

organizações de esquerda. A visão acrítica e beata em relação às organizações pode significar a consolidação do terreno fértil para a burocracia e o isolamento dos próprios movimentos, com o seu refluxo para os problemas de ordem puramente interna.

Concordamos com Marcelo Lopes de Souza (2013), quando afirma que

(...) os sem-terra, em geral, e o MST, em particular, têm conseguido sobreviver politicamente, evitando, ao mesmo tempo, derrotas explícitas mais decisivas. Mas os desafios têm sido, como se pode facilmente constatar, muito grandes, mesmo (ou melhor: principalmente!) com o Partido dos Trabalhadores no Palácio do Planalto. E a questão é que, por mais que isso ainda seja um tema delicado no âmbito da esquerda brasileira, o MST apresenta várias deficiências e contradições. Ou seja: não seria correto, ao menos de um ponto de vista comprometido com princípios e valores como coerência anticapitalista, horizontalidade e autogestão (ou, mais amplamente, *autonomia*, em sentido forte), fechar os olhos para os diversos problemas *internos* do MST, como se todas as suas dificuldades fossem exógenas.

Deficiências e contradições que são ainda pouco permeáveis à crítica, mesmo que seja proveniente de dentro do MST²⁷⁰.

No debate sobre o desenvolvimento das lutas sociais, procuramos desenvolver os pontos onde se encontram algumas das atuais encruzilhadas políticas e sociais do MST, que podem acelerar ou interromper o processo de se autoavaliar e, conseqüentemente, se reinventar, construindo novas formas de intervenção antissistêmica.

Na dialética das lutas sociais, os conflitos não se assemelham a uma linha reta de mão dupla, mas a uma espiral de conflitos. Os desafios colocados para as lutas

²⁷⁰ Como declarou uma ex-militante do MST: "(...) buscando espaços onde possamos continuar fazendo a nossa militância de forma que possamos fazer a crítica aberta, coisa que não era possível nos limites do MST, buscando também nos manter firmes no referencial Socialista. Considerando a crítica aberta, quando ainda estava dentro do MST, sentia por parte dos intelectuais e professores(as) que o apoiam a ausência dessa crítica, e aqueles que ousaram em alguns momentos expressá-la foram considerados como inimigos do movimento, sendo até impedidos de serem convidados para dar aulas nos cursos, mesmo sendo professores voluntários. Acredito que alguns destes intelectuais e professores esperavam que essa crítica aberta surgisse a partir de dentro da organização. Talvez alguns por comodidade ou diplomacia, mesmo tendo a crítica não a expuseram, pois se trata do maior Movimento Social da América Latina e mais conhecido no Mundo (...) Nesta unidade imposta, quem fazia a crítica estava queimando o movimento e, por conta da relação de poder hierarquizada, havia e ainda há muita hipocrisia, expressando assim grandes contradições do MST, que insiste em sempre apresentar em suas místicas, documentos, curso, debates, etc., tantos valores socialistas e revolucionários deixados pelos nossos históricos lutadores, e que na sua prática política nega tais valores." (SOCORRO de LIMA, 2012).

autônomas anticapitalistas apresentam-se tanto no plano externo – como a organização transnacional da produção capitalista e a concomitante fragmentação da classe trabalhadora e de suas lutas – como também no plano interno.

A dualidade das encruzilhadas das lutas sociais faz com existam forças pendendo para mais de um lado. Percebe-se que a tentativa de desarticulação das lutas com forma e conteúdo mais radical se separa da tentativa de conduzi-las para outros objetivos, mesmo antagônicos aos iniciais. Desse modo, o processo de recuperação das conflitualidades pode transmutar uma luta inicialmente alicerçada na lógica da auto-organização para a hetero-organização, convertendo-a, por exemplo, em base eleitoral de partidos. Assim, transforma uma luta alicerçada na ação direta numa forma de ascensão política de organizações burocráticas, canalizando as ações e protestos mais radicais para parcerias com empresas capitalistas. Contudo, o tamanho dos desafios também parece ser proporcional ao potencial contido nessas lutas de superar a malha institucional que o capitalismo procura impor.

Mostramos como alguns mecanismos da democracia capitalista de recuperação das lutas se processaram no caso concreto do MST. Essa recuperação – ou novos mecanismos de governo em que o principal ingrediente é o amplo “engajamento” – se deu, entre outras formas, pela burocratização interna do Movimento, relacionando-o com o mercado de empresas transnacionais e, também, pela ligação com os governos do PT, através dos gestores da burocracia estatal.

Indagamos se os governos do PT significaram uma ampliação da margem de manobra dos movimentos sociais ou, se, por outro ângulo, teria se aprofundado um processo sistêmico de redução das contestações e de quebra das resistências. Mostramos que a multiplicação de políticas públicas e de instâncias participativas de pouca consistência, em conjunto com os números pífios da reforma agrária parecem indicar, no caso do campo brasileiro, a funcionalidade e eficácia do controle social desses governos.

Vimos também que os governos do PT aprofundaram o processo de atrelamento dos movimentos sociais a uma dinâmica de participação nas políticas públicas gestadas no Banco Mundial, tendo como uma de suas consequências o enfraquecimento do ativismo político. Se os militantes são moldados como implementadores e gestores de projetos governamentais, temos um exemplo concreto de que a participação como meio de governo

pode significar também desmobilização política, a organização servindo para apassivar. O mesmo movimento que pode servir para organizar, também pode desorganizar.

As características observadas na luta do Assentamento Milton Santos nos permitiram generalizar um aspecto presente em diversas comunidades rurais do MST e de muitos outros movimentos sociais. O fortalecimento do movimento, numa perspectiva autônoma, esteve ligado diretamente ao trabalho de base e ao fortalecimento dos espaços de sociabilidade, horizontais e solidários, dentro do assentamento e dos ambientes de luta. Neste caso, a autonomia de base esteve fortemente ligada aos espaços de sociabilidade alternativos ao capital, que serviram como infraestrutura da autonomia.

Como se sabe, um dos riscos gerais que as lutas enfrentam consiste no rompimento orgânico entre direção e base, e, no caso específico da pesquisa desta tese, no rompimento das famílias sem terra com a direção do MST, empurrando o Movimento para a via da burocratização.

Para Bernardo Mançano Fernandes (1996, p. 170-171), o desenvolvimento do MST em São Paulo (caracterizado pela tensão e disputa com outras organizações na luta pela terra) foi marcado pela secundarização do poder decisório dos trabalhadores e da socialização política, em prol de uma estrutura organizativa mais centralizada e da massificação da luta, que “[...] desenvolveu-se com o aumento do número de famílias nas ocupações de terra e também com a alienação da grande maioria dos trabalhadores que se tornaram passivos no processo de luta”.

O Movimento sofre o risco permanente de se burocratizar e esvaziar as práticas participativas, de banalizar a mística e os instrumentos de luta, de sectarizar o processo de educação e perder o ímpeto pela mudança social do país. Além de tudo isso, há tradições do meio rural brasileiro, como o mandonismo, clientelismo, machismo e racismo, que não vão sumir facilmente entre os integrantes do Movimento. Esses problemas e desvios são de conhecimento de todos os que têm acompanhado a vida interna do MST. Quem já seguiu de perto o Movimento, porém, sabe que também há grandes empenhos por superar estas limitações e contornar os perigos existentes. (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 321-322)²⁷¹.

²⁷¹ Apesar de identificarem esse risco de burocratização do movimento, para os autores, “Contudo, o maior desafio do MST não vem da sua dinâmica interna ou da hostilidade dos seus adversários intelectuais e mediáticos, senão das condições estruturais que envolvem a sua luta. A primeira década do século XXI tem se caracterizado por uma acelerada consolidação do agronegócio e seu modelo agrícola. Este padrão de desenvolvimento rural [...] tem sido propulsado, protegido e subsidiado pelo Estado brasileiro, desde o regime militar até o governo Lula” (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 322).

6.1 Ocupação como estratégia e como tática

Dentro desta perspectiva anticapitalista, de geração de novos valores e sociabilidades, de politização do econômico com vistas à superação do capital, a ocupação, enquanto importante momento de luta e principal fator de mobilização, poderia se apresentar, em maior medida, como estratégia, isto é, como espaço-tempo de ruptura com aspectos do capitalismo e, em menor medida, como tática para conseguir terras e se envolver numa luta defensiva e econômica. O outro lado da moeda, e o seu perigo, em decorrência da habilidade do Estado e do capital em recuperar e assimilar as lutas de esquerda é a transformação de questões táticas – ainda que extremamente relevantes, como o atendimento das necessidades materiais e sociais básicas – em estratégicas. O que tem se constituído como fim e o que tem representado o meio na estratégia atual do MST?

A questão aqui apresentada como uma relação entre a tática e a estratégia do Movimento, que se materializa no conteúdo e objetivos da *forma ocupação*, desdobra-se no sentido de problematizar o que há de embrionário num movimento de massas que pretende construir alternativas às formas capitalistas de organização social²⁷².

Não se resumindo a anseios externos, a ocupação, enquanto estratégia antissistêmica apresenta potencialidades e limites, como apontam diversos autores, inclusive do próprio MST. Num claro corte luxemburguista, Gilmar Mauro (2013)²⁷³, compreende que o momento radical da luta de ocupação potencializa o desvelar de formas de funcionamento e contradições do sistema capitalista.

A luta e o conflito é um ingrediente importante na produção de consciência, às vezes num dia de luta o sujeito aprende o que não aprendeu numa vida inteira. Você faz uma ocupação de terras, quem se manifesta? O fazendeiro, ou bota os jagunços ou aciona o

²⁷² Assim, caberiam pesquisas para identificar alternativas nas formas organizativas (para além de projetos ideológicos) das quais possam surgir projetos políticos e sociais alternativos. Observar, por exemplo, se existem formas incipientes de organização e sociabilidades políticas nas territorialidades do MST. Entretanto, não devemos minimizar o fato de que uma das vitórias do capitalismo nas últimas décadas, com sua reestruturação produtiva, foi exatamente promover a desorganização da classe trabalhadora em todos os níveis. O que não significa que não haja graus de organização alternativa e de resistência, mas a visibilidade e sistematização destas outras formas são mais difíceis, inclusive, pela pouca atenção dada aos espaços habituais de sociabilidade, como as práticas festivas e culturais, enquanto elemento político da classe trabalhadora.

²⁷³ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

poder judiciário. O judiciário se manifesta, o Estado e o governo [se manifesta], vem a polícia. Se manifestam os meios de comunicação; os aliados. Qual o momento de fazer uma análise de como funciona a sociedade? O cara aprende ali, numa ocupação de terras, [de modo] elementar evidentemente, mas é nesse momento que ele descobre quem é aliado e quem é inimigo, como funciona o Estado, o poder judiciário, o que o rádio fala.

Stédile²⁷⁴ reconhece a importância de todos os espaços possíveis para o acúmulo de forças (jornal, rádio, televisão comunitária, sindicato, prefeitura, governo do estado etc.) e que devido à inexistência de vácuo na política, se os espaços não forem conquistados para o projeto da classe trabalhadora, o serão pelos capitalistas e exploradores. Portanto, no seu entender os instrumentos do Estado constituem-se como espaços relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às necessidades da classe trabalhadora e para democratizar a participação popular.

Como já explicitamos, não acreditamos que se deva negar a importância da luta institucional, tampouco considerar esta como o único ou principal caminho, subvalorizando os espaços em que a classe trabalhadora em movimento tem a capacidade de organizar-se de forma autogerida, ou ao menos diminuindo a inferência hetero-organizativa. É nesses espaços de autogestão que se podem desenvolver formas alternativas de sociabilidade e os germens de um antagonismo sistêmico. É certo que as alternativas de criação de estruturas de poder paralelas e construção de outras sociabilidades não são antagônicas à negociação com o Estado. Esta dupla perspectiva faz com que a luta pela reforma agrária e por direitos devam ser entendidas como *um* dos elementos que compõem a luta do MST, podendo se constituir como piso ou teto da luta travada e do sistema social almejado.

O MST reconhece esse caráter das ocupações. Como preparação para o seu VI Congresso, entende que “As conquistas atuais de assentamentos, associações, cooperativas e organizações sociais fazem parte desse processo de mobilização e acúmulo de forças para a realização de uma verdadeira reforma agrária. E, em cada um deles, devemos, desde logo, ir aplicando essas propostas” (MST, 2013 p. 165)²⁷⁵. As duas condições básicas, indicadas

²⁷⁴ Cf.: “Governo abandonou reforma agrária iludido com agronegócio”, diz Stédile. **ABDC Maior**, 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/O-governo-abandonou-a-Reforma-Agraria-iludido-com-o-agronegocio-diz-Stedile>>.

²⁷⁵ Publicada originalmente em janeiro de 2012 no Caderno de debates n. 1 - Preparação para o VI Congresso Nacional do MST - 2013, p. 39-48.

pelo MST, para implantação do programa popular de agricultura seriam a mobilização popular e a ação do Estado democrático e popular. Contudo, enfatizando uma visão classista, ainda conforme o MST, as mudanças exigidas não poderão ser fruto de um acordo com a totalidade de uma abstrata sociedade, porque, “(...) as classes dominantes, os latifundiários e empresas transnacionais jamais aceitarão, pois eliminaria seus mecanismos de exploração e acumulação” (ibidem, p. 164). Ainda que o Movimento permaneça com o norte no Estado, propugna que este deva ser de outra natureza, pois

(...) essas mudanças dependem necessariamente de que o Estado e todos os poderes nele representados – Executivo, Legislativo e Judiciário – sejam o instrumento fundamental de execução dessas medidas. O Estado deve mudar sua natureza atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem comum (ibidem, p. 165).

A ocupação e a territorialização por parte do Movimento é um momento privilegiado para o questionamento da legitimidade da propriedade privada, das leis que a sustentam e da necessidade prática de outras formas de organização e de sociabilidades solidárias, antagônicas à hegemonia capitalista (GONÇALVES, 2005).

Para avançar na concretização deste desafio, segundo Yeros (2007), os movimentos rurais devem ultrapassar sua tendência de “identidade camponesa”, não restringindo sua militância à reforma fundiária e superando a ideologia da propriedade privada. Mas, como pontua Maria Orlanda Pinassi, esta debilidade – a particularidade histórica da luta pela reforma agrária no Brasil – pode ser um dos maiores trunfos, pela sua paradoxal atualidade (na cobrança das mais antigas dívidas históricas) e pelo forte conteúdo crítico-ideológico que, no plano mais imediato, pela *práxis* dos sujeitos destes movimentos, afrontam a inviolabilidade da propriedade privada. Contudo,

A objetivação da sua potencialidade revolucionária só pode se tornar uma realidade se esse processo centrado na luta pela terra for considerado uma *mediação*, uma *transitoriedade* para a superação do sistema de funcionamento do capital, no qual o movimento social ainda se insere e de alguma forma é controlado por seus imperativos (PINASSI, 2005, p. 119).

Ou seja, de uma perspectiva antissistêmica, o sucesso econômico e produtivo dos assentamentos não deveria se converter em finalidade, em ponto de chegada, mas em uma ponte para o desenvolvimento de práticas sociais e relações antagônicas às capitalistas.

Numa leitura mais crítica a essa opção da ocupação enquanto estratégia, afirma-se:

Vejo a ocupação no campo da tática, mas uma tática perigosa, porque pode levar a ação de mais Estado, da presença do Estado, pois ele vem com pacote completo. Claro que tem que ocupar, são as circunstâncias que impõem as condições, mas ciente das contradições (ALBUQUERQUE, 2012).

A potencialidade de negação da propriedade privada, contida nas ações do MST, para Vergara (2009)²⁷⁶, ocorre por três elementos centrais: ao controlarem um dado território em que decidem o que e como fazer; ao criarem estruturas de poder paralelas ou alternativas ao Estado, com espaços de politização, através da participação efetiva; e ao garantirem a subsistência mínima de seus membros com alimentação e moradia, permitindo-lhes assim sair da pobreza extrema.

Em outras palavras, a criação e recriação do campesinato, enquanto sujeito político e não apenas econômico, isto é, na sua experiência de classe, se dá na luta pela terra. Nesta,

A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e/ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo. Este também é o seu limite, porque não possui o *controle político* das relações econômicas (FERNANDES, 2013a, p. 181).

Portanto, e contraditoriamente, a partir desses limites os assentamentos conquistados pela luta também podem se constituir na sujeição do campesinato à lógica capitalista do Estado, por exemplo, quando,

(...) acabam se destinando a uma política de contra-reforma agrária na medida em que a precariedade dos assentamentos é a condição de seu funcionamento enquanto fonte de mão de obra barata a serviço do capital. O assentado não consegue se tornar um protagonista da reforma agrária e no lugar de sujeito, no sentido positivo, acaba assujeitado, como se diz em linguagem popular. O protagonismo do movimento que organizou o Acampamento ou a

²⁷⁶ Cf.: informação verbal em debate ocorrido em maio de 2009, na PUC-São Paulo.

Ocupação acaba quando o Estado e/ou o capital se tornam os donos do assentamento (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2011).

Isso demonstra as ambiguidades da própria forma ocupação, que não deve ser considerada nem o fim e nem o começo da conflitualidade. “Ela é um desdobramento, uma forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo” (FERNANDES, 2013a, p. 182)²⁷⁷, e também uma forma de romper as relações sociais a que o capitalismo submete esses sujeitos, ainda que tampouco possa significar a superação da subalternidade a este sistema, pois, por diversos meios esses camponeses são sujeitados pelos capitalistas. Contudo, o espaço da ocupação, da conquista do assentamento, pode se constituir num laboratório de experiências alternativas de socialização política, e este aspecto parece que continua sendo negligenciado, seja nas análises, seja nas práticas.

No entanto, recuperando a discussão que apresentamos, se a dimensão da gestão da produção, dos recursos públicos e dos programas governamentais for a tendência (ou a aposta) mais forte dentro do Movimento, isso pode significar o esvaziamento do trabalho de massa e orgânico de politização das bases em prol da gestão dos recursos provenientes do Estado para o fortalecimento dos assentamentos e de seus projetos produtivos, o que pode levar ao risco de acelerar um processo de burocratização e adaptação ao modelo social combatido via mercado, podendo se constituir num possível indicador de crise do movimento, bem como num dos “grandes” desafios a ser enfrentado.

Bernardo Mançano Fernandes (2010, p. 184) entende organicidade como condição política, representada pelos graus de vinculação das famílias sem terra ao MST, considerando que quanto maior for a participação das pessoas nos setores de atividades e

²⁷⁷ Bernardo Mançano Fernandes (2013a, p. 224-225) relata sinteticamente o percurso dessa conflitualidade: “A ocupação da terra começa com trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes – inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar da luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de socialização política. Nesse espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária. Com essa atitude, iniciam uma dimensão do espaço de socialização política que chamamos de *espaço comunicativo*. Nele as pessoas se apresentam, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos. A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra; medo porque pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifúndios e com a polícia”.

nas instâncias de representação política, maior será a organicidade do movimento. Alguns indicadores que ele utiliza para identificar uma forte organicidade são os símbolos (que representariam a identidade do MST, como o boné e a bandeira vermelha, o hino) presentes em reuniões setoriais, prédios das cooperativas e das escolas, ocupações, acampamentos e assentamentos.

Se de um ponto de vista externo podemos identificar esta simbologia e identidade do Movimento, quando atentamos para a organicidade interna a questão fica mais complicada. Ainda que a bandeira e outros símbolos estejam efetivamente presentes, que as palavras de ordem sejam entoadas a cada evento, a pouca participação e vinculação das pessoas assentadas ou acampadas em setores de atividades e instâncias de representação política indicam, ao contrário, perda de organicidade.

De acordo com uma liderança do Movimento, da região sudeste:

Antes fazíamos trabalho de base nas grandes cidades, íamos organizar os moradores de rua, de pensões etc., com este trabalho conseguíamos muitas centenas de famílias para as ocupações e, até mesmo, militantes ativos como o “Seu Fulano”, que retiramos da rua. Hoje o pessoal mais novo já não trabalha assim ²⁷⁸.

A possível inversão entre ocupação e criação de novas formas de sociabilidade – transformadas em tática visando à gestão produtiva dos assentamentos, que por sua vez se transforma em estratégia – é destacada na fala de um militante do MST (também da região sudeste): “Há 10, 15 anos, as ocupações e os assentamentos eram uma festa só, as pessoas participando ativamente, hoje tá difícil de fazer com que consigam se envolver, são sempre a mesma meia dúzia de gatos pingados” ²⁷⁹. Essa situação de refluxo na capacidade de mobilização de massas para fazer ocupações também é reconhecida por Gilmar Mauro (2013)²⁸⁰:

Tempos atrás quando eu fui acampar, nós íamos e ficávamos lá dentro [na terra], porque era eu que queria a terra, agora, às vezes, tem uma militância que quer substituir a classe na luta, você pega a militância para fazer a ocupação num sentido simbólico, mas a militância fica dois, três dias e depois quer voltar para suas regionais. É a substituição pela militância da classe trabalhadora na

²⁷⁸ Cf. informação verbal colhida em 2011. O nome do integrante do MST foi preservado.

²⁷⁹ Cf. informação verbal colhida em 2010.

²⁸⁰ Entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

luta (...) isso já é um erro inclusive. Eu não posso substituir os trabalhadores sem terra e lutar por eles, senão vou terceirizar a revolução. No momento de crise, no afã de querer fazer as coisas, você pode querer substituir a classe.

Sabemos que este é um processo lento e contraditório e que, apesar da máscara da dominação assumir feições do agronegócio ao invés do latifúndio, continuam a existir no Brasil rural os donos de terra e de gente, sendo que o poder social dos grandes proprietários de terra constitui-se, ainda, num dos braços de sustentação mais antigo do Estado brasileiro. Assim, estamos nos referindo a protagonistas de lutas com enormes dificuldades econômicas e sociais, muitos que jamais haviam tomado em suas mãos a política; ao contrário, encontravam-se sob a capa cultural do mandonismo, clientelismo, machismo e racismo, obstáculos culturais que são constantemente combatidos nos cursos de formação política (Loureiro, 2010)²⁸¹. Mas são essas pessoas que estão ajudando a construir o processo de transformação, são eles que estão sendo sujeitos de algo, após décadas em que não foram sujeitos de nada.

Retomando o que expusemos, há que ficar alerta para o risco da perda de autonomia e da auto-organização quando os movimentos têm que se submeter ao modelo estatal dos planos sociais, sobretudo quando estes são desenhados para evitar o conflito social (situação em que se formam os sujeitos políticos). Separados do conflito e da ação direta como mecanismo de luta, corre-se o risco de perda do sentido emancipatório das ações, convertendo-as num conjunto de técnicas esterilizadas.

O MST ao não realizar um questionamento do modelo capitalista vigente – ausência que se aprofunda com os governos de composição de classes do PT – leva a que o próprio Movimento fique a reboque das iniciativas do capital, limitando-se a lutas pontuais e conjunturais. Isto faz com que, neste momento, o que o distingue politicamente, isto é, as formas organizativas do movimento social mais organizado da história do Brasil – e as potencialidades de alternativas que apresenta – pareçam ser secundarizadas, em benefício de uma estratégia mais atinente com o imediatismo das políticas públicas desenhadas para harmonizarem-se com o capital e o agronegócio, fortalecendo a reivindicação de reforma agrária baseada na pequena agricultura familiar de orgânicos, o que pode levar ao

²⁸¹ Em relação ao baixo nível de instrução dos assentados, em sua grande maioria provenientes do meio rural, estima-se que 1/3 não foi à escola e 87% só chegaram à quarta série.

alinhamento com as profundas modificações estruturais que o capitalismo tem ocasionado na classe trabalhadora.

Se, por um lado, um setor do Movimento continua fazendo ocupações para conquistar a terra e, em sentido oposto, outro setor faz reuniões de negociação com representantes do governo, empresas e agronegócio, existe nestas duas formas uma contradição estrutural e não uma simples complementaridade de táticas para um mesmo objetivo. Enquanto alguns percebem um acúmulo de forças para a experimentação na prática do que seria outra sociedade no futuro, outros enxergam aí o desenvolvimento de elementos do capitalismo, com negociações e acordos intraclassistas.

Não se trata de se os integrantes, por exemplo das cooperativas do MST, têm maior ou menor simpatia por tal ou qual governo, isto é totalmente secundário. Os processos de recuperação de suas lutas são mais sutis, mas nem por isso menos contundente. Como procuramos mostrar, as energias que eram utilizadas protestando no espaço público e enfrentando o Estado e o sistema capitalista são transplantadas de forma lenta, mas gradual e consistente, para o espaço da produção das cooperativas, integrando-se ao circuito produtivo, estatal e empresarial. Essa modificação – da disrupção para a integração – é conseguida sem enfrentamento aberto e sem a politização que esses espaços possibilitam, mas é garantida por negociações por cima e por acordos. Além disso, parte dos membros das cooperativas do Movimento terá que ser necessariamente composta por especialistas das mais distintas áreas da administração, desenvolvendo, por dentro dos movimentos, as relações e técnicas de governo, que passam a cobrar um lugar central na vida ordinária de assentados e do próprio Movimento. Esse processo ocorre em detrimento dos aspectos contestatórios, horizontais e autônomos, porque o próprio desenho social de tais estruturas governamentais não os permite. Assim, de forma gradual e sem grandes conflitos externos, uma nova forma de gestão vai se impondo aos movimentos, quase como um percurso “natural”. O fio da navalha do MST deu-se assim no encaixe da luta de classes com políticas públicas numa era de criação e fomento de dispositivos de participação como meio de governo. Tem-se, portanto, a difusão de um sistema de ação operando no plano das palavras e das condutas. Desse modo, o "fio da navalha" se revela como uma nova racionalidade política em que se mesclam elementos da esquerda-direita. Nessa nova

"racionalidade política" reside também uma nova lógica gerencial de governo que integra a ação política de movimentos.

Gilmar Mauro, da direção do MST, toca diretamente na questão de que os limites objetivos não devem significar o abandono do trabalho de base; ao contrário, este necessita estar ligado a uma perspectiva de expansão do Movimento para outros setores e grupos sociais em luta:

Como é que se dá o processo de formação política? Na luta política, não tem outro jeito. Você não faz formação política se não é dentro do contexto da luta de classes. Então se o assentado só participa da luta reivindicatória por créditos e não se envolve no contexto da luta de classes nos locais onde vive, obviamente a sua consciência vai ser aquela da luta reivindicatória – até vem, radicaliza, quebra o pau, fecha banco, não sei o que, mas é para conquistar o crédito [...] A esquerda trabalhou muito essa questão: a luta econômica descolada da luta política [...] Para mim, a luta econômica e a luta política são partes de um processo de lutas contra o capital [...] Nós buscamos dialogar e tentar discutir que o problema do crédito, o problema econômico, pode se transformar num problema político, ele pode e deve ser transformado numa luta política (MAURO, 2008, p. 98).

Não relegando a um aspecto secundário as dificuldades dos membros do MST de reprodução da vida nas mais duras condições – como na obtenção de crédito para levar adiante os assentamentos, a localização destes em regiões inacessíveis, a necessidade de serviços e direitos básicos, como moradia, educação, saúde – o que buscamos ressaltar (e isto não significa uma dicotomia de caminhos) é que mais do que o número de ocupações ou a ampliação dos recursos, nos parece que um dos dilemas centrais atualmente para o MST está entre apostar num novo projeto nacionalista e desenvolvimentista – que encontra ecos inclusive em setores da burguesia nacional – ou então, radicalizar e consolidar o trabalho, por vezes subterrâneo e silencioso, da velha toupeira, construindo canais e redes de ligação com outros setores da[s] classe[s] trabalhadora[s] (incluindo os que não encontram sequer instrumentos de representação e expressão política) e uma nova sociabilidade em seus territórios, antagônica à capitalista.

Obviamente que não se trata de processos simples, muito pelo contrário, e o purismo de estratégias, por parte dos que se consideram santos da revolução, pode ter consequências tão ou piores. No tocante à ocupação como espaço estratégico de construção

antissistêmica, Gilmar Mauro (2013) reconhece as dificuldades do MST em lidar com as atuais (e mesmo velhas) configurações da classe trabalhadora. Assim, enquanto com a figura do acampado seria possível uma imersão maior, e mais fácil, nas lutas – pois, em grande parte não estava inserida no processo produtivo –, com o assentado a situação é distinta.

Há equívocos nas formas de lidar com essa nova classe trabalhadora. Nós também erramos. O acampado era um sujeito disponível, o assentado não, ele assina um contrato que tem que cumprir. O que acontece nos momentos de não luta junto à classe trabalhadora urbana industrial? Os bons sindicalistas fazem assembleia, chegam antes da entrada na fábrica, distribuem panfletos, vai preparando a nova luta, mas é um momento de não luta, de formação. Mas como é que você faz isso num assentamento de duzentas famílias? Não tem como ir à porta do sujeito antes dele retirar leite, por exemplo, todo dia. As assembleias são mais no final de semana, uma rádio popular é um ingrediente fundamental num momento de não luta, de formar, de preparar as novas lutas, já que o jornal apresenta uma dificuldade pela leitura (...) Um assentado não vai mais do que uma semana na luta, porque tem a vaca, o porco, o filho na escola; quando estava acampado ele ficava mais de quinze dias, depois de assentado são dois dias na capital, mais que isso é preciso pensar em lutas locais, perto, para que possa tirar leite de manhã, ir para a luta, tirar leite no outro dia se preciso, ou seja, é preciso pensar novas formas de luta. Estou dizendo dos assentados para dizer que surgiram novos setores da classe trabalhadora, novos setores de serviço etc. **As formas organizativas da classe trabalhadora foram para o espaço faz muito tempo, ou seja, não comportam mais o novos formato das novas demandas da classe trabalhadora (...) É preciso construir novas formas organizativas para a classe trabalhadora, não tem outra alternativa** (MAURO, 2013 – grifos nosso)²⁸².

Reconhecendo erros e dilemas do MST, o que está sendo feito dentro do Movimento e fora dele para superá-los? Sem abandonar simplesmente as antigas formas organizativas de luta, ter-se-ia que, conforme Gilmar Mauro (ibidem), continuar a desenvolver o conflito, partindo do que existe, pois não existem outras organizações. Contudo, haveria que se fazer uma distinção entre a representação política e a categoria. Enquanto a primeira pode fazer um discurso ideológico radical, este teria que condizer com as reivindicações que levam a categoria à luta.

²⁸² Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

Eu faço uma distinção entre a representação política e a realidade da classe. Eu faço parte da representação política da minha categoria, embora a representação política tenha atribuições, tarefas etc., em termos teóricos se estabelece um programa, linhas para serem buscadas, até a reforma agrária como transformação social. Você não pode se distanciar tanto da realidade de quem você teoricamente representa. Por isso eu sempre comento que prefiro errar junto com minha categoria a errar sozinho.

Seriam as incongruências entre estes dois polos que tem levado a esquerda a uma situação tão delicada.

Mostramos no tópico sobre *Políticas públicas, enfrentamento e recuperação*, que a estratégia do Banco Mundial para o meio rural brasileiro percorreu todos os governos e garantiu as bases para a expansão de modelos de reforma agrária de mercado em detrimento dos projetos populares. Durante os mandatos de Collor e FHC, a luta do MST serviu de referência a uma crítica mais geral à tentativa de implantação de políticas neoliberais pelo governo federal. E durante os governos do PT qual a bússola que orienta boa parte do campo da esquerda? O próprio governo?

Bernardo Mançano Fernandes (2013a, p. 194.) assevera que “O paradigma do capitalismo agrário não teve uma forte influência somente nas pesquisas acadêmicas, mas também na organização dos movimentos camponeses e nas políticas públicas”. Ainda que Bernardo Mançano não inclua o MST nos movimentos absorvidos pelo paradigma do capitalismo agrário, cabe problematizar se o MST, ao privilegiar nos assentamentos uma tendência de produção para o mercado e parcerias com empresas transnacionais (em detrimento das ocupações e, conseqüentemente, da tentativa de produção de um modo de vida alternativo ao mercado capitalista), não estaria, a despeito de sua ideologia (e das tendências internas de confronto com o paradigma do capitalismo agrário), se aproximando desse paradigma, que, até o momento, foi levado adiante por mais de uma década pelo governo de "composição de classes e alianças" do PT.

No primeiro capítulo, no tópico *Implicações da concepção de reforma agrária defendida atualmente pelo MST*, expusemos brevemente essa contraposição de paradigmas. Cabe lembrar que o paradigma do capitalismo agrário compreende os problemas e desigualdade das relações capitalistas no campo como conjunturais, passíveis de superação através de políticas que permitam a “integração” do pequeno agricultor familiar ao mercado

capitalista. Extirpando a luta de classes como referencial, este paradigma totaliza a sociedade capitalista. De modo distinto, o paradigma da questão agrária, ao partir da luta de classes como elemento explicativo da análise, percebe os problemas agrários como parte da estrutura capitalista, conseqüentemente entendendo a superação destes problemas e a construção de outra sociedade como parte de uma luta contra o modo capitalista de produção. “Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato” (FERNANDES, 2013b, p. 199).

Ao trilhar o caminho da prioridade às questões relativas às técnicas, financiamentos e ao mercado, com parcerias com empresas capitalistas transnacionais por políticas governistas, não estaria o MST convertendo-se, também ele, numa unidade (ainda que marginal) do sistema?

Tanto o paradigma do capitalismo agrário, como o da questão agrária, não parecem seguir unívocos numa única direção, pois eles conformam a questão agrária no capitalismo vigente e, por isso, carregam em si os elementos dialéticos de sua relação, isto é, as possibilidades de transgressão e insurgência, e também de cooptação e conformismo, de recuperação das resistências, que se materializam nas práticas, nas ideologias, nas políticas públicas, que podem ser criadas pelo Banco Mundial, pelo Estado e empresas capitalistas, como serem adotadas ou combatidos pelos movimentos sociais.

Nesse sentido, não devemos ignorar que as formas de relação com o mercado são determinadas por um processo cultivado por conflitos e desenvolvimentos e a economia política do paradigma da questão agrária também contempla a integração ao mercado consumidor, mas em conjunto e como condição da promoção da luta pela reforma agrária e pela distribuição da terra, na constituição ampla de territórios e de enfrentamento à lógica do capital.

Daí a ocupação de terra ser uma das formas de luta mais presentes nos movimentos camponeses, porque fere seu âmago [do capitalismo]. Também a compreensão de uma economia da luta, em que a conquista da terra não dever ser transformada na condição única de produção de mercadorias, mas, igualmente, na produção da vida em sua plenitude, bem como do enfrentamento com o capital, para a recriação continuada do campesinato (FERNANDES, 2013, p. 200).

A partir do exposto acima, voltamos ao entendimento da ocupação como estratégia de enfrentamento ao capitalismo e como lógica própria do paradigma da questão agrária. Esta forma, ao sofrer um retrocesso em seus índices e nas suas potencialidades, não estaria, assim, fortalecendo sua contraparte dialética, isto é, reforçando o paradigma do capitalismo agrário? Não seria mais este um dos indicadores da perda de radicalidade antissistêmica do MST contemporaneamente?

Diante do exposto, ainda é surpreendente que o Movimento siga numa posição bastante dúbia em relação aos governos do PT. Se não fosse por dar o nome da presidente e utilizar o termo “infelizmente”, seria difícil identificar que o dirigente do MST estava a se referir exatamente ao governo que para o qual havia pedido votos (por ser mais favorável à classe trabalhadora e à reforma agrária) há menos de dois anos:

O governo Dilma é um governo de composição de classes. Infelizmente, no último período, o governo tem priorizado apenas os interesses da burguesia e relativizado os interesses da classe trabalhadora. Basta ver a pauta que o governo prioriza. De um lado, propõe leilões de petróleo, liberação de outorgas de mineração para o grande capital, terceirização dos direitos trabalhistas, dinheiro do BNDES para grandes empresas. Para a classe trabalhadora: pão e água.

A reforma agrária está paralisada, a legalização das áreas indígenas e quilombolas está paralisada e, em alguns casos, essas disputas são tratadas com repressão, como a Polícia Federal fez em Mato Grosso do Sul. É claro que, uma hora dessas, essa contradição de classes estoura no governo ou nas ruas²⁸³.

Porém, apesar do explicitado acima pelo próprio Stédile, e do infortúnio que o atual governo tem representado para a reforma agrária, o dirigente do MST continua a demonstrar apoio à figura da presidente Dilma, dando a entender que não falta vontade política, mas correlação de forças favorável à esquerda em seu governo, mantendo uma visão de política que parece ter como horizonte mais imediato as eleições de 2014, e defendendo, uma vez mais, o governo do PT:

A classe dominante, os capitalistas, os interesses do império Estadunidense e seus porta-vozes ideológicos que aparecem na televisão todos os dias, têm um grande objetivo: desgastar ao

²⁸³ Cf.: “Protestos retomam a rua como espaço de fazer política”, afirma Stédile. **Agência Folha**, 02 jul. 2013. Disponível em: < <http://mst.org.br/Protestos-retomam-ruas-como-espaco-C3%A7o-de-fazer-pol-C3%ADtica-afirma-Stedile>>.

máximo o governo Dilma, enfraquecer as formas organizativas da classe trabalhadora, derrotar qualquer proposta de mudanças estruturais na sociedade brasileira e ganhar as eleições de 2014, para recompor uma hegemonia total no comando do estado brasileiro, que agora está em disputa²⁸⁴.

Seria este o caminho a ser seguido pelo MST? De permitir que sua agenda de lutas seja preenchida exogenamente pelos temas impostos pelo governo? Em mais de uma década de governos do PT qual foi o balanço do acúmulo de forças e qual foi o ascenso dos movimentos de massas? Não teria essa falta de acúmulo contribuído para uma guinada à direita nas recentes mobilizações de massa de junho de 2013?

No capítulo 5, sobre a luta do Assentamento Milton Santos, mostramos como ela significou uma fissura no consenso construído há mais de dez anos, pois confrontava diretamente não apenas os tradicionais setores do capitalismo, mas também o governo do PT, a figura de Dilma e de Lula, e internamente, mesmo o MST.

Tal fissura transformou-se (obviamente não por relação com a luta do Milton Santos) na transposição de um limiar com as massivas mobilizações de junho de 2013 nas ruas das cidades pelo país, inicialmente capitaneadas pelo Movimento Passe Livre e impulsionadas pela redução das tarifas do transporte público.

Estas se iniciaram e se desenvolveram sem o protagonismo, e mesmo sem a presença massiva (nem organizativa e nem física) dos clássicos instrumentos da classe trabalhadora, como centrais sindicais e movimentos sociais como o MST²⁸⁵. Isso ocorreu apesar do declarado anseio de seus dirigentes por um reascenso das mobilizações de massa, e da afirmação sempre repetida de que a luta institucional servia como acúmulo de forças

²⁸⁴ Cf.: “Precisamos disputar corações e mentes. Quem não entrar, ficará fora da história”, diz Stédile. **Brasil de Fato**, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Jo%C3%A3o-Pedro-Stedile-analisa-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-da-juventude-e-perspectivas-da-luta>>. A esse respeito, é interessante verificar a opinião do coletivo Passa Palavra (2013): “(...) já é bastante conhecida a reunião que o ex-presidente Lula, no dia 25 do mês passado [junho de 2013], realizou com alguns movimentos sociais mais próximos, entre eles o MST, e organizações de juventude alinhadas às diretrizes governistas. Segundo declarações dos participantes, a orientação foi de que estas entidades tomem as ruas, ao invés de recolherem-se. O que poderia causar espanto a alguém desavisado é, na verdade, a colocação em prática de um mecanismo muito mais eficiente de controle sobre o rumo dos protestos. Está em curso um claro esforço de reatar a figura de Lula e do PT aos movimentos sociais e, assim, preparar um Plano B para o caso de a presidente Dilma sofrer um desgaste de imagem que comprometa a sua reeleição. Mas pode ser mais do que isso — e é aqui que a gritaria frentista no seio dos movimentos e organizações de esquerda parece estar em sintonia com a principal medida de Dilma no âmbito governamental: o anúncio de pactos pelo restabelecimento da ordem política (...)”

²⁸⁵ Cf.: (MARICATO et al., 2013).

para que isso se desse. Contudo, essas organizações, até o momento, praticamente nada conseguiram fazer para intervir nesse capital político, a não ser uma tentativa (infrutífera até aqui) de vincular as mobilizações com uma defesa do “legado de Lula e do governo de Dilma”²⁸⁶ e da defesa de interesses que o governo diz ser da população.

Qual será a tônica de classe e a dimensão política que as lutas tomarão não é possível prever. Nem tampouco se o MST ficará preso numa forma de luta da época do “descenso das massas”, ou se irá arriscar se reinventar para um momento de “ascenso” junto com a população, que vem acompanhado de modos de ação direta e críticas ao governo e ao governismo.

Como deve ter ficado claro, não se trata de dilemas e desafios restritos ao MST, mas que, de forma mais ou menos intensa, abarca a quase totalidade das lutas sociais atualmente. Uma crise das formas organizativas da classe trabalhadora que se espelha como processo de vitória do Capital. O que coloca a esquerda no fio da navalha.

O que podemos afirmar, com certeza, é que, paradoxalmente, este é um belo momento para começar um processo honesto de autocrítica, visto que a história brasileira há tempos não se encontrava tão aberta. Ainda que novas manifestações de ruptura com a ordem sistêmica não se tenham feito sentir, as circunstâncias e a conjuntura atual apresentam um campo privilegiado para a criação e experimentação de novas práticas, formas organizativas e sociabilidades, a depender da força e das formas de luta. Esse é um processo permanente, podendo haver recuos, mas também criação de formas e instituições que apontem para o novo.

²⁸⁶ Cf.: Rui Falcão: PT vai às ruas com MPL. Quem disse que o PT tem medo de rua? **Conversa Afiada**, 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/06/20/rui-falcao-pt-vai-as-ruas-com-o-mpl/>>.

Referencias Bibliográficas*

* Nota sobre a ausência de: *Acessado em:* < >.

Procedemos à verificação dos links eletrônicos contidos na tese na data de 15 ago. 2013, assim, leia-se em todos: acessado em 15 de ago. de 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE (Org.). **A Questão Agrária no Brasil vol. 6**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 111-122.

ALBUQUERQUE, Paulo. Entrevista com o autor, Campinas, 2012.

ALIAGA, Lucina. **A forma política do MST**. 2008. Dissertação (Mestre) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

ALMEIDA, Lúcio Flávio. Das entranhas do nacional-desenvolvimentismo. **Espaço Acadêmico**, Maringá, jul. 2013. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2013/07/09/das-entranhas-do-neonacional-desenvolvimentismo/>>. 2013a.

_____. Já se passaram dez anos: sair da perplexidade e unificar as lutas. **Marxismo 21**. Maio 2013. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/L-FI%C3%A1vio-Almeida.pdf>> 2013b.

_____. Os impasses das esquerdas brasileiras diante da luta do Assentamento Milton Santos. **Passa Palavra**, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=71593>>. 2013c.

_____. Entre o nacional e o neonacionaldesenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, out-dez, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400005&script=sci_arttext>.

_____. Lutas sociais e questões nacionais: algumas reflexões em torno do MST. **Lutas Sociais** nº 21-22. São Paulo: NEILS, 2008-2009, p. 60-73.

ARANTES, Pedro Fiori; HIRAO, Flávio Higuchi; LAZARINI, Kaya. **Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo**. A experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST), 2010. Disponível em: <http://www.usinactah.org.br/files/CEVE_Usina.pdf>.

ARANTES, Pedro Fiori; LIMA, Cristiane Gomes; OLIVEIRA, Sandro Barbosa de; et al. **Mutirão Paulo Freire**. Movimento Popular, Arquitetura e Pedagogia da Praxis. Artigo - São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.usinactah.org.br/files/MutiraoPauloFreire.pdf>> .

ARBEX JR., José (2006). “Haja cruz”. **Núcleo Piratininga de Comunicação**, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br/2006/86-arbex-cruz.html>>.

_____. José (2010). **Carta de José Arbex Jr. de renúncia ao Conselho Editorial do Brasil de Fato**, out. 2010. Disponível em: <<http://renatopompeu.blogspot.com.br/2010/10/jornalista-jose-arbex-jr-renuncia-ao.html>>.

BADIOU, Alain. A hipótese comunista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BANCO MUNDIAL. Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits? Washington, set. 2010. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf>.

BARBANTI, Simone. Retorno à terra – como elo afetivo e meio de sobrevivência nos assentamentos rurais. São Paulo: Musa; Fapesp, 2006.

BARTRA, Armando. Encrucijada – política y movimiento social en México al alba del tercer milenio. Revista Memoria, México, DF, n. 200, p. 25-32, out. 2005.

BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. São Paulo: Edições Pulsar; Xamã, 2009.

BERGAMASCO, Sonia; NORDER, Luiz. Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, p. 331-351.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Entrevista com João Bernardo**, na Comuna da Terra de Jandira-SP, 2008. Também disponível no documentário Zona Crítica. Produção de: Nina Fidelis, João Campos e W. Jesus, 2008. Também disponível em: <<http://passapalavra.tv/?p=43121>>.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

_____. Epílogo e prefácio (um testemunho presencial). **História Social**, n. 17, segundo semestre de 2009. IFCH, Unicamp, p. 243-262. 2009b.

_____. O mito da natureza: 2) a agricultura familiar no fascismo. **Passa Palavra** 02 dez. 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/12/48957>>. 2011a.

_____. Brasil hoje e amanhã: 2) desindustrialização ou avanço tecnológico?. **Passa Palavra**, 19 ago. 2011. Disponível em: <passapalavra.info/?p=43703>. 2011b.

_____. (2011c). Odebrecht e a luta social. **Passa Palavra**, 19 jun. 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=41170>>. 2011c.

_____. MST e agroecologia: uma mutação decisiva. **Passa Palavra**, mar./abr. 2012. Disponível em < <http://passapalavra.info/2012/03/53997>> (parte 1); <<http://passapalavra.info/2012/03/54051>> (parte 2); <<http://passapalavra.info/2012/04/54095>> (parte 3).

BERNARDO, J; PEREIRA, L. **Capitalismo Sindical**. São Paulo: Xamã, 2008

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BNDES. **Relatório Anual 2009 do BNDES**, Rio de Janeiro, 2010.

BOECHAT; PARO. Votorantim Celulose e Papel (VCP) in Brazil: Planting eucalyptus in partnership with the rural poor. Case Study. **UNDP**. Disponível em: <http://growinginclusivemarkets.org/media/cases/Brazil_VCP_2008.pdf>, 2008.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. São Paulo: MST, 2009.

BOITO JR, Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR; GALVÃO (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.

BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. WMF; Martins Fontes, 2009.

BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado**: praticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

BORON, Atílio. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez, 2003

BRANCALEONE, Cássio; CHAGUACEDA, Armando. El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) hoy: desafíos de la izquierda social brasileña. **Argumentos**. Estudios críticos de la sociedad. n.62, México, 2010, p. 263-279.

BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, pp. 409-431.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca** – a história do MST. São Paulo: Casa Amarela, 2004

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo. **Interesse Nacional**. abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2011/10.26a.Brasil_Novo-desenvolvimentismo_InteresseNacional.pdf>.

CALDART, Roseli (1986) Os movimentos sociais e a construção da escola (do sonho) possível. **Contexto e Educação**. Universidade de Ijuí. 1986, jan/mar.

CANÁRIO, Pedro. Justiça determina que famílias fiquem em assentamento. **Conjur**, 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-mai-20/justica-determina-familias-fiquem-assentamento-milton-santos>> .

CARTER, M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e a democracia no Brasil. São Paulo: **AGRÁRIA**, USP n. 4, jan./jun. 2006, p. 134-135.

_____. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, M. (Org.) **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010 p. 27-78. 2010a.

_____. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, M. (Org.) **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, p. 199-235. 2010b.

_____. Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e consequências. In: CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, p. 495-520. 2010c.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horacio Martins de. A luta na terra: fontes de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 287-330.

CARVALHO, Horácio. Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil. Texto I-Teses. In: STÉDILE (Org.). **A Questão Agrária no Brasil vol. 8**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 127-140.

CARTA de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. **51 signatários**, 22 nov. 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=48866>>.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 2: O Poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400002&script=sci_arttext>.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie – O conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1979a.

_____. **La experiencia del movimiento obrero**, vol. I. Barcelona: Laia B, 1979b.

COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. **Idéias**. Campinas: IFCH/Unicamp, ano 09, vol.1, 2002, p. 49-104.

CPT. **Trabalho escravo**. Ocorrências de conflitos por terra. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewcategory/38-conflitos-por-terra-ocorrencias?Itemid=23>>, 2010

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2012**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewdownload/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=23>>, 2013.

D´ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Quem é a elite dirigente brasileira, hoje?** Instituto Humanitas Unisinos, 2010.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela terra**. Relatório Dataluta Brasil – 2011(Presidente Prudente, núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2012). Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2011.pdf>.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 81-112.

_____. Qual é a questão agrária atual? **Radioagência NP**, 16 out. 2009. Acessado em: <<http://www.radioagencianp.com.br/node/7897>>.

DIREÇÃO NACIONAL MST. In: SILVA, Luciana Henrique, 2012. A luta pela Reforma Agrária e as Tarefas do MST, apresentado no **XII Encontro Nacional do MST**, realizado entre 19 a 24 de janeiro de 2004, em São Miguel do Iguazu-PR.

DOMINGUES, Sérgio. O Banco Mundial como inimigo intelectual. **Outubro Vermelho**. 26 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.outubrovermelho.com.br/2011/04/26/o-banco-mundial-como-inimigo-intelectual/>>.

DURÃO, Marcelo. MST participa de seminário na Suécia e vai à Finlândia denunciar a Stora Enso. **MST-RJ**, 17 maio 2011. Disponível em: <<http://boletimmstrj.mst.org.br/mst-participa-de-seminario-na-suecia-e-vai-a-finlandia-denunciar-a-stora-enso/>>.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia**. A história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 4, p. 11-23, 1984.

EXAME. Brasil leva surra dos EUA em produtividade: como melhorar? Reportagem de Fabiane Stefano e Humberto Maia Júnior, **Exame**, 03 out. 2012. Disponível <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1025/noticias/agora-vem-a-parte-mais-dificil?page=1>>.

EXTRACLASSE. Frango temperado com o “ethos” camponês. **Jornal do SinproS** (Sindicato dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul), jun. 2010, p. 31.

FARIAS, Luís Felipe de. Crítica e construção: a luta pela terra na atualidade. **Passa Palavra**, conversa com Maria Orlanda Pinassi e Luis Felipe de Farias, 25 maio 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/05/59361>>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Contribuições ao estudo do campesinato brasileiro**. A formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra – MST (1979-1999). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/Tese_BMF.pdf>.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 161-197.

_____. O MST não está em crise, mas, sim, os pequenos agricultores. Entrevista. **Unisinos**, 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/42460-o-mst-nao-esta-em-crise-mas-sim-os-pequenos-agricultores-entrevista-especial-com-bernardo-mancano-fernandes>>.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE (Org.). **A Questão Agrária no Brasil vol. 7**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173-217. 2013a.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, Flacso Brasil, 2013, p. 191-205. 2013b.

FERNANDES, Florestan. Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. In: FÉLIX, Moacir (Org.). **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Simone Batista. Entrevista didática sobre a Aracruz e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde. **Centro de Mídia Independente**. 07 out. 2006. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/10/361982.shtml>>.

FERREIRA, M. Governos Progressistas na América Latina. **Dialética**, v. 1, n. 1, p. 43-49, jul. 2010.

FIBRIA. **Relatório de sustentabilidade**. Fibria Celulose S.A, 2011. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/rs2011/Fibria_Relatorio_de_Sustentabilidade_2011.pdf>

_____. Governo da Bahia, MST, Esalq e Fibria lançam marco fundamental do Centro de Formação, Educação e Pesquisa em Agrofloresta. **Fibria**, 31 maio 2012. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2012mai31d.htm>.

FIORI, José Luís. As vitórias da esquerda na América do Sul. **Margem Esquerda**, 2007, n. 9, Dossiê: América Latina: continuísmo ou rupturas?

_____. O 'desenvolvimentismo de esquerda'. **Carta Maior**, 01 mar. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5495>.

FIRMIANO, F. D.; ADOUE, S. B. "Emancipação" e contra-reforma agrária. **Brasil de Fato**, 08 a 14 nov. 2012, p. 7.

FIRMIANO, Frederico Daia. A luta necessária em defesa do assentamento Milton Santos. **Brasil de Fato**, 29 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11772>>.

FRAZER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza, Jessé (Org.) **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FURLIN, Neiva. **A questão de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação da mulher**. 4º Prêmio Construindo a igualdade de Gênero de 2009, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; Ministério da Educação – MEC; Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem, 2009.

GALVÃO, Andréia. **Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina**. In: XXVIII International Congress of the Latin American Studies, 2009.

_____. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica marxista** nº 32, 2011, p. 107-126.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. Prefácio. In: BAUER. **Educação, terra e liberdade**: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. São Paulo: Xamã, 2009.

_____. Mídia, Terceiro Setor e MST. Impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Marcel. O movimento dos Sem Terra tende a ser cada vez mais o movimento dos assentados da reforma agrária. **Carta Maior**, 20 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505243-o-movimento-dos-sem-terra-tende-a-ser-cada-vez-mais-o-movimento-dos-assentados-da-reforma-agraria>>.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, São Paulo, p. 637-671, out./dez. 2012.

GONÇALVES, Cintia Rodrigues. **Fluxograma de abate de aves**. Goiânia: Instituto Qualitas, 2008.

GONÇALVES, Renata Cristina. **Vamos acampar**: a luta terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. **Lutas Sociais**, 15-16, 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_renata.pdf>.

_____. (Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações**. Londrina, vol.14, n.2, 2009.

GOULART, Débora. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST**. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais, 2011. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

GRYNSZPAN, Mário. Reforma agrária sob olhar histórico. **Democracia Viva**, n. 47. IBASE, Rio de Janeiro, ago. 2011.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE (Org.). **A Questão Agrária no Brasil vol. 6**. São Paulo: Expressão Popular. 2013. p. 341-354.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, (s/d).

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: HARVEY. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HILSENBECK FILHO, A. M. (2007). **Abaixo e à esquerda** – uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Acessível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/filho_amh_me_mar.pdf>.

_____. Teatro y Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Potencialidades político pedagógicas. In: CHAGUACEDA; BRANCALEONE (Orgs.). **Sociabilidades emergentes y movilizaciones en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; Veracruzana, 2012, p. 101.119.

HOLLOWAY, John. **Keynesianismo, una peligrosa ilusión**. Un aporte al debate de la teoría del cambio social. Buenos Aires: Herramienta, 2003.

HONNETH, Axel (2003). Luta por reconhecimento. São Paulo: Ed. 34.

IANNI, Otávio. **O labirinto latinoamericano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

IASI, Mauro. **As Metamorfoses da Consciência de Classes** – o PT entre a negação e o consentimento, São Paulo: Expressão Popular, parte 2, 2006.

_____. Conjuntura e luta política no médio e curto prazo no Brasil. **O Diário.info**, 27 maio 2007. Disponível em <<http://www.odiarario.info/?p=306>>.

_____. Senso comum e conservadorismo: o PT e a desconstrução da consciência. **Blog da Boitempo**, 25 abr. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/04/25/senso-comum-e-conservadorismo-o-pt-e-a-desconstrucao-da-consciencia/>>

JUNIOR, Valdemar Wesz; GRISA, Catia. Os dez anos do plano safra da agricultura familiar: um convite à reflexão. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, n. 42, jul. 2012. Disponível em: <http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_br_042-07_2012-Catia_Grisa-Valdemar_Junior.pdf>.

KITANISHI, Hugo. Colheita do arroz agroecológico mostra força da Reforma Agrária. **MST**, 20 maio 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/13538>>.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 1, nº 3, fev. 1987, p. 38-50.

LARA JÚNIOR, Nadir. **A mística do MST como laço social** – 2010. Tese (Doutorado) em Psicologia Social na Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 2010.

LEGNARO, Álvaro. Terceirização: é necessário discutir novas formas de organização e gestão da mão-de-obra rural. **Hortifrutí Brasil**, 2008, p. 6. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/38886161/Tercerizacao-agricola>>

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987.

LERRER, Débora. **Reforma agrária** - Os caminhos do impasse. São Paulo: Garçoni, 2003.

LIMA, Eduardo Sales de. Unidade pela reforma agrária. **Brasil de Fato**, 20 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/10377>>

_____. Decepção com a política agrária. **Brasil de Fato**, 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11534>>.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Antropologia da contra-insurreição e ocupação neocolonial. **Passa Palavra**, 30 jan. 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/01/34935>>.

LOUREIRO, I; NOVY, A. **Landlosenbewegung**, 2012.

LOUREIRO, Isabel. Resenha: combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil. **Passa Palavra**, 16 ago. 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2010/08/27694>>.

_____. Rosa Luxemburg e os movimentos sociais contemporâneos: o caso do MST. **Crítica Marxista**, n. 26. São Paulo, 2008.

LÖWY, M. A Mística da Revolução. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais! 01 abr. 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma social ou revolução? In: LOUREIRO (Org.). **Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos, vol. I**. São Paulo: Unesp, 2011, p. 1-88. 2011a.

_____. Greve de massas, partido e sindicatos. In: LOUREIRO (Org.). **Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos, vol. I**. São Paulo: Unesp, 2011, p. 263-349. 2011b.

_____. **A Acumulação do Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Eliel Ribeiro. **Mal Estar da Democracia no Brasil e Argentina nos anos 90: Lutas sociais na contramão do neoliberalismo**. 2004. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2004.

_____. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, n.21/22. São Paulo: NEILS, 2009, p. 23-34.

_____. Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas anti-sistêmicas? **Lutas Sociais**, n. 23. São Paulo: NEILS, 2009, p. 32-42. 2009b.

MANO, Maíra Kubík Taveira. **Deserto verde, imprensa marrom: o protagonismo político das mulheres nas páginas dos jornais**. 2010. Dissertação (Mestrado) em Ciência Política, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

MARAT, Jean Paul. **The chains of slavery**. E-book restrito a consorciados, IFCH, Unicamp, 1774.

MARICATO, Ermínia (et. al.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil - terra e poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 11-76.

MARTINS, Mônica Dias. Aprendendo a participar. In: MARTINS, M. D. O (Org.). **Banco Mundial e a Terra – ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viamundo, 2004, p. 61-74.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAURO, Gilmar. É preciso investir no processo de formação. In: LOUREIRO, Isabel (org.) **Socialismo ou barbárie – Rosa Luxemburgo no Brasil**. São Paulo: IRLS, 2008, p. 90-105.

_____. Lula não faz reforma agrária, mas somente política de assentamento. **Correio da Cidadania**, NADER; BRITO; entrevista a Gilmar Mauro, 23 mar. 2012. Disponível em:

<http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4592&Itemid=79>.

_____. **Entrevista** – com Gilmar Mauro por HILSENBECK FILHO, 15 de maio 2013.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**; movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MILIBAND, Ralph. **El Estado en la sociedad capitalista**. México, DF: Siglo XXI, 1970.

MORISSAWA, Mitsue. **A história pela terra do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Proposta de reforma agrária popular do MST – 2012. Síntese das resoluções aprovadas no V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007, e complementadas com proposições feitas principalmente pelo setor de produção nacional. Publicada originalmente em janeiro de 2012 no Caderno de debates n. 1 - Preparação para o VI Congresso Nacional do MST - 2013, p. 39-48. In: STÉDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil vol. 8**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 149-164.

MST. **Nossas Bandeiras**. MST, 2009. Disponível em <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>.

MST. **Carta do V Congresso Nacional**, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/especiais/10/>>.

MST. A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil. **Documentos básicos**. São Paulo, 2005.

MST. Princípios da Educação no MST. **Caderno de Educação**, n. 8, Porto Alegre, 1996.

MST. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STÉDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil vol. 3**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MST. Programa de reforma agrária - 1984. In: STEDILE (Org.). In: **A questão agrária no Brasil vol. 3**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MST; Passa Palavra. **Crescemos somente na ousadia**. Documentário em homenagem aos 25 anos do MST, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7963>>.

MÜLLER, C. V. **A produção de maçãs na Agropecuária Schio em Vacaria/RS**. Relatório de conclusão do curso de agronomia – 2007. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em <<http://www.cca.ufsc.br/labfitop/TCCCarlos%20Mueller.pdf>>.

NAVARRO, Zander. Longe do chão batido. In: LERRER. **Reforma Agrária – os caminhos do impasse**. Editora Garçon: São Paulo, 2003.

_____. Mobilização sem emancipação – As lutas sociais dos Sem Terra no Brasil. In: SANTOS, B. S (org.) **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

NETO, Luiz Bezerra. **Sem-Terra aprende e ensina**. Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores associados, 1999.

NOBRE, Marcos. O fim da polarização - Nada de PT ou PSDB: a verdadeira força hegemônica da política brasileira é o pemedebismo. **Edição 51**, dez. 2010. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-51/ensaio/o-fim-da-polarizacao>>.

OIT-Brasil. **Trabalho escravo no Brasil do século XXI** – 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/download/sakamoto_final.pdf>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: SADER (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo, Flacso Brasil: São Paulo, 2013, p. 287 - 328.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil. Um retorno aos dossies. São Paulo: Agrária, 2011. v.1. p.3-113. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/2Oliveira_AU.pdf

_____. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.

_____. As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: CONCRAB. **O agronegócio x agricultura familiar e a reforma agrária**. Secretaria da CONCRAB: Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In: OLIVERIA; BRAGA; RIZEK (Org.). **Hegemonia às avessas**. Boitempo: São Paulo, 2007, p. 21-28.

_____. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ONU. **Estado das Cidades da América Latina e Caribe** – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. ONU-HABITAT, 2012.

PAD. **A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil**. Processo de Articulação e Diálogo – PAD, 2011.

PANNEKOEK, Anton. **Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

PASSA PALAVRA. **Brasil: soma e segue**. 05 jun. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/07/80587>>.

_____. Dois feminismos: um que inclui e outro que exclui. 28 abr. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/04/76480>>. 2013b.

_____. A judicialização da política e o MST. **Passa Palavra**, 27 jan. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=71817>>.

_____. **O MST e a reforma agrária**. 23 set. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=64686>>. 2012a.

_____. **Reforma agrária? Quê reforma?** 13 set. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=64237>>. 2012b.

PAULO NETTO, José de. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

PEREIRA, Hamilton. Somos a perigosa memória das lutas. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, p. 479-491.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In: STÉDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil vol. 8**. São Paulo: Expressão Popular, p. 19-68.

PINASSI, 2013 (Neo)Desenvolvimentismo ou luta de classes? **VIOMUNDO**, 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/maria-orlanda-pinassi-neodesenvolvimentismo-ou-luta-de-classes.html>>.

_____. É grande o risco de um novo massacre, agora no Assentamento Milton Santos. Entrevista de PINASSI com BRITO, Gabriel; NADER, Valéria. **Correio da Cidadania**, 17 jan. 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8007:manchete170113&catid=34:manchete>. 2103b.

_____. Crítica e construção: a luta pela terra na atualidade. **Passa Palavra**, conversa com Maria Orlanda Pinassi e Luis Felipe de Farias, 25 maio 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/05/59361>>.

_____. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar da política. **Herramientas**, n. 46, mar. 2011. Buenos Aires. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica#_ftnref17>.

_____. O MST e a completude destrutiva do capital. **Margem Esquerda**, n. 06. Boitempo: São Paulo, 2005, p. 105-120.

PIZZETA, Adelar. É fundamental avançar na consciência política da nossa base social. In: **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, nº 317, Jan/Fev 2012.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C; ALENTEJANO, P. **A Reconfiguração da Questão Agrária e a Questão das Territorialidades** – 2011. Disponível em: <<http://alainet.org/images/2011%20-%20A%20Reconfigurac%C3%A3o%20da%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria%20e%20a%20Quest%C3%A3o%20das%20Territorialidades%20-%2006.pdf>>.

POULANTZAS, Nico. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

QUEIROZ; BARRICHELO. **A celulose de eucalipto**. Uma oportunidade brasileira. São Paulo: Avis Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.celsofoelkel.com.br/artigos/outros/A%20celulose%20de%20eucalipto.pdf>>.

REGO, Walquiria Leão; PIZANI; Alexandre. **Vozes do Bolsa Família** – Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. A contra-reforma agrária no Brasil. In: MARTINS, M. D. O (Org.). **Banco Mundial e a Terra** – ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Ed. Viramundo, 2004, p. 75-79.

RICCI, Rudá. O PT a reboque do lulismo: entrevista especial com Rudá Ricci. **IHU Unisinos**, 10 set. 2009. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/25414-o-pt-a-reboque-do-lulismo-entrevista-especial-com-ruda-ricci>>.

ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, p. 461-477.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis?”**: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

RUBBO, Deni. **Campesinos cosmopolitas**: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina – 2013. Dissertação de Mestrado defendida na área de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. **MPT pede que Sadia reconheça produtores como empregados**. 22 set. 2010. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2010/09/22/mpt-pede-que-sadia-reconheca-produtores-como-empregados/>>.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil vol. 8**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

_____. Vivemos um processo de reversão neocolonial. **IHU Unisinos**, 13 maio 2012, entrevista de Plínio de Arruda Sampaio Jr. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509442-neodesenvolvimentismo-uma-estrategia-de-propaganda-dos-governos-lula-e-dilma-entrevista-de-plinio-de-arruda-sampaio-jr>>.

_____. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. In: **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, dez. 2011, p. 85-96.

SANTOS, Arlete Ramos. **Ocupar, resistir e produzir também na educação. O MST e a burocracia estatal: negação e consenso** – 2013. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013a.

_____. Mudança de paradigma no MST-BA: negação ou consenso ao capitalismo? Apresentado no evento **Colóquio do Museu Pedagógico**, ocorrido de 28-30 ago. 2013, Vitória da Conquista, Bahia. 2013b.

SAUER, Sérgio. Reflexões esparsas sob a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: STÉDILE (Org.). **A Questão Agrária no Brasil vol. 8**. São Paulo: Expressão Popular. 2013, p. 167-187.

SCHERER-WARREM, I. **Movimentos Sociais**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Ciudad del México: Era, 2000.

SICSÚ, João. Da macroeconomia à inclusão nas cidades. **Carta Capital**, 15 out. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/da-macroeconomia-a-inclusao-nas-cidades>>.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo, Atêlie Editorial, 2011.

SIGAUD, Lygia (2010). Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana. In: CARTER (Org.). **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 237-256.

SILVA José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: STÉDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil vol. 7**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 239-267.

SILVA, Lucina Henrique da. A Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil, 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. País pode estar perto de novo conflito de distribuição de renda. Rede Brasil Atual, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/pais-pode-estar-proximo-de-novo-conflito-de-distribuicao-de-renda-diz-singer-2047.html>>.

SOCORRO de LIMA. Maria. Reflexões, um ano após a saída do MST. **Passa Palavra** 20 nov. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/11/68419>>.

SODRÉ, Néelson Werneck. História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Cidades brasileiras, junho de 2013: o(s) sentido(s) da revolta (2ª parte). **Passa Palavra**, 16 jun. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/07/80839>>.

_____. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese (2ª parte). **Passa Palavra**, 04 maio 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/05/56903>>.

_____. **A prisão e a ágora**. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil, vol 6**. O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____(Org.). **A questão agrária no Brasil, vol 7**. O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____(Org.). **A questão agrária no Brasil, vol 8**. Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. O dilema da Reforma Agrária no Brasil do agronegócio. MST, 07 jan. 2013. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/content/joao-pedro-stedile-o-dilema-da-reforma-agraria-no-brasil-do-agronegocio>> 2013d.

_____(Org.). **A questão agrária no Brasil, vol 1**. O debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. (Org.). **A questão agrária no Brasil, vol 2**. O debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. (Org.). **A questão agrária no Brasil, vol 3**. Programas de reforma agrária: 1964-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Entrevista à revista Estopim. O Diário Info, 20 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=2586>>. 2012b.

_____. Balanço do ano velho e perspectiva para 2012. Produção visual, MST. Disponível em: <<http://mst.org.br/Stedile-balanco-do-ano-velho-e-perspectiva-para-2012>>. 2011.

_____. Devemos arregaçar as mangas e eleger os candidatos mais progressistas. MST, 13 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Reforma-Agraria-Popular-depende-de-novo-modelo-de-desenvolvimento>>.

_____. Carta Capital – As multas no alvo dos sem terra, março de 2008

_____. Dois modelos de sociedade e produção agrícola. MST, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/833>>.

_____. MST: 25 anos de teimosia. **Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, jan. 2009. STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente** – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STORA ENSO. **Uma visão clara de um futuro brilhante**. Desempenho de sustentabilidade de 2008. Disponível em: <http://www.storaenso.com/media-centre/publications/sustainability-report/Documents/SustainabilityPerformance2008_Portuguese.pdf>.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006

TARROW, Sidney. **Power in movement**: social movements, collective action and politics. Cambridge University Press, 1996.

TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos*: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TEIXEIRA, Gerson. Crise do Inca reflete a "periferização política da reforma agrária". **IHU Unisinos**, Entrevista especial com Gerson Teixeira, 03 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512057-cri-se-do-incra-reflete-a-periferizacao-politica-da-reforma-agraria-entrevista-especial-com-gerson-teixeira>>.

_____. Os rumos atuais da reforma agrária. **Associação Brasileira de Reforma Agrária**, 15 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.abrareformaagraria.org/index.php/publicacoes/artigos/item/487-os-rumos-atuais-da-reforma-agr%C3%A1ria>>.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Unicamp, 2001, pg. 269-281.

TIARAJÚ (2009). Unidos da Lona Preta: batucada do povo brasileiro. **Passa Palavra**, 29 dez. 2009. Acessado em: <<http://passapalavra.info/?p=16992>>.

TONI; Carlos Daniel Gomes; ANDRADE, Felipe Atoline Freire de. Assentamento Milton Santos: descaso e irresponsabilidade do governo Dilma. **Congresso em foco**, 31 jan. 2013.

Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/assentamento-milton-santos-descaso-e-irresponsabilidade-do-governo-dilma/>>.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre o Socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

_____. Rosa Luxemburg e a crítica aos fenômenos burocráticos. In: LOUREIRO, Isabel Maria & VIGEVANI, Tullo. (Orgs.). **Rosa Luxemburg: a recusa da alienação**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, 1991, p. 37-47. Disponível eletronicamente em: Revista Espaço Acadêmico, n. 09, 2002, <http://www.espacoacademico.com.br/009/09mt_luxemburgo.htm>

_____. **O capitalismo no século XX**. 2ª. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Unesp, 2010.

TRASPADINI, Roberta (2012). O campo permanece como a grande disputa de classe na América Latina. **MST**, 23 nov. 2012. Disponível em: <<http://mst.org.br/O-campo-permanece-como-a-grande-disputa-de-classe-na-America-Latina>>.

TURATTI, Maria Cecília. **Os filhos da lona preta**. Identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

UBA. **Protocolo de Boas Práticas de Produção de Frangos**. União Brasileira de Avicultura, 2008.

VARGAS, Sebastião. **A mística da resistência**: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. Tese de doutorado, 2007. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

VERGARA, Leandro (2009). **Debate** ocorrido em maio de 2009, promovido pelo NEILS na PUC-SP.

VIA CAMPESINA Brasil. Plataforma política para a agricultura brasileira. In: **Cadernos de debates n.1 - Preparação para o VI Congresso Nacional do MST**, p. 36-38, 2012. Republicado in: STÉDILE (Org.). A questão agrária no Brasil vol. 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.141-148.

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo do PT. **Acessa.com**. Gramsci e o Brasil, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>>.

VILLAS BÔAS, Rafael (2006). Sem Terra identificam suas lutas em experiências teatrais do MST. **MST**, 27 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2595>>.

_____. Questão agrária e questão racial no Brasil. Passa Palavra, 04 mar. 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/03/36825>>.

WALLERSTEIN, Immanuel. Después del liberalismo, México, Siglo XXI, 1996.

_____. La izquierda mundial después de 2011. **La Jornada**, 07 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2012/01/07/opinion/020a1mun>>.

REGO, Walquiria Leão. Bolsa Família: Limites e Alcances. SORJ (Coord.), Painel de Gênero, 2010, Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/BolsaFamiliaLimiteseAlcances_WalquiriaLeao.pdf>.

WEID, Jean Marc Von. O poder do agronegócio sobre os Estados na Rio + 20. **Brasil de Fato**, de 19 a 25 de abril de 2012, p.7.

WILSON, David. Land Governance in Brazil. In: WILSON (Org.). **Framing the debate series**, nº 2, ILC, Roma, 2012.

WOLFORD, Wendy. Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, p. 373-393

YEROS, P. A geopolítica da reforma agrária. In: FERNANDES (Org.). **Geografia agrária, teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, São Paulo, 2007 p. 151-176.

ZENHA, ARI (2012). Lulismo: reformismo consentido. **Caros Amigos**, 05 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/2702-lulismo-reformismo-consentido>>

ZIBECHI, Raul. **Brasil potencia**. Entre la integración nacional y un nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.

_____. Entrevista de Raul Zibechi a Fábio Alkmin e Waldo Lao, **Brasil de Fato**, 08 a 14 de novembro de 2012, p. 14-15. 2012b.

_____. **Política & Miseria**. Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas. Buenos Aires: La Vaca Editora, 2010.

_____. **Dibujando fuera de los márgenes**: los movimientos sociales en la transformaciones sociopolítica en America Latina. Buenos Aires: La Crucija, 2008.

Apêndice

Apresentando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Epígrafe visual: *Raíz Forte*

Aline Sasahara & Maria Luisa Mendonça

Epígrafe sonora: *A cor do sinal*

Fábio Carvalho

Prelúdio: *1978: Colonos e posseiros no norte do Rio Grande do Sul expulsos de suas terras, com as casas destruídas e plantações arrasadas por indígenas Kaingang que, por sua vez, lutavam para recuperar suas terras... Um ano depois, algumas dessas famílias camponesas sem terra, um padre progressista e quatro jovens ativistas urbanos ocupam a fazenda Macali...*

Conflitos agrários envolvendo populações rurais constituem um traço marcante e estrutural da sociedade capitalista brasileira, desde a colonização, passando pela época mercantil escravista e tendo seus impactos visíveis na contemporaneidade. De igual maneira, as resistências indígenas, quilombolas e camponesas e as consequentes lutas pela terra fincam raízes nessas épocas e desenvolvem-se até os dias atuais.

A concentração fundiária, e a inexistência ao longo dos séculos de uma reforma agrária, têm caracterizado o modo de distribuição de terra no país. Suas origens encontram-se nas sesmarias e na Lei de Terras de 1850. Esta situação se mantém perpetuamente graças à força das oligarquias rurais instaladas nas distintas esferas do poder.

Inicialmente o latifúndio explorava os recursos naturais através do trabalho escravo com o objetivo de fornecer matérias-primas para o mercado europeu. Essa característica estrutural na formação da nação não desapareceu com o seu desenvolvimento, e, no decorrer do século XX, a simbiose entre as oligarquias rurais e a burguesia urbana (num processo de modernização conservadora, na qual se passou da economia agrário-exportadora à economia industrial-urbana sem a concretização de reformas estruturais ou universalização de direitos políticos) manteve os métodos e as concepções conservadoras da elite agrária. Em outras palavras, estas continuam reproduzindo as grandes fazendas as relações sociais do campo, ainda que através de procedimentos mais sofisticados. Combinaram-se as formas de violência dos tempos da escravidão, do engenho e das

oligarquias dos coronéis²⁸⁷ com novos e mais sutis formatos de relações sociais de exploração e opressão no campo que continuam sendo desenvolvidos²⁸⁸.

Origens do MST

O MST reivindica seu lugar como herdeiro da trajetória das lutas agrárias no país, dos Quilombos às Ligas Camponesas, passando por Canudos, Contestado e pelos sindicatos rurais organizados pelo PCB.

Luiz Bezerra Neto (1999) identifica três fases de luta pela terra no país que influenciarão o MST. A primeira tem por referências as rebeliões de Canudos (no sertão da BA, 1870-1897, liderada por Antônio Conselheiro) e Contestado (divisa do PR com SC, 1912-1916, tendo por líder o monge José Maria), ambas derrotadas por tropas federais. O segundo momento de conflitos se caracterizou pela violência das milícias armadas, destacando-se as lutas dos posseiros de Teófilo Otoni (MG, 1945-1948), a revolta da Dona “Nhoca” (MA, 1951), a revolta de Trombas e Formoso (GO, 1952-1958), a revolta do sudoeste do PR (1957) e a luta dos arrendatários em Santa Fé do Sul (SP, 1959). A terceira fase de luta pela terra dar-se-ia com o surgimento de diversos movimentos camponeses organizados em entidades, como as ULTABs (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), criadas pelo PCB em 1954 e atuando, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do país; as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, que, entre 1950 e

²⁸⁷ O capitalismo convive com outros modos de produção não hegemônicos e suas formas de relação. Assim, não obstante a primazia da relação assalariada de trabalho, de 1996 a 2005 foram registradas no Brasil, conforme fonte da CPT, denúncias que envolveram 34.538 trabalhadores em condições análogas à escravidão e 18.704 trabalhadores libertados de 1995 a 2005 (relatório da OIT-Brasil, 2005). Apenas no ano de 2010 foram registradas denúncias envolvendo 4.163 trabalhadores, tendo sido libertados 2.915. Se a permanência desse modelo de violência é uma constante, o que chama a atenção no relatório é certa migração deste tipo de exploração e o aumento das ocorrências, por exemplo, nas regiões sul e sudeste, as mais desenvolvidas do país (relatório CPT, 2010). Em 2010 também foram computadas pela CPT 638 ocorrências de conflitos em áreas rurais (entre despejos de famílias, destruição de roças e casas, pistolagem etc.), envolvendo 49.950 famílias. Cabe destacar que o trabalho análogo à escravidão não está restrito à fronteira agrícola, tendo aumentado nas regiões em que são realizadas grandes obras de infraestrutura. Em 2009 o estado com a maior incidência deste tipo de exploração foi o Rio de Janeiro, seguido por Pernambuco.

²⁸⁸ “Há um ‘neolatifundismo’, resultante da forma pela qual a sociedade camponesa passou a ser submetida ao industrialismo. Os mecanismos de mercado, os processos de financiamento, as exigências da maquinização e quimificação criaram novos e poderosos vínculos dos capitais industrial, bancário e comercial com a produção camponesa. [...] Surgiram novas e talvez mais refinadas formas de opressão, que mantêm o campesinato em posição subordinada, dependente e sujeito a uma exploração mais eficaz” (IANNI, 1993, p. 57).

1960, lutaram contra o latifúndio na região Nordeste, especialmente na região do semi-árido de PE e da PB; e no RS, em 1960, o Master (Movimento de Agricultores Sem-Terra), fundado sob influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Leonel Brizola.

Todas essas lutas (com relativa exceção das ULTABs que tinham por intuito constituírem-se em um movimento nacional, mas acabaram por se restringir mais à região sudeste) foram caracterizadas pelo regionalismo. A inexistência de condições de expandirem suas organizações para além de seus estados de origem dificultou o aprofundamento de uma luta que superasse os limites do sistema fundiário nacional e de um projeto de reforma agrária brasileira.

O MST será o primeiro movimento de trabalhadores rurais em âmbito verdadeiramente nacional, que, além disso, adotará, em conjunto com a reforma agrária, outros objetivos políticos de luta, também numa perspectiva nacional²⁸⁹.

Vejam os em que contexto surgiu o MST, herdeiro deste histórico de lutas. A partir dos anos 1960 a questão agrária irá se caracterizar definitivamente como um problema em aberto na agenda política do país. O golpe das elites militar/civil de 1964, por um lado, reprimiu violentamente as lutas populares, no que ficou conhecido como “a paz dos cemitérios” e, por outro, tentou aplacar a demanda dos movimentos camponeses com a criação do Estatuto da Terra (1964). Este será uma das expressões (em conjunto com a Constituição Federal de 1998) da mudança formal no princípio jurídico da posse da terra, entendida como bem social e não somente, como estabelecido na Lei de Terras de 1850, como bem de mercado (Delgado 2009)²⁹⁰. Contudo, tal qual outras propostas de reforma agrária, não houve mudança substantiva na estrutura (lati)fundiária do país.

²⁸⁹ Seu caráter nacional, abrangendo todos os estados da federação, distingue o MST dos demais movimentos localizados de luta camponesa na América Latina. Isso não significa que seja o único protagonista das lutas por terra no país, cabendo papel destacado e crescente ao movimento indígena, quilombola e atingidos por barragens (MAB). Além disso, sem entrar no mérito e nos detalhes dessas organizações, existem 86 associações de trabalhadores rurais mobilizadas pela reforma agrária, como a FETRAF criada em 2005 e o MPA organizado em 1996 (FERNANDES, 2010a). E, não obstante sua difusão pelo Brasil, o MST abrange uma pequena massa da população nacional: “Menos de 1% dos adultos deste país e não mais que 5% de seus habitantes rurais são membros desse movimento social” (CARTER, 2010, p. 41).

²⁹⁰ Na Constituição de 1988, notadamente os artigos 184 e 186, referem-se à função social da terra e à possibilidade de esta ser desapropriada para fins de reforma agrária quando esta função não for cumprida. Isso propiciou aos movimentos do campo suporte jurídico que legitima legalmente suas reivindicações. Contudo, “A Constituição de 1998, em vigor, não regulamenta a reforma agrária. No artigo 184, concede ao governo federal o poder de desapropriar uma grande propriedade rural que ‘não cumpra sua função social’ e de pagar ao proprietário uma ‘justa indenização’. Esse artigo, porém, é menos progressista do que o que constava no velho Estatuto da Terra, sob regime militar, que permitia ao governo desapropriar latifúndios, definidos seja

Na década de 1970, uma força protagonista no processo de organização das massas de desprovidos de terra será a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁹¹ que, inspiradas na Teologia da Libertação, atuarão nas periferias urbanas e nas comunidades rurais, constituindo-se como espaços de organização e politização popular. No mesmo momento, as greves dos operários da região do ABCD paulista e as crescentes mobilizações nas cidades pelo fim do regime militar serão estímulos importantes para a retomada das lutas por terra no campo.

O MST se gesta neste processo de recomeço da luta pela terra por meio de ocupações e acampamentos, como os da Fazenda Macali, em Ronda Alta, RS (1979) e na Encruzilhada Natalino, também no RS (1980)²⁹².

Oficialmente, em janeiro de 1984 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel-PR, do qual participaram 150 delegados, no qual se fundou o MST, e se proclamou a ocupação como método legítimo para levar adiante a reforma agrária. Não obstante as influências diretas e indiretas de sindicatos, partidos e, sobretudo da Igreja, o MST nasce e afirmará, em diversos momentos, sua autonomia em relação a estas instituições. Este foi um fator fundamental, pois no seu processo de consolidação e nacionalização, o MST sempre buscou (e contou com) o apoio de organizações e instituições na articulação da luta pela terra, mas, por vezes, estes

pelo tamanho, seja pelo uso da terra, sem referência alguma quanto à ‘função social’. A introdução desse conceito ambíguo criou uma brecha que, num sistema jurídico favorável à propriedade, beneficiou significativamente os donos de terras. Por causa da pressão deles, o INCRA definiu ‘função social’ de forma bastante vaga, de modo que áreas quase inteiramente improdutivas ficavam a salvo de desapropriação” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 79-80).

²⁹¹ A CPT nasce ligada à Igreja Católica (sendo formada tanto por membros do clero, como por laicos) e no confronto com a ditadura militar. Respeitando o protagonismo dos trabalhadores rurais, constituiu-se como um espaço importante de organização destes, tendo tido papel destacado na origem dos movimentos camponeses. Frei Betto (1981) divide as CEBs em quatro etapas: a primeira, de motivação religiosa, buscava no evangelho indicações para as atividades sociais; na segunda etapa, membros das comunidades irão participar de movimentos populares, momento em que a dimensão social superaria a religiosa, sendo a demarcação mais importante a divisão entre oprimidos e opressores; a terceira fase coincide com o fortalecimento e contato com o movimento operário, o que levou à etapa seguinte, de canalização das demandas através de canais políticos institucionais, como partidos políticos e movimentos sociais. Um dado interessante é que a Igreja Católica será peça fundamental na formação de movimentos de resistência em praticamente toda a América Latina.

²⁹² Na origem do MST, uma das características relevantes, a que não se deu tanta atenção na ocasião, consiste na existência de fortes contingentes de jovens – filhos de pequenos agricultores familiares empobrecidos – que na época não encontravam condições de reprodução econômica na pequena propriedade dos pais.

parceiros quiseram determinar as ações do movimento, o que em certos casos gerou situações de constrangimento e tensões.

Um ano após a sua fundação, na cidade de Curitiba-PR será realizado o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, com a participação de 1.500 delegados. Neste evento foi definida sua estrutura organizativa, associativa e suas instâncias de deliberação, tendo os Congressos Nacionais a peridiocidade de cinco anos²⁹³ e encontros a cada dois anos. Também se elegeu a primeira coordenação e direção nacional.

O Primeiro Encontro Nacional dos Assentados ocorreu em 1986, já com uma discussão fundamental em torno da situação das pessoas e famílias assentadas – portanto, possuidoras de terras – em relação ao MST. Nessa ocasião, cogitou-se a possibilidade da criação de um novo movimento, uma organização dos “com-terra”, de assentados na luta pela reforma agrária, que foi rechaçada em prol da união de todos – sem terras e já

²⁹³ O 1º Congresso Nacional (no ano de 1985/ com 1.500 pessoas) tinha por palavra de ordem: “*Sem Reforma Agrária, não há Democracia*”. Inseria-se no processo de democratização da sociedade e tinha por desafios a consolidação e o crescimento do movimento, colocar a reforma agrária como pauta da agenda nacional, buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo país e, finalmente, definir e implementar uma forma de luta contra os latifúndios. O 2º Congresso (1990/ 4.000 pessoas), “*Ocupar, resistir e produzir*”, realizou-se já com o novo presidente do Brasil eleito por votação direta, Fernando Collor, e os desafios voltaram-se para questões internas de organização, como o fortalecimento dos setores, a organização dos assentamentos e acampamentos, a busca de autonomia política e financeira do movimento e a elaboração de uma proposta política e organizativa para o setor de produção. Já o 3º Congresso (1995/ 5.000), “*Reforma Agrária, uma luta de todos*”, realizou-se num momento em que se consolidava a adoção de políticas neoliberais no país, e no qual o MST procurou aprofundar a articulação com outros setores sociais, organizações camponesas da América Latina e de outros continentes – em 1992 fundou-se a Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas (CLOC) e a Via Campesina. No 4º Congresso (2000), “*Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*”, afirma-se o enfrentamento com políticas neoliberais e o projeto das elites para a agricultura, o fortalecimento e ampliação da política de relações internacionais, e a tentativa de elaborar teoricamente e articular com outras forças sociais um projeto popular de desenvolvimento nacional – em 1997 o MST auxiliou na construção do Movimento Consulta Popular. Ainda no 4º Congresso, cabe destacar a preparação de jornada de lutas, a cada ano, tendo por referência o mês de abril (data do massacre de Eldorado dos Carajás) e “articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular. Desenvolver com trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas. Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora. Apoiar os movimentos de luta pela moradia.” (MST: Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional). O 5º Congresso (2007/ 17.500), “*Reforma agrária: por Justiça Social e Soberania Popular*”, ocorreu com um atraso de dois anos, a fim de “analisar melhor a situação do MST frente ao governo Lula”, e o movimento reafirmou a necessidade de fortalecer as alianças com movimentos da cidade, numa luta contra o atual modelo econômico. Também foi elaborado um documento organizado em 18 pontos, em que se encontram temas como a defesa dos direitos dos trabalhadores, uma proposta de reforma agrária frente ao modelo de monocultivo exportador atual, o combate às transnacionais do agronegócio e a questão ambiental, entre outros pontos (cf.: site do MST). O 6º Congresso, que estava marcado para ocorrer já com um ano de atraso, em janeiro de 2013, foi adiado novamente, para o ano de 2014.

assentados – no mesmo MST, pois fariam parte de uma mesma luta (NETO, 1999, p. 15-16; BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 132).

A manutenção da identidade de Sem Terra (tanto para os sem-terra, como para os com-terra) é a expressão de uma perspectiva de luta de um movimento que transcende a simples posse da terra, que entende a reforma agrária como uma profunda reestruturação social, política e econômica do país, em prol dos trabalhadores.

Bernardo Maçano Fernandes (2010) identifica quatro momentos da formação do MST, que respondem tanto à determinação das decisões de suas instâncias políticas, como à mudança na conjuntura brasileira e mundial. Essas fases seriam a de gestação (1979-1984), em que se lançam as bases de seu processo formativo; a de consolidação (1985-1989) na qual há a ampliação das ações do MST em escala nacional e configura-se sua estrutura organizativa; o terceiro momento (1990 até os dias atuais) será o de institucionalização, no qual o movimento se torna o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária, e também passa a ser reconhecido internacionalmente. Neste período o MST amplia significativamente sua estrutura organizativa, que continua em expansão. E o quarto momento, a partir da segunda metade de 1990, inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação da Via Campesina, o que tem permitido a criação de uma rede de movimentos, com mobilizações conjuntas em várias partes do globo, propiciando maior poder de pressão política e de resistência.

Objetivos (a curto e longo prazo) do MST

Um dos principais objetivos do MST, a reforma agrária, como condição necessária, ainda que insuficiente, para a criação de uma sociedade justa e igualitária, tem suas causas mais remotas – a questão agrária – no tipo de desenvolvimento nacional – desigual e combinado.

O objetivo imediato, a terra, que é conquistada mediante a luta, procura dar solução para a demanda de sobrevivência material de milhares de famílias que querem continuar no (ou voltar ao) campo, para nele trabalhar e viver.

A reforma agrária insere-se neste processo mais imediato e, ao mesmo tempo, mais abrangente de conquista da terra. O Movimento entende que a inversão da estrutura

agrária brasileira, isto é, passar da atual concentração para a desapropriação e distribuição maciça de terras, não resolve por si o problema. A mera democratização da propriedade da terra (ainda que efetivamente fosse feita) não seria suficiente. A reforma agrária defendida pelo Movimento também exige a democratização do capital, ou seja, acesso a créditos públicos e privados subsidiado, assessoria técnica, instalação de agroindústrias de cooperativas familiares e coletivas etc.

Como reconhecem Branford e Rocha (2004, p. 97), o objetivo do MST não é somente a conquista da terra, mas também criar comunidades de cidadãos ativos, que tenham acesso à educação, saúde e lazer. “Nenhum outro movimento camponês no Brasil jamais enfocou a luta pela terra nesses termos”, o que o força a construir caminhos não antes trilhados, incorrendo em erros, mas também criando soluções e perspectivas inovadoras.

Além da cerca do latifúndio, o MST declara ser necessário acabar também com a cerca da ignorância, que impede o acesso à educação de qualidade para a população mais pobre, sobretudo os moradores de áreas rurais. Trata-se de acabar com o latifúndio cultural, objetivando que os camponeses (e a população mais desprovida de forma geral) tenham acesso a outros tipos de conhecimentos, bem como à fruição do *belo* e da arte²⁹⁴.

Um dos objetivos a longo prazo do MST, conforme alguns documentos permitem entrever, consiste na construção de uma sociedade sem exploradores e explorados²⁹⁵ (MST, 2005), o que só pode ser concretizado mediante um amplo arco de alianças, tanto nacional quanto internacionalmente. Para isso, se fazem necessárias outras lutas de setores sociais variados, com vistas à construção de uma hegemonia que modifique a correlação de forças atual na sociedade e consiga se colocar como um “projeto popular, nacional e democrático”, ou em outras palavras, uma alternativa socialista ao capitalismo (ibidem).

²⁹⁴ Para uma discussão sobre as potencialidades políticas e pedagógicas do teatro junto ao MST, em que se geram novas formas de sociabilidades, de politização e de resolução de conflitos, ver HILSENBECK FILHO, 2012.

²⁹⁵ Tal afirmação deve ser cotejada com a percepção de que há mais de um objetivo dentro do Movimento, seja na base, na militância ou na direção, caminhando desde a conciliação com dada forma de capitalismo, até a superação deste sistema. Estes objetivos atravessam os sujeitos e, por vezes, entram em conflito de forma nem sempre cristalinas, o que, contudo, pode ser apreendido pelas variadas linhas estratégicas, pelas táticas adotadas e pelas contradições internas e externas que a análise crítica permite vislumbrar.

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável [...] um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano e natureza (MST, 2009).

Estes objetivos, a curto e a longo prazo, devem ser entendidos numa perspectiva dialética das lutas sociais, em que reforma não é um termo antagônico a revolução. Assim, o MST se constitui também num movimento que luta pelos direitos civis, políticos e sociais, ou seja, pela efetivação de uma verdadeira cidadania no país, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação de uma democracia substantiva (Carter, 2006).

Características do MST e formas de luta

Conforme Isabel Loureiro e Andreas Novy (2012), o MST, enquanto movimento de massas²⁹⁶, possui algumas características peculiares, tais como ser um movimento *sindical* (pois luta no campo econômico imediato de sua base pela conquista de terra e acesso a recursos); movimento *popular* (porque aberto a todos os trabalhadores sem distinção de raça, credo religioso, filiação partidária, e não limitado ao agricultor, pois aplica um conceito abrangente de trabalhador rural)²⁹⁷; movimento *político* (em sentido amplo, ao lutar por mudanças sociais radicais) e movimento *democrático* (por sua forma de organização interna estimular a ação autônoma de seus integrantes e combater qualquer

²⁹⁶ Em 2006, o MST tinha 150 mil famílias acampadas e 105 mil assentadas.

²⁹⁷ Na definição de João Pedro Stédile (1999), um dos líderes e fundadores do MST, o movimento parte da perspectiva de que as pessoas se caracterizam como trabalhadores rurais não simplesmente, ou necessariamente, porque trabalham no campo, e sim porque trabalham com a produção rural, em benefício de determinada comunidade rural (englobando assim veterinários, agrônomos, motoristas de cooperativa, economistas, pequeno agricultor, lavrador, todos, enfim, que trabalham no campo e que têm o resultado de seu trabalho distribuído para determinada comunidade rural). A definição dada por Stédile pode se aproximar do significado dado pelo “socialista utópico” Fourier aos falanstérios, que considerava todos como trabalhadores: dos empresários e gestores aos trabalhadores manuais (sobre os “socialistas utópicos”, cf.: TEIXEIRA, 2002).

discriminação social, racial, religiosa, cultural, política e de gênero²⁹⁸). Além de valer-se da *ação direta* como forma de pressionar o poder público a negociar.

Baseado na *ação direta*, enquanto método de luta, o MST não se limita a ocupações de terra, mas vale-se igualmente de ocupação de prédios públicos, marchas, atos públicos, procissões, vídeos, abaixo-assinados, greve de fome, campanhas, teatro, literatura, música etc. Estas ações (envolvendo grandes massas e famílias inteiras) servem tanto como modo de luta para pressionar o poder público (o que reforça o peso do Movimento nas negociações), como são também formas de politização e educação dos seus militantes.

Este tipo de *ação direta* se constitui num fator de suma importância, pois o movimento nasce e desenvolve-se não baseado em programas políticos ou promessas eleitorais, mas na luta prática, em que ao mesmo tempo em que afirmava o que pretendia fazer, ia construindo esse modelo coletivo e alternativo de sociedade. De acordo com João Bernardo (apud MST; Passa Palavra 2009), foi o MST quem abriu este campo no Brasil, que depois foi utilizado por outros movimentos sociais, fazendo com que se ressaltasse o caráter demagógico do discurso dos partidos políticos tradicionais, pois evidenciava a falta de concretude prática nas ações. Nesta mesma perspectiva de rompimento com as formas institucionais tradicionais, para Bernardo Mançano Fernandes (1996, p. 66), os desafios para o MST “[...] se apresentavam no avanço da luta em relação aos partidos políticos, legais e clandestinos [...] nas rupturas com tradições e práticas conhecidas [...] e pelo rompimento com esquemas populistas do passado”, criando, desta forma, um novo processo de conquistas na luta pela terra.

Estas diversas características fazem do MST uma organização que atua em âmbitos variados, muito além da ocupação e posse da terra.

Não sendo nova a luta pela terra nem sendo novo o sujeito social que a reivindica e tampouco os métodos adotados para a sua conquista, no que o MST inovou foi na criação de outros eixos de intervenção política, como a questão educacional, cultural e democrática, ligando-as à questão agrária mediante a *ação direta* e articulando-as numa luta nacional.

²⁹⁸ O que não impede que haja inúmeras contradições no MST no tocante a estas formas de dominação, seja em acampamentos, assentamentos ou em parte de suas lideranças.

O MST mudou a pauta de reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais para além das exigências clássicas do séc. XIX, que diziam respeito a salários e redução da jornada de trabalho, ao acesso à terra para nela produzir e morar. O MST lutará também por acesso ao crédito, apoio técnico nos assentamentos e organização do trabalho em cooperativas de produção, incidindo sobre um setor crucial do capitalismo contemporâneo, o sistema financeiro (GOHN, 2009, p. 12-13). Neste processo de luta massificada envolverá também a família rural, o que irá implicar construir novas demandas e perspectivas, ao contrário dos sindicatos que privilegiam unicamente a presença do trabalhador formal. Deste modo, para além da filiação individual, o MST é fortalecido com a organização de famílias e sem a restrição de limites municipais ou categorias profissionais. Conforme Stédile: “O movimento, à medida que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe que numa assembleia de sem terra ele vota igual ao pai” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 32)²⁹⁹.

Indo além da atualização do repertório reivindicativo que busca saídas para o desemprego no meio rural, o movimento luta por uma política de democratização do campo brasileiro e pela transformação radical da estrutura social do país.

O MST não é nem um partido político socialista tal qual conhecemos desde a primeira revolução industrial, nem um movimento social tal como se configuraram no mundo depois de 1968 e no Brasil com as etapas finais da ditadura [...] A meu ver ele é um híbrido, ele é mais do que um movimento social temático, ele transcende a pauta da reforma agrária e, por outro lado, ele tem alguma coisa que lembra, que atualiza (e vou cometer uma heresia agora) aquilo que no manifesto de 1848 se chamava comunismo (ARANTES, apud MST; PASSA PALAVRA, 2009).

Neste sentido, os Sem Terra (*já como nome próprio*) diversificam o leque de formas de protesto social, atuando em variadas frentes em parceria com distintos setores e produzindo impactos múltiplos na configuração da sociedade brasileira.

Fazem parte deste rol de atuações e parcerias do movimento os convênios com diversas instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras (governos, universidades,

²⁹⁹ “Estes movimentos criam um importante espaço para indivíduos que estavam, por diversas razões, excluídos das instâncias tradicionais de representação, como os sindicatos” (ROSA, 2010, p. 474).

ONGs, personalidades, grupos teatrais, musicais etc.). Assim sendo, na área educacional, por exemplo, em 2005 o movimento possuía 1.800 escolas primárias e secundárias, que atendiam 160 mil crianças; 3.900 professores e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) já tinha alfabetizado 30 mil pessoas; mais de 100 mil militantes passaram por alguma instância de formação de quadros do movimento (seminários, cursos, encontros); os cursos de formação política e técnica são frequentados tanto pelos militantes do próprio movimento, quanto por militantes de outros movimentos da América Latina, Ásia e África; o MST possui além das escolas, centros de formação e uma Universidade Popular (a Escola Nacional Florestan Fernandes). No aspecto editorial o Movimento tem um jornal (Jornal Sem Terra); a Revista Sem Terra, que completou em 2011 trinta anos; um site, mantido desde 1996 (<<http://www.mst.org.br/>>); e uma editora com relações, digamos, muito próximas (Expressão Popular). No âmbito da produção o MST construiu 161 cooperativas rurais e 140 agroindústrias de vários tipos e em distintos estados do país, com comercialização de uma série de produtos em feiras e supermercados. Na habitação vem desenvolvendo, em parceria com assessorias técnicas, novas propostas de casas e espaços de vivência. Na cultura conta com mais de 30 grupos teatrais, uma Escola de Samba (Unidos da Lona Preta), poetas, músicos.

Estas e outras experiências diversificam as formas de conflito e os impactos sociopolíticos do MST e se expressam em bandeiras de luta do movimento que vai para além da luta pela terra, como Cultura; Reforma Agrária; Combate a violência sexista; Democratização da comunicação; Saúde Pública; Desenvolvimento; Sistema político; Soberania nacional e popular (MST, 2009).

Para entendermos a amplitude do MST, não podemos analisá-lo somente por suas formas de ação em defesa da manutenção do trabalhador no campo ou pelo acesso à terra dos que um dia dela foram expulsos. O questionamento que o MST apresenta é mais amplo e complexo.

Princípios e formas organizativas

A estrutura organizativa do MST é múltipla e flexível, tem caráter formal e informal e cada setor e coletivo foi criado num contexto de luta, num processo de tentativas, erros, autocrítica e reajustes.

Organicamente, e de forma simplificada, o MST é constituído por várias frentes ou setores que se articulam em diferentes escalas (local, regional, estadual e nacional) no processo organizativo: *Frente de massa* (responsável pelos preparativos para as ocupações e pela aglutinação dos lavradores para tal finalidade); *Frente de assentamentos*; *Setor de produção* (que responde pela organização da produção nos assentamentos); *Setor de formação* (cuida da formação dos militantes e agricultores, organizando cursos e seminários); *Setor de educação* (organiza a educação formal e informal de crianças, jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos); *Setor de comunicação* (divulga ações do Movimento e matérias relacionadas com ele nos jornais, denuncia conflitos ou confrontos, organiza meios comunicativos – como jornal, rádio etc. – nos assentamentos e ocupações); *Setor de finanças* e *Setor de projetos* (elabora e acompanha projetos financeiros que dão sustentação ao movimento); *Frente de Direitos Humanos*; *Coletivo de Relações Internacionais*; *Coletivo de Cultura*; *Coletivo de Mística*; *Setor de gênero*; *Setor de saúde*; *Setor de cooperação e meio ambiente*, no qual se inserem a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), que buscam englobar as cooperativas dos assentamentos, visando integrá-las e melhorar sua produtividade, ampliando a inserção de seus produtos no mercado, e ainda servem como um tipo de “guarda-chuva” legal para as atividades do movimento, que não possui um estatuto próprio. Assim, podem operar contas bancárias, estabelecer contratos legais e canalizar recursos externos para os projetos, além das *Secretarias* regionais, estaduais e nacional (NETO, 1999); (FERNANDES, 2010); (LOUREIRO, NOVY, 2012)³⁰⁰.

As instâncias de representação política são formadas por núcleos, coordenações, direções, encontros e pelo Congresso Nacional. A escolha ou indicação dos membros de coordenação e direção é iniciada nos assentamentos e acampamentos, com os núcleos de base (constituídos pelas famílias), que escolhem as coordenações locais, estas

³⁰⁰ Para uma tabela completa dos setores e coletivos, como ano de criação, antecedentes, objetivos e atividades principais, ver (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 305-307).

elegem as coordenações regionais, que escolhem as estaduais, que por sua vez elegem a coordenação nacional e estes indicam entre seus membros os que comporão a direção estadual e nacional. Os encontros e o Congresso são momentos de definição das políticas conjunturais e estruturais; as diversas instâncias são deliberativas quanto às políticas a serem executadas pelos setores e as secretarias; estas têm caráter administrativo e executivo; e os coletivos e as organizações com registro público (como a ANCA, CONCRAB, ENFF) são transversais à estrutura organizativa do MST, isto é, participam membros de vários setores e instâncias do movimento, ainda que possam ter membros efetivos (FERNANDES, 2010).

Esta estrutura organizativa, ampla e plural, abarca distintas dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas. Seus membros elaboram pesquisas tecnológicas e políticas agrícolas, formação política e acadêmica e preparação técnica. “Essa estrutura multifacética, com variadas instâncias de decisão coletiva, ajuda também a proteger o MST, pois torna muito mais difícil o intento de cooptar, controlar ou reprimir o Movimento por parte das forças que lhe são hostis” (FERNANDES, 2010, p. 184).

Enquanto “princípios organizativos”, que se referem a disposições políticas e ideológicas do MST, como *práxis* de desenvolvimento interno sua configuração atual é a seguinte: coordenação e direção coletiva em todas as instâncias do movimento; divisão de tarefas; autonomia política; disciplina; realização de estudos e formação permanente; indissociabilidade da luta econômica e política; luta de massas e vinculação com a base social do Movimento (FERNANDES; STÉDILE, 1999). Estes princípios têm por objetivo evitar a personalização e centralização do poder; fomentar espaços de debate e politização locais; continuar a luta mesmo após a conquista da terra; formar as próprias lideranças; conservar a autonomia na condução da luta; promover o protagonismo do maior número de militantes e manter laços orgânicos entre a base e a direção do Movimento. Ainda assim, as grandes linhas políticas do movimento são formuladas centralmente, mesmo que haja a necessidade de adaptá-las às realidades locais.

O MST apresenta-se como uma organização popular altamente complexa e sofisticada, estruturada em rede e multidimensional, constituída de várias camadas descentralizadas, mas, muito bem coordenadas, de representação e também de processo decisório coletivo (CARTER, 2010c, p. 508).

Base social do MST³⁰¹

Herdeiros das lutas por terra, mas diferentes das organizações passadas, os Sem Terra percebiam-se, desde a fundação do movimento, como trabalhadores explorados e expulsos do campo pela modernização da agricultura. Entendiam que a luta pela terra não poderia circunscrever-se ao direito de permanecer na terra, porquanto esta luta fazia parte de um movimento político maior, de fim da exploração e garantia de justiça social.

Na escolha do nome do movimento, o “sem terra” era como a imprensa já se referia a eles e o “trabalhadores rurais” foi incorporado por perceberem que viviam numa sociedade cindida em classes e que, portanto, pertenciam a uma delas. Assim, trabalhadores rurais sem terra sugere

[...] a existência de um elo entre todos os trabalhadores rurais que não possuem terra em quantidade suficiente para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, denunciar a situação de exploração a que é submetida grande parcela da classe trabalhadora que vive ou trabalha no campo brasileiro, sem o controle sobre a posse da terra. (NETO, 1999, p. 20).

Mas, quem são esses trabalhadores rurais sem terra³⁰²?

A plataforma política do Movimento, aprovada durante o I Encontro Nacional, em janeiro de 1994, considera sem terra os “trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros,

³⁰¹ Estima-se que em 2007 o número de membros do MST era aproximadamente 1,14 milhão de pessoas (dados do DATALUTA de 2008; e estimativas do MST), obviamente que com níveis de comprometimento os mais variados. O movimento não tem um cadastro formal e nunca foram realizados levantamentos para quantificar o número real de seus membros.

³⁰² O problema da identidade e sentimento de pertencimento dos membros do movimento é realçado por Wolford ao estudar a formação de um assentamento em Pernambuco. “No MST, como em qualquer movimento social, a filiação não é uma variável discreta, na qual uma pessoa ou está dentro ou está fora: em vez disso, a filiação é disposta ao longo de um contínuo em qualquer momento determinado e alguns membros são representados com mais precisão do que outros. As pessoas entram em um movimento por uma série de razões diferentes e o fato de uma pessoa se unir a um movimento não exclui questionamento, rejeição ou até mesmo uma deformação deliberada da ideologia, táticas e metas da organização. Estudos de movimentos sociais como o MST, contudo, raramente se concentram nos membros hesitantes ou irresolutos; em vez disso, assentamentos e membros-modelo tendem a ser escolhidos tanto por ativistas quanto por pesquisadores” (WOLFORD, 2010, p. 373). Isso pode levar a entender os movimentos a partir de suas afirmações estratégicas e programáticas, compreendendo-os como um todo homogêneo, e descuidando dos impactos destas ações discursivas e públicas nas práticas cotidianas das pessoas que os compõem.

ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de 5 hectares” (MST 1984, apud STÉDILE, 2012). Ou seja, não é possível dar uma definição categórica e ahistórica dos trabalhadores rurais sem terra, pois a luta pela terra, expressa pelo MST, passa por um processo de modificação de sua base e dos anseios, interesses e necessidades de quem se integra nela, o que envolve a situação sócio-econômica do país³⁰³. Sem serem momentos estanques, pois podem ocorrer simultaneamente, temos uma divisão em que:

As lutas que geraram o MST [1979-1984] foram [...] lutas de posseiros e arrendatários para ficar na terra, ou daqueles camponeses que ao serem expulsos da terra ocuparam os latifúndios. As lutas realizadas no segundo momento [1985-1989] de formação do MST foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terra para se livrarem do assalariamento. A partir da década de 1990, o MST começou a contar com a participação de trabalhadores de origem urbana (FERNANDES, 2010, p. 179)³⁰⁴.

Ocorre, assim, a persistência do campesinato tradicional, mas já pertencente a uma fração da classe trabalhadora subordinada ao agronegócio. Isto porque, premido pelos padrões de produtividade, se quiser manter-se na terra, o camponês tem que acatar os baixos preços oferecidos pela agroindústria de que normalmente é fornecedor (o que torna o seu modo de vida bem menos livre e agradável do que apregoam certas visões mitificadas do camponês). Haveria ainda o trabalhador rural assalariado da lavoura, o boia-fria, que começou – em termos relativos – a escassear significativamente em algumas regiões com o processo de mecanização a partir da década de 1990. Também foram para o campo trabalhadores da indústria, setor que igualmente sofreu bastante com a reestruturação produtiva e as demissões em massa. Atuante num processo de trabalho completamente

³⁰³ Cabe ainda destacar a heterogeneidade não apenas das regiões brasileiras, mas do MST. Assim, uma pesquisa que se preocupe com a base estrutural do Movimento terá que, necessariamente, fazer um recorte da região e das especificidades do assentamento ou acampamento pesquisado, o que não necessariamente irá coincidir necessariamente com outras localidades.

³⁰⁴ Carter (2010b), ao analisar o MST do RS, considera como um dos elementos para a crescente presença de trabalhadores urbanos no Movimento o fato de no plano estrutural ter ocorrido o aumento nos níveis de urbanização reduzindo o número potencial e base social no campo, o que levou o MST a intensificar o recrutamento nas favelas dos centros urbanos. Vera Lúcio de Oliveira (2011) irá apresentar um dado interessante na configuração contemporânea do MST no RS, a diversidade da base e o aumento significativo da militância oriunda dos meios universitários.

automatizado e que exige certo domínio de informática, este grupo, em sua grande maioria formada por jovens, normalmente tem o ensino médio completo e se diferenciaria por reproduzir o discurso de colaboração promovido pela empresa (FARIAS, 2012).

Outra importante fração da classe trabalhadora que compõe os sem terra é a dos desempregados, os precarizados do campo e da cidade. Estes são para Maria Orlanda Pinassi (2012) o potencial militante do MST. Nesta perspectiva, o movimento deveria proceder a uma profunda autocrítica interna para discutir acerca do tema de formação de suas fileiras.

Assim, fazem parte do MST parceiros, arrendatários não capitalistas, posseiros, bóias-frias, assalariados rurais, pequenos agricultores, trabalhadores que têm sua origem no campo e foram expulsos dele (porém para ele pretendem voltar) e que se transformaram em trabalhadores informais nas cidades ou desempregados urbanos. Também é crescente, e nada incomum, a incorporação nas fileiras do movimento de pessoas que não tiveram nenhum contato prévio com o trabalho rural, mas percebem no MST uma possibilidade – quando não a única – de melhorarem de vida, saindo das periferias, favelas e ruas das grandes cidades³⁰⁵.

Passados 29 anos de sua fundação, também se deve agregar ao MST uma nova geração que cresceu em ocupações e assentamentos por opção dos pais, e que apesar de integrarem o Movimento e viverem em assentamentos, muitos têm que realizar uma trajetória semelhante à dos seus antepassados, que consiste em procurar algum tipo de (sub)emprego nas cidades. A tentativa de classificação complexifica-se ainda mais quando entendemos a luta pela terra como uma luta familiar, isto é, que envolve o conjunto dos membros de uma família em diversas atividades. Deste modo, por exemplo, o pai e o filho do meio podem ser agricultores de sua própria terra, enquanto a mãe tem que trabalhar na cidade como diarista e o filho mais velho na construção civil. Isso pode ocorrer em dado momento da história desta hipotética família (mas não irreal situação), pois, com o aumento do desemprego na construção civil, este filho mais velho (ex-operário) terá que fazer às vezes de trabalhador rural assalariado nos cortes de cana, e, no fim da safra, trabalhar com

³⁰⁵ “O pobre em São Paulo, ou ele é um trabalhador rural que chegou há pouco, ou ele é descendente de um trabalhador rural que chegou nos anos 1970, 80, 90 e não conseguiu lugar na cidade, tanto não conseguiu que não tem moradia, tanto não conseguiu que vive em favela” (Plínio de Arruda SAMPAIO apud MST; PASSA PALAVRA, 2009).

o pai na produção do lote para subsistência e venda do pouco excedente (voltando então à condição de camponês)³⁰⁶.

Resumindo o que foi dito, podemos chegar a uma definição aproximada (e provisória, pois temporal e rotativa) da base heterogênea do MST como composta por pequenos produtores familiares (produzindo de forma individual ou coletiva), e por um contingente de trabalhadores (de origem camponesa ou urbana), desempregados ou subempregados (na cidade ou no campo).

³⁰⁶ “[...] há uma parcela de assentados de origem rural que viveu um tempo nas periferias urbanas e logo voltou ao campo por falta de emprego e segurança pública. Esta tendência acentuou-se em alguns estados no início da década de 2000. Em diversos assentamentos na metade sul do estado do Rio Grande do Sul [...] um número expressivo dos assentados veio do meio urbano, muitos deles antigos operários de fábricas que perderam seus empregos nas regiões industriais desse estado. Nas áreas metropolitanas das cidades de Porto Alegre e de São Paulo há assentamentos denominados ‘rururbanos’ onde a família reside no lote do assentamento, mas parte dos seus membros trabalha na cidade enquanto os outros familiares cuidam do lote rural. Nesses assentamentos é comum se encontrar uma combinação de famílias com tradição rural e outras que nunca exerceram atividades na agropecuária” (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 299-300).